

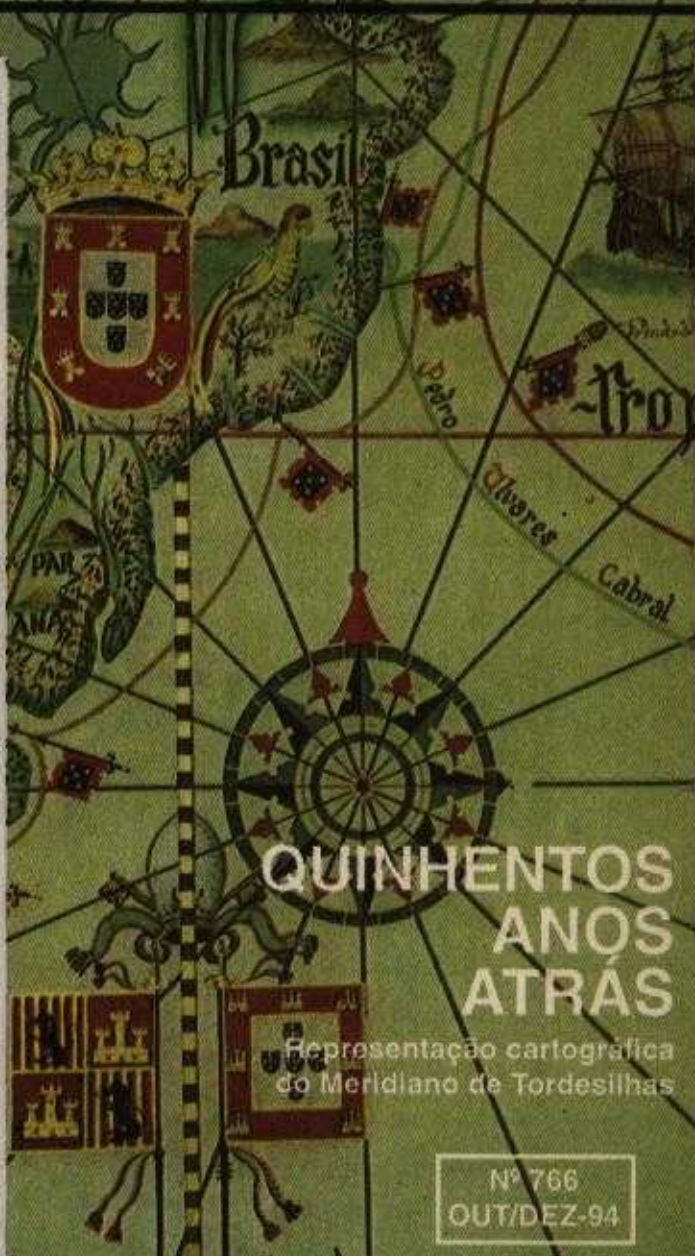


ISSN 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

TERÇA-FEIRA



QUINHENTOS
ANOS
ATRÁS

Representação cartográfica
do Meridiano de Tordesilhas

Nº 766
OUT/DEZ-94

Pio
Pontifício
Alexandre vi
Maximus

O Brasil em 1º lugar.

A Petrobras foi criada há 41 anos com a missão de garantir ao Brasil o abastecimento de derivados de petróleo, ao menor custo possível.

Nestes 41 anos, a Petrobras conseguiu superar distúrbios internacionais, interrupções de fornecimento de petróleo, violentas flutuações de preços.

Por causa disso, muitos países, mesmo os desenvolvidos, foram obrigados a adotar rigorosos racionamentos de combustíveis e outros derivados.

No Brasil não ocorreu nada parecido.

A Petrobras contornou importantes impactos político-econômicos nacionais, bem como impactos internos, como greves – e sempre superou tudo.

Os estoques estratégicos garantem o Brasil contra imprevistos, independente de fornecedores e injunções externas.

355

Título: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e esta



329388

290637

v.76, n.766, out./dez. 1994 BFD



Petrobras conseguiu o abastecimento regular de derivados, sem falhar um único dia.

Melhor. Os preços dos derivados de petróleo oferecidos pela Petrobras são sempre menores que a média dos preços dos produtos congêneres oferecidos no mercado mundial.

Na missão da Petrobras, a economia brasileira e os cidadãos brasileiros estão em 1º lugar.

E ela está cumprindo plenamente sua missão.



PETROBRAS

Um compromisso com o Brasil



EDITORIAL

QUINHENTOS ANOS ATRÁS

Aos 7 de junho de 1494, no povoado castelhano de Tordesilhas, era lavrado o acordo sobre os domínios ultramarinos de Portugal e de Castela que passou à História como "Tratado de Tordesilhas".

Originalmente denominado "Capitulação da Participação do Mar Oceano", o documento resultara da negociação entre os dois reinos, diante da ameaça portuguesa de recorrer às armas para ocupar as terras descobertas por Cristóvão Colombo, consideradas espanholas pelas injustas bulas "Inter Coetera" e "Eximia Devotions", de Alexandre VI.

Em essência, o Tratado estabelecia que os reis de Portugal e de Castela aceitavam o traçado e a demarcação, pelo referido "Mar Oceano", de uma linha direta, de pólo a pólo, do ártico ao antártico, ou de norte a sul, cuja definição no texto original, transcrito na "HISTÓRIA DOCUMENTAL DO BRASIL" (páginas 16 e 17), assim se expressa:

"... a que raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direito, como dito é, a trezentos e setenta léguas das Ilhas de Cabo Verde, para a parte do poente, por graus ou por outra maneira, como melhor e mais depressa se possa dar, de modo que não sejam mais, e que tudo o que até aqui se tem achado e descoberto, e daqui por diante se achar e descobrir pelo dito senhor Rei de Portugal e por seus navios, assim ilhas como terra firme, desde a dita raia ou linha, dada na forma acima dita, indo pela parte do levante, dentro da dita raia para a parte do levante, ou ao norte e ao sul dela, tanto que não seja atravessando a dita raia, que isto seja e fique e pertença ao dito senhor Rei de Portugal e aos seus sucessores para sempre..."

Pelo acordo, se Colombo, que partira outra vez para as "Índias Ocidentais", descobrisse novas terras, a mais de 250 léguas de Cabo Verde, até 20 de junho, essas terras pertenceriam à Espanha.

MARCHA SOLDADO...



Enquanto eles brincam,
um outro soldado pensa sério.
É o pai, militar cioso e
responsável, que pensa no
futuro de sua família.
Que sabe que segurança,
tranquilidade e bem estar só é
possível se dispuser de um
plano de poupança e seguro
de vida que garanta a
felicidade dos seus. E se com
isso puder conseguir a casa
própria, ainda melhor. Se
você pensa assim, nós temos
a solução para o seu caso - o

FAM - Fundo de Apolo à Moradia.

Conheça essa realidade
agora e veja que outras
vantagens estarão ao seu
alcance.

Maiores informações, procure os
Escritórios da FHE, os
Representantes do Sistema
FHE/POUPEX nas OM/Exército ou,
em Brasília, pelo telefone
(061) 223-5711.
Outras localidades
DDG (061) 800-3131



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO



O MELHOR DE UM BANCO



ESTÁ NA CAIXA



**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**



A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redacção — Presença Teófilo — ESTÚDIO: MURRA — COTADO: LUIZ DE SIQUEIRA — 2. DE BOLA RED

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

ANO I.

Grupo mantenedor: Deschamps, Ximenes, Espinosa, Leite de Carvalho, Joaquim de Sousa, R. de Azevedo, Francisco de Paula Cidade, Maria Carmo, Lima e Silva, Pires, Rodrigues, J. de A. Pinheiro, Yowpiti Cavali, Santa, Eulálio, Figueira, de, Tamara, Amaro, Silva Nova, Meirel de Lima.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
"A Defesa Nacional"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Bda Álvaro Henrique Vianna de Moraes

Diretor-Secretário

Cel Art e EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Ten Cel Inf Marco Antônio Cunha

Diretor-Tesoureiro

1º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros

Cel Art e EM Luiz de Alencar Araripe

Cel Prof Celso José Pires

Conselho Fiscal

Cel Art QEMA Ronaldo José Figueiredo Cardoso

Cel Inf QEMA Alberto de Albuquerque Cordeiro

Cel Art QEMA Oscar Augusto Teixeira Neto

Suplentes

Cel Art QEMA José Luiz Freitas

Ten Cel Eng Paulo de Oliveira Lisboa

Ten Cel Art Jair Romão de Souza



NOSSA CAPA

Representação cartográfica do Meridiano de Tordesilhas constante do painel existente à entrada do Museu da Marinha, em Lisboa. Evoca o 500º aniversário da assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494, e a figura do Infante D. Henrique, em azulejos portugueses, a quem se deve a criação da Escola de Sagres, berço dos grandes descobrimentos.



ACONTECEU NA ECEME — OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Dr. Eliezer Batista*

PALESTRA proferida, no AUDITÓRIO MARECHAL DUQUE DE CAXIAS, pelo DR ELIEZER BATISTA, no dia 09 de maio deste ano, dentro dos eventos constantes do VIII CICLO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, sobre o tema — “OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL”.

Minhas Senhoras e meus Senhores, boa-noite.

Antes de mais nada, quero agradecer a honra deste convite e a oportunidade de trocarmos algumas idéias. São idéias — algumas bastante diferentes — ainda em processo de consolidação, cujo debate poderá enriquecê-las, ou mudá-las, também.

* O Dr. Eliezer Batista é, atualmente, o CHAIRMAN da Rio Doce Internacional, localizada em Bruxelas, na Bélgica.

Vou me permitir uma inversão da proposição, deixando para o fim os comentários das questões transnacionais, como meio ambiente, direitos humanos etc, e me concentrar, de início, na parte econômica propriamente dita, que é a que tem maior amplitude, sobretudo na questão da estratégia da economia, que foi o trabalho de que nos ocupamos durante o período em que estivemos na SAE. E acho que se aplica muito bem aqui porque, na realidade, aquilo tudo foi feito para atingir os objetivos propostos pelo nosso tema.

Antes, permitiria-me, também, alguns esclarecimentos de caráter prático, para situar os programas de que trataremos, no seu devido tempo, porquanto nossa preocupação é mais concentrada no programa estratégico econômico.

A palavra estratégia tem sido usada abusivamente. Todo o mundo a usa, de qualquer maneira, e pouca gente sabe, na verdade, o que ela quer dizer.

Nós fomos atrás do Grego antigo, através do *kassarévosta*.

No fim do século passado, na Grécia, os intelectuais resolveram salvar o Grego antigo, idioma muito rico em conceitos. Os gregos eram filósofos. As palavras que usavam para designar objetos e coisas tinham um significado muito mais abrangente e que, com a semântica, foi se degenerando. Por isso, achou-se que valeria à pena a tentativa de reconstrução do grego, a partir do *kassarévosta*, que passou a ser a língua dos intelectuais no mundo pensante da Grécia. *Odunotiki* ficou sendo a língua popular, com sua evolução semântica natural de tremendo poder erosivo sobre as palavras.

Em grego, a palavra *trássegos* quer dizer general e a palavra *polêmis* significa guerra. Então, em *kassarévosta*, *polemiti*, *trasseliti* é o plano de guerra feito pelo general. A origem da noção de plano vem daí. No mundo moderno, ele passou a ser utilizado não só para guerra, mas para toda e qualquer atividade.

Os gregos possuíam cidades-estados, cuja administração chamavam "política" — de *polis*, cidade. Naquele ambiente

limitado, a administração da coisa pública era feita pela política. Havia uma estratégia também política, *apolitiki strategiki*.

Modernamente, a questão se ampliou, na área econômica — muito mais abrangente — e que exerce uma influência muito grande sobre as outras áreas. Passou-se a fazer, então, a *economiki stratategiki*, a estratégia do econômico propriamente dito.

Nós separamos isso muito bem, por razões até de ordem prática, para evitar influências políticas — no sentido político grego e no sentido de politicagem — e também as questões de segurança, embutidas na palavra *polemiti*. A parte militar poderia ser embutida *aposteriori*.

Concentramo-nos, assim, na parte puramente econômica, para podermos atravessar diferentes governos, sem politização e sem alterações nas questões de segurança. O plano estratégico poderia ser aprovado por um governo e ser alterado por outro sem prejudicar sua parte fundamental, o nó duro do próprio plano.

Por que fazer o plano e por que dessa maneira?

No governo federal, na atual maneira de administrar, os ministérios são muito estanques entre si e vários deles fazem o mesmo que outro está fazendo. Há uma redundância muito grande, resultando em enorme desperdício de tempo, recursos etc, e na confusão conseqüente.

O único órgão do governo capaz de servir de denominador comum entre eles

é a SAE. Não sei se foi criada para isto, mas absorveu esta função, por ser um prolongamento da Presidência da República e ter autoridade para convocar qualquer ministério, em nome do Presidente.

A idéia ao criar o plano foi tentar evitar a estagnação existente entre os ministérios e fazer a autoridade da Presidência se exercer sobre todos eles, de maneira sistêmica e não pontual, como é feita hoje, além de cobrir desperdícios de recursos, de material, humanos etc, o que é extremamente importante. Hoje, os planos de governo, chamados quinquenais, os senhores sabem como são feitos. Toma-se uma variável parametral qualquer — por exemplo, taxa de crescimento demográfico — e, em cima disso, constrói-se aquele castelo e acaba-se discutindo apenas os problemas de ordem fiscal e monetária, sem relação nenhuma com a realidade física. O plano passa a considerar a realidade física, sem a qual as outras considerações não têm um valor real, porque estamos falando em coisas abstratas. Se não está correlacionado com a realidade, o valor é limitado.

Tentou-se, pois, criar uma referência física, da economia física, que nada mais é do que a economia real. Essa economia física real passaria, então, a ser uma espécie de infra-estrutura sobre a qual todas as outras considerações passariam a ser feitas. O plano quinquenal continuaria, mas dele se sacaria

o plano operacional, que o Ministério da Fazenda utilizaria, encarando, porém, a economia real do País. Como tivemos oportunidade de verificar, várias vezes, fala-se da estabilidade, da fiscalização da economia, com base na inflação e tudo mais. Agora, aonde é que eu vou chegar com a minha economia? Como está a situação da energia do País? Como está a situação dos portos? Como está a situação de logística geral do País? Ninguém responde exatamente como está. Assim, a idéia era criar um banco de dados finalizados com as políticas do governo, e aí entram as questões de política de segurança de que falamos — para ficar a serviço dos investidores, quer sejam privados ou do próprio governo, mas quantificados. Por que quantificados? Porque evita abusos dos apresentadores de projetos. Os projetos apresentados hoje no Brasil têm duas origens. Ou eles são apresentados por empreiteiras ou o são por políticos. Assim, ao se codificar uma proposição, pode-se saber qual o grau de desvio de cada projeto e quanto isso custa à população. Alguém paga essa conta. E quem paga gostaria de saber quanto está pagando a mais por esses desvios.

Como é sabido, a economia do mundo de hoje está se tornando cada vez mais difícil, cada vez mais competitiva. Se não nos inserirmos nela desse modo, acabaremos sendo deixados de lado. Por isso, todo o plano foi feito obediente à conceituação sistemática — e não

pontual, tópica, como é feito até hoje — e holística, quer dizer, plena e global. Ou seja, as análises levam em conta não só tudo aquilo que se está fazendo equivalentemente em outros países do mundo, mas o grau de competitividade que se teria, dentro das mesmas condições, levando em conta apenas os programas econômicos.

Outra noção fundamental inserida no plano refere-se à redistribuição territorial do País. A análise da Federação feita em bases puramente geopolíticas, com a divisão em estados, não funciona. Vem daí o desperdício nacional que, como se sabe, é formidável. A análise econômica pura estuda as questões básicas de infraestrutura — **logística, energia e telemática**, esta última no sentido moderno de telecomunicações, informática e multimídia interativa — tudo em um só conceito. Quando não se investe simultaneamente nesses três elementos, tem-se sistemas para todos os lados: um lugar tem energia e não tem transporte; onde tem transporte, não tem energia; não tem telecomunicações etc. Desse modo, a plena utilização econômica não se faz pela falta de simultaneidade dos investimentos em infraestrutura, resultando em centenas de obras inacabadas ou meio-acabadas, que poderiam ser refeitas e utilizadas com plena eficiência.

Este foi um ponto importante para introduzir conceitos novos. Por exemplo, o conceito de logística que foi introduzido é um conceito muito diferente e foi ele que nos permitiu calcular a abrangência

da nova divisão do País em macro-regiões, ao invés de em estados.

É claro que esta redivisão territorial leva em conta os programas de caráter político e de segurança, muito importantes, sobretudo, nos estados que fazem limite com países estrangeiros, como o Acre, Rondônia etc.

Na questão de logística, tivemos então que utilizar uma noção nova, encarando como logística todo o conjunto de vias hidro, ferro e rodo, todo o sistema de armazenamento e silos, parques intermodais, instalações portuárias, logística de transporte marítimo e de cabotagem ou transoceânica — problemas aduaneiros, de *marketing* e *networking*. Tudo isso é uma noção só, calculada de trás para diante, à base de *netback*. Calculando-se de volta, de trás para diante, determina-se o território que seria abrangido por um sistema logístico, economicamente mais viável, para o qual se proporia um desenvolvimento econômico fixo.

Tudo isso são inovações conceituais muito importantes, que nos levaram a uma aproximação muito diferente.

Outra inovação é que, sendo a ótica de aproximação mundial e holística, tivemos que olhar o País igualmente de dentro para fora e de fora para dentro, ou seja, calculando todos os dados exógenos e endógenos. Com relação aos problemas da Amazônia, por exemplo, tivemos que ver as sinergias que existiriam entre uma solução conjugada com a Venezuela e, igualmente, em relação a Rondônia, ao Acre e, mesmo a

estados do extremos sul, levando em conta as questões do MERCOSUL. Essas são noções novas porque, até hoje, as aproximações econômicas não levaram em consideração essas proposições, em virtude dos problemas serem geopolíticos.

Existe ainda outra coisa nova na consideração das proposições, que são os problemas ambientais.

Na Conferência do Rio, a ECO 92, foi decidido aquele problema da "Agenda 21". Essa agenda nada mais é do que a implementação de uma nova concepção de desenvolvimento, que ficou conhecida como "desenvolvimento sustentável" ou "sustentado". Que quer dizer? É muito difícil de definir, mas, em linha de máxima, desenvolvimento sustentável nada mais é do que o desenvolvimento econômico que leva em conta, embutida nele, a componente ambiental e a social. Qualquer proposição de caráter econômico passa a levar em conta, assim, o conhecimento pleno do problema ambiental, ou seja, o conhecimento científico dos dados sobre o território. Isso gerou o chamado zoneamento macroeconômico, que começou na Amazônia e depois se expandiu para o restante do País. Quanto ao problema social, ele hoje é colocado à margem, como resgate social — uma bandeira reivindicativa. Na concepção do desenvolvimento sustentável, ele é considerado automaticamente embutido.

Essas considerações preliminares são fundamentais para se chegar ao plano estratégico. Todavia, seu fulcro principal

não é esse. Nossa teoria é de que nenhum país se enriquece apenas com a venda de matérias-primas e produtos primários. O desenvolvimento real, o enriquecimento, só vem com a venda de inteligência. Esta é a razão pela qual países do Extremo Oriente, como Coreia e Taiwan, com um esforço brutal — porque não têm matérias-primas, como nós temos — tentaram a solução do desenvolvimento pela via da educação maciça, concentrada em C&T, visando a resultados práticos.

Assim, o plano está baseado, sobretudo, na concepção básica da educação maciça, para criar o desenvolvimento à base de indústrias de conhecimento intensivo.

Eu só vejo a economia de recursos naturais como o caminho de capitalização para a grande transformação, o salto de qualidade, que só virá com a educação maciça e sistêmica de pelo menos grande parte da população, que esteja em condições de recebê-la. Embora tenha sido feito bastante progresso nessa direção, não chegamos a escrever nada sobre essa parte educacional como vetor divisório, no sentido de direcionar a industrialização para as indústrias de conhecimento intensivo.

A vantagem que o Brasil tem sobre os citados países do Extremo Oriente — e o Japão é o melhor exemplo — é que eles dispõem apenas do homem, já que seus recursos naturais são quase inexistentes. Por isso, tiveram que fazer um esforço muito grande. Nós podemos queimar etapas, desde que tenhamos a filosofia

de que não vamos nos perpetuar como vendedores de matérias-primas. Vamos nos concentrar em capitalizar aquilo que nos facilita, nossos abundantes recursos naturais, mas em paralelo com outro processo. Seria o desenvolvimento simultâneo das duas proposições.

Assim, como houve necessidade de apresentarmos resultados em curtíssimo prazo, fomos obrigados a desenhar o mapa de recursos naturais do Brasil, que cobre todo o nosso estudo sobre os problemas de infra-estrutura, como foi conceituado: logística, na definição que foi apresentada; telemática, também na definição que foi apresentada; e energia, como um todo — não apenas energia elétrica, mas energia de todos os tipos. Desta forma, a redivisão do território nacional levou em conta a redistribuição dos eixos básicos de logística, os quais permitirão a industrialização dos recursos naturais neles existentes, com o aproveitamento do enorme desperdício resultante de projetos federais, estaduais ou municipais decorrentes também da questão federativa, hoje posta em dúvida, como os senhores sabem.

A tentativa de divisão geoeconômica inibe esse tipo de aproximação, porque o critério econômico predomina. Curiosamente, tivemos oportunidades de ver reações muito favoráveis de políticos sobre os resultados da aproximação econômica em blocos. Ela é tão vantajosa para todo o mundo que eles abandonavam, muitas vezes, as reivindicações territoriais geopolíticas

sobre as quais os estados estão assentados.

O plano centrou-se, então, basicamente, nos três problemas de infra-estrutura e na sua abordagem simultânea.

Começamos pelos problemas da aproximação ambiental, que é muito necessária e que já está sendo feita no Brasil há um certo tempo atrás. Deste modo, a Amazônia foi classificada em ecossistemas. Já se fazia um farto trabalho espacial, com fotografia de satélites, na busca de um maior conhecimento científico. Antes de proceder o desenvolvimento econômico, quanto maior for o conhecimento científico do território, menor será o estrago que poderá fazer ao ambiente. E o desenvolvimento se fará com maiores vantagens econômicas.

Ao contrário do que muita gente pensa, isso é um preparativo para o desenvolvimento. Como os senhores poderão ver, a tentativa de desenvolvimento da Amazônia, sem esse conhecimento prévio, conduziu a uns poucos sucessos e a grande número de fracassos.

Com as fotografias de satélites com escalas adequadas, que foram melhoradas e podem ser melhoradas, ainda mais, com taxas de resolução (número de elementos por imagem) adequadas, conseguiram-se, com um sistema chamado "unidade de paisagem" e um número limitado de variáveis — com um vetor biótico e um não biótico —, conhecimentos sobre vegetação, clima,

solo etc, identificando-se cento e trinta e tantos ecossistemas diferentes. Os ecossistemas são completamente diferentes uns dos outros, mesmo que, muitas vezes, estejam próximos uns dos outros. Infelizmente, não foi usada fotografia radar digitalizada, elemento fundamental para percepção de informações, através da vegetação.

Pouca gente sabia que a coisa era assim.

Esse levantamento foi depois estendido, da Amazônia Legal para o resto do País. Em paralelo, foi feito outro conjunto de mapas, mostrando as políticas que o governo federal fez, nos últimos anos, desde o Pólo Noroeste e o Grande Carajás, levando em conta o desenvolvimento da região.

Essa política causou vários estragos ao meio ambiente. Por exemplo, grande parte do Maranhão passou a ter clima nordestino, quando o estado tinha, em grande parte, clima pré-amazônico; a região de Capim, no Pará, hoje tem problemas até de água, semelhantes aos do Nordeste, porque grande parte da precipitação da Amazônia — dois terços — é função da evaporação e da evapotranspiração, pelas folhas. Ao derubarem as florestas, predominam só chuvas de frente, com áreas territoriais minimamente limitadas. Houve então mudanças muito grandes, em várias áreas da Amazônia. Felizmente, como os senhores sabem, a Amazônia foi atacada pela periferia, em crescente. Seu grande núcleo não foi ainda atacado

pela exploração econômica, pelo menos, sistemática.

Há ainda o problema dos garimpeiros na Amazônia e da poluição de mercúrio, em todos os rios. Um problema doméstico. Em grande parte dos trechos captados, o teor de mercúrio excede de 30 a 40 vezes o permitido pela saúde pública, digamos, em Bruxelas. E, até hoje, não existe qualquer solução global proposta para o problema, quer dos garimpeiros, sob esse ângulo, quer sob o ângulo da mineração propriamente dita. O que tem sido feito, até agora, não deu resultado.

Conhecido o território, como foi dito, tudo foi extrapolado para o restante do País. O resto do País já dispõe de muitas informações, através de estudos, como os feitos em São Paulo, por exemplo. E as informações de satélites são de valor relativo. Mas, o útil dos dados é permitir que se faça o desenvolvimento econômico, criteriosamente, maximizando os resultados no que foreconomicamente viável, sem prejudicar o meio ambiente, naquilo que se considere precioso nele. No caso da Amazônia, além de tudo, há um problema de imensa importância, que é o da biodiversidade, com a sua contrapartida, a biotecnologia. A biotecnologia trata do uso econômico da biodiversidade para fins práticos, porquanto, até agora, só nos preocupamos com a madeira. Quanto à indústria química e à indústria farmacêutica, muito pouco ou quase nada se conhece.

Uma aplicação prática foi feita nos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Tomamos dois vales, dos Rios Tombos e Santa Maria, no Espírito Santo, sobre os quais já possuíamos muitos dados, obtidos pela Universidade de Viçosa. Fizemos um convênio com ela para a tentativa de aplicação desses conhecimentos, não só os estratégicos — que lá não teriam tanta importância — como os já existentes, de aerofotogrametria e outros, para a aplicação prática. Foram, então, editados vários livros, que foram postos à disposição dos camponeses e das autoridades locais. As prefeituras foram instruídas sobre como proteger o solo; onde plantar florestas de proteção e florestas econômicas; sobre tipos de cultura adequados para diferentes tipos de solo e sobre como preservar as águas subterrâneas da poluição, a fim de evitar o que aconteceu, por exemplo, na Holanda.

A Holanda é hoje um dos países mais poluídos do mundo, em virtude da infiltração de adubos, à base de nitratos, que provoca a infiltração de latíferos. A água poluída com nitratos é dificilmente tratável.

A poluição dos lençóis subterrâneos é um problema ligado à geomatologia e extremamente difícil de ser tratado. Felizmente, não destruímos muito essa parte, porque um dos grandes problemas do futuro milênio vai ser a água para o consumo da humanidade.

A aplicação prática foi feita, até um determinado limite. Infelizmente, não teve continuidade. Seu mérito foi mostrar, desde aos camponeses até às autoridades, como usar esses conhecimentos e diminuir o grau de erro, o grau de desgaste causado ao meio ambiente pelo desenvolvimento econômico, a todo o custo.

Nessas condições, hoje em dia, ao considerar a chamada Agenda 21, aparece uma coisa curiosa, a que chamam "custos incrementados". Passa-se a incorporar, na contabilidade nacional e na contabilidade da empresa, o custo da proteção nacional e, na contabilidade da empresa, o custo da proteção ambiental. Isto porque, é claro, haverá um custo adicional para se fazer tudo isso, e não há ainda um critério mundial para fazê-lo. Se considerarmos, por exemplo, a renda per capita dos Estados Unidos, há 40 anos atrás e hoje, vamos verificar que essa renda, ao invés de ser maior hoje é menor, porque tem que se levar em conta os custos ambientais que não foram debitados ao país — houve erosão tremenda de solo no Texas; arrasaram-se florestas de todo o tipo, no Middle West; houve poluição de todo o tipo de águas subterrâneas e tudo o mais. Houve, na verdade, um empobrecimento e não um enriquecimento. O país como um todo empobreceu e se as empresas tivessem sido cobradas pelo que elas não respeitaram em termos ambientais, elas não teriam tido os resultados econômicos que tiveram.

Dai então, a tentativa de desenvolvimento homogêneo do País, ou seja, tratar igualmente coisas diferentes. Mudamos para tratar coisas, diferentemente.

A nova divisão territorial estudada não é definitiva. É claro que, à proporção que o sistema de logística de uma região melhora, a abrangência da macrorregião aumenta e a outra vizinha diminui. Mas, a tentativa de divisão do território mostra o que poderá ser feito de melhor, em cada uma dessas regiões. Em vez de dar a cada uma delas auto-suficiência, dando a cada uma tudo o que as outras têm, procuramos tirar o máximo do que cada uma delas possa dar de sua vocação econômica, levando em conta não só o caráter competitivo entre elas, no plano interno, como também no internacional. É claro que, mais uma vez, os problemas de subsídios, os problemas políticos e os de segurança serão analisados a posteriori.

Neste sistema de logística, o eixo principal é a ferrovia. Na Amazônia, existem os eixos hidroviários e uma grande surpresa neste estudo foi o aparecimento da hidrovia como o grande eixo de transporte do futuro, que, até hoje, tinha sido desprezado. O mesmo acontece em certas partes do Estado de São Paulo.

Como a região foi calculada?

Antes de chegar lá, fizemos uma análise de toda a malha ferroviária e rodoviária brasileira e chegamos à conclusão de que grande parte dessa malha está obsoleta, por ter sido

construída para uma geografia econômica que não mais existe. Então, uma nova malha deverá entrar em uma nova geografia econômica. Alguns exemplos dessa nova visão já existem, como a Estrada de Ferro Carajás, a própria Vale do Rio Doce e a Rede Ferroviária do Estado de São Paulo. São Paulo é, aliás, um estado de sorte. Toda a sua malha rodoviária se liga a Mato Grosso do Sul e está na geografia certa, ou seja, na direção do mercado interno — Rio e São Paulo —, sobretudo no próprio interior de São Paulo, que tem uma grande acumulação de riquezas, e na direção de exportação. Entretanto, grande parte da rede ferroviária da Zona da Mata, por exemplo, além da própria locomotiva e de alguns engradados de galinha, nada tem para transportar. Foi construída para o café e o café acabou. O redirecionamento das ferrovias, ali, é uma necessidade para o estabelecimento desses grandes eixos, que vão ser os alimentadores e poderão ser rodoviários ou ferroviários. Por exemplo, a Fernão Dias é um eixo importante que liga duas regiões e é fundamental, na questão.

Esses eixos vão substituir a noção antiga de pólo de desenvolvimento. Essa noção de pólo é abandonada, porque os problemas tecnológicos e sociais que criou são formidáveis. Os senhores têm um exemplo no ABC, que está sendo abandonado. Caminhamos, portanto, na direção de eixos. No Estado de São Paulo, caminha-se para eixos, na direção do interior, provavelmente, dependendo

da evolução, na direção do Rio de Janeiro.

As indústria deverão se localizar ao longo desse eixo, desde que satisfeito o problema da simultaneidade das outras variáveis, isto é, desde que os problemas de energia e de telemática possam ser selecionados, concomitantemente. Isto porque, por exemplo, uma montadora de automóveis não é um problema único de logística. O de telemática é de tal maneira importante que, sem ele resolvido, ela não vai ter condições de se instalar e produzir, eficientemente.

Ao contrário do que todo o mundo acha, eu vejo, no Nordeste, uma das regiões de maior potencialidade no Brasil, por sua geografia privilegiada, desde que se resolvam o problema de cabotagem e o problema da irrigação. A cabotagem é esse problema de que a parte portuária foi reformada, mas a reforma da Marinha Mercante ainda não saiu. Quanto à irrigação, um dos melhores projetos do mundo é esse de Cabrodó, que atravessa o Estado de Pernambuco levando água do São Francisco para o Jaguaribe, para o Açu, para a baixada de Souza, na Paraíba, e a Chapada de Apodi. Não é um absurdo, pressupondo-se, é claro, que o equilíbrio do São Francisco entre geração de energia e irrigação é vital. Mas, a água para irrigação é de 4 a 5 vezes mais vital do que a água para gerar energia. A última usina, Xingó, está em fase de conclusão. A função do São Francisco de gerar energia poderia muito bem ser

substituída. Recebendo-se carvão de fora ou gás liquefeito, far-se-ia uma usina para gerar energia, em SUAPE por exemplo, para distribuí-la usando as linhas de transmissão que já existem.

Vamos voltar agora, vendo, em um exemplo clássico, como esse conceito de competitividade internacional funciona.

Vamos tomar o exemplo de um produto com uma só variável: a soja, que só precisa de logística — produtos eletrointensivos precisam de logística e de energia. Fizemos o levantamento de todas as áreas de produção de soja, no Brasil, saindo por Ponta da Madeira, Vitória, Santos, Tubarão e Paranaguá, comparativamente ou competitivamente com a soja americana saída do Golfo, indo, via canal do Panamá, para o Japão e para Europa e com a da Argentina, de Rosário e Baía Blanca, indo para a Europa e o Japão, ou seja, a competição, dentro daquele conceito de logística que expliquei antes, entre as diferentes regiões do Brasil com o estrangeiro.

Vamos ver um exemplo.

A Cooperativa de Orlândia, SP, queria começar uma plantação de soja e nos procurou, com todos esses elementos já quantificados, exceto a produtividade agrícola, que varia de região para região. O custo de logística de transporte interno, manejo partidário, transporte marítimo, marketing, tudo isso foi levado em conta para cada uma das equações formuladas. Ela escolheu a região de Balsas-MA, onde teria uma posição competitiva

muito maior em relação ao concorrente brasileiro e muito melhor em relação aos estrangeiros.

Isso ensina a pessoa a raciocinar em termos sistêmicos, primeiramente. Ela não pode pensar pontual. Tem que levar em conta tudo o que está em volta dela. Tem que pensar globalmente, isto é, em termos de mundo — como eu vou ficar no mundo — e holísticamente, quer dizer, por inteiro, completo.

Afeui volto, de novo, àquela região de onde eu parti, ou seja, eu calculo de volta — faço o *netback*, o cálculo para trás — e vou ver o que isso vai dar.

Nós agora estamos estudando a navegação do Rio Araguaia, que desce de Barra do Garças, com barcas, até Chambioá; de lá passa por rodovia — é a trimodalidade: hidrovia, rodovia e ferrovia — carrega em Imperatriz e leva até o Porto. Nesta hidrovia, vai o produto de toda esta região do Estado de Tocantins. Tudo isso hoje está sendo exportado por Vitória e Cáceres. Esta solução vai economizar US\$ 50,00, se a gente for pela Ponta da Madeira, como é combinado com o navio que leva minério de ferro.

Aqui, outra coisa curiosa a se ver é como a diferença de enfoque modifica tudo isso.

Rondônia foi colonizada, naquele momento em que fizeram uma aproximação de subsídios para energia e transporte. Começou assim a migração de gente do Paraná e do Espírito Santo para Rondônia. Depois, isso cessou e

tudo aquele pessoal ficou sem mercado porque o produto dali não tinha condições de chegar aos mercados, competitivamente, tal o custo do transporte terrestre. Hoje, toda essa zona, inclusive o Mato Grosso, está produzindo quase três milhões de toneladas de soja. Essa soja hoje é exportada por Paranaguá e o caminhoneiro cobra US\$ 100,00 pelo transporte, porque não sabe fazer a depreciação do caminhão. Se ele depreciar o caminhão, vai custar US\$ 120,00. Nós então estudamos — e já havia estudo anterior — a navegação do Rio Madeira e do Amazonas, para escoar por Vacarena ou por um porto do Pará, onde existe um silozinho de fertilizantes, ou por Macapá, usando barcas tipo Reno modificadas para transporte de retorno de combustível, fertilizante etc. Então, os US\$ 100,00 para o Sul, como média, eu trocaria digamos por US\$ 12,00, para o Norte. A coisa toda estava enfocada em vir para o Sul porque foi colonizada pelo pessoal do Sul.

Por isso, foram feitas análises para cada uma dessas regiões da Amazônia. E o primeiro resultado prático disso é que a Amazônia ficou toda virada para cima.

Isso, depois, levou-nos a uma conclusão interessante, que é um estudo à parte: a integração física também da América do Sul, como contrapartida ao NAFTA. Isto porque o NAFTA puxou a América Central para a esfera dos Estados Unidos, assim como a Venezuela, a Colômbia, o Chile e até a

Argentina, que está querendo aderir a ele. Existem enormes sinergias entre os diferentes países da América do Sul que não foram aproveitadas. Por exemplo, nós não temos gás mas temos mercado para ele. O Peru, a Bolívia e a Argentina têm gás e não têm mercado. Para conciliar esses interesses e integrá-los economicamente, é preciso criar um bloco forte para enfrentar os outros blocos. Mas, esta é outra história.

Uma coisa interessante vai acontecer: a aproximação geopolítica e geoeconômica do Paraná e de Santa Catarina. O Paraná está construindo a ferrovia da produção, inclusive com a ajuda do Exército, de Guarapuava para Cascavel. A tendência é essa ferrovia ir para Dourados, mas está indo para Paranaguá, um porto de condições físicas limitadas que nunca poderá ir além de navios tipo *panamá*, de 70 mil toneladas ou um pouco mais. Além disso, a descida da Serra de Paranaguá não é economicamente viável. Ao mesmo tempo, de Ponta Grossa, pode-se descender na direção de São Francisco, que é um porto natural para navios de 300 mil ou mais toneladas, com pequenos investimentos. Pode-se assim conjugar, operando os dois portos em binário. Ou seja, o navio carrega em Paranaguá e completa a carga em São Francisco, desde que Paranaguá possa recebê-lo, quer dizer, desde que haja condições de altura ou alcance de guindaste para que o navio, vazio ou semivazio, possa entrar e acostar para carregar. Com isso, ter-se-ia uma solu-

ção melhor ainda — que está sendo estudada — na questão da integração da América do Sul: a ligação Assunção-Vila Rica entrar na chamada "Estrada do Frango" e ligar-se com o Porto de São Francisco. Essas duas vias puxariam toda a zona de Missiones, grande parte do Paraguai e parte do norte da Argentina, como tributárias de um porto de 300 mil toneladas.

Vê-se, então, o efeito geopolítico disso. Quando começamos a analisar os problemas com a Argentina, o Mercosul, por exemplo, em termos de produtividade, eles têm uma vantagem muito maior que a nossa. Nossa vantagem é de caráter logístico. Tem-se que chegar ao equilíbrio.

Santa Catarina, além do mais, tem o porto de Imbituba, que é a solução para o Rio Grande do Sul. Embora seja um porto pequeno e com poucas chances de melhorar, leva-se em conta que o Rio Grande tem ampla ação sobre a economia do Uruguai.

Desta forma, nota-se que Paraná e Santa Catarina, tratados como estados, separadamente, têm uma aproximação econômica. Tratados como um bloco, geoeconomicamente, torna-se completamente diferente. E quando são mostrados números, é de estarrecer.

Outra curiosidade ocorre em São Paulo. Essa é a região mais rica do País. Aí temos um dos melhores sistemas logísticos. Primeiro, devido ao sistema hidroviário. Como exemplo, cito o Rio Parnaíba. De São Simão, ele já está

sendo navegado com barcaças. Também o Rio Grande e o Paraná. Com pequenos melhoramentos no Tietê, já se vai à Pederneiras, perto da cidade de São Paulo. Com uma estação intermodal, tem-se uma saída natural para Santos. Assim, percebe-se que a hidrovia, antes praticamente abandonada, hoje vai se tornando uma das mais importantes vias de transporte do País. Tudo com números, com tomadores privados. Já existem duas companhias em formação para cuidarem da navegação. Mas, São Paulo tem uma curiosidade. O estado tem um fenomenal sistema rodoferroviário e, ao mesmo tempo, o maior gargalo portuário do mundo. Espera-se que possa ser melhorado, com a reforma portuária. Mas, ele não tem condições físicas para realizar um melhoramento de grandes dimensões, pois o fundo é rochoso e, como a área está ocupada, o leilante de um porto novo é muito difícil.

Entretanto, logo ao lado, tem São Sebastião, que é um porto natural igual a Tubarão, comportando navios para 350, 400 mil toneladas, com pequeno investimento. Claro que há o problema ambiental, que é o do próprio porto e o da ferrovia que teremos de construir, entre Santos e São Sebastião. Mas, é uma solução viável em ambos os casos, porque o investimento é muito barato. Para dar uma idéia do que vale essa análise logística, só a indústria paulista já está equipada para exportar 5 bilhões de dólares adicionais e só não o fez, porque o porto de Santos não é

competitivo. Se tivéssemos um porto de maior calado e maior eficiência operacional, esse porto poderia ser conjugado com os outros. Esse sistema de conjugação de portos, de cargas combinadas, modificou completamente a combinação do mundo. É uma revolução total, onde a Vale do Rio Doce foi pioneira. Com isso, tornaremos viável, por exemplo, a ferrovia do Sr. Olacir, a qual só pode ser econômica com o porto de Santos ou com o de Sepetiba. Fora disso, vai-se percorrer uma distância colossal para se chegar a um porto para navio *panamá*. O que importa é chegarmos, com produto, à prateleira do consumidor. Não adianta chegar ao meu porto. Tem-se que chegar lá porque, na rota marítima, tem-se também que ser competitivo, como aliás em todos os segmentos da logística. Assim, essa equação do porto de São Sebastião, como do porto de Sepetiba, no Rio, pode trazer uma brutal modificação na economia de toda esta região.

Na primeira análise da região centro-oeste, verificamos que quase toda ela é tributária de Tubarão. Com a construção do porto de São Sebastião — o governo de São Paulo já está fazendo a engenharia dele —, essa região toda passará a ser tributária do porto paulista. Do Triângulo Mineiro e de parte de Goiás, a distância é muito menor. É quase uma linha reta, e é muito mais econômico ir para São Sebastião do que para Tubarão. Isso ressalta a importância do problema logístico.

Outro dado de maior importância refere-se ao problema da energia.

Ao analisar este eixo de São Paulo, chegamos à conclusão de que a energia era seu grande problema. E o problema de energia não é só hidroeletricidade. Pensávamos muito em hidroeletricidade quando, tínhamos um potencial a ser desenvolvido, próximo aos centros de consumo, sem grandes linhas de transmissão. Era a melhor solução, a mais barata. Usinas foram muito bem feitas, no Rio Grande e no Paraná. Mas, em termos atuais, em todo esse eixo, levando em conta a poluição da cidade de São Paulo e o seu desengastamento, a única solução viável envolve o gás da Bolívia. Não é gás para competir com o óleo etc, mas para gerar eletricidade. Isto porque o gás, nessas condições, primeiro é um investimento menor — menos de US\$ 700,00 por Kw instalado; segundo, é uma energia quase limpa e, o mais importante, rápida. Com um ano e meio, digamos, com o projeto de engenharia pronto, será possível construir uma usina de ciclos combinados, ou "code relation", ao passo que qualquer projeto hidrelétrico de porte, digamos de 1000 Mk, considerando os problemas ambientais, levaríamos uns 7 anos, no mínimo, para demorar. E nós vamos ter um tremendo problema de energia no Brasil, não só quantitativamente como qualitativamente. Essa energia a gás seria usada, não só para atender às necessidades de novas usinas, como para substituir

outras, como Piratininga, que consomem óleo e são altamente poluentes.

O problema de energia foi analisado, de todas as maneiras, em todo o País. Existe a complementação de Tucuruí, com alguma coisa ainda a ser feita, antes de se atacar uma outra barragem a montante para funcionar com fio d'água de maior capacidade. Quatro milhões de Kw já estão sendo produzidos. Foi estudado o problema do gás liquefeito, para atender a São Luiz (MA), com gás de carvão térmico importado. Por exemplo, em Tubarão, estuda-se o seguinte: o navio leva minério para o Oriente e traz carvão. A energia gerada a carvão pode usar as linhas de transmissão, no sentido inverso, para distribuir energia para o interior. O problema do gás está na quantidade, porque o gás medido, considerado excesso na Bolívia, é realmente muito pequeno. As grandes reservas da Bolívia são novas e estão na região de Jacuiba San Alberto. As maiores reservas de gás estão no noroeste da Argentina e em Masisea, no Peru.

Para que o intercâmbio comercial da Bolívia conosco seja vivo, a longo prazo, é necessário que esse país tenha algum poder de compra para os nossos produtos. E a única coisa que ele tem em quantidade, para nos vender, é energia. Como eu vou receber esse gás e utilizá-lo, é outro problema. Quanto à telemática, entremos naquela parte que mencionei, no início: o desenvolvimento para a obtenção de indústrias de

conhecimento intensivo. A telemática é, então, a base, a espinha dorsal de toda a indústria moderna, da indústria sofisticada. Pode-se ver a guerra recente que houve sobre televisão de alta definição, em que esquemas digitalizados americanos ganharam análogos digitalizados dos japoneses. O problema do digitalizado será mundial, por causa da facilidade que se tem de dados compressíveis.

O problema da telemática tem dois aspectos básicos. Um é o da infraestrutura da telemática, que é do cabo de fibra ótica com laser digitalizado. A EMBRATEL tem esse projeto, que já conhecemos, o qual vai até Fortaleza; daí a San Thomas; de San Thomas vai à Flórida e, da Flórida, a Palermo. Com isso, integra-se aos eixos principais no AFM mundial e FBM. Assim, em termos de fibra ótica, tem-se uma rede interna que está sendo construída aqui — uma parte é off-shore e uma parte in-shore, mas grande parte é off-shore. Da parte do Brasil nós temos o controle e na parte fora do Brasil nós temos participação minoritária.

Uma parte é interconectada com a rede de satélites. Nossos satélites estão sendo reformados para atingirem 550 MHz. Dessa forma, a estação de satélite está intimamente ligada com a de fibra ótica. Mas, está ficando cada vez mais importante, com esse negócio que foi lançado agora nos Estados Unidos, que eles chamam de **"digital data superhardware"** — superentrada de

dados digitalizados —, base de todos os programas futuros. Possivelmente, no futuro, todo o mundo vai querer ter uma tomada ali, onde o senhor fica ligado com o mundo inteiro de fibra ótica. Temos televisão de alta definição, tele-transferência; o cliente pode pagar até seu imposto de renda. Daí a importância da interação entre informática, telecomunicações e multimídia interativa, que é a grande evolução moderna, desde a educação. Hoje, por exemplo, para a elaboração de um plano na área da educação, aquilo de que precisávamos era a utilização da multimídia para educação em massa — a grande revolução da educação, que mudaria inteiramente a concepção de todo o processo educacional, principalmente para coisas técnicas e científicas, que são exatamente o grande problema.

Existem várias teorias sobre a saída do comércio do Brasil para o Pacífico. Aparentemente, o cidadão olha o mapa e diz: "Por aqui é melhor para se chegar ao Japão" (BR 364). É um grande erro, porque ele se esquece de que existe uma colinazinha chamada Andes, onde a menor atitude está a 2300 metros, no passo da cordilheira.

Nós estudamos a navegação do Rio Amazonas até um lugar chamado Saramarita, que fica a 600 Km do porto de Paita, no Peru — um porto de 30 mil toneladas. Belém já é um porto de 60 mil toneladas. Para Saramarita, vai-se pelo Solimões, entra-se no Marañon e, em vez de descer o Ucayale, continua-se e

sai-se lá. O frete em barcas para lá é consideravelmente menor que o rodoviário. O Peru já está construindo uma estrada para ir a Paíta, partindo de Saramarita. Todas as outras soluções aventadas são absolutamente anticonômicas. O problema dos Andes é que não se sobe, na volta de La Paz, para aquele porto peruano de Ilo. Nesta direção, a cordilheira chega a 4000 metros, para depois descer, e o desenvolvimento é muito curto. Quer dizer, não há como subir ali e descer dali, economicamente. Tecnicamente, pode-se fazer — com locomotiva de alta aderência, etc. Há outras soluções, mas não são econômicas. Então, quando se comparam os fretes daqui para lá, há uma diferença colossal.

Outra coisa também interessante, na integração desses países da América do Sul, foi a navegação do Paraná-Paraguai. Foram estudadas duas etapas. Uma foi a navegação com balizamento noturno, um investimento relativamente pequeno. Podemos chegar ao porto de Nova Palmira, no Rio Uruguai, um porto de 30 mil toneladas, dragável para 60 mil, tipo *panamá*. Mas, ele é sujeito a assoreamento, o tempo todo, tornando o custo do desassoreamento muito alto. Por outro lado, durante a seca, tem-se que diminuir a carga pela metade, porque o rio abaixa muito. Na segunda etapa, ter-se-ia que regularizar todos os rios

que afluem ao Pantanal, criando um gigantesco problema ambiental para ser resolvido.

A inserção competitiva é um negócio muito interessante. Com a melhoria da Noroeste, com a FEPASA e com o porto de São Sebastião, mesmo regularizando totalmente o Rio Paraná-Paraguai, essa componente para o Porto de São Francisco vai ficar em 20 e poucos dólares e essa para Nova Palmira, na pior das hipóteses, vai ficar em 14,12 dólares. Só que, através da primeira, embarcaremos em um navio de 300 mil toneladas e da outra, num de 60. O que se perde no transporte ferroviário ganha-se no transporte marítimo. Como o que interessa é chegar ao mercado competindo, é a conta global a que vale. Isso nos dá um enfoque do problema visto pelo lado global, holístico e sistêmico. O raciocínio sistêmico é muito diferente do pontual. A vantagem desse tipo de aproximação é que qualquer político que venha a apresentar um projeto, como o do aeroporto internacional de Belo Horizonte, por exemplo, isoladamente, não tem mais razão lógica para fazê-lo. O projeto tem que estar vinculado a um sistema. E demonstra-se isso com números. Então, não se propõe algo semelhante. Se for proposto, conhecer-se-á o prejuízo que se estará dando à comunidade para pagar a conta.



PÁRA-QUEDISMO MILITAR NO BRASIL — ORIGEM, EVOLUÇÃO, INFLUÊNCIAS

Racine Bezerra Lima Filho

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Apresenta uma síntese da história do pára-quedismo militar no Brasil.

A atividade pára-quedista no Brasil chega à última década do século em elevado estágio de desenvolvimento. No campo do pára-quedismo civil-desportivo, novos clubes são fundados com frequência, em todos os rincões do País, e cada vez é maior o número de adeptos desse singular esporte. Nas Forças Armadas, há representantes nos três componentes; porém, é no Exército que essa atividade encontra sua maior expressão.

Na Força Terrestre, os pára-quedistas estão reunidos em uma grande unidade

(GU) e em uma unidade, ambas com características peculiares. Trata-se da Brigada de Infantaria Pára-quedista, (BdaInfPqdt) e do Batalhão de Forças Especiais (BFEsp). O nível de adestramento dessa tropa, reserva estratégica do EB, alcança padrões internacionais.

Para que fosse atingido o nível atual, foi percorrido um longo caminho, todo ele marcado pelo suor de abnegados soldados. A constatação das dimensões de tão vultosa obra e dos reflexos que dela emanam traz à tona a seguinte questão: como tudo começou?

Em busca dessa resposta, o autor (para-quedista nº 29.963, de um total de 56.455 formados, até agosto de 1992) faz uma retrospectiva, mergulhando na história e chegando até os dias atuais.

SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO PÁRA-QUEDISMO

Embora nos dias de hoje seja atípica a utilização do para-quedas sem o avião, suas origens remontam ao século XIV, quando, durante uma solenidade de coroação, na China, acrobatas para-quedistas realizaram um salto de exibição, a partir de torres de bambu.

Dois séculos depois, Leonardo da Vinci concebeu o projeto de um para-quedas de forma piramidal, com o qual realizou experiências, visando a amortecer a queda de um corpo no solo.

Em 1783, o francês Jean Leonomard se lançou de uma torre, aterrando com êxito. A seguir, Pierre Blanchard, balonista, teve a idéia de fazer um para-quedas dobrável.

A essa altura, a técnica de navegação em balões havia amadurecido e os primeiros para-quedas tinham sofrido aperfeiçoamentos. Jean Jacques Garnerin realizou, então, um salto de para-quedas a partir de um balão, a cerca de 700 metros de altura.

Um astrônomo, que assistiria ao salto de Garnerin, observou que seu para-quedas oscilava bastante e lhe sugeriu a

inserção de uma pequena abertura, na parte superior. Desse aperfeiçoamento, surgiu o *ápice*¹ até hoje utilizado nos para-quedas de *velame*² redondo.

No início do século XX, o advento da aviação trouxe grande impulso ao desenvolvimento do para-quedismo. Um piloto inglês inventou uma espécie de equipamento que se ajustava ao corpo, substituindo, assim, a cesta que os primeiros para-quedistas conduziam. E, já em 1912, seria realizado o primeiro salto, a partir de um avião em voo.

No ano de 1919, Leslie Irwin realizou o primeiro salto livre de que se tem conhecimento. Naquela quadra da história, a finalidade do para-quedas era unicamente a de salvar vidas.

EMPREGO PARA FINS MILITARES

Os russos foram os primeiros a dar um sentido prático-militar às idéias de utilização do para-quedismo, em larga escala.

Em 1930, durante a realização de manobras do Exército Vermelho, uma pequena fração lançada de uma aeronave ocupou o quartel-general (QG) de um corpo-de-exército. Esse fato teve grande repercussão e foi a base do impulso que

1 - Pequena abertura circular existente na parte superior do velame.

2 - Parte do para-quedas que lhe dá sustentação, pelo contato com o ar, quando aberto.

essa atividade iria experimentar na Rússia.

Foi fundada pelo Estado soviético uma organização, denominada *Osoviakhim*, destinada a popularizar as atividades de aviação e de pára-quedismo. Esse objetivo foi atingido, de tal forma, que havia milhares de pára-quedistas treinados naquele país, antes da Segunda Guerra Mundial (II GM). Em 1936, o Exército Vermelho empregou, em manobras, grandes efetivos de pára-quedistas, sob os olhos de diversas missões estrangeiras, despendendo-lhes a atenção para o fato.

Já a Itália, foi a primeira nação a formar uma real unidade de pára-quedistas. O salto coletivo inicial deu-se em novembro de 1927. No final da década de 30, estavam formados batalhões completos, mais tarde divisões, que nunca participaram de operações aeroterrestres de vulto.

Na França, a preparação e a organização da tropa pára-quedista teve início em 1936; porém, não alcançou os resultados esperados pelos seus mentores.

A Inglaterra fez uso intenso do aerotransporte, nos conflitos em que tomou parte, no Oriente Médio, antes da Segunda Guerra Mundial.

A Checoslováquia, embora simpática à organização de tropas aeroterrestres, teve seus planos frustrados com a invasão que sofreu, em 1939.

Na Espanha, durante a guerra civil,³ instrutores russos formaram grande

quantidade de pára-quedistas do Exército Republicano.

No Exército dos Estados Unidos da América (EUA), a idéia de empregar a tropa pára-quedista surgiu, na Primeira Guerra Mundial, como forma de envolver a frente ocidental. Em 1918, o coronel Billy Mitchel, então comandante do Corpo Aéreo dos EUA, na França, propôs uma operação pára-quedista para auxiliar a romper o impasse da guerra de trincheiras. À época, não existia conhecimento suficiente a respeito de operações aeroterrestres e o plano foi vetado.

Na Segunda Guerra Mundial, em 1940, teve início a preparação do primeiro grupo de pára-quedistas militares, de modo que, em 1941, estava formado o 50º Batalhão Pára-quedista, em Fort Benning, na Geórgia.

Assim expressou-se o então Capitão James M. Gavin, mais tarde comandante do 82ª Divisão Aeroterrestre do Exército dos EUA, no início da preparação de sua tropa, em Fort Benning, na Geórgia:⁴

"Havia problemas sem precedentes. Os homens tinham que ser capazes de lutar, imediatamente, contra qualquer hostilidade que encontrassem ao aterrar. (...)"

3 - A guerra civil espanhola teve início em 1936 e terminou em 1939, com um saldo de 1 milhão de mortos.

4 - GAVIN, James Maurice, 1907 — *Até Berlim: as Batalhas de um Comandante Pára-quedista*, 1943-1946/trad. do Coronel Álvaro Galvão — Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1982. p. 26.

"Por fim, teríamos que imaginar um novo sistema de expedição de ordem de combate, uma vez que seu início teria lugar no meio do inimigo. Todos esses problemas serviam para realçar, ainda mais, o problema principal: como instruir o pára-quedista individual. (...)

"Desde o início da história da humanidade, os soldados vinham sendo treinados no sentido de amortecerem seus traços característicos de comportamento individual. (...)

"Tudo isto tinha que ser desprezado na nossa tentativa de fazer com que a instrução dos pára-quedistas os levasse a atingir o máximo de orgulho e da perícia individual. Foi nessa ocasião que se adotou a inscrição do nome de guerra na camisa do uniforme, com a finalidade de ressaltar a importância da reputação e da personalidade de cada um".

Na Alemanha, em razão, talvez, dos preparativos para a mobilização imposta pelo nazismo, o pára-quedismo militar teve, inicialmente, o maior impulso.

Em 1936, eram publicadas as "Instruções para a Formação das Tropas Pára-quedistas" — *Osfallschirmjäger*.⁵ Foram fundadas escolas e enviados especialistas para a guerra civil espanhola.

Com a experiência colhida nas escolas e na guerra civil espanhola, fundou-se a Academia de Pára-quedistas.

Chamam a atenção os "dez mandamentos" básicos para a educação moral do pára-quedista alemão abaixo transcritos:⁶

"I — O pára-quedista deve ambicionar as batalhas e treinar-se de modo a suportar todas as provas."

"II — O pára-quedista deve cultivar a verdadeira camaradagem porque só com a ajuda dos seus companheiros pode triunfar."

"III — O pára-quedista evita conversar e não se deixa corromper. Os homens atuam enquanto as mulheres falam. O falar pode levá-lo à sepultura."

"IV — O pára-quedista é calmo e prudente, forte e resolutivo. Só o valor pessoal e o entusiasmo pelo espírito ofensivo permitem vencer no ataque."

"V — As munições são preciosas, em presença do inimigo. Quem consome munições, sem ser necessário, é somente para se confortar a si mesmo; é um homem que falha. É um fraco que não merece o título de pára-quedista."

"VI — O pára-quedista nunca se rende. Ficar vitorioso ou morrer, são os pontos de honra."

"VII — O pára-quedista só pode triunfar se puder tirar todo o rendimento das suas armas e deve submeter-se ao

5 - Designação oficial alemã de pára-quedistas.

6 - MIKSCHE, Ferdinand Otto — 1944. *Pára-quedista*. p. 29-31.

seguinte dilema: primeiro, as minhas armas, depois eu."

"VIII — O pára-quedista deve conhecer todos os pormenores da empresa que se vai executar, para, se o seu guia morrer, estar pronto a substituí-lo, imediatamente."

"IX — O pára-quedista, contra um inimigo a descoberto, combate com cavalheirismo, mas não dá quartel à guerra de guerrilhas."

"X — O pára-quedista tem sempre os olhos bem abertos e deve adaptá-los às coisas mais arrojadas. É veloz como um galgo, flexível como a sola e duro como o aço Krupp; só assim merece ser considerado guerreiro alemão."

No Brasil da década de 30, chegavam as notícias sobre aquela nova atividade militar, através de jornais e pelo cinema, ao tempo em que Charles Astor fundava o primeiro clube civil de pára-quedismo.

Um jovem oficial do Exército Brasileiro, que havia comparecido às Olimpíadas de Berlim, em 1936, sentia-se particularmente fascinado pelo pára-quedismo militar — o Tenente de Pessoa.

AS OPERAÇÕES AEROTERRESTRES ATÉ A II GM (INCLUSIVE)

O intervalo entre as duas guerras mundiais não passou de uma trégua.

Assim, a Primeira Grande Guerra preparou o terreno para a Segunda Guerra Mundial — esta, agora, com novas armas e novas técnicas de combate, dentre elas o emprego das tropas pára-quedistas.

Neste conflito, as tropas aeroterrestres deixaram registradas belas páginas de heroísmo, conquistando a admiração internacional e consolidando a mística do soldado pára-quedista, independentemente dos países pelos quais lutaram.

Os pára-quedistas alemães, os *fallschirmjager*, estrearam na invasão da Noruega e prosseguiram, participando da invasão da Bélgica e dos Países Baixos. Em Creta, a vitória alemã foi conquistada ao custo de pesadas perdas entre os pára-quedistas.

Os pára-quedistas russos foram empregados, em 1942, com o objetivo de seccionar as linhas de comunicações alemães, aliviando a pressão sobre Moscou.⁷ Em tais missões, não havia plano de resgate. Os pára-quedistas franceses realizaram inúmeras missões do tipo "comandos",⁸ na França ocupada. No bolso de um desses militares, foi encontrada uma oração, consagrada mais tarde como a "Oração do Pára-quedistas".

7 - A Rússia encontrava-se ocupada por tropas alemãs.

8 - Nessas operações, os militares infiltram-se em áreas ocupadas por tropas inimigas para realizar sabotagens, destruições etc.

As tropas aeroterrestres anglo-americanas foram empregadas nas seguintes operações, dentre outras de menor vulto: invasão da Sicília, em 1943; invasão da Normandia,⁹ em 1944 — o dia “D” — e operação **Market-Garden**,¹⁰ em 1944.

Foi precisamente naquele clima de guerra que o então Capitão Roberto de Pessoa, do Exército Brasileiro, frequentou o Curso Básico de Pára-quedista e o Curso de Mestre de Saltos, em *Fort Benning*, o Curso de Demolição, em *Fort Bragg*, o Curso de Treinamento Avançado, em *Camp Mackall*, e o Estágio *Gliders* — tropas planadoristas e pilotos de planadores — em *Maxton Air Base* — todos nos Estados Unidos da América, no período de julho de 1944 a março de 1945. Ele é, portanto, o pára-quedista número 1 (Pqdt nº 1) do EB e o primeiro pára-quedista militar do Brasil.

Em suma, como ocorreu com quase todos os inventos, ao longo da história da humanidade, o pára-quedas terminou por servir aos fins militares.

Na Segunda Guerra Mundial, os pára-quedistas desenvolveram, em sua

plenitude, as características próprias desse tipo especial de soldado, que emolduram a “mistica da tropa pára-quedista”.

Os mandamentos do pára-quedista alemão consolidaram-se nas batalhas vividas por aeroterrestres de diversas nacionalidades.

Em combate, ficou patenteada a importância da iniciativa, da rusticidade em alto grau, do exacerbado espírito de união e de corpo, da agressividade e da criatividade. Enfim, uma tropa destinada ao emprego, na retaguarda inimiga, a partir do lançamento de aeronaves em vôo, tinha que ser diferente.

A Segunda Guerra Mundial foi, portanto, o palco onde ficaram evidenciadas as características especiais do combatente pára-quedista e foi justamente no berço da tropa pára-quedista norte-americana, naqueles dias de conflito, que o primeiro pára-quedista militar do Brasil teve a sua formação.

O PÁRA-QUEDISTA NÚMERO 1 (Pqdt nº 1) do EB

O General Roberto de Pessoa nasceu a 25 de fevereiro de 1910, no Estado da Paraíba.

Cursou a Escola Militar do Realengo, no período de 1928 a 1932, quando foi declarado aspirante-a-oficial da Arma de Infantaria.

9 - Popularizada através do filme “O Mais Longo dos Dias”.

10 - Ganhou popularidade através do filme “Uma Ponte Longe Demais”. Nessa operação, o grande número de baixas, entre os pára-quedistas ingleses, determinaria o uso das fitas negras — símbolo de luto permanente — nas boinas dos pára-quedistas, que persiste até os dias de hoje, em vários exércitos.

Dotado de excepcionais vigor físico e aptidões desportivas, cursou a então recém-criada Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), em 1935.

Em 1936, servia na Escola de Aviação dos Afonsos, como instrutor de educação física, quando viajou para Berlim, como membro do Comitê Olímpico Brasileiro. Havia sido designado subchefe da delegação dos estudantes de educação física, que iriam participar de um congresso paralelo aos jogos olímpicos.

Naquela ocasião, a Alemanha vivia intensamente os preparativos para o próximo conflito mundial. As escolas de planadoristas se multiplicavam e o pára-quedismo militar era uma realidade.

O então Tenente de Pessoa a tudo observava, atentamente. Visitou escolas de formação de pilotos de planadores e de pára-quedistas e, autorizado pelo Ministro da Guerra, foi brevetado em vôo de planadores pela Escola de Sylt. Já de volta ao Brasil e servindo no Nordeste, fundou o Aeroclube de Pernambuco.

Destacando-se no campo da educação física, foi nomeado, em 1943, diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos do Brasil.

Apesar do relevo e da importância de tal investidura e das regalias atreladas ao cargo, seu pensamento teimava em direcioná-lo para o pára-quedismo militar, fruto do que vira na Alemanha e das notícias da guerra. Embora moço, visualizava a importância daquela especialidade para um Exército em

desenvolvimento, como o do Brasil daqueles dias.

Assim, tudo fez para convencer as autoridades militares do Exército da importância daquela especialização para a Força Terrestre. Remeteu um documento fundamentando suas idéias ao Ministro da Guerra, recebendo um retorno favorável.

No final do ano de 1942, era encaminhada pelo Ministro, ao Presidente da República, uma exposição de motivos, propondo o comissionamento do então Capitão de Pessoa para a missão de realizar um estágio na Escola de Formação de Pára-quedistas do Exército dos EUA.

Por fim, em agosto de 1944, o Capitão de Pessoa partiu para a América do Norte, com a missão de realizar os cursos ligados à atividade pára-quedista, estudar a organização e o emprego da tropa, o armamento utilizado, os métodos e processos de ensino e os meios de transporte orgânicos. Tudo com o objetivo de implantar aquela atividade no EB.

Retornando vitorioso, trouxe consigo os certificados e distintivos dos cursos realizados e apresentou o relatório de suas atividades, bem como a proposta de fundação de uma Escola de Formação de Pára-quedistas no Brasil. Todos os documentos citados encontram-se na Biblioteca Tasso Fragoso, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), junto com o acervo do General de Pessoa, doado

àquela Escola. Sua proposta de implantação abrangia desde detalhes estruturais até os uniformes e distintivos a serem adotados, incluindo minucioso relatório ilustrado de tudo o que tinha visto em Fort Benning.

Começava aí outra fase do pioneirismo do Capitão de Pessoa — a criação das bases para implantação do pára-quedismo militar no Brasil. Considerando-se a sua condição de oficial intermediário e a complexidade da tarefa, é fácil imaginar a dimensão dos esforços empreendidos física e mentalmente por aquele abnegado militar.

De março a outubro de 1945, cooperou com o Estado-Maior do exército (EME) nos estudos sobre unidades aeroterrestres e aerotransportadas. Em outubro e novembro do mesmo ano, realizou palestras em estabelecimentos de ensino, civis e militares, e para os quadros das Regiões Militares, difundindo a atividade pára-quedista.

Cumprе resaltar que muitos companheiros do Exército dos EUA, nos cursos freqüentados pelo nosso Pqdt nº 1, em Fort Benning, dali saíram para o emprego em operações de combate.

Segundo depoimento do hoje General R/1 de Pessoa, ele chegou a participar de treinamentos para missões específicas de combate junto a equipes do Exército americano. Nessas equipes, ele tinha missão definida, só não seguindo na fase de execução por ter negada a autorização pelo governo brasileiro.

Após a fase de divulgação, foi feita, pelo então Capitão de Pessoa, uma rigorosa seleção entre os voluntários ao pára-quedismo, seguida de exaustiva preparação por ele dirigida, na EsEFex.

Os índices a serem alcançadas nos testes igualavam-se aos recordes de atletismo vigentes no País, alguns na América do Sul. Além destes, havia provas de coordenação, agilidade e outras qualidades físicas, de modo que, em 20 de novembro de 1945, partia uma seleta turma de oficiais e sargentos para os EUA, a fim de freqüentarem o Curso Básico de Pára-quedista, naquele país.

Duas turmas seriam ainda formadas nos EUA, em 1946 e 1948.

A esses idealistas e abnegados militares, a BdaInfPqdt reverencia, procurando manter sempre viva a chama por eles acesa.

Junto com eles, vieram as primeiras tradições da BdaInfPqdt, como o *boot marrom*, tão caro aos pára-quedistas. Trouxeram ainda o sentimento *doritual da iniciação*,¹¹ responsável, juntamente com o *reforço de status* proporcionado por cada salto, pela mística da tropa pára-quedista.

A semente plantada pelos pioneiros frutificou, de modo que cada pára-quedista, de soldado a general, após

11 - Fato confirmado por sociólogos, através de experiências, e que leva os principiantes a valorizarem altamente o grupo, quando submetidos a uma árdua iniciação.

pagar o seu árduo e suado tributo na área de estágio,¹² passa a ser um combatente, com características especiais.

Assim expressou-se o Major-General A.S Newman sobre essas características:¹³

“O salto com pára-quedas testa e enrijece o soldado sob tensão, de maneira que somente uma batalha pode fazer. Você nunca pode estar certo a respeito dos outros. Todavia, os pára-quedistas lutarão. Você pode apostar sua vida nisto. Eles, repetidas vezes, encaram o perigo durante o salto e desenvolvem uma autodisciplina que domina o medo. Subconscientemente, todo pára-quedista sabe disto. É por isso que ele possui aquela extraordinária e arrogante confiança”.

A IMPLANTAÇÃO DO PÁRA-QUEDISMO MILITAR NO BRASIL

Em dezembro de 1945, foi criada, através de decreto-lei, a Escola de Pára-quedistas e, para a sua implantação, instalou-se, inicialmente, um Núcleo de Formação e Treinamento de Pára-quedistas. Os pioneiros integraram e fizeram funcionar aquele Núcleo.

Após a instalação provisória, no antigo Ministério da Guerra (Palácio Duque de Caxias), ocupou finalmente o aquartelamento do então Regimento de Artilharia Antiaérea, na área conhecida como Colina Longa, bairro de Deodoro, no Rio de Janeiro.

Em 1949, consoante com a evolução prevista no próprio ato da criação, a Escola de Pára-quedistas passou a funcionar efetivamente, sendo extinto o Núcleo de Formação e treinamento de Pára-quedistas.

EVENTOS SIGNIFICATIVOS NA FASE DE IMPLANTAÇÃO

Afastamento do Capitão de Pessoa

Em março de 1946, assumiu o comando do Núcleo de Formação e Treinamento de Pára-quedistas o Tenente-Coronel Nestor Penha Brasil. Nessa ocasião, o Capitão de Pessoa encontrava-se nos EUA, acompanhando uma turma de pioneiros, adido à Comissão Militar Brasileira naquele país, para aquele fim, desde novembro de 1945.

Ao retornar ao Brasil, o Capitão de Pessoa foi servir no Núcleo de Formação e Treinamento de Pára-quedistas, onde exerceu as funções de comandante do Corpo de Alunos e instrutor-chefe do Ensino Técnico. Dessas funções,

12 - Local onde é ministrada a instrução para os candidatos à tropa pára-quedista.

13 - A.S. NEWMAN, *The Ties That Bind the Airborne*, Army 1968, p.19.

afastou-se no segundo semestre de 1946, para cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

De personalidade forte e tendo realizado sua formação pára-quedista nos EUA, em um período de guerra, onde o rigor das instruções era, certamente, deveras intenso e realista, o Capitão de Pessoa incompatibilizava-se com o seu comandante.

Era jovem, estava altamente motivado por aquele empreendimento, e tal situação culminou com o seu afastamento voluntário, indo servir, a partir de junho de 1947, no quartel general da Zona Militar Leste.¹⁴

Não cabe aqui analisar as razões dos então Tenente-Coronel Penha Brasil¹⁵ e Capitão Roberto de Pessoa. O primeiro cumpria a missão para a qual fora designado, missão esta de insofismável importância. O segundo era movido pela chama de seu ideal e pela energia da juventude — e os jovens têm suas próprias razões, muito embora estas, às vezes, os levem a sofrer as consequências dos seus atos.

O Salto na Praia do Flamengo e os Primeiros Equipamentos

Em outubro de 1946, por ocasião dos festejos da Semana da Asa, o Núcleo deu como iniciadas suas reais atividades.

Na oportunidade, foi realizado um lançamento de nove oficiais e dois sargentos sobre a Baía de Guanabara. Foi o primeiro “salto em massa”, de uma aeronave em voo, realizado por pára-quedistas militares, no Brasil.

Já em 1948, eram recebidos 1060 pára-quedas do tipo T-7, adquiridos nos EUA pelo Ministério da Guerra.

O pára-quedismo militar, no Brasil, já podia ser considerado uma atividade concreta.

O Precursor nº 01 (Prec UNO)

Em 1947, o então Tenente Celso Nathan Guaraná de Barros especializou-se, nos EUA, para desempenhar as funções de precursor pára-quedista (Prec Pqdt). Retornando ao Brasil, passou a difundir os seus conhecimentos, adaptando-os às condições então existentes na tropa pára-quedista do EB. Quatro anos mais tarde, o “Prec UNO” presenciaria o coroamento de seus esforços com a realização do primeiro Curso de Precursor¹⁶ no Brasil.

14 - Atual Comando Militar do Leste.

15 - O então Tenente-Coronel Penha Brasil participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e foi o primeiro comandante de tropa pára-quedista no Brasil. Deu nome ao atual Centro de Instrução Pára-quedista — Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil (CIPqdtGPB) e foi, ainda, o primeiro oficial superior do EB a qualificar-se pára-quedista militar.

16 - As características desse curso serão comentadas mais adiante.

Observa-se, portanto, que tudo começou com árduo e incansável esforço do então Capitão de Pessoa, que, abrindo mão do conforto e de vantagens materiais, lançou-se de corpo e alma no ideal de trazer o pára-quedismo militar para o Brasil.

Há que se considerar a coragem ao se predispor à tarefa, a determinação para ir ao encontro dos objetivos e a competência para elaborar os projetos de implantação.

Quanto aos pioneiros, foram, sem dúvida, os alicerces da complexa estrutura representada pela BdaInfPqdt. Através deles, a Brigada se estabeleceu e ganhou vida. Mais do que obras materiais, eles deixaram as marcas do espírito indomável e lançaram as sementes da mística do pára-quedista militar brasileiro.

Ao então Tenente-Coronel Penha Brasil coube a tarefa de comandar a primeira organização militar pára-quedista no Brasil, função que exerceu por quase uma década. Foi, ainda, o primeiro comandante dessa tropa quando ela se transformou em grande-unidade, desta feita no posto de general-de-brigada.

A TROPA PÁRA-QUEDISTA DO EB — EVOLUÇÃO

A partir de 1949 a tropa pára-quedista do EB passou por quatro fases dis-

tintas, nas quais recebeu as seguintes denominações: Escola de Formação de Pára-quedistas (1949/1952); Núcleo da Divisão Aeroterrestre — NuDivAet (1952/1968); Brigada Aeroterrestre — BdaAet (1968/1971); Brigada Pára-quedista — BdaPqdt (1971/1985); Brigada de Infantaria Pára-quedista BdaInfPqdt (a partir de 1985).

Destacamos, nesse período, a implantação de diversos cursos ligados às lides aeroterrestres, a criação e a evolução das diversas organizações militares pára-quedistas (OMPqdt) e alguns eventos de maior realce.

Ainda em 1949, realizou-se, em janeiro, o primeiro curso básico pára-quedista e, alguns meses mais tarde, o primeiro curso de mestre de salto.

Dois anos depois, seria a vez dos cursos de “manutenção de pára-quedas e suprimento pelo ar” (atual DOMPSA — dobragem, manutenção de pára-quedas e suprimento pelo ar, “precursor pára-quedista” e “transporte de tropas” (hoje, reduzido a um estágio).

O Curso de Mestre de Saltos habilita oficiais, subtenentes e sargentos pára-quedistas ao lançamento de pessoal e material, de uma aeronave em voo, capacitando-os ao exercício do comando, durante o voo, e ao lançamento de uma equipe ou de todo o avião.¹⁷

17 - Convencionou-se chamar avião o conjunto de pára-quedistas que salta de uma mesma aeronave.

O Curso de DOMPSA especializa oficiais e sargentos de Intendência, tornando-os peritos em pára-quedas e habilitando-os à confecção e ao lançamento de cargas. O Curso de Precursor Pára-quedista habilita oficiais e sargentos à instalação, operação e segurança de zonas de lançamento, pistas de pouso para aviões e zonas de pouso para helicópteros.

Em 1957, foi organizado o primeiro Curso de Operações Especiais, o qual, em 1966, foi desmembrado em Curso de Comandos e Curso de Operações Especiais. Hoje, é denominado Curso de Forças Especiais e, para candidatar-se a realizá-lo, o militar deverá ser pára-quedista e possuir o Curso de Ações de Comandos (CAC).

O CAC habilita oficiais e praças à execução de infiltrações, sabotagens e outras ações de "Comandos". Já as Forças Especiais destinam-se à atuação no campo da Guerra Irregular, instalando e operando, ou combatendo a guerrilha.

Em 1964, foi criado o Estágio Básico de Salto Livre, muito embora essa atividade já existisse na tropa pára-quedista, desde 1958, ano em que foi realizado o primeiro salto livre oficial, por uma equipe de dezessete militares. Esse estágio habilita oficiais e praças à execução do salto comandado pelo próprio pára-quedista. Além dos objetivos desportivos, complementa a especialização dos Comandos, Precursores,

Forças Especiais e DOMPSA, habilitando-os ao Salto Livre Operacional (SLOp), no qual o pára-quedista lança-se, de grandes altitudes, conduzindo seu equipamento e armamento.

É de resaltar que, entre 1972 e 1977, o CAC foi realizado no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), com o nome de Curso de Operações na Selva e Ações de Comandos (COSAC).

A Escola de Pára-quedistas era constituída por duas companhias de Infantaria; uma bateria de Artilharia; uma seção de Engenharia; e uma companhia de Especialistas. Essa companhia, por sua vez, enquadrava um pelotão de Transmissões, um pelotão de Destruições e um pelotão de Conservadores Artífices.

As companhias de Infantaria da Escola de Formação de Pára-quedistas deram origem ao batalhão de Infantaria (1951). Esse batalhão passou a chamar-se Batalhão Santos Dumont (BSD), em 1956. Já em 1961, transformou-se em Regimento Santos Dumont, esse a três batalhões. Com o advento da Brigada Pára-quedista, esses batalhões passaram a se chamar 25º, 26º e 27º Batalhões de Infantaria Pára-quedista, ficando o 26º com a denominação de Batalhão Santos Dumont.

Hoje, a Brigada de Infantaria Pára-quedista é composta pelos três batalhões já citados; por um esquadrão de Cavalaria Pára-quedista; um grupo de

Artilharia Pára-quedista; uma companhia de Engenharia Pára-quedista; uma companhia de Comunicações Pára-quedista; um batalhão Logístico Pára-quedista; um batalhão DOMPSA e por alguns elementos peculiares, como o Centro de Instrução, a Banda de Música Pára-quedista e o Destacamento de Saúde Pára-quedista. Há ainda um Batalhão de Forças Especiais, o qual é vinculado ao Comando de Operações Terrestres (COTER).

Como eventos marcantes da evolução do pára-quedismo do EB, podemos citar:

- a realização do primeiro salto noturno, em Gramacho, no Rio de Janeiro, RJ (1951);
- o primeiro lançamento pesado (1957);
- as comemorações dos 100.000 saltos (1958) e 200.000 saltos (1962);
- a implantação do pára-quedismo militar no Paraguai, com o apoio fundamental dos pára-quedistas brasileiros (1966);
- a classificação de um pára-quedista brasileiro, em 1º lugar, no campeonato mundial de pára-quedismo militar, (1971, em Portugal);
- a realização do primeiro salto tático de valor força-tarefa de batalhão, com seus elementos de apoio ao combate e apoio logístico, a partir de dez aeronaves C-130 e dez C-115;

- o estabelecimento do recorde mundial de salto livre simultâneo em uma só passagem, com o lançamento de duzentos e cinquenta pára-quedistas (1986 — zona de lançamento dos Afonsos, Rio de Janeiro, RJ);

- o estabelecimento da marca de um milhão de saltos (1986);

- o lançamento, no mesmo ano acima, de um obuseiro leve Otto Melara, do 8º GACP qdt, juntamente com a guarnição, partindo da rampa de uma aeronave C-130;

- a participação de um integrante da Brigada na abertura das Olimpíadas de Seul, (1988), quando foi formado, no ar, por pára-quedistas de diversos países, o símbolo olímpico.

Em síntese, a partir de 1949, quando foi implantada definitivamente a Escola de Formação de Pára-quedistas, o pára-quedismo militar no Brasil não parou de crescer.

Os cursos de especialização e extensão deram, à estrutura pára-quedista, suporte técnico e trouxeram para o EB uma nova mentalidade, voltada para o aperfeiçoamento profissional.

O aumento dos efetivos e a criação das novas organizações militares pára-quedistas, longe de dividir a tropa pára-quedista, foram amalgamando o bloco sólido da Brigada de Infantaria Pára-quedista, onde o “espírito de Arma” é suplantado pelo “espírito pára-quedista” e de “grande-unidade”.

CONTRIBUIÇÕES PARA A EVOLUÇÃO DO EB

Ao longo de sua evolução, no campo da instrução militar, a tropa pára-quedista introduziu modificações, que viriam mais tarde a ser incorporadas ao restante da Força, ao tempo em que contribuiu para a implantação de outras atividades e Estabelecimentos de Ensino.

São exemplos dessas contribuições:

- a Operação Boina, atividade inspirada no Treinamento Individual Básico de Combate (TIBC), complementar à formação do soldado pára-quedista;

- a implantação do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), cujo primeiro comandante — o então Major Jorge Teixeira de Oliveira — saiu do NuDivAet para realizar o curso de *Jungle "Expert"*, nos EUA e, posteriormente, implantar aquela nova organização militar no Brasil;

- a implantação da Seção de Instrução Especial (SIEsp), na AMAN, e o advento da Instrução Especial e das Tropas Especiais no EB;

- o desenvolvimento de uma doutrina de transporte aéreo (tropa e material), calcada no estreito relacionamento com a Força Aérea e na experiência prática;

- a inspiração para a evolução do Treinamento Físico Militar (TFM), seja na elaboração dos manuais, na adoção dos cânticos nas corridas ou na busca individual pelos melhores índices nos Testes de Avaliação Física (TAF);

- a realização de experiências pioneiras com material bélico, como foi o caso do tiro de artilharia em ambiente de selva;¹⁸

- o apoio à instrução em Escola do EB.

Fruto do contato com exércitos de nações amigas e do espírito dinâmico do pára-quedista, a BdaPqdt foi introduzindo adaptações, modificações e inovações, que, mais tarde, viriam a ser adotadas por todo o Exército, entre as quais podemos citar: o uso do *sutache*, com o nome de guerra no uniforme de instrução; a camiseta de meia-manga para o TFM; a queixeira para prender o capacete; o boné de brim (bico-de-pato); o uniforme camuflado; o uniforme de combate; o suspensório; o cinto de náilon; a faca de trincheira; o pára-fal e a boina.

Houve, ainda, ao longo da evolução da tropa pára-quedista, uma disseminação de seu entusiasmo e do seu espírito profissional, contribuindo, à sua maneira, para uma nova mentalidade no EB. Mentalidade esta voltada para o cumprimento da missão, a qualquer custo; para a valorização do espírito de iniciativa; para a especialização constante; para a valorização do homem, em face da deficiência de meios e para o

18 - ASSIS, Paulo Roberto Corrêa de. *Apoio de Fogo às Operações em Ambiente de Selva*. Military Review. Edição Brasileira. ECEME/EUA. Fort Leavenworth, Kansas, 1º Trim 1992, nº 1 : 55/68.

exercício de comando, através do exemplo.

À medida que evoluiu, portanto, a tropa pára-quedista irradiava seus reflexos para o restante do Exército Brasileiro. Essas influências se fizeram sentir, em diversos campos, porém destacamos como o de maior importância, a evolução de mentalidade na juventude militar.

EVOLUÇÃO DO MATERIAL AEROTERRESTRE

Nos seus primeiros dias, a tropa utilizou-se das Anv C-47, carinhosamente apelidada de *Garça*. Em 1955, chegaram ao Brasil os primeiros C-82. Em 1962, foi a vez dos C-119 e, em 1968, dos C-115 (*Búfalo*).

Atualmente, são utilizados o C-115, o C-130 (*Hércules*) e o C-95 (*Bandeirante*), para atividades de lançamento e aerotransporte. Somente para o aerotransporte, utiliza-se ainda o C-91 (*Avro*).

Os primeiros pára-quedas utilizados foram os do tipo T-7, de fabricação norte-americana. Chegaram ao Brasil, em 1948 e provocaram um choque brusco ao se abrirem. Dez anos depois, teria início a utilização do pára-quedas T-10, também norte-americano.

A partir de 1985, o Brasil passou a fabricar o pára-quedas T-10 DOMPSA, com 100% de nacionalização, o que

hoje também ocorre com o material destinado ao lançamento de cargas.

Diante da carência de meios e valendo-se do espírito de cumprimento da missão e da criatividade, os DOMPSA têm desenvolvido diversos artifícios, alguns copiados por exércitos do primeiro mundo. Como exemplo, podemos citar: o pino de segurança do gancho da fita de abertura; o pára-quedas de salvamento (T-10 AS); o reserva adaptado para salvamento de cão (RASC); o T-10 adaptado para carga; o reserva adaptado para carga e o reserva adaptado para lançamento de cão.

Assim, verificamos que muitos foram os passos dados pela tropa Pqdt, desde sua implantação. Para caracterizar a magnitude da evolução do material, basta lembrar que, hoje, a BdaInfPqdt salta e lança suas cargas com pára-quedas de fabricação 100% nacional.

MISSÕES MAIS IMPORTANTES

A BdaInfPqdt já realizou lançamentos nos seguintes países: Argentina, Bélgica, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, França, Itália, Panamá, Paraguai, Portugal e Venezuela.

Dentre as inúmeras outras missões de adestramento junto a Forças de outros países, destaca-se a realizada, em março de 1960, no Panamá. Nessas manobras, denominadas *Bannyan Tree II*, a 3ª Companhia de Fuzileiros, do Batalhão Santos Dumont, representou o Exército

Brasileiro, sendo alvo de elogios de quantos assistiram àquele evento.

Atualmente, a BdaInfPqdt tem a prioridade mais elevada junto ao Comando de Operações Terrestres (COTER) para os exercícios de adestramento avançado e realiza, uma vez por ano, a "Operação Saci", com a participação de elementos de todas as suas OM.

O Estado brasileiro, fiel à sua política pacífica, não se envolveu em conflitos externos, desde a Segunda Guerra Mundial. No entanto, os pára-quedistas brasileiros foram empregados em algumas ocasiões, entre as quais destacamos: o combate à subversão e à guerrilha urbana e rural, através de ações decisivas, no decorrer da década de 70; ações para manutenção da ordem interna, como ocorreu no "Levante de Aragarças", em 1959 e ações de Forças Especiais, como ocorreu, recentemente, na região do Trafra, na Amazônia.

Pode-se verificar, portanto, que a tropa pára-quedista do EB tem feito jus ao seu conceito de tropa de elite.

Essa constatação acontece ao analisar sua participação em exercícios realizados junto a Forças de outros países, como foi o caso da *Operação Bannyan Tree II*, e ao observar suas atividades anuais de instrução.

A participação dos pára-quedistas em missões reais e os resultados obtidos atestam a operacionalidade e a bravura dos seus integrantes. A participação nas missões de defesa interna e de

manutenção da ordem institucional consubstanciam a parcela de contribuição da BdaInfPqdt, enquadrada na Força Terrestre, para a manutenção dos objetivos nacionais, como a estabilidade do regime democrático no Brasil e a paz social.

OS SÍMBOLOS E O LEMA DA BdaInfPqdt

O pára-quedista militar brasileiro tem como símbolos : a boina grená, o *boot* marrom e o brevê. É com o pensamento fixo nesses símbolos que o aluno do Curso Básico Pára-quedista enfrenta as agruras da "área de estágios". Depois de passar pela porta do avião e usá-los, após a brevetação, sente-se um novo soldado. Aí se encerra o cerne da mística da tropa pára-quedista do EB, emoldurada pelo culto às tradições e pelo permanente contato com o perigo.

O *boot* marrom e o brevê acompanham a tropa Pqdt do EB, desde os seus primeiros dias. Já a boina grená foi adotada em 1964, seguindo uma tradição internacional.

O lema da BdaInfPqdt tem suas origens nos anos sessenta, quando a agitação política pós-revolução de 1964 tomava conta do País. Naquela época, um grupo de civis e militares partícipes da revolução e identificados com o nacionalismo, elaborou uma carta de princípios, cujo lema era "Brasil Acima

de Tudo". Alguns oficiais pára-quedistas, que serviam no Centro de Instrução Pára-quedista, comungavam com aquelas idéias e adotavam aquele lema como saudação.

Anos mais tarde, o General Acrísio Figueira, então coronel comandante do Batalhão Santos Dumont (BSD), adotou oficialmente esse lema para a sua unidade, publicando as prescrições para o seu uso em Boletim Interno. Assim, os pára-quedistas do BSD passaram a bradar "Brasil", ao executar a continência, e "acima de tudo", ao respondê-la.

Entre opiniões favoráveis e contrárias, esse lema consolidou-se, ao longo dos anos, de maneira espontânea, como elemento natural do espírito-de-corpo da Brigada Pára-quedista — atributo essencialmente militar.

A maioria dos pára-quedistas mais novos não sabe ao certo de onde surgiu o lema da BdaInfPqdt. Usam-no, porém, com o máximo de orgulho, conscientes de que representa a união entre os integrantes da grande-unidade, cuja causa maior é a defesa dos interesses do Brasil, dentro dos limites de subordinação previstos nas leis do País e nos regulamentos do Exército.

CONCLUSÃO

Após esta viagem de cerca de quatro décadas, em que fomos buscar as origens do pára-quedismo militar no Brasil,

chegamos ao ano de 1993. Agora, o leitor conhece os passos dados pela BdaInfPqdt, desde os seus primeiros dias, quando tudo não passava de um sonho.

Ao protagonista desse sonho, que tudo fez para torná-lo realidade, deve-se a existência dessa grande-unidade, no EB. "*Mesmo uma caminhada de mil milhas, começa com um passo*", diz o antigo provérbio oriental. Esse passo foi dado pelo Pqdt nº 1, General de Pessoa. E, junto a ele, pelos pioneiros, aqueles que acreditaram no sonho e participaram de sua concretização. Ao General Penha Brasil, o mérito de conduzir a BdaInfPqdt, em sua infância e adolescência, como pai diligente e capaz.

Constatamos que a mística da tropa pára-quedista extrapola as fronteiras dos países. Pode ser resumida nos mandamentos do pára-quedista alemão ou em simples símbolos, como uma boina ou um brevê. Ela ganha vida, no "ritual de iniciação", e se consolida no dia-a-dia de um combatente pára-quedista. Na BdaInfPqdt do EB, ela foi introduzida pelos pioneiros e nunca mais parou de crescer.

Verificamos que a evolução dos uniformes e da instrução militar estendeu-se ao conjunto do Exército Brasileiro, o mesmo acontecendo com algumas características dos pára-quedistas, como a idéia de valorizar ao máximo a iniciativa e o espírito de cumprimento da missão, a qualquer custo,

dinamizando, assim, a mentalidade da juventude militar.

O desempenho verificado em missões internacionais, a seriedade e a intensidade do adestramento anual, bem como a eficácia demonstrada em operações reais atestam a operacionalidade dos pára-quedistas brasileiros. Nessas últimas, repousa, ainda, a parcela de contribuição da BdaInfPqdt, enquadrada no EB, para a manutenção dos objetivos nacionais do País.

Concluimos, portanto, que a BdaInfPqdt é motivo de orgulho para todo o EB e que o maior reflexo de sua evolução é o poder dissuasório conferido ao Brasil pela sua existência. Muitos são os óbices a enfrentar, em face da conjuntura atual. Olhando para o passado, porém, os pára-quedistas de hoje avaliam os sacrifícios realizados por seus antecessores e percebem que não há obstáculos para aqueles que têm como lema: "O Brasil Acima de Tudo".

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Paulo Roberto Correa. *Apoio de Fogo às Operações em Ambiente de Selva*. Military Review. Edição Brasileira, Kansas, ECEME/EUA. (1) : 55-68, 1º trimestre. 1992.
- BERGOT, Erwan — 1972. *Les Paras*. Paris (Balland). (Tradução de Zarco Moniz Ferreira — Editora Ulisseia).
- BRIGADA PÁRA-QUEDISTA. *Destacamento de Forças Especiais* — s.d. O Pára-quedista. Livreto em quadrinhos. Rio de Janeiro.
- BRIGADA DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA. Livro-Registro Histórico da Grande Unidade.
- BRIGADA PÁRA-QUEDISTA. Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil — 1976. *Almanaque do CIPqdt GPB*. Rio de Janeiro.
- PESSOA, Roberto de — Gen Bda R/1 — Pqdt nº 01. Entrevistas.
- EXPOSIÇÃO da BdaInfPqdt sobre a Operação Saci/91, em 19 Ago 92, na ECEME, presentes o A/3 da VFAe, o E/4 da BdaInfPqdt e os Cmt do 26º e 27º BIPqdt.
- FLANAGAN, E. M. 1990. *The Airborne 50 and Still Counting — From Fort Benning to Desert Shield*. Army. (November): 42-52.
- HOMEM, Nelson Calvoso Pinto — 1991. *Peculiaridade da Brigada de Infantaria Pára-quedista de Exército Brasileiro nas Operações de Assalto Aeroterrestre*. Rio de Janeiro (ECEME).
- JAVOSKI, Alexandre Emílio Gama — 1989. *A Guerrilha do Araguaia: Ensinaamentos Colhidos*. Rio de Janeiro. (ECEME).
- LIMA, Acrísio Figueira de — Gen Bda R/1 Pqdt. Entrevista. Rio de Janeiro. 1992.
- MANUAL DE CAMPANHA — Headquarters Department of the Army. Staff Officers Field Manual Organizational Technical Logistical Data Planning Factors. FM 101-10-1/I. USA. Oct 1987.
- MALTA, Wenceslau. *A Brigada Pára-quedista do Exército Brasileiro*. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual, (665): 25-50. Jan/Fev 1976.
- Mc MICHAEL, WILLIAM H. 1990. Where AAFES dollars go. Soldiers. (Vol. 45 Nº 4): 36-41.
- MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. PÁRA-SAR. *Histórico do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento*.
- MÁXIMO, Francimá de Luna — Cel R/1 Pqdt. Entrevistas Diversas. Rio de Janeiro. 1992.
- MIKSCHKE, Ferdinand Otto. 1944. *Pára-quedistas*. Lisboa. (Livraria Popular).
- Mc COLLUM, James K. *A Mística da Tropa*

Pára-quedista. Military Review, Kansas, ECEME/EUA, (11) : 26-32, Nov. 1976.
NUNES, Luiz de Araújo — Cap R/1, Pqdt nº 42. Entrevistas diversas. Rio de Janeiro, 1992.

PALESTRA proferida pelo Ministro do Exército na ECEME, em 17 Ago 92.

PORTELA, Fernando — 1979. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo, (Global Editorial).

REVISTA AGULHAS NEGRAS — 1977.

RYAN, Cornelius — 1978. *Uma Ponte Longe Demais*. Rio de Janeiro (Biblioteca do Exército Editora).



Major Inf RACINE BEZERRA LIMA FILHO é Asp Of da turma de 1977, tendo concluído a EsAO, em 1986, e a ECEME, em 1993. Possui os seguintes cursos de especialização: Básico Pára-quedista; (Mestre de Saltos e Instrutor de Educação Física. Serviu no 1º BC, no 2º BIMTz (Es), no Colégio Militar de Salvador, na Escola de Administração do Exército e no 25º BIPqdt.

ENFIM, UMA RECEPCIONISTA QUE ALÉM DE BONITA, TOCA MÚSICA, ATENDE 40 LIGAÇÕES POR MINUTO E SÓ PEDE AUMENTO DE TRABALHO.



ABX MAX Monytel vem com a exclusiva Recepcionista Digital. Bonita, moderna, ela atende qualquer ligação, como que a telefonista esteja ocupada. Nesse caso, ela pede numa gracinha que a pessoa aguarde, enquanto ouve uma música de espera.

Assim que a telefonista desocupar, ela completa a ligação. Não deixa sua empresa perder um negócio por telefone ocupado. Instale o PABX MAX Monytel com exclusiva Recepcionista Digital. Uma linha sempre aberta para um negócio fechado.

MONYTEL

O IMPULSO QUE SUA EMPRESA PRECISA.

MONYTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Av. Miguel Frias e Vasconcelos, 1206 - Jaguaré - 05345
São Paulo - SP - Fone: (011) 268-3077
FAX (011) 819-3459 - Telex: (011) 81367



Banco de Boston. Uma espécie em expansão.

Há mais de 200 anos, no tempo em que os Estados Unidos da América eram mais um ideal do que um grande país, o Banco de Boston despontou como a primeira instituição financeira a garantir o valor da recém-criada moeda chamada dólar. Foi apoiando iniciativas vitais ao desenvolvimento dos negócios e dos interesses comunitários que o Banco de Boston tornou-se um dos mais importantes bancos norte-americanos. Buscando novas maneiras de realizar cada atividade e novos mercados para desenvolvê-las, criou soluções inéditas, cruzou fronteiras,



tornou-se cidadão do mundo. Estabeleceu-se em outros países, acumulou experiências, construiu um formidável know-how internacional. Em 1947 chegou ao Brasil. Cresceu com ele, formou gente, expandiu sua rede, criou novas empresas. Constituiu um Grupo - o Grupo Banco de Boston - composto de Banco, Empresa de Leasing, Financiadora, Distribuidora e Corretora. Está presente hoje nas principais cidades brasileiras. Apoiando iniciativas vitais ao desenvolvimento dos negócios e dos interesses comunitários. Como há 200 anos.

BANCO DE BOSTON



PORTUGAL: UNIÃO EUROPÉIA OU ATLANTICISMO? *

Therezinha de Castro

O artigo apresenta um estudo geopolítico comparativo das relações de Portugal e do Brasil com os continentes em que estão situados e o oceano a que se vinculam, em comum.

PRECEDENTES HISTÓRICOS

No século XII, Portugal já era um Estado Independente, conseguindo subtrair-se ao feudalismo que caracterizara a Europa Medieval. Em território isolado pelos Pirineus, com posicionamento no Atlântico, desenvolveram-se povoações litorâneas ligadas à pesca e ao comércio. Era essa a fase inicial de um Estado da Europa, fora da Europa.

Em 1415, os portugueses conquistavam Ceuta, onde o Infante D. Henrique e seus irmãos, D. Duarte e D. Pedro, eram armados cavaleiros pelo pai, D. João I, o Rei que livrara Portugal da total "iberização"; livrara-o da ameaça de submissão a Castela, vencedor da Batalha de Aljubarrota (1385). Impunha-se mais uma fase desse Estado da Europa, fora da Europa.

Dai ao "atlantismo" seria um passo. Com a travessia do Estreito de Gibraltar, estava consolidada a idéia da implantação de um império ultramarino, tendo, na Madeira e nos Açores, os respectivos trampolins e, em Sagres, a mola propulsora que congregaria, no Promontório de Algarve, experimentados navegadores venezianos,

* Selecionado pelo PADECEME

A autora, a convite do IDN (Instituto da Defesa Nacional) de Portugal esteve em Lisboa e no Porto, no mês de março de 1994, para proferir conferências sobre o Brasil.

genoveses, judeus e, até mesmo, árabes. Na prática, jamais existiu uma Escola Náutica em Sagres; podendo-se dizer que o mar oceano era a sala de aula, os bancos eram as caravelas, nas quais embarcavam mestres e alunos — pilotos, cartógrafos, astrônomos, geógrafos, marinheiros etc., numa perfeita simbiose de aprendizagem prática, dentro do método peripatético, no vai-e-vem das ondas e empurrar dos ventos. Nessa conjuntura, Portugal se “desiberizava” e se “atlantizava”.

Entre a chegada de Bartolomeu Dias ao Cabo da Boa Esperança (1489) e o traçado do caminho marítimo para as Índias, por Vasco da Gama, (1498), transcorrem nove anos, dentro dos quais deve ter sido implementada toda uma política que veio a **assegurar ao país o Poder Marítimo**. Assim, os ajustes feitos em Tordesilhas (1494) atribuíam a Portugal todo o Atlântico Sul, em cuja ribeira ocidental esteve Duarte Pacheco Pereira (1498), antecedendo Pedro Álvares Cabral, que, não sendo navegador, viria apenas tomar posse do que passaria a ser parte do litoral brasileiro (1500).

Devidamente “atlantizado”, Portugal iniciava o seu “**flechamento de rotas**”, posicionando-se nas passagens do Cabo (1498); de Ormuz (1508); de Málaca (1511); instalando um ponto de apoio em Cantão (1517) e um antípoda em Salvador, no Brasil (1549). Assim, em meados do século XVI, Portugal dispunha de cerca de 300 navios

oceânicos — o que é impressionante para a época — mas uma população de um milhão e meio, insuficiente para assegurar império tão disperso, em cuja esteira já se aventuravam Inglaterra e Holanda, voltadas para o Poder Marítimo, secundadas pela Espanha e França, mais afeitas ao Poder Terrestre.

Embora o objetivo comercial fosse o da obtenção das especiarias das Índias, ou Ásia daquela época, não resta dúvida de que, dentro de todo esse contexto, “a rota de Vasco da Gama estava previamente traçada, nas suas linhas gerais e essenciais, sendo fruto das explorações dos caravelistas encarregados — a partir da grande viagem de Dias — de descobrir o Atlântico Sul”.¹ E, surgiria, justamente nesse Atlântico Sul, a maior obra colonizadora dos portugueses — **o Brasil, a grande projeção de Portugal fora da Europa**.

Concluindo-se, essa fase marcaria, em definitivo, **o destino atlântico de Portugal** — que se daria, no transcorrer de toda a História, muito melhor, quando voltado para o complexo ultramarino que criara, enfrentando, ao contrário, sérios revezes quando se envolvia em problemas do continente. Assim o foi, no congresso de Viena (1815) ... no Congresso de Berlim (1883-84) ... e na Primeira Guerra Mundial.

1 - COSTA BROCHADO. *Descobrimento do Atlântico*, Coleção Henriquina, Lisboa, 1958, pág. 55.

POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Em 1968, quando entrava em colapso o regime ditatorial efetivado por Antônio Oliveira Salazar, desde 1932, ao se tornar Primeiro-Ministro, já se delineava o **desmembramento do Império Ultramarino**. Com a anexação do enclave de Goa (1960), começaram a ocorrer movimentos pró-independência, nos territórios africanos.

Impunha-se a **transicional fase de Marcello Caetano**, que se estendeu até 25 de abril de 1974. A **Revolução dos Cravos, de tendência esquerdista radical**, pretendendo levar o país a um "horizonte socialista", acabaria por lançá-lo numa **vivência tumultuada**, até 1979 — isso porque o processo político se imporia muito mais na exacerbação dos Partidos do que propriamente na divisão do eleitorado.

Separavam-se as Províncias Ultramarinas da África, enquanto Portugal via sucederem-se no governo os Generais Antônio de Spínola e Francisco Costa Gomes. Ante o fracasso do golpe liderado por Spínola,² realizaram-se eleições constituintes, onde o impasse com os socialistas impôs o Triunvirato (Francisco Costa Gomes, Otelo Saraiva e Vasco Gonçalves).³

Impasses continuados na presidência do General Antônio Ramalho Eanes resultam na vitória socialista na Assembleia Legislativa — os "eaneistas" eram **centristas ou esquerdistas** que não nutriam grande entusiasmo pelo Primeiro-Ministro Mário Soares, que acabou por se demitir em 1978.

Em 1980, Sá Carneiro procurava imprimir novos rumos ao país, na **direção da centro-direita**, quando morreu. As diretrizes se embaralharam e, nas eleições de 1985, o socialismo de Mário Soares obtinha vitória apertada sobre Diogo Freitas do Amaral, candidato do CDS/PSD (51,28% sobre 48,72%). Observando-se que a morte acidental de Sá Carneiro, o líder do PSD, não alijara de todo o Partido do Poder, **passada a tempestade revolucionária**, o eleitorado português balançava o pêndulo para a centro-direita, atribuindo o cargo de Primeiro-Ministro a Aníbal Cavaco Silva. O fato era justificado pois, em seguida à Revolução dos Cravos, a economia portuguesa entrara em declínio, contribuindo para o **afastamento do dogmatismo ideológico** e, ainda, para certa comunhão de idéias Soares/Cavaco quanto à entrada de **Portugal na Comunidade Econômica Européia**, a 1º de janeiro de 1986.⁴

2 - Para maiores detalhes vide: CAETANO Marcello. *Depoimento*. Distribuidora Record. Rio, 1974, e SPÍNOLA, Antônio de. *Portugal e o Futuro*. Editora Nova Fronteira. Rio, 1974.

3 - Substituído por José Batista de Azevedo, na chefia do governo, em 29 de agosto de 1975.

4 - Por seu posicionamento no terminal atlântico europeu, Portugal já havia se tornado membro da OTAN (1949), embora só tivesse sido admitido na ONU em 1955.

Portugal voltava-se para uma Europa que os Tratados de Maastricht (1993) e de Schengen (1994) procuraram, respectivamente, unificar, atingindo o próprio limiar da soberania, e cercar. Esse cerco entrava em vigor, a 1º de fevereiro de 1994, para controlar a imigração clandestina proveniente de países subdesenvolvidos, implantando, em decorrência, um sistema ultraliberal de circulação interna, na chamada "Fortaleza Européia".

Em se tratando da **imigração "Sul"**, Portugal recebeu grandes contingentes de negros PALOP, por serem originários de "países africanos de língua oficial portuguesa". Mas, em contrapartida, exportou seus brancos naturais como mão-de-obra barata. Cerca de 2.500 portugueses⁵ haviam migrado para o Brasil, mas, após a Segunda Guerra Mundial, a preferência voltava-se para a Europa, já que, dos 920.000 recenseados pela União Européia, em 1993, espalhados pelo continente, 84% estavam na França. Segundo a OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico), cerca de 40% das pessoas de nacionalidade portuguesa vivem fora do país. Antevê-se que essa **"sangria" de nacionais e "transfusão" de africanos** irá mudar,

sobretudo, a médio prazo, a paisagem populacional de Portugal.

Enquanto Portugal se "euro-centralizava", procurava não fugir de todo ao seu "destino manifesto atlântico", muito embora, mesmo antes de Schengen entrar em vigor, tenha se mostrado rigoroso com a imigração de brasileiros, geratriz da chamada "Crise dos Dentistas". Paradoxalmente, Portugal, país de emigração, com a independência de suas colônias, transformava-se em país de imigração, com os "retornados", portugueses ou descendentes destes, cerca de 90.000 pessoas — sem contar com os clandestinos, notadamente oriundos de Cabo Verde. Em consequência dessa invasão indiscriminada, embora não seja um conglomerado urbano como o Rio de Janeiro (6.000.000 de pessoas) ou S. Paulo (10.000.000 de pessoas), Lisboa, a capital portuguesa, já enfrenta a crise do urbanismo. Aí se desenvolvem as favelas, ou "bairros de lata", habitadas por desempregados ou imigrados, enquanto a cidade se espalha para zonas satélites ou cidades-dormitórios, com destaque para Loures, Amadora, Oeiras, Sintra, etc.

Mesmo diante de todo esse entrevero, era criado, em 1989, o **Instituto Inter-nacional de Língua Portuguesa**, com ambicioso projeto de união dos sete países que têm o português como língua oficial numa Comunidade. Esses países são — Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé-Príncipe.

5 - Que hoje abriga cerca de 1.200.000 deles e poderá receber parte dos 600 mil que vivem na conturbada África do Sul, já que o espectro dos "retornados" vem sendo tema de reuniões governamentais, em Lisboa.

Esse "atlantismo" ressalta do fato de **o português ser uma das línguas mais faladas no Mundo** e ainda do fato de que, no final deste século, será a ligação íntima e natural de cerca de 200 milhões de pessoas — "atlantismo" que avulta quando se constata ser **o português mais falado como língua natal** do que o próprio francês, o italiano e o alemão. Note-se, que além de "exportador" de seu idioma, **Portugal possui unidade linguística** que contrasta com a variedade de dialetos que, na maioria dos países europeus, entra em confronto com a palavra oficializada. No caso, em se tratando do mirandês, em Miranda do Douro, este não chega a afetar a língua portuguesa, que se impõe no país, constituindo-se na **terceira língua européia mais falada no Mundo Ocidental**.

Sem dúvida, essa Comunidade de Povos de Língua Oficial Portuguesa é o continuar da semente lançada em 1968, por Juracy Magalhães/Marcello Caetano e hoje cultivada pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira, apoiado pelo Governo Cavaco/Soares. Justifica-se o ano de 1968, pois o mundo lusfado se esfacelava, politicamente, e procurava, **na assertiva do idioma, a integração geopolítica**. Impõe-se, na atualidade, quando a Guiné-Bissau, cercada por países francófonos, ameaça abandonar o idioma português e Moçambique se posiciona tal como "ilha cercada por mar inglês".

Concluindo-se, o ano de 1989 irá se caracterizar pela atração de Portugal

para um continente que procura sobreviver na base de uma união, sem que ele se desvie, no entanto, de seu passado-presente "atlantista".

OPÇÕES GEOPOLÍTICAS

Situado no sudoeste da Europa, **Portugal Continental é país descontínuo**, integrado pelos arquipélagos atlânticos da **Madeira** e dos **Açores**. É do **tipo alongado**, segundo classificação de Renner,⁶ caracterizado por regiões climáticas diferentes. Nesse contexto, se envolve num dualismo — norte chuvoso e sul mais seco. O dualismo também é imposto pela divisória do Tejo, destacando um norte com pequenas propriedades ou minifúndios que, sendo núcleo geohistórico do país, apresenta-se bem mais conservador dentro do individualismo agrário. Ao sul, as planícies abrigam domínios maiores, com latifúndios que vão dos 4.000, 15.000 hectares, atingindo por vezes 30.000, transformando-se, por isso, no "feudo" do Partido Comunista.

O **contraste é ainda observado no campo da Demopolítica**, com uma zona interiorizada menos povoada (30 hab/km²), sem grandes centros urbanos,

6 - Com território contínuo, classifica-se o Brasil com a forma compacta, pela equidistância entre seus extremos norte/sul (4.307 km) e leste/oeste (4.336 km).

opondo-se a uma faixa litorânea com as maiores densidades (entre 200 e 500 hab/km²). Lisboa (830.500 habitantes) e o Porto (350.000 habitantes) são os dois núcleos urbanos de peso, o primeiro caracterizadamente geopolítico e o segundo como pólo geoeconômico.⁷ Pelo centripetismo que os caracteriza, Lisboa se articula com Coimbra/Santarém, enquanto o Porto atrai Aveiro/Braga.⁸ A Geopolítica justifica o **contraste periferia/hinterland**, pois os 832 km de litoral aberto para o Atlântico contam bem mais a História do país do que os 1.215 km de fronteiras terrestres com um único país europeu — a Espanha.⁹

A Geopolítica explica também o **movimento expansionista voltado bem mais para o sul** do que para o norte. Na fase da reconquista, o núcleo geohistórico posicionado entre o Douro/Minho, da "Roma Portuguesa" instalada em Braga, não atingiu a "Roma do Ocidente", constituída pela Gália. Assim, o território português buscava o seu espaço vital além do Tejo, implantando geoestrategicamente a capital em Lisboa. Anexado o Alentejo,

atingia-se o Algarve ou "país do poente", que passava, como associado ao Reino de Portugal, a se constituir em "marca defensiva" frente aos árabes, posicionados do outro lado de Gíbaltrar. A geografia algarvia, região isolada do Alentejo por cadeia montanhosa, separada da Espanha pelo Guadiana e banhada pelo Atlântico, imprimiria pendor náutico ainda maior no português que, da navegação costeira, pendeu para o desbravamento do enigma oceânico. Complemente-se tudo com a precisa conclusão geopolítica de Virgílio de Carvalho:¹⁰ "Quanto ao Algarve, a sua anexação foi decisiva para que ele não pudesse constituir, juntamente com a Galiza, uma pinça estranguladora do poder marítimo centrífugo de Portugal... Portugal estruturado, a partir daí, geopolítica, geoeconômica e geoculturalmente como país-arquipélago mais euro-atlântico do que ibérico, pode continuar a ser a única Nação na Península Ibérica a juntar a identidade da Nação (que as outras nunca perderam), à individualidade do país".

A **unidade e individualidade de Portugal** contrastaria, pois, com o cantonalismo geopolítico que faria da Espanha uma federação de Reinos comandados por Castela.¹¹

7 - No Brasil, é idêntico o fenômeno pois 80% de sua população se concentram na faixa litorânea, que dista 1.000 km do Atlântico, contribuindo para que nossos mais importantes centros urbanos sejam marítimos ou penemarítimos.

8 - Correspondendo, no contexto geral brasileiro, ao triângulo formado por Rio/S. Paulo/Belo Horizonte, de notória importância geopolítica no país, localizado em seu ecúmeno estatal.

9 - Com 7.367 km de linha litorânea e 15.719 km de fronteiras terrestres, o Brasil faz limite com 9 países sul-americanos e um Departamento do Ultramar — a Guiana Francesa.

10 - *O lugar da Europa e de Portugal no Mundo* (Ensaio Geopolítico a Propósito da Comunidade Européia). Distribuidores Movilivro—Porto e Diglivro—Lisboa. Porto, 1993, págs. 115 e 116.

11 - Contraste com reflexos além-Atlântico, onde a unidade e a individualidade do Brasil, o único Estado de língua portuguesa, contrapõem-se aos vários países hispano-americanos.

Além de fazer parte da Península Ibérica, Portugal também se **distingue em meio ao mosaico étnico-linguístico europeu por sua coesão**; destaca-se pela originalidade de uma **língua única e cultura uniforme** concedida pelos 94,5% de um povo professando a **religião católica**. Donde a conclusão de cunho geopolítico de que, por sua unidade e individualidade, Portugal poderá vir a se transformar num grande Estado nesse continente, onde está bem presente o processo de "balcanização", dentro dos separatismos que caracterizam vários países integrantes da União Européia. Nessa conjuntura de reivindicações, Portugal se destaca por não contar no interior de suas fronteiras políticas com nenhum problema étnico, nem com particularismos regionais.

Com 10.700.000 pessoas, praticamente a população da nossa cidade de São Paulo,¹² a densidade de Portugal é de 116 hab./km², de cujo total somente 1/3 vive nas cidades, correspondendo à **taxa mais baixa de população no seio da União Européia**. Muito embora a agricultura empregue 20,7% do efetivo populacional, apresentando-se como a **taxa mais elevada da União Européia**, não assegura senão 6% do PIB, por ser ainda insuficientemente modernizada. Exportador de pasta de papel, é o pri-

meiro produtor mundial de cortiça. Com a intensificação recente da exploração mineira, transformou-se no primeiro produtor de cobre, constando ainda de seus quadros o estanho, o tungstênio e o urânio.

Após haver se aproveitado das contribuições comunitárias oriundas de sua adesão à União Européia, que atingiram 2% do PIB, de 1986 a 1992, Portugal terá que encarar o ônus da integração, recuperando o atraso na agricultura como também no desenvolvimento dos setores saúde/educação. Para a realização desse programa, após a euforia dos que acompanharam o "milagre econômico", impõe-se a inquietude em face do **desafio de se manter no conjunto europeu, estando entre os países considerados mais pobres**.

Concluindo-se, por outro lado, que à semelhança da Dinamarca, no Grupo Escandinavo, e da Inglaterra,¹³ que, com Irlanda, Islândia e Portugal integra o Grupo Marítimo,¹⁴ os objetivos nacionais portugueses devem estar,

13 - Como a Inglaterra, a Dinamarca apensa ao eurocentrismo pela tendência "atlantista", assinou o Tratado de Maastricht, com grande relutância, com pequena margem de "sim", pelo envolvimento desse documento com o problema da soberania.

14 - No conjunto das Regiões Naturais sul-americanas, o Brasil se integra com a Argentina e o Uruguai no Grupo Atlântico, através do Pacto da Bacia do Prata e corolário no MERCOSUL, essa área, associando o interiorizado Paraguai, transformou-se no pólo geopolítico do Atlântico Meridional.

12 - Contrastando formalmente com o Brasil com 146.900.000 habitantes e densidade demográfica de 12 hab./km², com um efetivo de 76% vivendo nas cidades.

sobremodo, voltados para o fator geopolítico de que é **o país mais atlântico da Europa**, sendo-lhe o oceano muito mais vital que o continente.

Conseqüentemente, embora associado ao continente, não pode prescindir de seu posicionamento na "esquina dos dois Atlânticos", importante peça da RAIA (Região Atlântica Ibero-Africana), no conjunto da OTAN. E cabe aqui a premissa conjuntural de Virgílio de Carvalho:¹⁵ Portugal pode ser considerado, até certo ponto, um país mediterrâneo, por razões várias que são conhecidas, da História, da Cultura e do Clima, entre outras. Como também não o é do Sul da Europa, nem do Sudoeste euromediterrânico como a Espanha, Portugal é um país euro-atlântico". Em conseqüência, dentro de suas diretrizes geopolíticas, é indicado que Portugal deva se suprir da qualidade de oceânico para fazer frente ao que lhe falta na quantidade de um continente que procura se unir na chamada União Européia. Deve, pois, temperar cuidadosamente, o "atlantismo" com o "eurocentrismo".

CONCLUSÃO

A despeito da notória diferença entre suas respectivas áreas, com o Brasil 100 vezes maior do que Portugal, há semelhança na **disposição das fronteiras marítimo-terrestres**. Embora voltados para o Atlântico, perfazem, em quilômetros, menor litoral que o de suas respectivas fronteiras terrestres. Tal continentalidade, determinada pela disposição de fronteiras terrestres, é contrabalançada na maritimidade pelo fator demopolítico, já que é na faixa litorânea que se concentra o maior efetivo populacional.

Contrastando com a **fronteira única terrestre de Portugal** com a Espanha, o Brasil, excetuando-se o Chile e o Equador, limita-se com os demais Estados condôminos no continente. Porém, no campo das semelhanças, os dois países se mantêm geohistoricamente atlânticos — "atlanticidade" bem mais caracterizada para Portugal, **isolado na fimbria da Europa**, do que para o Brasil, com sua massa crítica transformando-o, por sua presença, em múltiplo vetor no continente sul-americano, onde ocupa 47,7% do total, em área.

Em se tratando do **fator crescimento do Estado**, a conquista do norte, na conjunção Minho-Galiccia, pondo frente a frente portugueses e espanhóis, levaria o núcleo geohistórico de Portugal a procurar espaço vital na diretriz do sul e, com a inclusão Alentejo/Algarve,

15 - *Cumprir Agora Portugal — Uma Proposta para uma Grande Estratégia Nacional*. Difusão Editorial Ltda. Lisboa, 1987, pág. 55.

manteria-se o traçado retangular na forma alongada do país. Já no Brasil, a conquista do norte, favorecida pela união das monarquias ibéricas (1580-1640) associada à vasta planície sedimentar amazônica, levaria os conquistadores portugueses a não tentarem grandes penetrações no sul, onde apenas parte dos Pampas (a Campanha do Rio Grande do Sul) seria incorporada ao Estado do Brasil. Como no norte de Portugal, no sul do Brasil houve o embate portugueses/espanhóis, que manteria, no confronto, uma zona de atrito no Prata, até 1870, quando ainda lutaram países já independentes. Consequentemente, na diretriz leste/oeste, que marcou o crescimento do Brasil, contrastando com a norte/sul, de Portugal, o território brasileiro ficou afunilado, no setor meridional, e avantajado, no setentrional. Daí a forma triangular do Brasil e a retangular de Portugal.

Em Portugal, no período de sua **formação territorial**, a "marca defensiva" ante os árabes passava a ser representada pelo Algarve unido ao Reino de Portugal. No Brasil essa área seria implantada no norte, onde a Amazônia anexada pelos portugueses deixaria confinados ao "Marginal do Caribe", precisamente no setor guianense do continente, os invasores holandeses, ingleses e franceses, que subtrairiam aos espanhóis as maiores fatias de terra americanas. Em consequência, na América do Sul, o Estado do Grão-Pará e Maranhão,

envolvendo-se na Amazônia, passava a ser a "marca defensiva" do Estado do Brasil.

Fazendo parte do MERCOSUL sem objetivos político-unionistas e sim econômicos de mercado, o Brasil se envolve com países idênticos de certo modo, tanto por sua cultura quanto pelos respectivos estágios econômicos. Trata-se, pois, de diretriz puntiforme para fazer frente a diretrizes difundentes de eixos norte/sul, em cujo setor setentrional nações de culturas divergentes e em estágios econômicos que as classificam num 1º Mundo querem, como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão posicionar-se como "Estados Diretores". Em contrapartida, **Portugal, já no seio da União Européia, envolve-se com variada gama étnico-cultural de economias díspares.** Como país pobre, dentro desse sistema conjuntural europeu, que, do âmbito econômico incursiona pelo político e já se envolve com o soberano, Portugal tem que traçar uma estratégia com competitividade, nas mais variadas escalas. Estratégia que destaca como seu mais importante ONP (Objetivo Nacional Permanente), o incontestável fator geohistórico de preservação da sua individualidade, aderindo a uma Europa da qual viveu sempre mais isolado do que integrado. Daí, no "atlantismo" reforçado, ter que manter a sua característica base, em maior aproximação e cooperação com países seus pares pela unidade da língua portuguesa. Nesse contexto, **Portugal**



ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO

estará efetivamente no seu "habitat geopolítico", podendo, em conseqüências manter sua identidade na mais natural individualidade.

Sem ser bioceânico Atlântico/Mediterrâneo mas posicionado na esquina dos setores norte/sul, Portugal tem, com o Brasil, um forte elo na "atlanticidade". Não sendo bioceânico Atlântico/Pacífico, o Brasil ocupa a maior costa meridional desse oceano, no qual tem continuidade além-equador terrestre. Daí ser caracterizado com

dupla-face nos setores norte/sul, e leste-oeste, na zona de estrangulamento do referido oceano. É, pois, para o Atlântico que as diretrizes geopolíticas do Brasil e de Portugal convergem. Portugal deve, antes de tudo, ter em mente que os grandes navegadores seus do passado deveram a grandes tempestades sua ótima reputação. E nisso plantaram, do outro lado do Atlântico, um país bem mais extenso, porém praticamente à sua imagem e semelhança.



THEREZINHA DE CASTRO — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica na ECEME e ECEMAR. Professora de História do Colégio Pedro II. Entre suas obras destacam-se: "Rumo à Antártica", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "Geopolítica: Princípios, Meios e Fins" e outras.

Os nossos Anjos-da-Guarda não têm asas.

ESQUILO



BK 117



PANTHER



COUGAR



A N O
15
helibras

Os Helicópteros do Brasil

Contatos e informações:

Diretoria Comercial; Tel. (011) 289.8797 / 284.2203 Fax: (011) 283.2978



A CAUSALIDADE HISTÓRICA

Luiz Paulo Macedo Carvalho

Quais as forças que se ajustam para condicionar a História? Quais os fatores que impelem o homem a desempenhar o seu papel histórico? Eis aí duas perguntas cujas respostas são elaboradas no decorrer deste ensaio.

CAUSA, CONDIÇÃO E CAUSALIDADE

Ao se folhear um dicionário, em busca do significado do vocábulo causa, encontrar-se-á a seguinte informação, no verbete correspondente: *causa*, s.f - aquilo que determina um acontecimento.

Em se tratando de História, contudo, a idéia de causa transcende desse simples enunciado e, por conseguinte, ganha mesmo uma nova dimensão. Ademais, visando ao processo histórico, a transformação e obedecendo a uma técnica, a análise em História não incide nas ocorrências em si, ou seja, nos aconte-

cimentos, mas na interpretação destes, que recebe a denominação de fato. Isto vem a reforçar a tese de que causa em História é alguma coisa a mais do que os vernáculos indicam.

Há, portanto, que se precisar melhor o termo. Assim sendo, para os estudiosos deste ramo das ciências sociais, dada a afinidade das palavras, necessário se faz resaltar que só cabe a qualificação de causa ao *essencial e suficiente* que provoca um fato histórico, restando ao exclusivamente indispensável, mas não suficiente, a mera designação de condição.

Conceituado em bases explícitas causa e condição e estabelecida a distinção

entre os dois termos, falta distinguir causalidade que, em suma, traduz-se pela relação amalgamadora do determinante ao efeito.

MONOCAUSALISMO

x

POLICAUSALISMO

Não há dúvida de que o homem faz a História do mundo e, reciprocamente, de que a História faz o mundo do homem. Não se pretende contestar que o homem seja o protagonista ou agente principal da História. Mas, daí a apegar-se à figura humana como pedra angular dos fatos ou a ater-se a um princípio básico científico, segundo o qual se afirma a existência de relações constantes e necessárias entre os fenômenos históricos, seria advogar o determinismo camuflado.

Hoje, está mais do que comprovado que a simples existência de fatores idênticos não gera resultados idênticos, mas dá, apenas, a possibilidade de efeitos análogos.

Com a projeção das experiências do já vivido nas telas do presente e os conseqüentes reflexos nos horizontes incertos do porvir, não se admite negar o livre arbítrio ou a influência da pessoa humana na determinação do fato histórico nem atribuir este a específicas forças internas ou externas.

O estudo analítico da gênese, do crescimento, da maturidade, da decre-

pitude e da morte das várias civilizações que antecederam às atuais ensina, ao contrário do que alguns tentam fazer crer, que a vida e morte das sociedades não foram condicionadas por um único fator, mas resultaram da interdependência de uma multiplicidade de fenômenos-causas.

Embora certos fatores influam sobremaneira na sucessão histórica e criem, até mesmo, a falsa imagem de que a História se repete, a verdade é que a equilibrada tomada de posição entre as correntes determinista e possibilista assegura a vitória do policausalismo sobre o monocausalismo.

Por outro lado, o monocausalismo conduz ao determinismo já superado, que oferece o perigo de buscar analogias onde não existem, redundando na distorção da História.

O QUE FAZ A HISTÓRIA

Mas, que forças afinal são essas que se ajustam para condicionar a História, ou impelem o homem a desempenhar o seu papel histórico?

Inúmeros são os fatores que se apresentam. Buscando uma classificação genérica poder-se-ia subdividi-los em fatores físico-geográficos e humanos.

Agindo o meio físico mais negativa do que positivamente, "a Natureza comumente proíbe, às vezes sugere, mas raramente compele". Por isso, as cha-

madras influências propriamente ditas físico-geográficas talvez fosse preferível batizá-las de relações, conforme preceitua Delgado de Carvalho.

De sua parte, as relações diretas do meio físico-geográfico tendem a se restringir, no que diz respeito ao homem, à Pré-História, pois com os progressos da ciência e da técnica, os seus imperativos perdem, gradualmente, o caráter de necessários. À proporção que a vida se torna mais artificial, o grau de civilização dos agrupamentos humanos se mede pelo coeficiente de independência que possuem em relação às forças naturais que o homem, em vez de temer, passa a controlar.

Por isso mesmo, o ponto-de-vista puramente físico-geográfico perdeu a importância que se lhe atribua, em outros tempos.

Dentre os físico-geográficos, aliam-se a posição absoluta e relativa, o tamanho e a forma, a topografia e a hidrografia, as características químicas do solo e do subsolo, as condições climáticas e a existência e a localização de recursos naturais da região.

Sendo o homem um agente ativo, e não passivo, da Natureza, mesmo quando recebe as imposições do meio, compreende-se que os fatores humanos se apresentem em maior número e revestidos de considerável significação.

Incluídos no rol dos humanos, estão os fatores antropológicos, demográficos, culturais, ético-morais, religiosos, econômicos, político-sociais, militares

e um dos mais poderosos do mundo moderno - o psicológico.

FATORES FÍSICO-GEOGRÁFICOS

Em primeiro lugar, apresenta-se a posição de uma determinada região com respeito aos hemisférios, ao equador e ao meridiano central, aos continentes e às rotas de comunicações. Da localização de um determinado país dependem sua segurança, suas relações com as diversas partes do globo e suas possibilidades de comércio exterior. As limitações e as possibilidades de uma área mediterrânea são bastante diversas das de uma outra marítima ou insular.

Países dotados de ampla extensão territorial podem, normalmente, abrigar um enorme contingente populacional e, conseqüentemente, proteger o seu interior com maior facilidade. Desfrutam também grandes probabilidades de disporem de imensas reservas de recursos naturais. Ao mesmo tempo, um país de dimensões extensas pode enfrentar sérias dificuldades no campo dos transportes, acarretadas pelas distâncias e pela dispersão dos centros industriais e populacionais.

A forma de um país influi significativamente no desenvolvimento do poder nacional. Um país estreito e comprido leva desvantagem na distribuição

interna de matérias-primas e produtos industriais, na unificação de seus habitantes e da sua estrutura governamental e se torna vulnerável a agressões externas. Tal desvantagem avulta quando o país é bisseccionado longitudinalmente por uma cadeia de montanhas, como o Chile, ou onde se mostra dividido em duas partes, como é o caso do antigo Paquistão.

A configuração da superfície de uma área ou de sua topografia constitui também um fator de ponderável valor. As montanhas e um relevo acidentado reduzem a cultivabilidade de terras aráveis e interferem na distribuição das águas pluviais. Estabelecem barreiras ou obstáculos às comunicações. Embora possam oferecer um sistema defensivo natural contra incursões alienígenas, da mesma maneira reduzem qualquer apoio externo em situações de emergência.

A existência de rios atuando como mananciais de água, fontes de energia hidrelétrica ou vias de transporte pode influir no desenvolvimento econômico de uma região.

Nos Estados Unidos, por exemplo, como se não bastassem os dois oceanos laterais, o Atlântico e o Pacífico, uma fabulosa rede hidrográfica liderada pelo prodigioso Mississippi — verdadeiro rio de unidade nacional, no dizer de Vianna Moog — permite ir-se através dos rios, lagos e canais aos pontos mais extremos do país: de Nova Iorque à fronteira com o Canadá; de Saint Paul, Minnesota, a Nova Orleans, no Golfo do México.

No Brasil, a pobreza da rede hidrográfica, a quase inexistência de lagos, rios encachoeirados submetidos às incertezas dos regimes de cheias e vazantes constituem mais embaraços do que instrumentos de progresso. O próprio Amazonas, considerado o maior curso de água natural do mundo em volume, nada vale comparado ao velho Nilo ou ao progressista Mississippi.

As características químicas e físicas do solo e do subsolo determinam até onde pode uma região ser auto-suficiente, tanto na produção agrícola como industrial. E, nos dias de hoje, o país que não puder alimentar a si próprio estará em posição desvantajosa na competição internacional pelo poder.

O clima, além de exercer enorme influência no desenvolvimento econômico de uma região, está intimamente ligado ao vigor físico e ao bem-estar da população local. Dizem que não é acidental localizarem-se as grandes potências mundiais nas zonas temperadas e de latitudes médias, onde o clima se apresenta moderado. Afirmam alguns historiadores que o homem parece sentir-se melhor, tanto física como mentalmente, ao longo das isotérmicas de 68° e 70°, com a umidade relativa oscilando entre 40 e 70 por cento. Nesta faixa de temperatura e umidade, tudo indica que o homem trabalha mais e com maior eficiência. As condições climáticas atingem também diretamente parte do produto nacional bruto despendida com vestuários, abrigos e alimentos.

Sobre e sob a superfície da terra acham-se as matérias-primas que alimentam a moderna indústria. O grau de auto-suficiência de uma nação no suprimento de produtos agrícolas e minerais ganha especial significância, em particular nos tempos de conflitos armados, quando as linhas de comunicações podem ser total ou parcialmente interceptadas. A pura e simples existência de recursos naturais não é suficiente para que uma área assuma posição de destaque no quadro mundial. De suma importância, no caso, é a localização relativa a outras reservas naturais e aos centros produtores e consumidores. A enorme distância entre a quase totalidade das jazidas de minério de ferro e as minas de carvão na Rússia muito entravaram o desenvolvimento daquele país no passado. Os Estados Unidos, por outro lado, foram particularmente afortunados por terem depósitos de minérios e minas de carvão próximos e dentro de uma rede de rios navegáveis e do sistema dos Grandes Lagos, que permitem um escoamento fácil e barato para os centros industriais e populacionais situados ao longo dessas aquavias.

FATORES HUMANOS

Já vão longe os dias em que a teoria vigente era a da desigualdade das raças,

em inteligência, valor, capacidade criadora e de absorver cultura independentemente das condições físico-geográficas, dos antecedentes sociais e do período histórico. A superioridade congênita do dolicocefalo louro de olhos azuis sobre o resto da humanidade é coisa do passado.

As experiências levadas a efeito, há algumas décadas, por Ford, na Amazônia brasileira e por alemães, na Amazônia peruana, invalidam completamente as doutrinas de Chamberlain e Gobineau, revigoradas pelo nacional-socialismo de Hitler.

A História moderna não aceita, sem levar em conta a herança social e os fatores geofísicos, o mito das virtudes hereditárias de certas raças.

O esdrúxulo racismo norte-americano, consubstanciado na doutrina de iguais mas separados, perdeu a acústica de outrora.

A tão combatida miscigenação racial, apontada como causa geral do atraso da América Latina, tem provado que não degrada tanto os indivíduos que dela participam, nem o produto.

Um dos mais expressivos determinantes da qualificação de uma nação como potência é o caráter de seu povo. Qualquer análise com o propósito de determinar a contribuição de um potencial humano à História deve compreender três considerações: características demográficas, aptidões e atitudes por herança cultural e grau de efetiva devoção aos interesses nacionais.

Um grande efetivo populacional constitui, sem dúvida, um dos requisitos básicos para o fortalecimento do poder nacional; mas números sozinhos não são o bastante. Se apenas um grande efetivo populacional fosse o suficiente para uma nação tornar-se potência, a China seria a mais poderosa do mundo, seguida pela Índia. E a antiga União Soviética teria ocupado o terceiro lugar. Embora o número de habitantes de uma região seja de capital importância para se aquilatar o seu potencial humano, não menos significativas são as condições de ordem qualitativa, tais como nível educacional, condições sanitárias, dotes culturais, habilidades e caráter nacional. Somente a integração de todas essas coisas darão um perfil dos recursos humanos em foco.

Muitas vezes, pensa-se que uma nação dotada de uma população jovem, aquela que dispõe de uma grande percentagem de pessoas de idades baixas, é viril, forte e se encontra em uma situação vantajosa. Isso nem sempre retrata a verdade. Frequentemente, tal se verifica entre os povos de higidez precária cujas altas taxas de mortalidade colocam sérias limitações à sua produtividade. Da mesma forma, associa-se comumente a idéia de desenvolvimento da um efetivo populacional em ascendência, enquanto, reciprocamente, relaciona-se a de uma população em decréscimo a um retrocesso. Isso, também, pode não ser válido. Um incremento populacional, a

menos que tenha as necessárias qualificações e os adequados meios de subsistência, ocasiona transtornos a uma economia em vez de a fortalecer.

A distribuição ocupacional de uma população serve de indicativo para o poder nacional. Uma elevada percentagem de gente fixada à terra pela imposição de fornecer alimentos ao restante de uma população limita o volume da força de trabalho industrial e da reserva disponível para atender as crescentes demandas numa emergência nacional ou internacional. Os povos por natureza móveis, acostumados a mudar fácil e rapidamente de uma localidade para outra, gozam do privilégio de trocar de atividades sem embaraços. Já nas áreas de povoamento estático, em que durante anos não se processam sequer migrações internas, a força de trabalho se restringe apenas a determinadas atividades, o que leva à estagnação. Os nômades, dado que estão habituados a enfrentar mudanças de diversas ordens, acham-se melhor equipados para as essenciais transformações acarretadas pelo desenvolvimento industrial.

O fato de um povo fruir de um elevado padrão de vida pode tanto favorecer como prejudicar o fortalecimento do poder nacional. Exercerá uma influência positiva, no caso de haver um considerável *superávit* na economia. Em uma nação de elevado padrão de vida, a fonte de mão-de-obra, onde a força de trabalho normal se abastece para expandir-se, é geralmente maior. Uma reduzida

percentagem dos membros das famílias trabalha em tempos de paz. Além disso, um povo beneficiado por alto padrão de vida comumente está melhor capacitado a educar os jovens e, conseqüentemente, a ampliar a força de trabalho da nação. Por outro lado, pairam dúvidas se um povo acostumado a um elevado padrão de vida restringir-se-á ao mínimo indispensável para a sobrevivência e ainda despenderá o esforço necessário à segurança da nação, em situações de emergência.

Os efeitos dos diversos tipos de incentivos e o modo como os povos reagirão sob certas pressões e motivações variam muito, no espaço e no tempo. A psicologia, a estrutura social de um povo e as condições do momento condicionam-no a agir diversificadamente, em circunstâncias análogas. Costumes e tradições exercem incomensuráveis resultados sobre os homens. Por exemplo, ao início da Segunda Guerra Mundial, julgava-se impraticável lançar a mulher europeia em muitas linhas de produção, devido ao tradicional pensamento de que seu lugar era em casa e não na rua. Tais restrições diminuíram a mão-de-obra disponível para fins industriais, embora, nessa mesma região, se aceitasse a mulher na lavoura para aumentar a produção agrícola.

Apenas por intermédio de um estudo completo dos costumes, da religião, das ideologias e do meio, precisar-se-ão os reflexos dos fatores psicológicos e sociais na História.

Há, entretanto, os intangíveis e incomensuráveis que se revelam, somente, em determinadas situações e condições. Constituem, sem dúvida, um importante fator de análise. Por exemplo, não se pode jamais fixar até onde irá o patriotismo de um povo, no apoio aos objetivos e ações de um governo. Naturalmente, uma nação desprovida de um acendrado sentimento patriótico, daquela força mística que impele os cidadãos a se unirem para a consecução dos ideais nacionais com sacrifícios pessoais, não permite a um governo, por mais bem intencionado e vigoroso que seja, desenvolver grandes projetos que requeiram contribuições altruísticas de uma parte razoável do povo.

No mundo de hoje, talvez o que mais assegura a união de um povo de cultura similar, ocupando uma área comum, em uma comunidade — a nação, é a força psicológica. Reside aí aquela seiva que empresta vigor para resistir a uma potência estrangeira quando tenta impor o seu controle ideológico, político, militar ou econômico a outrem; rejeitar propostas ou tentativas de organizações internacionais que ofendam a soberania do Estado; criar alento e lutar pela conquista dos objetivos nacionais permanentes.

Não sendo o homem e suas criações subprodutos geofísicos e pertencendo à História as paixões, os orgulhos, os conflitos, as ambições e a moralidade, não se pode querer interpretá-la abstraíndo as influências dos fatores ético-

morais nos fenômenos sociais, mesmo porque o ético-moral que regula o comportamento do homem em sociedade difere de lugar para lugar e de época para época. Por exemplo, a poligamia, em tempos idos e hoje, praticada entre certas tribos da África e da Ásia, causa espanto aos povos ditos civilizados. Entretanto, houve ocasiões em que tais sociedades poligâmicas foram tidas como adiantadas. O homossexualismo, atualmente condenado pela moral vigente, foi amplamente praticado em Esparta, no apogeu daquela histórica cidade-Estado da Grécia. Em pleno século XX, os esquimós continuam escandalizando outros povos com o tradicional costume de oferecer a esposa aos seus hóspedes. Tivessem os portugueses se deslocado para o Brasil, desde o princípio, com suas famílias, apesar da ausência de preconceitos raciais oriundos de uma ocupação moura secular, e se dispostos a aqui se fixarem, como ocorreu com os colonos ingleses do *Mayflower*, na América Norte, provavelmente a miscigenação não se operasse em tão larga escala. Os açorianos que imigraram para o Rio Grande do Sul e o português do Norte, que não sentiu os efeitos da saturação moral inconsciente provocada pelos costumes sarracenos da pátria da poligamia e da visualização da escrava como instrumento de prazer, resistiram ao cruzamento com índias e negras, mostrando um comportamento discri-

minatório semelhante ao do anglo-saxão nas colônias.

Ao lado dos fatores ético-morais, enquadram-se os religiosos. "Nas colônias do Novo Mundo, os padres seculares viviam amancebados com mestiças, sob a égide de que abaixo da linha do Equador não havia pecado - *ultra equinocialem non peccavit?*" Na Idade Média, tudo estava subordinado à ética religiosa e, como tudo era feito para maior glória de Deus, não se admitia cultivar valores materiais. Todas as ciências e artes se condicionavam à palavra da Igreja. A verdade, na época, só encontrava fundamentos nas revelações divinas e não nos argumentos da razão como sói acontecer agora. A propriedade, o dinheiro, a acumulação de riquezas, o comércio, a indústria, o empréstimo, o juro e o *turpe lucrum* passaram a ser admitidos só depois da reforma calvinista. A usura ou cobrança de juros era pecado, conforme S. Tomás de Aquino. Protestantismo e racismo fazem sentido para alguns, enquanto outros defendem que catolicismo subentende nacionalismo. Para Santo Agostinho, as riquezas foram feitas para o homem e não o homem para riquezas. Na encíclica *Populorum Progressio*, o Papa Paulo VI afirmava que a doutrina social da Igreja se alicerçava nos ensinamentos dos antigos Padres e dos grandes teólogos bíblicos, citando textualmente Santo Ambrósio: "A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos". Trechos há em que lembra as palavras

de São João Crisóstomo e de São Jerônimo, respectivamente: "tu possuíste o resultado do roubo, se não és tu mesmo o ladrão"; "todas as riquezas têm sua origem na injustiça. Se alguém não tivesse perdido, o outro não poderia adquirir... todo homem rico é ladrão ou filho de ladrão". Já aos olhos do puritano, as supremas virtudes são a poupança, o trabalho, a utilização do tempo e a acumulação de riquezas. Foram os judeus expulsos dos países católicos que, aliados aos calvinistas, estabeleceram a lei da oferta e da procura, da livre concorrência, criaram a letra de câmbio e os títulos ao portador, institucionalizaram os juros e organizaram as companhias por ações. O célebre historiador moderno Toynbee, em sua não menos famosa obra *A Study of History*, assegura mesmo que História é teologia.

Há ainda quem diga também serem civilizações promovidas pelos grandes homens, gênios, líderes e heróis, porque as massas desprovidas de personalidade criadora na melhor das hipóteses, limitam-se a uma imitação superficial e mecânica (mimese) — "uma das menos elevadas faculdades da natureza humana". E, como exemplo, citam os nomes de Moisés e Maomé, Cristo e Buda, Zoroastro e São Benedito, Alexandre e Júlio César, Maquiavel e Pedro, o Grande, Napoleão e Kant, Washington e Cromwell, Lenine e Gandhi, Kaiser e Hitler, Churchill e De Gaulle etc. O aparecimento dos heróis na História, todavia, parece resultar mais dos constantes desafios levados

aos diversos povos, ao longo dos anos, e cuja solução reclama um esforço anormal, sem precedentes, dos homens.

O fator econômico, segundo os marxistas, rege a História. De acordo com esta teoria, as metamorfoses políticas, sociais, religiosas, filosóficas, institucionais, culturais, individuais e coletivas derivam do sistema de produção da época. Pregava Karl Max que "a História se processa exclusivamente em torno dos fatores econômicos e da luta de classes". Mas, como o homem nada cria, nem destrói, só produz, a economia política clássica atribui à produção uma tríplice origem: a natureza, o trabalho e o capital (modernamente acrescida de uma quarta — capacidade empresarial).

Na verdade, a capacidade econômica de um agregado é medida pela habilidade organizacional de seus membros para empregar os recursos disponíveis, eficientemente. Tal eficiência representa, em grande parte, a capacidade empresarial de combinar trabalho, capital e natureza, da maneira mais econômica. Isso implica, em um certo grau, na habilidade de conservar os recursos materiais e humanos através de constantes inovações tecnológicas.

Não há um único índice capaz de mensurar apuradamente o potencial econômico. Existem bons indicadores de progresso industrial, tais como valor da produção de energia ou de aço de um país, se pudesse ser medida com precisão. As estatísticas sobre transportes e comunicações fornecem outros índices que podem oferecer uma imagem do

desenvolvimento alcançado em uma região, se comparada a outra tomada como padrão. Em que pese os métodos imprecisos de cálculo e de conservação numa unidade universal de valor, o "produto nacional bruto" e a renda *per capita* ainda são úteis ferramentas para se avaliar uma economia.

Apesar de as nações se apresentarem politicamente independentes, dentro da política moderna, raramente agem com independência absoluta. E, por sua vez, os fatores políticos se interpenetram, desde os primórdios das antigas civilizações, com os econômicos, psicossociais e militares. Dessa forma, não há como afirmar que este ou esse fato histórico se deva exclusivamente a uma origem eminentemente política.

Os militaristas argumentam que a História não se faz sem armas e guerras. Procurando defender suas tendências belicosas, aproveitam-se da dialética hegeliana e enfatizam que a humanidade, paradoxalmente, perpetua-se e progride somente por intermédio de conflitos armados.

HISTÓRIA E VIDA

Tentando, finalmente, inferir-se o que constrói a História, depreende-se que,

contrariando as inúmeras teorias divulgadas e discutidas no passado, esta ciência social não se fundamenta exclusivamente no comportamento de uma raça lutando por sua pureza, nem na geografia como insinuava Ratzel, muito menos no progresso indefinido de Spencer ou na lei dos três estados do positivismo de Comte, na religião ou nos heróis, na simples estrutura do fator econômico, como juram os adeptos de Marx, ou na espada do soldado.

A História foi cognominada a "mestra da vida" porque é a própria vida. E onde há vida domina o imprevisível e o incontrolável, que não permitem unilateralidade de causas, mas concausas, passado, presente e futuro. Eis porque os antigos, sempre que desejavam explicar os antecedentes dos fatos, remontavam ao fundo dos tempos, dizendo: "no princípio, era o Verbo..."

As origens e os motivos de quaisquer acontecimentos sociais não se podem restringir a causas exclusivas ou predominantes. Quando muito, aceita-se para fins didáticos o estabelecimento de causas mediatas e imediatas.

Até o presente, desconhece-se a ciência da exata hierarquização dos fatores-causas.

No dizer de Troeltsch, "a casualidade ignora hierarquia".



Cel. Art. e EM LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO, p.s.c., é pós-graduado pelo "Staff College", Camberley, Reino Unido, e preside o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; foi membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. Atualmente dirige a Biblioteca do Exército.



A GUERRA REVOLUCIONÁRIA AINDA EXISTE?*

Jair de Araujo Caldas Xexéo

A resposta afirmativa é defendida pelo autor, através de argumentação racional. O desenvolvimento do artigo identifica sua nova roupagem, caracteriza a vulnerabilidade do nosso País e propõe ações necessárias para enfrentá-la e vencê-la.

Desde o início dos tempos históricos, passando pelos tempos bíblicos e alcançando a Guerra-Fria, a Guerra Revolucionária, sempre existiu, motivada por uma ideologia qualquer que colimava na tomada de poder tribal, estatal, ou simplesmente, a pretexto de garantir a liberdade de culto religioso. Assim foi com Ciro, com os Macabeus, com Lenini, com Lumumba, etc, os quais,

vitoriosos, exportavam de variadas maneiras sua idéia mater.

Nos tempos atuais, a grande ideologia, sem dúvida, foi o Marxismo-Leninismo que, mesmo antes da vitória final na Rússia, fez adeptos no mundo todo.

Com a crise econômica russa e o desmoronamento do Muro de Berlim, criou-se a idéia da morte desse tipo de guerra e estaria se criando a Nova Ordem Mundial, onde haveria paz, nem que fosse a *pax romana*.

Não obstante, observa-se: suas idéias doutrinárias permaneceram e foram assimiladas por outros "revolucionários", agora sem a conotação ideo-

* Selecionado pelo PADECEME

lógica, mas com grandes atributos psicológicos baseados na pobreza, na marginalização e na personalidade rompida pelo sofrimento físico, quiçá moral.

O avanço tecnológico em todas as áreas, a irrespondida questão "trabalho x capital"; a carência, em um mundo cêlere, de um doutrina filosófico-religiosa que responda a perguntas interiores; a quebra da família e de seus laços em um universo materialista, onde o ter é superior ao ser, levam o homem, carente disto tudo, a uma implosão interna. Vê suas metas inatingíveis, os meios legais para alcançá-las impossíveis de obter e, então, seu caráter se quebra, rompe-se, passando este homem a enxergar um só meio — a violência — e uma só meta — ter dinheiro fácil.

Surtem, assim, os "novos rebeldes" — indivíduos que adotaram os seqüestros e homicídios seletivos, as expropriações, os comandos territoriais e os comandos unificados, a corrupção, a área liberada para, possivelmente, a tomada do poder estatal.

No conceito de nosso Exército, a Guerra Revolucionária é vista sob o prisma da ideologia Marxista-Leninista.

Apesar de essa doutrina não haver morrido, nem estar moribunda — haja vista as nações que ainda a professam, embora sem condições de exportá-la, há que se pensar em ampliar tal conceito, dando-lhe um sentido mais geral e global.

Assim, no mundo de hoje, podemos observar que a Guerra Revolucionária

se faz por algumas das seguintes motivações: **etnia, religião, drogas**. Todas elas se utilizam da mesma metodologia da Guerra Revolucionária Marxista-Leninista: comando único ou unificado, comando territorial e corrupção das elites dirigentes, visando à criação de uma área liberada, onde os rebeldes dominam pela conivência da população, ou pelo terror, o assassinato seletivo, etc.

Como exemplos mais comuns dessas motivações, podemos citar a luta entre sérvios x mulçumanos x croatas, iraquianos x drusos; árabes x judeus; irlandeses x ingleses; governo colombiano x Cartel de Cali e Medellín, zulus x bantus x afrikanders. Na América Latina, onde as nações ainda se encontram em estágio inferior de desenvolvimento, há campo propício para se explorar o clima de insegurança capaz de favorecer uma das motivações citadas. As etnias e religiões são praticamente as mesmas, suas populações estão submetidas ao "capitalismo selvagem" e, em grande parte, situam-se na periferia dos grandes centros urbanos.

Nessa população circundante à cidade, aparecem indivíduos que, "não só rejeitam as metas (aspirações legítimas) e os meios (instrumentos legais), mas ainda pretendem que a sociedade mude a ambos".¹ (Constitu-

1. Pedro de Oliveira Figueiredo — ESG

indo-se em força, eles vão empregar meios de coação para obrigar materialmente terceiros a adotarem atitudes, ou realizarem atos contra a sua vontade. É a violência que se institui.

Como a etnia e a religião são equivalentes, com seus padrões de comportamento rompido, resta apenas como motivação a essas populações periféricas, o tráfico de drogas, o crime e a contravenção.

Historicamente, na América Latina, sempre existiram focos isolados de banditismo ligados à contravenção, ao contrabando de bebidas, máquinas fotográficas, perfumes, etc, ao roubo de veículos, ao punguismo e outros delitos, todos com seus líderes locais, permanentes ou efêmeros.

Por seu turno, as lutas pela Independência geraram elites acostumadas a enganar e subordinar o Poder Colonial, com a finalidade de atingirem seus objetivos políticos e econômicos. Igualmente, negros escravos e índios aculturados usavam o engodo, a dubieza, para enganarem os senhores da terra.

Pelo acasalamento genético cultural, tais fatos iriam-se refletir no inconsciente coletivo e na memória ancestral das populações futuras.

Nesse contexto, a situação geográfica do Brasil favorece, sensivelmente, a atuação daqueles "fora-da-lei", por suas fronteiras abertas a oeste e ao sul, pelas imensas penetrantes líquidas, ao norte, e a extensa costa marítima. Esses fatores, a par da quase nula vigilância fronteira,

sempre permitiram a entrada e a saída de contrabando e do descaminho. Igualmente, a leste e a sudeste, a cadeia orográfica da Serra do Mar se interliga, permitindo o cerco de grandes centros urbanos e o aparecimento de rotas de fuga para outros compartimentos, fora do alcance jurídico local.

Por sua vez, o desmantelamento da URSS e da Cortina de Ferro favoreceu um acúmulo de armas e munições, à disposição de quem quiser comprá-los. Justaposto a tal fato, a permissividade da legislação norte-americana sobre armas coloca à venda, para quem quiser, uma coletânea imensa de arsenais mortíferos, principalmente nas suas áreas de colônia ibero-americana, o que facilita o seu contrabando e descaminho para o Brasil e o restante da América Latina.

Sabemos todos que o homem é um eterno aprendiz e que o comportamento criminoso ou delinqüencial pode ser aprendido.

Na luta revolucionária ideológica em que o Brasil e outros países estiveram envolvidos, entre 64 e 80, o homem periférico, de comportamento disruptivo, seja nos cárceres, seja nas ruas, pôde aprender as técnicas e táticas de guerrilha urbana marxista-leninista — nos cárceres, pelo contato *tête-à-tête* com o subversivo, que lhe passava o "que" e o "como" fazer, nas ruas, pela observação dos atos guerrilheiros.

Aprendendo, o bando dos "novos rebeldes" tornou-se uma associação

estável, com o fim de praticar, reiteradamente, crimes. Portanto, uma organização de fato. Desse modo, os "novos guerreiros", sob o comando unificado, passaram a operar como verdadeiras empresas cujo produto é o crime. Exploram o ilícito, como se fosse um empreendimento capitalista lícito.

Ao mesmo tempo, as fronteiras abertas do oeste, com o mínimo de obstáculos, e as hidrovias amazônicas permitem tranqüilamente a entrada no país do produto maléfico de Cali, Medellín, Santa Cruz de La Serra, etc. Tem-se no Brasil, que se debruça sobre a África, o grande pólo distribuidor de tóxicos, ingredientes básicos para acender um "barril de pólvora".

Com uma doutrina de guerra espúria; armamento variado, bom e barato, no mercado internacional; compradores de tóxicos interessados, tanto nacionais como estrangeiros; produção dos alucinógenos em área soberana a pouco custo; contraventores e contrabandistas com dinheiro, prontos a financiar o negócio sujo; regiões de difícil acesso à disposição, prontas a se transformarem em área liberada; elites aptas a se corromperem, em face de sua memória ancestral, tornou-se fácil àqueles líderes isolados à margem da lei, por bem ou por mal, começarem a se unir em comando unificado e organizarem vários comandos territoriais, impondo sua vontade nos morros, nas favelas e nos cortiços, exercendo sua influência ilegal sobre comunidades carentes, trans-

formando-as em áreas de homizio e de recrutamento.

A imposição da vontade se dá, como já dissemos, pela convivência ou pelo terror. A primeira é realizada pelos pequenos ou grandes favores, como empréstimos a fundo perdido; proteção contra outros bandos armados; prática da justiça de retaliação imediata para os moradores da área; o respeito aos moradores próximos, etc. A segunda é posta em prática pela violência — assassinatos, espancamentos, mutilações e estupros. É a aplicação da lei do "calas ou morres".

Essa política subterrânea, que granjeia o apoio populacional, permite ao novo-rebelde recrutar novos elementos, oriundos de suas áreas de influência, e ter um excelente esconderijo. O seio da população vai permitir, de antemão, saber quando a força legal estadual vai atuar e quando ela vai recuar.

Aí, novamente, é a doutrina guerrilheira marxista, já adaptada ao módulo urbano, que funciona: "se atacam, eu recuo; se páram, eu ataco; se fogem, eu persigo; se não venço pelo combate, corrompo; se não corrompo, mato". "O povo é o mar, e nós somos os peixinhos que nele nadam."²

Restam agora, ao novo rebelde, ao novo guerrilheiro, expandir sua área liderada. Para onde? Para o asfalto,

2. MaoTse Tung

para os bairros, para, finalmente, toda a cidade, todo o município.

Para realizar tal intuito de expansão, entretanto, é necessário ao "novo rebelde" saber qual a intensão e a vontade política das elites governantes de combatê-los. Então, ainda dentro da doutrina revolucionária, como testes daquelas vontades, organizam-se os saques aos supermercados (a expropriação); os seqüestros seletivos, que lhe darão vantagens políticas e econômicas; as tentativas de assaltos a quartéis e a delegacias de polícia, em busca de armas; a liberação de presos; a desmoralização do poder coercitivo do Estado.

Apoiados nas idéias de Max e Lenine, o comando unificado financia campanhas políticas, para obtenção de apoio legal; faz doações para entidades filantrópicas e de benemerência, para ganhar a simpatia popular; corrompe a autoridade e a imprensa, para tornarem-se as vítimas do desrespeito aos direitos humanos e apresentarem o organismo legal como autoritário, violento e anti-democrático.

O "novel-guerrilheiro" e seu comando único orquestram tão bem sua campanha psicológica que passam a ser comuns: a defesa da liberação de determinado jogo; a defesa da liberação de maconha; o "orgulho" de conhecer e ter como "amigo" determinado contraventor (financiador espúrio) ou determinado "dono do morro" (guarda territorial); a manutenção da classe média acuada e trancada em casa.

Nesta altura dos acontecimentos, verificamos que, salvo melhor juízo, há uma nova Guerra Revolucionária em andamento, com o colimador apontado para o estabelecimento de uma grande "área livre", onde suas leis, seu governo e sua Força Legal estejam do seu lado e os apóiem e acobertem, nas ações diretas e indiretas contra as instituições, no controle progressivo da população, ou pela destruição de seus valores morais e culturais.

Para ilustrar a formação de um novo estado, dentro do Estado Legal, podemos citar os seguintes casos:

- **Peru:** fusão dos interesses dos traficantes de pasta de cocaína com a guerrilha do Partido Comunista Sendero Luminoso, que chega ao âmago do poder central;

- **Haiti:** envolvimento do Exército com o tráfico de drogas, permitindo-lhe resistir às pressões internacionais para restauração da democracia;

- **Granada e Panamá:** governos envolvidos com o tráfico internacional de tóxicos, motivando intervenção militar de potência estrangeira;

- **Marrocos:** primeiro exportador mundial de haxixe;

- **Birmânia:** primeiro produtor mundial de ópio;

- **Nigéria:** participação, em vasta rede de narcotráfico, de setores do Exército e da Política;

- **Paquistão:** segundo produtor mundial de heroína;

• **Guiné Equatorial:** envolvimento do governo central, do corpo diplomático e da família presidencial numa rede internacional de tráfico de drogas;

• **Colômbia e Bolívia:** são sobejamente conhecidos os problemas dos governos com os cartéis da droga em Cali, Medellín e Santa Cruz de la Sierra;

• **Itália:** intervenção do corpo judiciário contra a Máfia, que já dominava Sicília, Nápoles, Roma.

Como combater, então, o novo-rebelde, o novo-guerrilheiro?

Como não poderia deixar de ser, avulta neste instante as expressões política e militar do poder nacional, visando a impedir e diminuir as ações criminosas que colocam em xeque os objetivos nacionais.

Em face desse processo, é necessário que o Estado evite, impeça e elimine as ações neo-revolucionárias. Assim, evitar significa não se deixar criar e ampliar, no País, clima propício ao desenvolvimento de bolsões de novos-rebelde; impedir significa agir para que não se formem outros núcleos de novos-rebelde; eliminar significa a destruição do mecanismo do processo criminoso e a neutralização, ou eliminação, dos dirigentes dos novos-guerrilheiros.

Do mesmo modo que na Guerra Revolucionária ideológica, há de o Estado tomar atitudes caracterizadas pela formação de Estado-Maior Conjunto ou Combinado e por medidas de natureza preventiva, repressiva e operativa.

A **atitude preventiva**, nesse quadro não ideológico, visa a enfrentar os tipos de ação adversa que se caracterizam, como perturbação da ordem pública (saque, seqüestro, interdição de ruas para assalto, etc) que comprometem os poderes constituídos e o cumprimento da lei. Ela é tipicamente policial, e tem como objetivos: o controle das atividades de pessoas suspeitas de pertencerem aos quadros rebeldes, ou de terem ligação com eles (guarda local); a destruição dos pequenos focos de bandoleiros (guarda territorial), nas favelas e cortiços (área liberada), interditando-lhes as rotas de fuga; a prisão, inclusive de menores e mulheres, ligados ao banditismo, seja a contrabando, tráfico de drogas ou contravenção.

Essas ações devem ser apoiadas pelas Forças Armadas, mas sem perder de vista o caráter policial.

A **atitude repressiva**, nesse mesmo quadro, visa a impedir a ampliação da situação anterior, constituindo-se em grave perturbação da ordem.³

Ela tem caráter de emergência, com prazo limitado, e objetivará: a intervenção federal onde se tornar necessária; a decretação de medidas excepcionais, que envolvam restrições aos direitos e

3. Sabotagens, ataques a quartéis e delegacias da polícia, grande corrupção no Legislativo, Executivo e Judiciário, grandes contrabandos de armas e tóxicos, assassinatos seletivos etc.

garantias individuais dos habitantes das áreas liberadas (favelas, cortiços, etc.); a eliminação e destruição das bases dos novéis-guerrilheiros e a remoção da população, se necessário.

Há que bem planejar essas ações, pois, quase sempre, elas provocam reações de revolta e medo, predispondo a opinião pública contra as instituições, pois, naquelas áreas, bem mais da metade da população é de gente honesta. O erro da Força Legal será bem aproveitado pela imprensa corrompida, ou nas mãos de contraventores.

A **atitude operativa**, provavelmente, não se realizará, pois o novo-rebelde, na ação repressiva, tenderá a fugir ou a se entregar, já que raramente se enganará em combate frontal com as Forças Legais. Caso ocorra tal atitude, envolverá ações de luta armada em área edificada, com as forças (quadrilhas) não rebeldes.

Dentro desse quadro, o papel das informações é essencial para conhecer-se a realidade da situação e da verdade dos fatos. Um sistema permanente de informações constituiu-se num dos elementos essenciais para o planejamento e a execução das ações de combate ao novo-revolucionário.

Em síntese, podemos concluir pelo exposto que, com o retraimento da ideologia marxista-leninista, surgiu um novo tipo de "revolucionário" que, assimilando a doutrina de Guerra Revolucionária, a utiliza para os intentos

criminosos de tráfico de drogas, formando uma associação de fato, uma empresa comercial para a prática de atos ilícitos. O Brasil, por suas fronteiras abertas, extensa rede hidrográfica e por estar debruçado sobre a África, é um território que se presta à entrada e à saída do produto espúrio, ao mesmo tempo que tem áreas favoráveis ao homígio, tendentes a se tornarem áreas liberadas "e de cerco sobre os grandes centros urbanos". Para tal fim, grupos isolados, quadrilheiros, contraventores e contrabandistas se unem em comandos, conforme a doutrina da Guerra Revolucionária, e buscam ampliar suas áreas liberadas, com o propósito de obter um estado-legal que os abrigue, à luz da autonomia legal. Para combater esses novos guerrilheiros, avultam as expressões política e militar do Poder Nacional que, intimamente, são as únicas, em conjunto, capazes de os derrotar, como em Granada, no Panamá e na Itália.

BIBLIOGRAFIA

- SOARES, Orlando. *Criminologia*.
 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.
 Manual Básico e Revista, nº 26, 1993.
Doutrina de Guerra Revolucionária. Manuais diversos
Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, edição de 25 Mai 94.



Cel Inf QEMA JAIR DE ARAÚJO CALDAS XEXÉO. É da turma de 1963 da AMAN. Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso do Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da ESG. Serviu nas três unidades de infantaria febianas, em várias diretorias, em Brasília, e na extinta Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, onde gerenciou o subprojeto Tabatinga. Foi delegado do Brasil na 1ª e na 2ª Reunião da Comissão Brasileiro-Colombiana e na 1ª Reunião Bilateral Brasil-Peru. Comandou o 56º

BI. É diplomado em Administração de Empresas pelo CEUB e tem extensão em Administração Pessoal e de Hotéis, pela FGV. Atualmente, serve no CML, onde é adjunto da 4ª Seção.



Firestone

A VIDA RODA MELHOR NUM FIRESTONE.



O ENSINO DA ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE APRIMORAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DIRECIONADOS PARA C&T *

Marco Antonio Santos Pinheiro

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular para a obtenção do diploma do Curso de Direção para Engenharia Militar da ECEME.

Trata do Sistema Científico e Tecnológico do Exército, centrado na formação dos seus recursos humanos.

No mundo de hoje, avulta a valorização da área científico-tecnológica, por muitos considerada um dos campos da expressão do poder de uma nação. De fato, em nossos dias, nações são capazes de vencer deficiências graves por meio

da competência nos assuntos referentes ao domínio e desenvolvimento de tecnologias de ponta, ao tempo em que essa competência específica empresta grande poder de dissuasão ao campo militar.

No que tange à área científico-tecnológica, pode ser detectado um enorme potencial a ser desenvolvido e aproveitado por nossas Forças Armadas. Esse potencial refere-se à melhor

* Selecionado pelo PADECEME

capacidade de suas áreas operacional e técnica trabalharem, de modo síncrono e eficiente.

Pródigo na formação de seus oficiais, em cursos de bem cuidada programação e atualização, o Exército Brasileiro conta com líderes e dirigentes de nível profissional ombreado ao dos melhores do mundo. Entretanto, embora de primeira linha, seus oficiais, tanto combatentes quanto técnicos, ainda hoje ressentem-se da capacidade de operar juntos como verdadeiras equipes, de privilegiar o coletivo e os objetivos comuns, em detrimento do individual, de vaidades fortuitas e de incompreensões atávicas. Individualmente, são homens de grande conhecimento em suas áreas de trabalho, mas há reduzido conhecimento mútuo entre os grupos que integram. Da deficiência de comunicação entre as duas partes resultam grandes perdas para a instituição, a qual deixa de contar com importantes recursos técnicos aplicáveis ao combate.

Numa visão simplificada temos, na prática, de um lado o oficial engenheiro e pesquisador, cada vez mais voltado para a sua ciência, para o aprofundamento do seu campo específico do saber e, de outro, o oficial combatente que, embora cômico da forte influência da técnica no moderno campo de batalha, sente-se ainda desconfortável para influir no setor técnico, o qual possui experiências e necessidades próprias. Sendo os técnicos minoria, cabe aos combatentes a responsabilidade maior pela

criação de uma área de entendimento comum, capaz de permitir a sólida integração do subconjunto menor ao sistema global. Essa área depende de um aumento de informações entre as partes, principalmente sobre os *modus operandi* específicos.

As diferenças desses *modus operandi* podem ser ilustradas por meio de uma simples analogia.

Imaginemos a inundação provocada em determinada área. Vista como operação militar, essa ação conteria dados referentes à missão (tornar passiva uma área, por inundação); ao inimigo (o detentor da área a ser inundada); aos meios (quantidade de água disponível) e ao terreno (desnível existente) que passariam por profundo e detalhado estudo. Como resultado, surgiria um plano de manobras, do qual constaria a exata quantidade de água necessária à inundação e os preparativos a serem feitos, nos leitos de seu escoamento. O objetivo — a inundação da área — seria atingido atendendo a certos princípios de guerra, como o da surpresa e o da massa.

Pois bem, poder-se-ia dizer que essa mesma inundação conteria todos os ingredientes de um empreendimento técnico-científico. Neste, a quantidade de água representaria o conhecimento disponível para atingir o objetivo desejado, os leitos para o seu escoamento seriam os caminhos por onde fluiria o conhecimento e o objetivo final seria o

domínio de certa área, por "inundação" de saber.

Como exemplo de área específica a ser dominada, poderia ser citada a capacitação em produzir mísseis. Pelo lado técnico, à exceção do objetivo, os demais fatores não seriam suscetíveis de exata determinação. O número exato de cientistas e pesquisadores para reunir o conhecimento inicial desejado seria impossível de ser especificado. A "precipitação" do conhecimento, desnível abaixo, em direção à área a ser "inundada", dar-se-ia tão-somente a partir do momento em que elementos capacitados fossem reunidos, em número suficiente, em ambiente propício à interação entre eles e ao exercício da criatividade, da investigação e da produção científica. Da mesma forma, os caminhos a serem percorridos pelo conhecimento poderiam ser imaginados, mas não previamente preparados, como nas operações militares. A ciência não caminha por leitos predeterminados. Simplesmente, porque cada descoberta é em si um aprendizado, e este tem caminho e tempo próprios. Muitas vezes, o conhecimento desviará de seu curso imaginado; noutras tantas sofrerá retenções, formando pequenas "poças" à margem do caminho principal, ao qual retornará com ímpeto renovado.

Aqueles que coordenam e gerenciam projetos técnicos-científicos, sejam eles oficiais técnicos ou combatentes, cabe entender o *timing* do processo, não o abortando por impaciências nascidas do

seu desconhecimento. Devem, isto sim, munidos da maior quantidade possível de informações e de técnicas específicas de gerenciamento, procurar facilitar ao máximo o fluxo do conhecimento, ficando ainda capazes de identificar os desvios e retenções desnecessários, por serem estranhos à natureza do trabalho realizado.

Embora voltado para problemas na área técnica, o presente trabalho teve sua principal motivação na convicção de que ele pode atuar na interface entre as duas áreas, técnica e operacional. Estará sempre presente, ao longo do texto, o desejo de colaborar com o técnico, apresentando-lhe sugestões voltadas para um melhor entendimento de si próprio, como integrante da Força, e com o combatente, facilitando-lhe o entendimento de problemas típicos do mundo técnico-científico.

O trabalho foi realizado em torno de duas palavras-chave: ética e qualidade.

Palavra dominante no mundo técnico, a partir dos anos oitenta, a qualidade tem seu significado fortemente ligado à palavra envolvimento. Para que ela exista é necessário o envolvimento de todos, e de cada um, com o processo em execução, em sua forma. Quanto à ética, refere-se ao estudo formal do comportamento humano, dentro de um grupo social.

A atuação do engenheiro militar é marcada pela permanente influência de dois mundos, nem sempre de fácil conciliação: o militar e o técnico-cien-

O próprio sentido etimológico da palavra educação, *ex-ducere*, "tirar de dentro", é de grande valia para o seu entendimento, na forma como ora está sendo mostrado. Ou seja, munindo-se gradativamente com os conhecimentos adquiridos, com exemplos dados e exposto a ambientes estimulantes, o homem vai adquirindo capacidade de discernir, avaliar, criticar, decidir e vai conquistando o conhecimento de verdades. São essas verdades que, em face da curiosidade intrínseca à natureza humana, o incitam a novos desafios e descobertas, dando assim um sentido contínuo ao processo educacional.

VALORES ÉTICOS E CULTURAIS

A partir da definição de educação, serão feitas considerações relacionadas com importantes valores éticos e culturais.

A primeira consideração vem da necessidade do cultivo do diálogo em um processo educacional. Diálogo é um exercício de troca entre duas pessoas, através da fala. Todo professor e pesquisador deve estar ciente de sua disposição em interagir com seus alunos, orientados por meio do principal instrumento da educação, a fala. Deve valorizar o exercício do ouvir e ser ouvido, do dizer e do escutar, do dar e do receber informações sobre o problema, sem o quê, estará bastante

prejudicado todo o processo da educação.

A segunda consideração trata do respeito e da sociabilidade, os quais sempre devem estar presentes nas salas de aula e nos laboratórios. A percepção, por aqueles que normalmente dirigem as atividades de ensino, da sua verdadeira posição social, no contexto dessa atividade, é fundamental para que a própria atividade se realize. Os professores e pesquisadores devem perceber que as relações humanas nem sempre se dão em nível de igualdade. Assim é entre pais e filhos; governantes e governados; chefes e subordinados e, no caso, entre aqueles que têm algo a dar (professores e pesquisadores) e os que têm algo a receber (alunos e orientados).

Embora o fruto do saber não se dê apenas entre aquele que ensina e o que aprende, mas no sentido inverso, o primeiro sentido de fluxo é o principal e deve ser entendido com naturalidade pelo professor, evitando-se, principalmente, a figura do bom moço, daquele que tenta, em primeiro lugar, conquistar a simpatia dos alunos, por meio de um falso igualitarismo, rejeitando assim as diferenças naturalmente existentes entre as qualificações dos envolvidos no processo. São exatamente essas diferenças que criam a complementariedade no processo de ensino e pesquisa, indispensável à criação de grupos unidos e criativos.

A terceira consideração fala da lealdade, virtude que se reveste de

importância ainda maior em ambiente como o do IME, sujeito à dupla influência: a da ciência e a da estrutura militar da qual o IME faz parte. A lealdade é aqui tratada em seu sentido primitivo de fidelidade à lei, a um compromisso, a uma instituição. A existência de regulamentos militares, a serem observados, não inibe a atividade científica. Não se está aqui defendendo algum efeito benéfico que possivelmente possa advir da disciplina castrense, aplicada em laboratórios e salas de aula. Os ambientes de atividades científicas exigem uma natural soltura, sem a qual perde-se o espaço necessário à existência do diálogo e da sadia contestação. O que se ressalta aqui é que o cumprimento dos regulamentos não deve ser visto como uma imposição arbitrária da vontade de quem manda. Uma oposição ao movimento natural da busca da verdade, a qual requer ritmo próprio e espaço para questionamentos, dúvidas e avaliações. Os regulamentos militares devem ser vistos, isto sim, como instrumentos voltados para a harmonização das atividades científicas e militares. Servem à ordenação da razão de todos aqueles que, de uma forma ou outra, têm o encargo de zelar pelos bons resultados da comunidade.

O senso de lealdade, quando existente, não permitirá que colidam a obediência aos preceitos militares com o espírito livre e aberto voltado para as descobertas da ciência.

A lealdade deve também ser entendida dentro de um significado mais amplo, ligado à veracidade e à ausência de posições dúbias. Inclui-se aqui o perfeito entendimento da "desigualdade" entre os que ensinam, professores e pesquisadores, e os que aprendem, alunos e orientados. Quando em ambiente militar, estas posições estão marcadas, via de regra, pelo fluxo do mais antigo para o mais moderno. Nesse caso, a hierarquia militar, que tão rapidamente distingue aquele que manda daquele que obedece, em hipótese alguma pode servir como instrumento de dominação, de poder e de prevalecimento de uma vontade sobre a outra. A missão do professor e do pesquisador é sempre a de ajudar no crescimento e desenvolvimento do outro, a despeito de qualquer relação hierárquica existente entre ambos.

A quarta consideração diz respeito à prática da verdade, virtude enaltecida nos manuais militares e que deve, também, estar sempre presente nas relações humanas, dentro dos ambientes científicos. Os professores têm a obrigação da prática inteira da verdade com seus alunos. Devem ser sérios e verdadeiros ao estabelecerem os limites e objetivos a serem alcançados, no aproveitamento do tempo e na exigência dos resultados.

O culto à veracidade traduz-se, inclusive, na visão correta da real dimensão do campo específico de interesse do professor ou pesquisador, dentro do contexto maior do interesse da instituição, evitando-se supervalorizações de

cadeiras e áreas de pesquisa, com o propósito de autovalorização ou o de fazer com que os alunos dediquem a elas a maior parte do seu tempo de estudo ou pesquisa.

Finalmente, a última consideração a ser tratada refere-se à preocupação, que deve ser permanente, da fuga da visão utilitarista do ensino. A formação de recursos humanos voltada apenas para o útil, para o prático, leva à formação de profissionais pouco ou nada perscrutadores e limitados à prática de operações já dominadas e conhecidas. A educação deve estar orientada para operar significativas modificações interiores e dirigida para a formação de seres criativos e intelectualmente empreendedores, seres satisfeitos com sua capacidade intelectual, confiantes e propensos a novas investidas, no campo do saber.

A ÉTICA NA UNIVERSIDADE

Dentre os desvios éticos existentes nas universidades, o mais comum está relacionado com os objetivos a serem alcançados pelo ensino e pela pesquisa. Muitas vezes, professores evitam suas obrigações pedagógicas, a fim de desenvolverem "seus próprios trabalhos". O objetivo do ensino deve ser sempre o de comunicar a compreensão das verdades fundamentais de um campo de estudo.

A relação entre ensino e pesquisa e seus objetivos deve ser compreendida através de uma rápida revisão histórica da implantação formal da pós-graduação, em nosso País.

Muitos dos problemas da atividade de pesquisa nas universidades brasileiras estão diretamente relacionados ao fato de ser a mesma bastante nova e, como tal, ainda em fase de definição de seu perfil básico. Acresça-se a isso o fato de nosso País atravessar uma fase difícil, de aguda recessão econômica, sendo poucos os recursos econômicos alocados em programas de pesquisa.

A criação, em forma organizada, dos cursos de pós-graduação em nosso País data apenas da década de 60, mais precisamente do advento da Reforma Universitária de 1968. A evolução inicial da atividade de pesquisa deu-se em ritmo acelerado, com a criação de condições satisfatórias de trabalho, injeção de recursos e criação de centros de pesquisa nas nossas universidades.

A esta bem realizada implementação da pesquisa não correspondeu, como seria de se esperar, a melhoria no nível de ensino de graduação. Muito pelo contrário, criou-se, isto sim, um abismo entre ensino e pesquisa, entre os níveis de graduação e pós-graduação.

A dicotomia entre ensino e pesquisa foi causada pelo modo como foi feita a distribuição dos recursos. Os recursos federais foram canalizados para os docentes de maior qualificação, em programas de doutoramento no Brasil

ou no exterior. Obviamente, esses docentes estavam envolvidos com programas de pós-graduação, estabelecendo-se a divisória que perdura, até hoje, na maioria de nossas universidades, com o ensino de graduação de um lado e o de pós-graduação do outro, tendo cada um deles recursos e administração próprios.

De modo quase que geral, a pós-graduação não está sob a égide do Ministério da Educação e Desportos, como é o caso da graduação. A pós-graduação tem vinculação com a universidade, normalmente, apenas através da folha de pagamento dos seus docentes e pesquisadores e pela ocupação de suas instalações físicas. Recebe, entretanto, recursos diretos de órgãos públicos, tais como: Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio de Janeiro (FAPERJ), Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), dentre outros.

Aqueles que pensam ser esta uma situação privativa das instituições civis, ficando os nossos institutos militares alheios a ela, incorrem em erro. Nossos institutos, embora arcando com a despesa maior, na forma de pagamento dos salários, alimentação e gastos gerais com instalações e laboratórios, também recebem verbas oriundas desses órgãos incentivadores da pesquisa, normalmente na forma de recursos para determinada linha de pesquisa ou pagamento de bolsas de estudo.

Muitas vezes, os pesquisadores vêm-se tentados a direcionar sua pesquisa para objetivos com maiores perspectivas de apoio por parte dos órgãos patrocinadores, em detrimento dos objetivos maiores da instituição em que atuam.

O desvio dos rumos da pesquisa e do ensino, em prol do desenvolvimento de seus participantes, em campos de interesse, é desvio ético relativamente comum nos ambientes científicos. Para sua correção, faz-se necessária a presença da vontade política, na forma de objetivos institucionais claros e inquestionáveis.

Para evitar desvios de objetivos, deve-se respeitar as individualidades e os valores dos recursos humanos envolvidos na atividade de pesquisa, além de dar-lhes boas condições de trabalho, traduzidas estas por facilidades laboratoriais, ambiente acolhedor e, principalmente, receptivo ao exercício da criatividade.

Também é importante que os gerentes dos programas de pesquisa tenham a compreensão do modo peculiar pelo qual a ciência avança. De certa forma, a ciência possui caminhos e tempo próprios, incapazes de serem rigidamente determinados pelo homem. A ciência envolve um processo de perguntas e respostas, onde a resposta se transforma rapidamente numa pergunta, num desafio a abrir novos caminhos e possibilidades não vislumbrados anteriormente. Tal fato repousa na própria definição de ciência e deve ser percebido

por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, participam de seus programas.

A atividade de pesquisa, em sua essência, é também uma atividade de aprendizagem. Seria errôneo, entretanto, pensar que os cientistas e pesquisadores agem às cegas, ao sabor dos novos caminhos desvendados. De alguma forma, pelo seu conhecimento científico acumulado, sabem razoavelmente o caminho a seguir, conhecem os campos de maior possibilidade de sucesso em relação ao ponto que desejam alcançar. Além disso, deve-se perceber também que grande parte das pesquisas caminha por áreas do saber conhecido, onde a solução do problema pode ser antecipada, embora requerendo, para tal, emprego de criatividade e habilidade.

O SURGIMENTO DO PROCESSO DA QUALIDADE

A década de oitenta está marcada, no campo técnico-científico, pelo surgimento, seguido de rápida divulgação e aplicação, de princípios e técnicas relacionados com a melhoria dos processos em geral. Na raiz do fenômeno, está a constatação, pelos ocidentais, da enorme perda de mercado ocasionada pela presença, cada vez maior, de produtos oriundos do mundo oriental com superior qualidade e menor preço. A conquista de tais importantes características mercadológicas deve-se, em essência, ao alto grau de envolvimento

de operários e dirigentes com suas empresas, de maneira global.

Calcado em razões de ordem cultural, o envolvimento com a empresa e seus produtos, comum dentro dos padrões de conduta oriental, não encontra correspondência em nossa cultura, mais voltada para o individualismo. A busca da recuperação da competitividade no Ocidente fica, assim, marcada pelo ensino e pela divulgação de técnicas de gerenciamento, notadamente direcionadas para o envolvimento de todos, e de cada um, em todas as etapas do processo produtivo e nos problemas afetos à empresa de modo geral. Essas técnicas recebem nomes, tais como: gerenciamento por qualidade, qualidade do processo e outros.

A preocupação com a qualidade nasce da constatação de que medidas tradicionais para o aumento de rendimento geram, principalmente, resultados a curto prazo. Os programas de redução de custos, as campanhas de propaganda e o oferecimento de brindes e descontos aos clientes são exemplos de medidas tradicionais. Tais medidas costumam trazer resultados imediatos, traduzidos por redução de estoque ou aumento do fluxo de caixa.

Países como o Japão e os ditos Tigres Asiáticos procuram concentrar sua atenção em resultados de médio e longo prazos, principalmente voltados para a criação de uma fidelidade dos usuários ao produto, tornando-os propensos a usá-los novamente quando da subs-

tituição do artigo usado pelo novo. O objetivo é a satisfação total do usuário, abastecido não só com um produto de qualidade e preço menor do que os congêneres, mas também satisfeito nas demais etapas do processo, tais como: aquisição do produto, instruções de uso e eventuais atendimentos técnicos solicitados. Dentro do maior mercado mundial, os Estados Unidos, a fidelidade do consumidor a determinadas marcas orientais, principalmente no setor automobilístico e no de eletrodomésticos, comprova o acerto de tal estratégia.

A QUALIDADE NA FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Quando se fala em formação de recursos humanos, o mesmo raciocínio feito para empresas é válido. Neste caso, o produto nada mais é do que um serviço traduzido pela formação de pessoal habilitado para atuar em determinado ramo de atividade. As medidas de médio e longo prazos trarão ao órgão formador um forte conceito de qualidade. Nos casos de institutos que tenham atividades de pesquisa, esse conceito de excelência é primordial, pois é o principal fator de atração de recursos e de financiamentos para programas de pesquisa. Por sua vez, os programas de pesquisa influem diretamente na qualidade do ensino, permitindo a formação de pesquisadores cada vez melhores. Fica, assim, nítida a importância do conceito da instituição

na obtenção dos recursos para as pesquisas, cada vez mais caras e sofisticadas.

Época houve em que o Instituto Militar de Engenharia (IME) despontou no cenário científico nacional, inclusive, como líder em diversos campos da ciência, tais como a Engenharia Nuclear, a Engenharia Mecânica de Automóvel e de Armamento e, mais recentemente, a Informática. Anos atrás, os profissionais egressos dos seus laboratórios e salas de aula eram avidamente disputados pelo mercado de trabalho e considerados como dos melhores no País. Não existia, praticamente, concorrência à altura.

Esta não é, entretanto, a situação atual, quando diversas universidades e institutos de ensino e pesquisa desfrutam de melhor conceito no cenário científico nacional, como atestam relatórios de órgãos públicos, de fomento e incentivo à pesquisa, e enquetes populares. Hoje, existe forte concorrência e, onde esta existe, a qualidade se torna vital para a sobrevivência no ramo.

Um leitor mais desavisado poderia diminuir a importância dessa consideração, a partir da premissa de que o IME é singular e ímpar, colocando-se sozinho, ou quase sozinho, no campo específico da pesquisa de emprego militar. Entretanto, a ciência e a tecnologia não operam, assim, em departamentos tão estanques. Existe a necessidade de interação entre diversos campos do saber. As tecnologias de ponta, os novos conhecimentos e as descobertas técnicas

não têm endereço fixo ou uso único. São, isto sim, entrelaçadas e de forte influência uma para o andamento da outra. Portanto, o fato de o IME estar voltado mais para as pesquisas de emprego militar não o deixa em posição confortável, no que se refere à concorrência com os demais centros de pesquisa.

A COMPETÊNCIA DOS PESQUISADORES

O maior valor de uma instituição de pesquisa está na competência de seus profissionais. Aos mesmos, deve ser dada uma estrutura de trabalho eficiente; e meios devem ser alocados de modo a permitir que participem das atividades da comunidade científica, por meio da presença e da apresentação de trabalhos em congressos e seminários científicos.

Todo o esforço voltado para o reconhecimento da competência do pesquisador deve ser encarado como de interesse geral. São nomes de expressão e trabalhos bem realizados que aproximam a instituição do fluxo do conhecimento. De outra forma, esse mesmo fluxo nos contorna, passa ao largo de nossas equipes e vai aportar em instituições congêneres.

A IMPORTÂNCIA DO OBJETIVO BEM DEFINIDO

De modo prático, um processo de qualidade deve ser entendido como um processo voltado para cumprir com o

especificado. Indo um pouco além, o processo tem o objetivo de fazer certo, e fazer certo na primeira vez. Esquecer o "errar é humano" e concentrar-se no "acertar também é humano". E acertar sempre, além de ser humano, reflete qualidade.

É importante que se diga que não se trata aqui de transformar a busca da qualidade em uma paranóia, a qual, por certo, não levaria aos objetivos desejados. Mas, sim, trata-se da criação de hábitos saudáveis, sempre voltados para o grande objetivo, que é o de fazer certo, e fazer certo da primeira vez. Essa busca do "zero defeitos" deverá ser feita de modo permanente, continuado e disseminado por toda a instituição.

A situação de "zero defeitos" será alcançada como fruto de mentalização do objetivo, na criação de hábitos e medidas para ele voltados. Não importa que tal situação não seja alcançada da noite para o dia. O importante é perceber que ela não será alcançada jamais, de forma permanente e duradoura, com ordens abruptas, extemporâneas e personalistas. Somente com a criação, a nível global, de hábitos sadios e permanentes, voltados para um objetivo bem definido, é que a qualidade, traduzida pelo sucesso duradouro, é obtida.

INTERDEPENDÊNCIA DAS FASES

Um bom produto não surge do nada. Depende da qualidade, na empresa que o produz, e também de fatores anteriores

e posteriores à sua fabricação, tais como *marketing*, finanças, pesquisa de campo, campanhas de venda e qualidade das matérias-primas. Portanto, a qualidade não pode limitar-se ao "durante" a produção, estendendo-se também às fases do "antes" e "após" produção.

Diferentemente de um processo de produção convencional, quando se trata da formação de recursos humanos, o "antes" e o "depois" encontram-se sob forte influência do "durante". Uma formação de qualidade, em termos de engenheiros e pesquisadores, em muito influenciará a qualidade dos candidatos que procurarão aquela instituição de ensino. Da mesma forma, a boa reputação institucional será a responsável pelo aporte de recursos e pela colocação de projetos de expressão técnica na instituição.

A importância da credibilidade e competência, no ramo de pesquisa, é fundamental, não só para realização dos projetos, mas também como pólo que atraia o aporte de novos recursos e para o contato do corpo de pesquisadores com o que de mais moderno exista em seus campos de trabalho. Tal noção deve, firmemente, nortear as decisões dos gerentes de atividades de pesquisa e desenvolvimento.

A queda de participação nas atividades científicas e tecnológicas, em geral, não traz apenas o prejuízo do momento, mas também a perda de um bom nome, eventualmente conquistado, esta sim mais danosa e de mais difícil

reparação. Infelizmente, pode-se levar uma vida inteira para a conquista de uma boa reputação e poucos meses apenas para perdê-la.

O GRAVE PROBLEMA DA ACOMODAÇÃO

"La Chabacanería" e as Universidades

A acomodação, por caracterizar um comportamento antiético que maiores danos causa a uma coletividade e por estar no cotidiano do desempenho político e social brasileiro, é tratada em capítulo isolado, sendo que sua eliminação deve merecer atenção constante de todos aqueles que diretamente participam de atividades de ensino e pesquisa ou que, de uma forma ou outra, participam de seu gerenciamento. As atividades universitárias encontram-se, de certa forma, mais expostas aos efeitos danosos da acomodação, como será abordado a seguir.

Para melhor entender os danos causados pela acomodação, será emprestada uma palavra da língua espanhola, já usada com propriedade para resumir os males que afligiam o estado e a universidade espanhóis: *la chabacanería*.

Chabacanería descreve a situação de perda dos referenciais, da capacidade de indignar-se e de reagir diante de abusos, passando-se a uma situação de

tolerância e de acomodação diante de irregularidades. Traz em seu bojo a degradação social, a perda do senso de justiça, de competência e de dignidade.

Nosso País, recentemente, passou por período de extrema acomodação, de *chabacanería*. Os níveis de corrupção atingiram patamares nunca antes alcançados, ou pelo menos conhecidos. Dentro desse quadro, inúmeros foram aqueles que, embora de índole honesta, praticaram o suborno na forma de agrados, participações e contribuições, crentes de ser esta a única forma de levar adiante seus projetos.

A *chabacanería* também está presente no ato de admitir como certos, como "normais", acertos com fiscais públicos; ou ainda, de aceitar que autoridades policiais deixem de cumprir com suas obrigações, por "terem assuntos mais sérios a tratar"; de conviver pacificamente com aqueles que burlam as filas, e tantos outros exemplos. A palavra *chabacanería* descreve a atitude interior de acomodação, de aceitação sem indignação, das irregularidades. Não se refere à impossibilidade de reagir, por falta efetiva de meios para tal. É o torpor interior, marcado pela ausência da indignação frente a irregularidades vistas como normais, que caracterizam a degradação social aqui tratada.

A *chabacanería* encontra penetração no meio universitário, muitas vezes patrocinada pelo "poder pelo saber", ou

pelo "compartilhamento das vantagens" e é, não raras vezes, de difícil percepção. Aparece, sem dúvida, quando professores adimitem diminuir o rigor de seus cursos, ou o seu programa, em face de dificuldades conjunturais, reais ou pretendidas; quando participam exagerada e mutuamente de bancas de exames, um auxiliando o outro em sua ascensão profissional; quando pesquisas são interrompidas, extemporaneamente, e dadas como satisfatórias apenas para cumprimento dos rígidos prazos impostos pela escola, ou ainda, quando docentes acumulam empregos de tempo integral, em duas instituições de ensino.

Descendo a uma forma ainda mais comum de *chabacanería*, temos o professor ou grupo de professores que, escudando-se em um saber específico de determinado assunto ou campo de pesquisa, tenta com isso conseguir melhores condições para si ou para o grupo, em detrimento da coletividade.

Os principais instrumentos para a eliminação ou, pelo menos, diminuição do estado de *chabacanería* compreendem a promoção de medidas voltadas a aumentar a integridade e a participação de todos no processo e a abertura de possibilidades para que o processo seja avaliado por pessoas estranhas a sua área de influência.

No campo científico e tecnológico, os gerentes e coordenadores devem estar permanentemente atentos, evitando que indivíduos ou grupos de indivíduos iso-

lem-se dentro do sistema. Também devem evitar que a parte do sistema sob sua gerência perca o poder de troca de informação e de influência, dentro do sistema onde se insira.

EXEMPLOS DE SISTEMAS IMUNES

Muitas vezes, o próprio modo como o sistema é montado torna-se imune à *chabacaneria*. Quando tal acontece, o aparecimento da qualidade é inevitável.

O ensino nos cursos de preparação para o vestibular, por exemplo, em que pesem certas deficiências dadas pelo excesso de direcionamento, é de inegável qualidade para os fins a que se destina. Época houve em que o vestibular do Instituto Militar de Engenharia era um dos mais concorridos, no Rio de Janeiro e até mesmo no Brasil. Respondiam por isso a excelência do ensino ali ministrado e a gratuidade do mesmo. O candidato que lograva sucesso nesse vestibular era de tal forma bem preparado que uma das maiores dificuldades do Instituto era a de manter seus novos alunos motivados durante o seu primeiro ano, uma vez que estudavam ali matérias já vistas, e bem vistas, nos cursos vestibulares.

Onde está a razão do sucesso? Por que a inexistência da acomodação? A razão é que se trata de um sistema onde os professores se vêem impelidos a dar de si o máximo, uma vez que seus alunos se submeterão a provas montadas por

outros professores, não existindo assim espaço para a acomodação.

Outro exemplo de eficácia é dado pelo sistema de ingresso nas universidades americanas. A partir do seu segundo ano nas *high schools*, escolas equivalentes às do nosso segundo grau, os alunos se habilitam a prestar o *Standard Admission Test* — SAT, que é levado a efeito cerca de seis vezes em cada ano. A pontuação obtida neste teste é um dos principais dados que o aluno apresentará em seu currículo, ao candidatar-se a uma determinada universidade. Estas universidades impõem o número de pontos mínimo no SAT para admissão em seus cursos. O SAT, por sua vez, é aplicado por firma particular, de ilibado conceito na aplicação de testes dessa natureza e estranha aos meios educacionais do governo. O mapeamento da eficiência do ensino no país é feito, assim, de modo simples e preciso, a partir dos índices obtidos em cada estado, cada região, e, até mesmo, em cada escola. Novamente, temos um sistema de ensino sendo avaliado por órgãos estranhos a sua própria influência, e onde um primeiro sinal de acomodação e perda de eficiência seria fácil e rapidamente detectado.

Outro exemplo de sistema imune aos efeitos nocivos da acomodação é dado pelos exames de classe americanos. Ao contrário do que ocorre em nosso País, onde a simples posse do diploma confere ao seu detentor o direito de exercer a profissão correspondente, em todo o

território nacional, o profissional formado nas universidades americanas tem que prestar exames de habilitação, tão mais rigorosos quanto mais forem vantajosas as condições para o exercício da profissão naquela região específica. Novamente, temos a avaliação do ensino ministrado feita por meios alheios ao órgão formador dos recursos humanos.

Um último exemplo refere-se ao ambiente de pesquisa nas universidades americanas. Comparando-se, de um modo geral, as boas universidades americanas e as brasileiras, nota-se que a maior diferença está na não existência, nas primeiras, da *chabacanería*. O ambiente criado nas boas universidades americanas baseia-se numa filosofia de trabalho bem feito, de entusiasmo pela ciência e por um sadio espírito de concorrência, com estímulos ao trabalho de expressão e de interesse prático para as indústrias do país. Trata-se de um ambiente em nada encorajador para aqueles que pouco se dedicam aos seus trabalhos de pesquisa, ou que não tenham por eles a necessária aptidão. Estes são rapidamente identificados pela própria velocidade do sistema, sendo naturalmente expelidos do mesmo e deslocados para centro de menor qualidade, ou mesmo atividades outras que não o ensino e a pesquisa.

A ATUAL ESTRUTURA DO IME

A atual estrutura do Instituto Militar de Engenharia, com todos seus alunos

de graduação na condição de militares, inibe uma benéfica predisposição que existia antigamente, qual seja: a de troca de influências e de avaliação do ensino a partir de uma integração com o meio civil e da participação deste no processo. Atenção deve ser dada aos cuidados para que não esteja sendo criado um grupo de formação de engenheiros fechado em si mesmo, com características de tal modo próprias, que agirão como inibidoras da comunicação com os demais centros formadores de recursos humanos.

A consequência, em curto prazo, pode ser o desinteresse dos demais institutos congêneres pelo nosso Instituto, o isolamento científico e a perda dos referenciais de comparação e avaliação, trazendo como produto final a queda na qualidade do ensino e, no bojo desta, também a da pesquisa, uma vez que serão os egressos destes sistema que alimentarão os programas de pesquisa de interesse do Exército.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo e buscando sintetizar tudo o que foi apresentado, a acomodação a determinadas irregularidades e, principalmente, àquelas das quais advêm vantagens próprias, é bastante suscetível de acontecer nos meios universitários.

Tal situação pode ser facilitada pelo "poder" alcançado em determinado campo específico do saber. A medida

mais eficaz contra esta situação danosa é dada pelo combate ao isolamento de qualquer pesquisador ou grupo de pesquisa, buscando sempre a sua integração e participação direta nos objetivos do grupo maior em que se insira. Também a preocupação com a criação de ambientes de trabalho marcados pela seriedade e pelo estímulo ao bom desempenho profissional, capazes de serem avaliados, e onde existam constantemente objetivos e desafios a serem alcançados, evitam a acomodação e trazem reflexos positivos, que incidirão sobre a qualidade de ensino e da pesquisa.

CONCLUSÃO

A história das guerras apresenta, como fato marcante, a influência crescente da ciência e da tecnologia no campo de batalha. As técnicas de combate vão, cada vez, em ritmo mais acelerado, adaptando-se e moldando-se aos artefatos de guerra tecnologicamente complexos e de grande efeito em combates.

Exemplos vivos e atuais desse fato são as recentes Guerra do Golfo e Guerra das Malvinas, nas quais vitórias relativamente rápidas foram conquistadas pelo lado detentor da maior tecnologia.

Antes facilmente copiável e adaptável, a tecnologia atual, em virtude do alto grau de complexidade e da rapidez da evolução, está a exigir grandes esforços

dos países que desejam dela desfrutar, em termos de capacitação em recursos humanos. Não existe outra solução para que uma nação disponha de expressão, no campo da tecnologia militar, que não seja através de preparação de recursos humanos, qualificados e em número suficiente.

O acompanhamento da tecnologia bélica de ponta exige enorme investimento financeiro, somente possível às nações do primeiro mundo. Países como o nosso, carentes em divisas, são naturalmente alijados do acesso aos produtos de última geração. Desta forma, todo o aporte de recursos no campo militar deve receber redobrada atenção, procurando-se extrair dele o máximo de benefícios para a Nação.

O preço proibitivo dos novos armamentos e o alto custo de implantação de um programa de absorção de tecnologia militar de ponta não devem sugerir um estado de imobilização do nosso País, no tocante ao assunto. Intimidar-se, no campo da tecnologia bélica, significa fragilizar-se, perigosamente, nas relações com as outras nações. Apesar das altas cifras envolvidas, existe espaço para o uso da criatividade e para a busca de soluções alternativas.

A solução está na busca de qualidade, da eficiência, da otimização dos recursos despendidos. O sistema científico e tecnológico do Exército precisa ser sacudido por programas de qualidade, voltados para a formação de seus recursos humanos e para a revisão dos seus métodos

de operação. Os programas de qualidade apóiam-se nos conceitos de envolvimento e participação total. Entretanto, ninguém participa do que não conhece ou se envolve com ele. Assim, nossos engenheiros e pesquisadores devem receber, ao lado dos conhecimentos científicos, forte apoio em informação e ensinamentos que permitam sua participação no sistema, de modo mais eficaz. A discussão de temas éticos, na forma de debates, conferências ou minicursos, é um dos instrumentos a serem empregados para tal. O foco da atenção não

pode estar mais apenas no cientista. Tem que ser aberto também para o homem, como parte integrante de um sistema com o qual deseja-se seu total envolvimento.

Sem sombra de dúvidas, haverá mais eficiência no Exército quando não forem tão nítidas as delimitações entre suas áreas operacional e técnica. Para tanto, é necessário que, ao lado dos conhecimentos específicos, seja aberto suficiente espaço para discussões em importantes áreas, no campo das ciências humanas.



MARCO ANTONIO SANTOS PINHEIRO é coronel do Quadro de Engenheiros Militares do Exército. Possui os cursos da AMAN (turma de 1969); do IME (Engenheiro Mecânico e de Automóveis, 1977) e da ECEME (Curso de Direção para Engenheiro Militar, 1993). Mestre em Ciências Mecânicas pelo IME (1987) e PHD pela Universidade da Flórida (1991), possui as medalhas Militar (prata), do Pacificador, e o prêmio Herry Ford (1º lugar no Curso de Engenharia Mecânica). É o atual chefe do Departamento de Engenharia Mecânica e de Materiais do IME.



UMA PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO PARA AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Antonio Carlos Will Ludwig

Segundo palavras do autor, este trabalho constitui um complemento às propostas de modernização das Forças Armadas centradas no instrumento de combate. Ele sugere o estabelecimento de uma ação modernizadora voltada para a prática da liderança.

A MODERNIZAÇÃO

Entende-se por modernização aquele conjunto de mudanças ocorridas nas esferas econômica, política e social que tem marcado os dois últimos séculos. O início do processo de modernização pode ser situado na Revolução Francesa e na Revolução Industrial Inglesa. Esse processo de constante adaptação e de contínuas inovações provocou repercussões em outros países. Devido a isso, a modernização pode ser

entendida como sinônimo de europeização ou ocidentalização.

A modernização econômica se estabelece quando um determinado sistema de produção se torna mais racional e mais eficiente, o que conduz a uma sociedade altamente industrializada. A modernização social implica deslocamento entre campo e cidade e entre os diversos setores de atividades; incremento do processo educativo, especialmente da expansão da alfabetização, requisito fundamental para o manejo

dos instrumentos produtivos; aumento da mobilidade social e criação de inúmeros agrupamentos, segundo as funções que cada um desempenha, na sociedade. A modernização política envolve a difusão do direito ao voto, a participação da maioria nas questões nacionais e a adesão ao princípio de igualdade. Existe modernização política quando as elites dirigentes são capazes de administrar os negócios públicos e controlar os conflitos sociais.

Embora a modernização possua características próprias e tenha sido iniciada em um determinado momento da História, pode-se afirmar que ela expressa uma faceta da praxis humana, pois está integrada ao permanente esforço humano de controlar a natureza e sujeitá-la às suas necessidades. Assim sendo, a modernização é consequência do milenar empenho do homem para superar suas limitações.

Alguns acontecimentos que se manifestaram a partir do século XV podem ser vistos como os responsáveis mais próximos pelo desencadeamento do processo de modernização. Cabe mencionar a esse respeito as concepções de Maquiavel e de Bacon; a reforma protestante contestadora da autoridade todo-poderosa da igreja de Roma; a teoria de Copérnico sobre o movimento da terra em torno do sol; as leis dos movimentos de planetas, de Kepler; a criação da anatomia, por Vesálio; a resolução das equações do 3º grau, por Tartaglia; a invenção da imprensa; etc.

Tais acontecimentos provocaram o surgimento de três idéias-força, quais sejam: a necessidade de separação entre Teologia e Filosofia, a visualização da Matemática como escola da razão rigorosa por excelência, e o apreço pelo método experimental e pelo conhecimento objetivo dos fatos da natureza.

O fato de a modernização processar-se de três maneiras requer um posicionamento a respeito do intercâmbio entre elas. Existem pessoas que defendem a autonomia da esfera política em relação às esferas econômica e social. Por outro lado, há indivíduos que sustentam a independência dessa esfera em relação às outras duas. A posição que assumimos é a de que o processo de modernização deve ser encarado sob uma perspectiva estrutural, com destaque para as categorias de totalidade, ação recíproca e salto qualitativo. Tal posicionamento admite uma autonomia relativa das esferas em questão, observando-se que a esfera econômica revela-se a mais autônoma, pois constitui o condicionamento maior, ou o determinante, em última instância.

Após o seu início, o processo de modernização espalhou-se para a América do Norte e outros países europeus; observe-se, entretanto, que as denominadas sociedades modernas, ou em modernização, provieram de estágios tradicionais, portadores de características variadas. Na Europa Ocidental, por exemplo, desenvolveram-se a partir de Estados feudais e absolutistas dotados

dos instrumentos produtivos; aumento da mobilidade social e criação de inúmeros agrupamentos, segundo as funções que cada um desempenha, na sociedade. A modernização política envolve a difusão do direito ao voto, a participação da maioria nas questões nacionais e a adesão ao princípio de igualdade. Existe modernização política quando as elites dirigentes são capazes de administrar os negócios públicos e controlar os conflitos sociais.

Embora a modernização possua características próprias e tenha sido iniciada em um determinado momento da História, pode-se afirmar que ela expressa uma faceta da praxis humana, pois está integrada ao permanente esforço humano de controlar a natureza e sujeitá-la às suas necessidades. Assim sendo, a modernização é consequência do milenar empenho do homem para superar suas limitações.

Alguns acontecimentos que se manifestaram a partir do século XV podem ser vistos como os responsáveis mais próximos pelo desencadeamento do processo de modernização. Cabe mencionar a esse respeito as concepções de Maquiavel e de Bacon; a reforma protestante contestadora da autoridade todo-poderosa da igreja de Roma; a teoria de Copérnico sobre o movimento da terra em torno do sol; as leis dos movimentos de planetas, de Kepler; a criação da anatomia, por Vesálio; a resolução das equações do 3º grau, por Tartaglia; a invenção da imprensa; etc.

Tais acontecimentos provocaram o surgimento de três idéias-força, quais sejam: a necessidade de separação entre Teologia e Filosofia, a visualização da Matemática como escola da razão rigorosa por excelência, e o apreço pelo método experimental e pelo conhecimento objetivo dos fatos da natureza.

O fato de a modernização processar-se de três maneiras requer um posicionamento a respeito do intercâmbio entre elas. Existem pessoas que defendem a autonomia da esfera política em relação às esferas econômica e social. Por outro lado, há indivíduos que sustentam a independência dessa esfera em relação às outras duas. A posição que assumimos é a de que o processo de modernização deve ser encarado sob uma perspectiva estrutural, com destaque para as categorias de totalidade, ação recíproca e salto qualitativo. Tal posicionamento admite uma autonomia relativa das esferas em questão, observando-se que a esfera econômica revela-se a mais autônoma, pois constitui o condicionamento maior, ou o determinante, em última instância.

Após o seu início, o processo de modernização espalhou-se para a América do Norte e outros países europeus; observe-se, entretanto, que as denominadas sociedades modernas, ou em modernização, provieram de estágios tradicionais, portadores de características variadas. Na Europa Ocidental, por exemplo, desenvolveram-se a partir de Estados feudais e absolutistas dotados

de grandes centros urbanos. Na Europa Oriental, de Estados mais autocráticos e de urbanização reduzida. Nos Estados Unidos, Canadá e Austrália evoluíram com base em movimentos de imigração e colonização de caráter pragmático ou religioso.

Em relação à América Latina, a possibilidade de modernização esbarrou nas características específicas da região: elites oligárquicas fracas, possuidoras de grandes propriedades, grupos nativos e poucos setores médios devidamente confinados, economia baseada na exportação de matéria-prima e importação de bens manufaturados das grandes metrópoles, reduzida disposição dos segmentos hegemônicos para aceitar mudança em qualquer uma das esferas da sociedade, uma vez que seus interesses prioritários eram manter-se no poder, perenizar seu estilo de vida e identificar-se social e culturalmente com os grupos dos principais centros europeus.

No Brasil, o processo de implantação de uma economia moderna se deu através de três fases. A primeira situa-se entre a abertura dos portos até meados do século dezenove, e é caracterizada pela eclosão de um mercado especificamente moderno. A segunda, alcança a década de cinqüenta do século vinte e constituiu o momento de formação e expansão do capitalismo competitivo. A terceira se consolida em período mais recente, principalmente após a revolução de 64. Esta última diz respeito a instauração do capitalismo monopolista dependente,

cujas peculiaridades são de reorganização do mercado e do sistema de produção por meio de operações comerciais, industriais e financeiras das grandes corporações estrangeiras e nacionais, estatais ou mistas.

A classe burguesa, responsável pela modernização em nosso País, composta pelas frações comercial, financeira e industrial surgiu do setor agrário, pois um conjunto significativo de setores rurais foi retirado do isolamento campestre e colocado no cenário econômico e no ambiente político da corte e dos governos provinciais. Tal fato foi o iniciador da desagregação econômica, social e política do sistema colonial. É o setor agrário, portanto, que gerou os elementos da classe capitalista, isto é, os negociantes dos setores varejistas e atacadistas, os funcionários públicos, os banqueiros, os artesãos autônomos e os empresários das indústrias nascente.¹

O empreendimento de solidificação do capitalismo pela burguesia nascente deve ser visto como uma tarefa bastante difícil, uma vez que, no horizonte cultural do sistema colonial, iniciativas arrojadas de cunho capitalista provocam temor, desconfiança e até desaprovação. Acrescentem-se, nesse contexto, outras condições adversas: a dependência e a dominação externa, o subdesenvol-

1 - FERNANDES, F. A *Revolução Burguesa no Brasil*, 3ª ed., Editora Guanabara, R. Janeiro, 1987, p. 28

vimento, a drenagem de riquezas para o exterior e o aparecimento e crescimento da classe operária, com suas reivindicações e movimentos.

Pode-se afirmar que a década de trinta constitui um momento especial para o fortalecimento da ascensão burguesa, devido a presença de elementos incitadores do processo de industrialização: limitação da capacidade do País de importar, crescimento do mercado interno, crise internacional do capitalismo e estímulos governamentais.

O processo de industrialização revelou sua pujança na década de setenta, devido ao incremento de setores produtivos básicos. Desenvolveu-se nessa época, também, uma política científica e tecnológica dotada de importantes instrumentos financeiros, ao mesmo tempo em que se inaugurou uma política de informática, cujos grandes computadores ficaram entregues à livre concorrência das multinacionais, enquanto os microcomputadores permaneceram sob a liderança das empresas nacionais que podiam associar-se às congêneres estrangeiras.

A década de oitenta no Brasil já foi denominada por alguns estudiosos do desenvolvimento de uma década perdida, devido ao choque do petróleo, aumento das taxas de juros internacionais, recessão mundial, contração dos mercados internacionais, retração dos investimentos governamentais e inibição às decisões de investimentos do setor privado, consequência do alto grau de

incerteza provocado pelo descontrole inflacionário.

Na atualidade, o anseio geral está centrado na retomada do desenvolvimento; haja vista que a possibilidade de modernização nas esferas política e social encontra-se fortemente condicionada pela esfera econômica. O novo padrão de desenvolvimento agora, como é do conhecimento geral, está centrado nas novas tecnologias relativas à Microeletrônica, Informática, Telecomunicações, Automação, Laser, Biotecnologia e energia renovável. Em relação a esse novo padrão, existem inúmeras propostas de economistas destinadas a dotar o Brasil de uma certa competitividade no âmbito do mercado internacional.

Não se pode negar que o processo de modernização trouxe inúmeras vantagens à população de diversos países do mundo. É sabido que muitas nações européias, bem como os Estados Unidos da América do Norte, conseguiram alcançar um desenvolvimento econômico admirável, o qual trouxe significativos benefícios à população em termos de salário, educação saúde, etc. A democracia representativa e pluralista consolidou-se nesses Estados, permitindo e estimulando o povo a manifestar-se de diversas formas, tendo em vista o alcance dos múltiplos interesses em jogo. As denominadas crises de penetração, integração, identidade, etc constituíram

desafios ao sistemas político, provocando nele avanços significativos.

Apesar dos aspectos positivos da modernização, sabe-se que a mesma tem provocado efeitos colaterais indesejáveis. A esse respeito, podem ser citados os casos da Alemanha, Japão e Itália, cuja modernização, iniciada em fins do século dezenove, foi conduzida por uma difícil aliança entre elites agrícolas, burocráticas e industriais, excluídos os setores populares. Como resultado, surgiram o Nazismo e o Fascismo. Na União Soviética e China, onde a modernização irrompeu nos primórdio do século vinte e avançou com a mobilização das massas camponesas em conflito com os grandes proprietários, ocorreu a implantação de regimes socialistas burocráticos e autoritários.²

A derrocada dos regimes socialistas na atualidade, longe de representar uma vitória da modernidade industrial capitalista, evidencia, na realidade, uma enorme crise do sistema de produção de mercadorias.³ Graças às constantes inovações científicas e tecnológicas, ocorreram aumentos significativos na produtividade. Esta, por sua vez, está provocando a dispensa de grandes contingentes de trabalhadores, bem como

está espalhando uma nova onda de pobreza nos países centrais.

De fato, os países recém-saídos do socialismo real, tais como a União Soviética, a Polônia e a Hungria, estão vivendo uma situação bem pior do que a anterior. Parece que eles terão que se arruinar outra vez antes de se conscientizarem que não adiantou inverter, na prática, a polaridade ideológica. As nações latino-americanas, por sua vez, encontram-se na mesma situação de desespero, porquanto é uma ilusão pensar que os países periféricos podem, de fato, galgar a curto, médio ou longo prazo, a posição dos países avançados. A cada passo dado à frente nos primeiros, vários passos são concretizados nos segundos.

Não se pretende, com essa crítica ao processo de modernização, fomentar um clima de pessimismo, o qual conduza à idéia de que não há esperança e que o caos é inevitável. Ao contrário, tais observações devem ser vistas como um estímulo a reflexão, a qual é capaz de gerar soluções para os impasse do presente. Não dá para acreditar que todo o patrimônio cultural da humanidade, arduamente construído através dos séculos, seja incapaz de libertar o homem do reino da necessidade. É muito difícil acreditar que a crise da razão seja irreversível. O processo de modernização, no decorrer da História, tem mostrado sua característica básica: desde seu início e até hoje, o que se constata é que sua vigência tem sido

2 - BOBBIO, N. e outros, *Dicionário de Política*, 2ª ed., Editora Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1986, p. 770

3 - KURZ, R. *O colapso da Modernização*, Editora Paz e Terra, R. Janeiro, 1992, p. 142

garantida pela maior ou menor intervenção do Estado. Parece, portanto, que a saída para crise que enfrenta no momento não reside nem em uma maior abertura do mercado, nem em uma restrição ao seu funcionamento pelos poderes governamentais, pois essa oscilação tem sido a grande responsável pelo seu fracasso. As soluções ainda se encontram no plano teórico, mas parece que uma das saídas está em criar uma resistência ao consumismo desnecessário e ganancioso, bem como estimular e capacitar as pessoas a perceberem sua interdependência, a tomarem decisões voltadas para o bem comum.⁴ A generalização da democracia para todas as esferas e instituições da sociedade constitui um requisito básico de superação da crise.

FORÇAS ARMADAS E MODERNIZAÇÃO

Como pode ser observado, a modernização não é um acontecimento isolado. As inovações que ocorrem num determinado setor da estrutura social tendem a provar a interferência em outras áreas dessa estrutura. Embora não cause estranheza alguns setores continuarem

tradicionais enquanto outros evoluem, o fato é que, mais cedo ou mais tarde, o processo de modernização tenderá a contagiar todas as áreas.

Dentre as instituições mais resistentes às inovações, encontram-se as Forças Armadas. E, por mais contraditório que pareça, elas são organizações das mais assediadas pelo processo de modernização, haja vista as constantes novidades relativas à tecnologia bélica. As guerras mais recentes têm revelado a presença de engenhos sofisticados de combate, usados por importantes exércitos estrangeiros.

Uma das forças armadas mais eficazes da atualidade é a alemã. A superioridade dessa organização bélica revelou-se já a partir da Primeira Guerra Mundial. Com efeito, devido ao uso de aviões e de carros-de-combate, movimentação rápida das tropas pela via ferroviária e emprego eficiente da artilharia — constituindo estes dois últimos fatos características marcantes da tropa germânica — ela conseguiu vitórias arrasadoras sobre seus inimigos. Note-se que esta corporação bélica, bastante moderna para o seu tempo, alcançou vantagens sobre as demais devido a pujança econômica desse país, uma vez que ele possuía um invejável parque industrial e era considerado um dos maiores produtores de ferro e carvão da época.

A Segunda Guerra Mundial veio confirmar, novamente, a superioridade dessa força armada perante as demais,

4 - ELSON, D. *A Economia de um Mercado Socializado*, in *Depois da Queda*, Editora Paz e Terra, R. Janeiro, 1992, p. 251

devido ao seu alto grau de modernização. Os alemães foram especialistas no emprego do princípio da surpresa, aplicaram de modo admirável a *blitzkrieg*, além de terem criado a *panzerwaffe*, ou o soco dinâmico do General Guderian, bem como souberam usar as três forças de modo integrado. Ressaltem-se outras importantes novidades, tais como: as bombas voadoras, o combustível sintético e os avançados estudos no campo de energia nuclear.

Após a Segunda Guerra Mundial, a corporação bélica germânica continuou a modernizar-se, em paralelo ao processo de reconstrução nacional. Institui-se a supervisão parlamentar sobre as forças armadas; criou-se um sistema de eleições de porta-vozes das praças nas unidades; estabeleceu-se a jurisdição das cortes civis sobre várias transgressões disciplinares; legalizou-se a filiação aos sindicatos e partidos políticos; o método de recrutamento passou a ser o voluntariado, com base em um contrato de trabalho temporário, com o qual o recruta tem, à sua disposição, mais de duzentas especialidades ocupacionais.⁵

Sem dúvida, as forças armadas alemãs expressam a modernidade de seu país, pois é uma nação que tem noventa por cento de pessoas alfabetizadas, uma mortalidade infantil de apenas oito por

mil, um leito hospitalar para cada noventa e cinco habitantes, bem como um médico para cada trezentos e cinquenta pessoas. Vigora nesse país uma sólida democracia parlamentarista, cujos políticos são eleitos por um sistema misto de representação proporcional e voto direto. Sua pujança econômica se evidencia na produção agrícola, no parque industrial, nas exportações, na malha ferroviária e rodoviária e no sistema de comunicações.

Outra força armada que se destaca, no presente, é a da Suíça. Nesse país vigora o sistema de milícia: o cidadão dedica ao serviço militar duas ou três semanas por ano conservando, em sua casa, armamento, munições e farda. Os profissionais liberais que abandonam temporariamente seus afazeres são compensados pelo seguro social, e os empregados de empresas continuam recebendo seu salário mesmo estando afastados do local de trabalho.⁶

Em sua totalidade, as forças armadas suíças possuem mais de seiscentos mil homens mobilizáveis em quarenta e oito horas, o que chega a causar uma certa admiração por parte de quem estuda as questões militares. Esses homens encontram-se municiados com os mais avançados equipamentos de combate. Além disso, um colossal sistema de defesa encontra-se montado. Existem

5 - BAUDEISSIN, G. V. *Ciudadano de Uniforme Y Conduccion Interior*.

6 - Do Libération, A Neutra Suíça Prepara Seus Homens Para a Guerra, *Folha de S. Paulo*, 1º de maio, 1988, p. A.16

espalhados no país paíóis de pólvora, reservas de armas e de alimentos, bases aéreas subterrâneas, pistas de aterrizagem nas auto-estradas e *bunkers* no interior de montanhas. A Segunda Guerra Mundial revelou a real capacidade do sistema militar de segurança suíço. Graças ao espírito indomável desse povo, liderado pelo General Guisan, não foi possível invadir o centro alpino da Europa. Destaque-se que, nesse país, a modernidade foi capaz de eliminar o analfabetismo, de proporcionar um leito hospitalar para aproximadamente cada cem pessoas e assegurar a vigência de uma democracia direta em seus cantões e subcantões.

A Suécia tem uma certa semelhança com a Alemanha e com a Suíça no que tange às suas corporações bélicas. Nessa nação, os militares possuem ampla liberdade de pensamento e ação política, tanto é que diversos oficiais já ocuparam uma cadeira no parlamento, pois a organização de partidos políticos por eles, bem como o ato de filiação a esses partidos são permitidos por lei. Todos os funcionários fardados são sindicalizados, porquanto acredita-se que isso favorece o profissionalismo; muitos oficiais são aproveitados em empresas particulares, ocupando cargos administrativos. A disciplina tem uma conotação diferente, pois é entendida no sentido de espírito de equipe e empenho a favor dos camaradas e não como simples obediência a regras ou ordens emanadas de superiores hierárquicos. O sistema

punitivo baseia-se, essencialmente, no pagamento de multas em dinheiro, e a prisão de alguém depende de decisão da corte civil. Por motivo religioso ou moral, o jovem que não quiser servir às forças armadas pode optar por outras formas de serviço público.⁷ A modernidade na Suécia também eliminou o analfabetismo, pois é ela um dos países europeus que mais gasta em educação. O sistema de saúde parece ser mais eficaz que o da Alemanha.

Israel é um país que também utiliza o sistema miliciano de defesa. Pelo fato de estar cercado de inimigos por todos os lados, existe entre a população uma preocupação muito grande quanto ao tema de segurança nacional. Não é de se estranhar que nessa região do mundo tenham surgido grupos paramilitares que colaboram com as forças regulares ou se incorporam a elas. É o caso, por exemplo, do Palmach e seu sucedâneo o Nahal.⁸

É importante notar como esses grupos armados colaboram para a modernização de Israel. O Nahal é uma espécie de combinação de corpo de paz, corpo de trabalhadores, *rangers* e forças especiais. Dentre suas funções, destacam-se a de preparar rabinos, parteiras,

7 - SKOLD, N. Os Militares na Sociedade: A Concepção Sueca de Segurança Nacional. Conferência proferida na Universidade Estadual de Campinas em 13 de junho de 1989.

8 - HEIMAN, L. O Nahal Israelense, in *Military Review*, vol. XLVII, n° 7, julho, 1976, p. 65 a 70.

carpinteiros e mecânicos; fornecer professores para áreas urbanas e rurais; prover tratamento de saúde grátis para os necessitados, e principalmente, abastecer com elementos humanos as unidades aeroterrestres do Exército.

Foram os membros dessa corporação que construíram a primeira estrada na margem ocidental do Mar Morto. Quando nenhum grupo civil quis atravessar o deserto de Negueve e organizar um núcleo colonial permanente em Acaba, uma companhia Nahal o atravessou e estabeleceu no local uma vila de pescadores, transportou botes por vias terrestre, lançou-se no Mar Vermelho e abriu caminhos para milhares de colonos civis que a seguiram. Considerado como impossível o cultivo agrícola intensivo no árido Ha Arava, entre o Mar Morto e o Mar Vermelho, sem um custoso projeto de irrigação, um grupo de voluntários Nahal abriu um poço artesiano, irrigou dezenas de hectares de terra e plantou, com bastante sucesso, batatas, beterrabas e cenouras.

Os próprios soldados das forças regulares, na atualidade, exercem tarefas semelhantes às do Nahal. Além de se dedicarem à defesa, prestam ajuda a cidades na alfabetização de adultos, colaboram na integração de imigrantes e incentivam as carreiras profissionais civis. Por esse empenho, as forças armadas são extremamente populares em Israel. Nota-se que o envolvimento nessas tarefas não interfere na habilitação do soldado para o combate, haja

vista que a corporação bélica israelense aparece hoje como uma das mais eficazes do mundo, porquanto as guerras empreendidas contras os árabes mostra um saldo altamente positivo para o lado de Israel.

Outra força armada, parecida com a de Israel é a chinesa. A ideologia igualitaria de Mao Tse-tung, valorizadora dos segmentos desprivilegiados majoritários da sociedade da China de então, isto é, da época da revolução cultural, aparece como o fundamento da organização da corporação bélica desse país. Com efeito, Mao igualou todos os seus componentes, por meio da abolição de postos e insígnias militares, e instaurou a escolha dos comandantes de unidade pelos seus integrantes.

Dedicaram-se as forças armadas chinesas ao trabalho em fábricas, à construção de estradas, de diques, canais e a tarefas agrícolas.

Apesar de terem contribuído significativamente para a modernização da sociedade chinesa, as forças armadas sofreram modificações no decorrer do tempo, devido a uma cisão, na década de sessenta, entre Mao e a nova geração de oficiais. O primeiro desejava que o Exército permanecesse orientado e controlado pela política, enquanto os segundos exigiam o aprimoramento de sua competência profissional, que, de acordo com eles, encontrava sérias dificuldades por causa do intensivo processo de ideologização sofrido pelos seus integrantes.

O conflito com o Vietnã, em fins da década de setenta, fez com que os dirigentes chineses repensassem a organização de seus exércitos. A análise desse confronto revelou que a força armada chinesa tinha sido prejudicada, entre outros fatores, pela falta de planejamento, pela deficiência do apoio logístico, pela ausência de uma doutrina ofensiva e pela tecnologia bélica defasada.⁹ Parece que essa guerra teve o poder de fazer com que os novos líderes militares, comprometidos com a competência profissional, sobrepujassem Mao e seus seguidores, os quais defendiam a permanência de um exército político.

De fato, um relatório elaborado após esse combate dizia que a guerra contra o Vietnã ajudou a esclarecer algumas idéias errôneas, particularmente em relação à guerra de guerrilha preconizada por Mao. Pregou-se, em consequência, a concepção de uma defesa ativa, pelo emprego de armas combinadas, de grande mobilidade e, como resultado, foram criadas unidades para esse fim. Ressurgiram os grupamentos aéreos de projeção estratégica. Fundou-se uma universidade de defesa, com a junção das três academias militares.

Em relação às nossas forças armadas, o desenrolar da História mostra que elas

têm permanecido numa constante dependência do exterior para se modernizarem. Enquanto país periférico e colonizado, coube a Portugal iniciar o processo de organização da corporação bélica nacional. Tomando como ponto de partida o século passado, conclui-se que os lusos que vieram para o Brasil junto com a Corte compunham o quadro da oficialidade. Ao lado deles havia oficiais brasileiros, em sua maioria oriundos da classe dos senhores da terra, e, minoritariamente, originados da nobreza titular, em declínio, e da pequena burguesia.

Uma das primeiras alterações sofridas pelo Exército surgiu com o movimento positivista, que aí penetrou através de várias defesas de teses apresentadas na Escola Militar, e cujo referencial teórico incidia nas idéias de Augusto Comte. Esse movimento consolidou-se com a circulação de obras da Sociedade Positivista e com a fundação, nessa Escola, de um clube acadêmico positivista. A apresentação dessas teses, fundamentadas na Física, Química e Matemática contribuíram para a formação dos cadetes, em termos de uma valorização de tais matérias, componentes da grade curricular e, conseqüentemente, reforçaram a orientação científica dos futuros oficiais. Por sua vez, a concessão dos graus de bacharel e doutor em Ciências Física e Matemática pela Escola Militar aos seus formandos criou nessa instituição, um ambiente universitário que influenciou o processo

9 - GET, J. D. O Exército de Libertação Popular da China: Lições Aprendidas no Vietnã, in *Military Review*, vol. LXVII, 4º trim., 1987, p. 43 a 55.

formativo durante várias décadas. A idéia comteana da paz universal também contaminou os militares da época, haja vista que não foram levadas em conta os ensinamentos obtidos na Guerra do Paraguai, bem como os oficiais que dela participaram não foram utilizados como instrutores das escolas militares.¹⁰

Outras modificações inseridas no Exército decorreram da ida de oficiais ao exterior, os quais foram denominados de jovens turcos. Esses oficiais idealistas, saídos da Escola Militar, não concordavam com a inércia da organização militar, com o excessivo burocratismo aí reinante, com a falta de interesse em relação ao aperfeiçoamento profissional. Tinham plena consciência das graves deficiências da força, reveladas na luta contra os seguidores de Antônio Conselheiro. De fato, o Exército de então possuía uma organização bastante precária, pois o recrutamento dos soldados tinha como fonte os marginais, os soldos eram sempre insuficientes, os equipamentos ruins e os exercícios de treinamento deixavam muito a desejar.

Após a conclusão do estágio na Alemanha, esses oficiais tiveram a oportunidade de alterar os rumos da profissionalização dirigida aos militares da época. Dentre as inovações intro-

duzidas por eles, podem ser citadas a divisão de instrução militar em períodos, a instrução dos cabos antecedendo à dos soldados e a constituição de um curso especial para sargentos. Em relação a esse curso, a idéia básica era prepará-los para agirem como monitores nos cursos ministrados pelos oficiais. Implementaram, também, algumas atividades junto à oficialidade, com vistas a capacitá-los para atuarem no processo de formação dos sargentos cabos e soldados. Traduziram e divulgaram, ainda, obras e regulamentos militares alemães e através de criação da revista *A Defesa Nacional*, disseminaram suas idéias e ensinamentos relativos à arte militar. Muitas reformas foram postas em prática, tais como a instituição do serviço militar obrigatório, a reorganização da Guarda Nacional e a remodelação do fardamento; foram precedidas por análises e discursos em artigos publicados naquela revista.

A missão militar francesa, que permaneceu em nosso País durante vinte anos, também imprimiu modificações importantes na corporação bélica nacional. Cabe assinalar, a esse respeito, o funcionamento das escolas como a de Estado-Maior, destinada a formar oficiais assessores de chefes, no comando de tropas em operação; a de Aperfeiçoamento de Oficiais, voltada para o estudo de problemas táticos e preparo de chefes e instrutores, e a de Aviação, com a finalidade de formar pilotos, mecânicos e observadores aéreos.

10 - PEÇANHA, S. O Positivismo, Reflexo Para o Exército, Ensinamentos Históricos, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, - R. Janeiro, 1986, ps. 14 a 21

No decorrer desse tempo, com o estímulo dos oficiais franceses, foram criadas fábricas de pólvora e de explosivos, bem como foram construídos novos quartéis. O número de efetivos aumentou significativamente. Intensificou-se a instrução prática, com realce para os exercícios de tiro, realização de marchas, acampamentos e implementações de apoio logístico. A educação física tornou-se uma rotina para os oficiais e praças. Várias manobras se concretizaram para fins de aplicação das principais operações de guerra. Efetivaram-se cursos destinados a oficiais médicos e farmacêuticos, bem como a gerais, versando sobre estratégia, mobilização de tropas, operações marítimas e comunicações em campanha. Um dos acontecimentos importantes foi o surgimento da quinta arma, isto é a Aviação Militar que adquiriu grande autonomia, porquanto se caracterizou pela posse de regulamento específico, doutrina própria e quadro de pessoal constituído só de aviadores. Evento semelhante ocorreu na Marinha, no início da década de trinta, com a criação do Corpo de Aviação e respectivo quadro de aviadores navais.

Um outro país, os Estados Unidos da América do Norte também contribuiu para o desenvolvimento das Forças Armadas brasileiras. Durante os anos de 1940 e 1941, trabalhou, na Aviação Militar, uma missão norte-americana, encarregada de ministrar um curso de atualização a aviadores militares. Esse

curso, realizado no Campo dos Afonsos, versou sobre voo por instrumentos, *link-trainer*, utilização dos meios de radio-comunicação e procedimentos na utilização do avião *North American 44*.¹¹

É a partir da Segunda Guerra Mundial que as influências norte-americanas começarão a se refletir nas Forças Armadas brasileiras. Marco inicial importante dessas influências é o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos em 1952. Tal Acordo previa o fornecimento de material bélico ao nosso País, bem como o oferecimento de cursos aos militares brasileiros, a serem realizados naqueles países. Esses cursos voltavam-se para o preparo de uma elite militar, de acordo com os padrões tecnológicos dos equipamentos norte-americanos. Na realidade, esse acordo era bom mesmo para os estadunidenses, uma vez que garantia para eles um mercado de armas defasadas, além de não proporcionar a transferência, para o Brasil, de tecnologia bélica. Cabe ressaltar que a grande valorização dada pelos militares brasileiros ao planejamento rigoroso das ações, aos organogramas que revelam as disposições estruturais dos diversos órgãos e repartições, e à denominada cadeia de comando, que vigora principalmente, entre os cadetes, constituem um influxo tipicamente norte-americano.

11 - WANDERLEY N. F. L. *História da Força Aérea Brasileira*, 2ª ed., 1975, p. 193.

Os membros da corporação bélica nacional sempre estiveram interessados na modernização no País, mesmo porque sabiam e continuaram sabendo que é muito difícil manter uma força armada atualizada dentro de um país subdesenvolvido. Observe-se, a esse respeito, que desde o século passado, o currículo destinado a preparar os oficiais do Exército previa a arma de Engenharia, uma vez que havia a percepção de que a realização de determinados serviços públicos, tais como a construção de estradas, canais e portos era necessária a evolução do Brasil.

É do conhecimento de muitos que o desenvolvimentismo, cuja expressão maior se encontra no processo de industrialização, foi capaz de estreitar as ligações entre os militares e a fração industrial do empresariado. A questão do petróleo e a criação da empresa siderúrgica de Volta Redonda, exaltadas pelo governo da época, devido a sua importância para a segurança nacional, aparecem como fatores importantes de união entre esses dois grupos. Na década de sessenta, desenvolveu-se o complexo industrial militar, articulado pelo Estado, o que contribuiu para reforçar mais ainda os laços entre o empresariado e os membros da corporação bélica. Tais acontecimentos foram importantes, pois contribuíram para impulsionar o processo de modernização do País.

Faz-se necessário tomar um certo cuidado com as influências advindas do exterior, porquanto já foi dito que o

Exército alemão transmitiu a diversas corporações bélicas um espírito de casta e uma mentalidade *Junker* pouco adequados à democracia. Por sua vez, os militares franceses são acusados de hipertrofiar os valores institucionais e estimular os distanciamentos sociais internos e externos,¹² enquanto que os norte-americanos seriam os responsáveis pela doutrinação anticomunista de muitos militares latino-americanos, o que impediu a ação das forças de esquerda em benefício dos amplos segmentos populares. Considerando que a consolidação da democracia no Brasil é uma tarefa prioritária, torna-se imprescindível implementar um processo de modernização nas Forças Armadas que seja capaz de reforçar o compromisso dos nossos funcionários fardados para com esse regime político.

FATORES BÁSICOS DA MODERNIZAÇÃO MILITAR

Ninguém é capaz de fazer uma projeção viável a respeito dos possíveis cenários relativos à guerra do futuro. Embora os conflitos do passado tenham algumas características comuns, não se pode afirmar que tais peculiaridades continuarão se manifestando. No en-

12 - ROUQUIÉ, A. *O Estado Militar na América Latina*, Editora Alfa Omega, S. Paulo, 1984, p. 124 e 125.

tanto, o que se pode notar é a persistência de dois fatores em todos os combates que aconteceram na História: o aparecimento de novos engenhos bélicos e os estilos de liderança adotados pelos comandantes. Sem dúvida, as vitórias ou derrotas dos exércitos, no decorrer do tempo, deveram-se a esses fatores básicos.

A Cavalaria, baseada na armadura, espada e lança chegou ao seu apogeu no século XV e foi incapaz de resistir ao aparecimento da Infantaria, dotada de armas de fogo. As batalhas de Grandson e de Morat, em 1476, mostraram a superioridade do emprego da pólvora, quando a Infantaria suíça derrotou a brilhante cavalaria de Carlos, o Temerário. Na Primeira Guerra Mundial, os soldados alemães, com suas metralhadoras, revelaram-se superiores aos seus inimigos. Na Segunda Guerra os germânicos também ganharam inúmeras batalhas com o uso das divisões "Panzer" composta de tanques. Por sua vez, os norte-americanos demonstraram ascendência no final dessa guerra pelo uso da arma atômica e no decorrer do recente conflito contra o Iraque, por meio de aviões e mísseis.

O poder da liderança sempre foi muito evidente. Alexandre, guerreiro audacioso e ambicioso da Antiguidade, construtor de um imenso império, era extremamente liberal e costumava distribuir seus pertences àqueles que o seguiam. Sua clemência para com os vencidos atingia o nível do exagero, a ponto de

chegar a devolver-lhes os domínios conquistados. Era muito admirado pelo soldado da época, devido à generosidade que frequentemente manifestava para com eles. O Duque de Wellington, um militar inglês que obteve grandes feitos durante a guerra contra Napoleão Bonaparte, orgulhava-se do empenho que aplicava no aperfeiçoamento de seus homens. Sua popularidade era grande entre os subordinados, porque lhes dedicava respeito e confiança, bem como se comportava de modo calmo e cortês no relacionamento com eles. O General Patton, militar bem-sucedido em seus empreendimentos na Segunda Guerra Mundial, pronunciava discursos inflamados para motivar seus soldados a lutarem. Estava sempre em contato com todos, desde o soldado raso até seus auxiliares mais imediatos. Comandava pelo exemplo, isto é, sempre na linha de frente. Se deparasse com algo que precisasse ser feito, tomava a iniciativa de fazê-lo ele mesmo, ainda que isso significasse colocar as mãos na graxa. Estava sempre pronto a reconhecer as ações destacadas de seus subordinados e não nutria simpatia alguma pelos comandantes que deixavam seus homens desassistidos.

Alguns estudiosos das questões militares costumam asseverar que a tecnologia bélica é mais importante que liderança uma situação de combate. Outros divergem dessa posição e, contrariamente, afirmam que a liderança é mais importante que os engenhos béli-

cos. Os primeiros talvez assumam essa posição devido a pujança das forças armadas norte-americanas, que se fez sentir desde a Segunda Guerra Mundial. Os segundos, provavelmente, baseiam-se no pressuposto de que o empenho dos soldados em conflito depende, basicamente, da capacidade de motivação dos comandantes.

Parece que a situação ideal diz respeito a uma corporação militar dotada, simultaneamente, dos mais sofisticados instrumentos de combate e dos melhores líderes. As forças armadas estadunidenses aproximam-se bastante desse ideal; porém, é evidente que sua grandeza reside mais no seu poder de fogo. Embora não seja o caso, as forças armadas norte-americanas, após a derrocada do socialismo real, talvez sejam as únicas do mundo que podem colocar em segundo plano a questão da liderança, porque, em termos de tecnologia bélica, não possuem adversários à altura.

A tecnologia bélica, principalmente após a Guerra do Golfo, vem ganhando destaque nas publicações militares, particularmente o sistema de comando, controle e comunicações. De fato, mais de cinquenta satélites operacionalizaram esse sistema e permitiram o acionamento dos meios aéreos, navais e terrestres, nos momentos oportunos da luta, para destruir certos alvos dos adversários. A guerra eletrônica, por sua vez, interferiu, interceptou e neutralizou todo o sistema

eletromagnético iraquiano, inviabilizando suas operações militares.

Devido, principalmente, à Guerra do Golfo, vários articulistas têm insistido em que é imprescindível dotar as Forças Armadas brasileiras de um arsenal bélico atualizado. Acreditamos que essa modernização tecnológica se faz necessária, ou melhor, que ela deve ser ampliada, uma vez que existem setores avançados no interior de nossa corporação bélica. No Exército, há o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica e a Brigada de Aviação. Na Marinha, existe uma equipe bem adestrada de mergulhadores combatentes e o trabalho de construção de um submarino nuclear, enquanto que na Aeronáutica, há o Centro Aeroespacial, que no momento se dedica à produção de um veículo lançador de satélites.¹³ Apesar da existência desses setores, não pairam dúvidas de que as Forças Armadas se encontram bastante defasadas para cumprir suas responsabilidades de defender nossas fronteiras, ocupando, inclusive, uma posição inferior a de diversos países vizinhos menores e menos populosos.

Existem diversos problemas que impedem ou, pelo menos, dificultam bastante esse tipo de modernização: a existência, no País, de pouco pessoal qualificado, capaz de produzir engenhos

13 - SABINO, M. e TOGOZZI, M. A Caserna no Sufoco, in *Isto É*, 21 de julho de 1993, nº 1242, p. 34 a 41.

bélicos sofisticados; o reduzido número de instituições de pesquisa e produção desses instrumentos; a possível ausência de inimigos externos a enfrentar; e, principalmente, a insuficiência de dinheiro para adquirir essa tecnologia bélica, seja a fabricada no País ou no exterior. Em relação ao mercado externo, nem há interesse dos principais produtores de armas em vender, indiscriminadamente, seus engenhos militares, especialmente os mais atualizados e relevantes para uma situação de combate. Não é preciso frisar que a crise brasileira também atingiu os quartéis, pois já se tornou comum, na caserna, a prática do meio expediente por falta de rancho, além de os salários dos funcionários fardados encontrarem-se bastante defasados.

Cabe lembrar, inclusive, que está sendo muito difícil realizar a manutenção dos superados instrumentos de combate que as Forças Armadas nacionais possuem. Exemplo típico diz respeito a uma das unidades do Exército, situada em S. Paulo, na qual cerca de vinte por cento dos veículos se encontram parados por falta de peças de reposição. Segundo seu comandante, para colocar todos em funcionamento, seria preciso aplicar nisso a quantia de cento e sessenta e três mil dólares. Por sua vez, o projeto FT-90, destinado a proporcionar uma certa modernização ao Exército, através da compra de canhões de campanha, obuses, tanques, sistemas eletrônicos de comunicações, computadores, veículos comuns de transporte, etc, implicaria,

no mínimo, dobrar o percentual do PIB reservado atualmente às Forças Armadas. Embora ele seja um dos mais baixos do mundo, devido à crise atual, isso oneraria os cofres públicos.

É no mínimo duvidoso, pelo menos a curto e a médio prazos, que os militares idealistas, compromissados com a profissionalização das Forças Armadas, principalmente pela via dos engenhos de combate, consigam recursos para o seu intento. Os sucessivos cortes orçamentários efetuados pelo Ministério da Fazenda têm atingido todos os setores da sociedade, inclusive o militar. Por outro lado, devido ao desaparecimento do conflito entre as duas superpotências, a reorganização dos países em blocos e a crise internacional do capitalismo, muitas nações estão diminuindo, no decorrer dos anos, as verbas destinadas à defesa. Como exemplos, podem ser citados o Chile, a Argentina, a Colômbia, a França, os Estados Unidos e Israel. Aliás, é sabido por muitos que a potência hegemônica da atualidade, os Estados Unidos, tem feito pressões no sentido de que os diversos países do mundo diminua significativamente seus gastos com os aparatos de segurança.

O campo da tecnologia bélica é muito dinâmico. A arma de fogo superou a lança, a espada e a flexa. A metralhadora revelou-se mais poderosa que o revólver e o fuzil. Os aviões tornaram-se vulneráveis às tropas de chão; porém, as baterias antiaéreas e os mísseis proporcionaram-lhes uma certa proteção.

Os meios de comunicações facilitaram o exercício de comando porém, as contramedidas eletrônicas tendem a impedir seu funcionamento. A injeção do arsenal biológico, químico e nuclear, extremamente letal, reforça a idéia da dinamicidade no âmbito da tecnologia militar. Considerando essa dinamicidade, torna-se fácil concluir que os países subdesenvolvidos não possuem recursos suficientes para alcançar as nações centrais, no que tange aos instrumentos de guerra. Haverá sempre uma defasagem entre eles quanto às novidades relativas aos engenhos de combate. Conseqüentemente, a surpresa tecnológica se fará sentir com mais intensidade nas corporações bélicas dos países mais atrasados.

A argumentação apresentada nos parágrafos anteriores, relativa à tecnologia militar, não visa a tornar inviável os esforços empreendidos por muitos, até agora, no sentido de atualizar as Forças Armadas brasileiras. Tal como já foi dito, apesar da crise, existe algum investimento nesse setor e ele deve continuar existindo, pois, caso contrário, ocorrerá um sucateamento irreversível. Entretanto, a argumentação em pauta tem por objetivo principal sustentar a proposta de uma modernização dos estabelecimentos militares por meio da liderança.

Ao fazer essa proposta, assumimos a posição de que estão aquém do necessário o estudo e a prática da liderança no âmbito da caserna. Em 1990, por exem-

plo, quando coletávamos dados para uma publicação, pudemos constatar que, na Academia da Força Aérea, o estudo da liderança restringia-se a apenas três subunidades pertencentes à matéria Instrução de Doutrina e a uma unidade da disciplina de Psicologia. Havia, e há ainda, um programa de treinamento militar e de liderança, baseado no binômio "obedecer e mandar". Na Academia de Agulhas Negras existia um tópico relativo ao assunto na disciplina Psicologia, um estágio de prática de instrutor e comando, a realização do exercício inopinado e o estudo do *Manual de Campanha Básico Princípios de Chefia* — C20-10. Na Escola Naval havia uma preocupação maior, pois a liderança era estudada como matéria específica, várias vezes, no decorrer do curso; porém, a aplicação dos ensinamentos ficava a cargo de cada um.¹⁴

Essa constatação não chega a causar estranheza, principalmente porque nossas instituições militares não possuem uma tradição guerreira. Tal fato tem fortalecido a tendência dos funcionários fardados a usar, nas atividades rotineiras da caserna, os princípios da Administração, particularmente os de Fayol, que são os de planejar, organizar, coordenar e controlar. Tais princípios são bastante

14 - LUDWIG, A.C. W. A Formação do Oficial Brasileiro e a Transição Democrática. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 317.

adequados ao modelo linear vigente, ou seja, um organograma na forma de pirâmide. O trabalho de defesa interna, freqüentemente exercitado pelos militares brasileiros, é coerente com tais princípios, além de contribuir para que tais princípios se tornem mais arraigados nas organizações castrenses. Cabe dizer, inclusive, que a matéria Administração e suas correlatas são muito estudadas nos cursos de formação da oficialidade, principalmente porque existe a preocupação de gerenciar os estabelecimentos e repartições espalhados pelo País. Face a esse contexto, é possível afirmar que as instituições militares brasileiras ainda podem ser explicadas pelas teorias de Weber e Merton, porquanto as mesmas continuam exibindo uma férrea disciplina burocrática que se assenta em um alto grau de racionalidade.

É importante lembrar que é possível fazer uma distinção entre administrar e liderar. Essa distinção, porém, tem um caráter didático, pois, na realidade, torna-se bastante difícil separá-las, uma vez que ambas se encontram num processo de interação, ou seja, uma completa a outra. É difícil, também, visualizar esse intercâmbio como algo equilibrado, pois, na prática, deve ocorrer uma predominância de uma sobre a outra. No caso das Forças Armadas brasileiras, acreditamos que a tarefa de administrar tem sobrepujado o exercício da liderança.

Resumidamente, pode-se afirmar que o trabalho de liderança incide nas neces-

sidades motivacionais dos subordinados hierárquicos e evolui para a estrutura do grupo, enquanto que a função de administração concentra-se nas necessidades da organização como um todo e vai além do grupo que se relaciona com a figura do administrador. Assim sendo, o oficial, enquanto líder, atua no sentido de estabelecer uma rede de relacionamentos pessoais com vistas a criar, manter e fortalecer a coesão do grupo, tendo em mira a consecução dos objetivos organizacionais. Enquanto administrador, volta suas atenções para a análise dos potenciais e custos organizacionais e toma decisões relativas aos custos da consecução de uma missão, as quais podem ser de aceitação ou rejeição. Percebe-se, pois, que a liderança é um fenômeno predominantemente afetivo, enquanto a administração é um acontecimento preponderantemente racional. Devido à natureza do trabalho militar, o oficial deve desenvolver tanto as suas habilidades administrativas, quanto a sua capacidade de liderança.¹⁵

No caso das Forças Armadas brasileiras, tal como já dissemos, a prática da liderança encontra-se num nível abaixo do desejável. Embora o pensamento estratégico vigente tenda a apontar a ausência de inimigos externos,

15- DERMOTT, J. M. Liderança e Administração: Um Modelo Equilibrado de Oficialato, in *Air University Review*, vol. XXXV, nº 3, Primavera, 1984, p. 74 a 76.

somos partidários de que a nossa corporação bélica deva voltar mais suas atenções para a liderança, pois sua finalidade principal, senão única, deve ser a de defesa externa. Apesar de, aparentemente, inexistirem hipóteses de conflito, faz-se necessário que ela demonstre um poder dissuasório elevado, capaz de impedir a manifestação de possíveis ameaças à integridade e a soberania nacionais. Não resta dúvida que a capacitação de nossos militares, na área da liderança, contribuirá bastante para a instauração desse poder dissuasório. Na eventualidade de um confronto, o qual esperamos nunca venha a acontecer, essa capacitação conferirá superioridade aos nossos combatentes.

Qualquer organização militar está sujeita a apresentar uma conduta decepção, num teatro-de-operações, se seus comandantes não dominarem adequadamente as habilidades de liderança. Exemplo típico foi o das tropas argentinas por ocasião da Guerra das Malvinas. A derrota desse país em tal conflito deveu-se em grande parte a rigidez do corpo de oficiais, sua forte estratificação, que não permitiu a formação de elos positivos entre os conscritos e seus comandantes.¹⁶ Outro exemplo é registrado pelo Exército francês em Verdun, na Primeira Guerra

Mundial. Despreocupados com a sobrevivência de seus subordinados, os oficiais franceses lançaram ofensivas repetidas contra o inimigo entrincheirado. Devido à extrema depauperação e exaustão, a tropa revoltou-se contra os comandantes. Na Guerra do Vietnã houve sérios problemas com os soldados norte-americanos, devido a demasiada preocupação administrativa dos oficiais comandantes. Em consequência, ocorreu um elevado índice de deserção, o uso de entorpecentes disseminou-se, houve recusa de combater e ocorreu, até mesmo, o assassinato dos oficiais por seus próprios comandados. É interessante notar que, após essa guerra, cresceu exponencialmente a preocupação dos militares estadunidenses para com o tema da liderança. Diversas publicações castrenses, a partir dessa data, apresentaram, em quase todos os seus números, artigo a esse respeito. Centros de estudos de liderança foram fundados e manuais orientadores foram elaborados e distribuídos à tropa. A humilhante derrota sofrida pelo Iraque, no início desta década, deveu-se não só à diferença do poderio dos engenhos bélicos dos aliados, mas, também, à fraqueza dos líderes iraquianos, que não foram capazes de motivar os soldados a desferirem uma resposta vigorosa contra seus adversários, uma vez que preferiram manter-se na defensiva, fugir nos momentos mais difíceis da luta e depor suas armas perante o inimigo.

16 - STEWART, N. K. Um Estudo de Caso de Coesão: O Conflito de 1982 no Atlântico Sul, in *A Defesa Nacional*, n° 746, nov/dez, 1989, p. 44.

A Inglaterra, ao contrário da Argentina, saiu-se muito bem nos combates das Malvinas; em parte, por causa do estilo de liderança praticado pelos oficiais. Pode ser notado que, no desenrolar dessa guerra, o denominado elo vertical, ou seja, o intercâmbio entre os elementos da base e do topo da hierarquia, revelou-se marcante no Exército inglês. Esse elo vertical agregava a crença do oficial britânico na importância do ideal de servir de exemplo aos seus comandados, cuidar da melhor maneira possível deles, a compartilhar do treinamento e do desconforto, bem como a presença de um ambiente organizacional aberto com pouca atenção aos privilégios do posto, tudo isso acompanhado de um bom humor espontâneo mais a observância das críticas e sugestões elaboradas pelos componentes subalternos da pirâmide hierárquica. Apesar da superioridade inglesa, algumas frações combatentes argentinas foram capazes de opor resistência aos soldados ingleses, lutaram de modo efetivo e demonstraram alto nível de coesão grupal, devido à presença de um clima organizacional aberto, sob o comando de líderes dedicados às necessidades e ao desenvolvimento dos seus subalternos.

As guerras empreendidas pelos israelenses contra os árabes, particularmente as de 1966 e 1973, denominadas, respectivamente, de "Seis Dias" e "Yom Kippur", revelaram que as Forças Armadas de Israel não são

uma das melhores do mundo, devido apenas ao seu aparato tecnológico, mas, principalmente, pelo estilo de liderança praticado pelos seus integrantes. O relacionamento entre comandantes e comandados, nesses confrontos, foi pautado pela camaradagem. Os líderes de batalhão e de brigada dialogavam constantemente com seus subordinados, tanto nas horas de descontração, quanto nas horas difíceis da batalha. Nos momentos de crise, confortavam os soldados e os estimulavam, invocando o sionismo e o patriotismo. Durante os combates, comandavam pelo exemplo, isto é, saíam à frente, enfrentando os perigos do campo de luta, o que era revelante para inspirar confiança aos subordinados hierárquicos. Conseguiram, com essa prática, criar um espírito de corpo, uma forte coesão grupal, um moral elevado, a que os inimigos não puderam resistir.

Nesse conjunto de exemplos, não pode deixar de ser mencionado aquele das Forças Armadas alemãs. A superioridade do soldado germânico, tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial foi por demais explícita. É indubitável que, em ambos os conflitos, os alemães possuíam engenhos bélicos modernos; entretanto, o modo de liderar deve ser destacado.

Na Primeira Guerra Mundial, os alemães invadiram rapidamente a França e a Bélgica. Conseguiram diversas vitórias na batalha do Marne. Aniquilaram o Exército russo na batalha de Tannenberg, na qual apreenderam

centenas de canhões e fizeram prisioneiros mais de cem mil homens. Na batalha naval da Jutlândia, em inferioridade, quanto ao número de navios combatentes, provocaram grandes estragos na esquadra britânica. Tais acontecimentos, mais a quantia de baixas significativamente menor que a das forças de coalizão, até o final da guerra, demonstraram que a tradicional ascensão dos soldados germânicos, que vem desde o século passado, e cujo berço é a antiga Prússia, fez sentir-se de modo significativo nesse teatro de operações. Essa supremacia deveu-se, sobremaneira, à atuação de vários comandantes de tropa, seguidores da tradição prussiana. Como se sabe, os oficiais prussianos eram treinados para exercer uma liderança eficaz em combate, haja vista que praticavam, frequentemente, as habilidades de solucionar problemas e tomar iniciativas, além de serem estimulados, inclusive, a desobedecer ordens de superiores hierárquicos, se essas, na opinião deles, fossem inadequadas para alcançar vantagens numa situação adversa.

Dois fatos ocorridos na Segunda Grande Guerra revelaram a importância do estilo de liderança praticado pelos militares teutônicos. Um deles diz respeito à famosa Operação Barbarossa, nome secreto dado a invasão da União Soviética pela Alemanha. O destaque dessa operação foi para a Luftwaffe que, com um pouco mais da metade dos aviões russos, destruiu quase todos os

do seu adversário, num período de dezoito horas e com uma perda ínfima de trinta e cinco aviões. Essa operação é considerada a mais bem sucedida da história do poder aéreo. Um dos fatores principais, responsáveis por esse sucesso, foi o modo pelo qual os comandantes conduziram a manobra aérea. Coube aos escalões inferiores, isto é, aos esquadrões e esquadrilhas, decidirem a respeito do tamanho das formações, do tipo de armamento e tática a serem empregados. Os superiores hierárquicos, por sua vez, levaram muito em conta as opiniões emitidas por suas tripulações aéreas. Tais procedimentos permitiram a utilização máxima da perícia dos aviadores combatentes.

Outro fato refere-se a uma campanha organizada, pelos aliados, com o objetivo de convencer os soldados alemães a se renderem. Essa campanha centrou-se em uma argumentação ideológica, cujo discurso, endereçado a tais soldados, diziam que eles estavam enganados em seguir comandantes que os levavam ao fracasso. Em consequência, só lhe restariam a rendição, mesmo porque a guerra já estava decidida. Concebia-se que os militares teutônicos, por estarem profundamente embuídos da ideologia nazista, seriam sensíveis à argumentação ideológica. Os aliados puderam constatar que essa ideologia exercia um papel bem menor do que as relações pessoais nos grupos combatentes. Os argumentos ideológicos impressos em panfletos e distribuídos entre os soldados, não

tiveram o poder de influenciar os prisioneiros capturados e submetidos a interrogatório. Em compensação, os argumentos relativos à situação pessoal deles e de seus líderes diretos influíram de maneira decisiva quanto a resolução de depor armas.

Pelo exposto, pode-se inferir que o exercício de uma liderança adequada, no campo de batalha, constituiu um fator decisivo para o alcance da vitória. Assim sendo, propomos que as Forças Armadas brasileiras direcionem seus esforços para a implantação de um moderno programa de liderança em todas as suas organizações espalhadas pelo País, especialmente nas suas escolas, desde os colégios militares até as instituições que administram cursos de aperfeiçoamento para oficiais-generais. Para tanto, faz-se necessário, antes, a realização de um estudo crítico a respeito dos programas de liderança utilizados pelas forças armadas estrangeiras mais importantes na atualidade, tais como as de Israel, dos Estados Unidos da América do Norte, da Suíça, da Alemanha e da Inglaterra. Esse estudo deve avançar rumo ao exterior, para viabilizar um contato direto com os militares desses países, a fim de entrevistá-los a respeito do processo de formação de seus líderes. Será boa oportunidade para observar *in loco* as práticas destinadas a esse preparo, bem como para coletar material bibliográfico relativo ao assunto.

O estado de ânimo de nossos militares, na atualidade, deixa muito a desejar,

uma vez que está bastante difícil para eles concretizarem, no âmbito da caserna, a ambicionada realização profissional, que todos os trabalhadores também desejam alcançar. Acreditamos, porém, que a proposta de uma modernização através da liderança, cujo custo é extremamente baixo, isto é, está próximo de zero, seja capaz de contribuir positivamente para a alteração desse estado de ânimo. Mais importante que isso é o fato de que os estilos de liderança praticados pelos militares desses países são essencialmente democráticos. Assim sendo, caso o exercício de uma liderança democrática venha a se tornar realidade no interior de nossas instituições militares, esse tipo de liderança terá o poder de reforçar o compromisso dos nossos militares para com a solidificação da democracia no País.

Enquanto a sonhada renovação dos instrumentos de combate não se realiza a contento, dotemos as Forças Armadas de um poder de liderança congruente com essa renovação, a fim de que elas se destaquem perante suas congêneres externas e sejam capazes de atuar com eficácia em possíveis conflitos, os quais, sinceramente, desejamos nunca venham a correr.

BIBLIOGRAFIA

- AMARANTE, J.C.A., A tecnologia Militar — Repercussões da Guerra do Golfo, A *Defesa Nacional*, nº 755, jan/mar, 1992.

- BAUCOM, D. R., A Guerra Tecnológica: A Realidade e o Mito Estadunidense, *Air University Review*, vol. XXXI, verão, 1982.
- BAUDISSIN, G.V., *Ciudadano de Uniforme Y Conducción Interior — Dos Principios para Democratizar Las Fuerzas Armadas Alicados ao Bundeswehr de La Republica Federal de Alemania*, Fundacion Arturo Illia para La Democracia e La Paz, Argentina, 1982.
- BLACKBURN, R., *Depois da Queda*, Editora Paz e Terra, R. Janeiro, 1992.
- BOBBIO, N. e outros, *Dicionários de Política*, 2ª ed., Editora Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1986.
- BOROWISKI, H. R., Liderança à Altura da Tecnologia, *Air University Review*, vol. XXXVI, nº 2, inverno, 1984/85.
- BOYD, S. R., Liderança e Alta Tecnologia, *Air Power Journal*, outono, 1990.
- BRIGAÇÃO, C., *O Mercado de Segurança*, Editora Nova Fronteira, R. Janeiro, 1984.
- DERMOTT, J.M., Liderança e Administração: Um modelo Equilibrado de Oficialato, *Air University Review*, vol. nº 3, primavera, 1984.
- DO LIBERATION, A Neutra Suíça prepara Seus Homens Para a Guerra, *Folha de S. Paulo*, 1º de maio, 1988.
- EISENTADT, S.N., *Modernização: Protesto e Mudança*, Zahar Editores, R. Janeiro, 1969.
- FERNANDES, F., *A Revolução Burguesa no Brasil*, 3ª ed., Editora — Guanabara, R. Janeiro, 1987.
- FERREIRA, P.A., *Ciência e Tecnologia nas Forças Armadas Brasileiras — História e Conduta Militar*, Tese de Doutorado, Universidade de S. Paulo, 1993.
- FOWLER, G. J., Coesão de Combate no Vietnã, *Military Review*, vol LX, nº 2, 2º trim., 1980.
- GET, J. D., O Exército de Libertação Popular da China: Lições — Apreendidas no Vietnã, *Military Review*, vol. LXVII, 4º trim, 1987.
- HEIMAN, L., O Nahal Israelense, *Military Review*, vol. XLVII, nº 7, julho, 1976.
- IANNI, O., *Estado e Capitalismo*, 2ª ed., Editora Brasiliense, S. Paulo, 1988.
- KURZ, R., *O Colapso da Modernização*, Editora Paz e Terra, R. Janeiro, 1992.
- LONGO, W. P., Tecnologia: A Guerra do Golfo e Suas Consequências para o Brasil, *A Defesa Nacional*, nº 754, out/dez, 1991.
- LUDWIG, A.C.W., *A Formação do Oficial Brasileiro e a Transição Democrática*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- MALAN, A. S., *Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro*, Biblioteca do Exército Editora, R. Janeiro, 1988.
- PEÇANHA, S., *O Positivismo, Reflexos para o Exército, Ensinos Históricos*, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, R. Janeiro, 1986.
- RATLEY, L.O., A Luftwaffe e a Operação Barbosa, *Air University Review*, vol XXXV, nº 4, verão, 1984.
- ROUQUIÉ, A., *O Estado Militar na América Latina*, Editora Alfa Omega, S. Paulo, 1984.
- SABINO, M. e TOGNOZZI, A Caserna no Sufoco, *Isto É*, 21 de julho de 1993.
- SKOLD, N., *Os Militares na Sociedade: A Concepção Sueca de Segurança Nacional*, conferência proferida na Universidade Estadual de Campinas em 13 de junho de 1989.
- STEWART, N K., Um Estudo de Caso de Coesão: O Conflito de 1982 — no Atlântico Sul, *A Defesa Nacional*, nº 746, nov/dez, 1989.
- VELOSO, J. P. R., *A Nova Estratégia Industrial e Tecnológica: O Brasil e o Mundo da III Revolução Industrial*, José Olympio Editora, R. Janeiro, 1988.
- WANDERLEY, N. F., *História da Força Aérea Brasileira*, 2ª ed., 1975.



ANTONIO CARLOS WILL LUDWIG — Professor adjunto da Academia da Força Aérea e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas. Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (1972), é mestre em Filosofia da Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1981) e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1992)



COPLAVEN

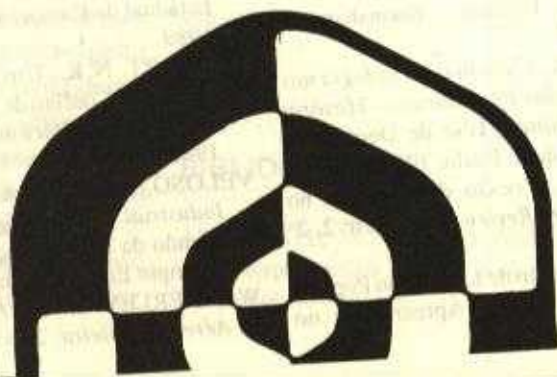
A MARCA DO CONSÓRCIO

FILIAIS:

Anápolis - GO: Rua Dr. Gensencio, 73 - Centro - Fone: (062) 324-1625
Araguaina - TO: Rua 1.º de Janeiro, 1.537 - CEP 77800 - Fone: (062) 821-2175
Boa Vista - RR: Rua Coronel Pinto, 102 - Sl. 104 - Centro - Fone: (095) 224-7454
Belo Horizonte - MG: Rua Rio Grande do Norte, 1.507 - Savassi - Fone: (031) 223-1277
Belém - PA: Av. Alcindo Gacela, 773 - B. Umarizal - Fone: (091) 223-7603
Brasília - DF: CRS - Quadra 515 - Bloco "B" - Loja 67 - Fone: (061) 245-6061
Fortaleza - CE: Rua Dr. José Lourenço, 831 - Aldeota - Fones: (085) 261-4452 261-5211
Goiânia - GO: Av. 85 - n.º 850 - Setor Sul - Fone: (062) 224-7400
Imperatriz - MA: Rua Pará, 525 - Centro - Fone: (098) 721-3031
Manaus - AM: Av. Joaquim Nabuco, 2.039 - Centro - Fones: (092) 234-1510 234-1883
Rio de Janeiro - RJ: Av. Ipiranga, 46 - Laranjeiras - Fone: (021) 285-6090
São Luís - MA: Av. Mal. Castelo Branco, 751 "B" - B. São Francisco - Fone: (098) 227-2490
São Paulo - SP: Av. Brigadeiro Faria, Lima, 1084 - 12.º Andar - J. Europa - Fone: (011) 257-4055
Uberlândia - MG: Av. Cesário Alvim, 359 - Centro - Fone: (034) 236-6244

MATRIZ:

Anápolis - GO: Rua Manoel D'Abadia, 395 - Centro - Fone: (062) 321-3833



marke a marca



ÁFRICA AUSTRIAL — EVOLUÇÃO E CRISE

Ivan Ferreira Neiva Filho

O artigo apresenta um estudo sucinto da África Austral, em particular dos seus aspectos políticos. Contém informações úteis para o entendimento das crises que desde alguns tempo, se transformaram em lugar comum no continente africano.

A África Austral tem ocupado, ultimamente, lugar de destaque nas manchetes dos noticiários. As eleições na África do Sul, a guerra civil em Angola, a independência na Namíbia e o processo de pacificação em Moçambique foram alvos da observação de todo o mundo.

A porção sul do Continente Africano tem sido um caldeirão onde as crises tem gerado miséria, morte e destruição.

A guerra fria, que poucas vítimas fez entre os seus reais contendores, teve na África Austral um de seus campos de batalha mais sangrentos. Antigas diver-

gências étnicas e guerras de libertação contra o colonizador tornaram-se conflitos ideologizados, agravados pela presença de governos racistas e ditatoriais, que se davam o direito de intervir de maneira violenta na política interna dos vizinhos.

Esta região defronta-se com o território brasileiro, compartilhando conosco o Atlântico Sul. Além disso, grande parcela de nossa população possui suas origens naquela área, trazidos que foram pelos traficantes de escravos. Compreendê-la torna-se, portanto, um imperativo para nós.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O termo África Austral é empregado para delimitar um conjunto de países do sul do continente cujas políticas internas e externas tornaram-se, com o passar do tempo, extremamente inter-relacionadas e interdependentes.

Incluem-se nesta região os seguintes países: República da África do Sul, Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Geo-

graficamente, poderiam ser incluídos o Zaire e Madagascar. Esses países, contudo, não têm participado dos mecanismos políticos e econômicos regionais.

A área total engloba, aproximadamente, 7.000.000 km², com uma população de cerca de 125.000.000 de habitantes, de origem bantu, com alguma presença dos primeiros povoadores da área, os hotentotes e bosquímanos. A população branca é minoria, sendo originária das antigas metrópoles colonizadoras. Há parcelas de asiáticos (indianos) e árabes (Ver quadro nº 1).

Quadro nº 1 — ÁFRICA AUSTRAL

PAÍS	ÁREA 1.000km ²	POPULAÇÃO (1.000 hab)	CAPITAL	PRINCIPAIS IDIOMAS
África do Sul	1.221	39.818	Pretória, Cidade do Cabo, Bloefontein (*)	africaner e inglês (oficiais); zulu, xhosa e outros idiomas bantu.
Angola	1.246	9.888	Luanda	português (of) e dialetos bantu
Botswana	581	1.313	Gaberone	setswana (nacional) e inglês (oficial)
Lesotho	30	1.836	Maseru	sotho e inglês (oficiais)
Malawi	118	10.356	Lilongue	inglês e chichewa (oficiais)
Moçambique	799	14.872	Maputo	português (of) e idiomas bantu
Namíbia	824	1.534	Windhoek	inglês, africaner alemão (of); bantu
Suazilândia	17	792	Mbabane	suazi e inglês (oficiais)
Tanzânia	945	24.403	Dar-es-Salam	suahili (of); inglês e dial. bantu
Zâmbia	752	8.638	Lusaka	inglês (of) e dialetos bantu
Zimbabwe	390	10.583	Harare	inglês (of) e dialetos bantu

FONTE: Guia do Terceiro Mundo, Bd. 1993

OBS.: (*) Capitais administrativa, legislativa e judiciária, respectivamente

Um planalto central domina o terreno, cercado por pequenas planícies costeiras. O deserto do Kalahari ocupa quase a totalidade dos territórios da Namíbia e Botswana, além de grande parte da África do Sul. A bacia do grande Rio Zambeze e os grandes lagos do Niassa e Tanganica completam a paisagem.

A grande fonte de riquezas na região é seu rico subsolo. No planalto, explora-se o diamante, ouro, carvão, cobre e urânio, entre outros. O petróleo é explorado com bastante sucesso em Angola. A agricultura é pouco desenvolvida, exceto na África do Sul e no Zimbábwe. O país mais industrializado da região é

a África do Sul. Nos demais, a industrialização é bastante fraca.

Grande é a quantidade de trabalhadores que se deslocam para os países vizinhos, principalmente para a África do Sul, a fim de trabalharem nas minas ou indústrias, que terminam por se tornarem importante fonte de recursos para seus países de origem.

Os indicadores sociais indicam a grande pobreza da região. Mesmo entre os países com melhor situação sócio-econômica, nota-se uma grande concentração da riqueza nas mãos de suas elites. (Ver quadro nº 2).

Quadro nº 2 — ÁFRICA AUSTRAL — INDICATIVOS SÓCIO-ECONÔMICOS

PAÍS	DENSIDADE POPULACIONAL (hab/km ²)	MORTALIDADE INFANTIL (%)	ESPERANÇA DE VIDA (masculina)	PNB PER CAPITA (US\$)
África do Sul	32,6	58	57,5	2530
Angola	8,3	137	42,9	Não disponível
Botswana	2,3	67	55,5	2040
Lesotho	60,5	100	51,5	530
Malawi	87,4	44	48,3	300
Moçambique	18,6	141	44,9	80
Namíbia	1,9	106	55,0	1030
Suazilândia	45,6	118	53,7	810
Tanzânia	25,8	106	51,3	110
Zâmbia	11,5	80	52,4	420
Zimbábwe	37,1	66	56,5	640

FONTE: Guia do Terceiro Mundo, Bd, 1993

Ocupam posição desfavorável os países do chamado *hinterland*, Zâmbia, Malawi e Zimbabwe, por não serem dotados de saída para o mar, dependendo inteiramente de seus vizinhos para a prática do comércio internacional. Dentro do território da África do Sul, encontra-se os enclaves do Botswana, Lesotho e Suazilândia, cujas economias estão umbilicalmente ligadas à sul-africana.

Como consequência, tornam-se fundamentais para a região os chamados "corredores de exportação", formados por conjuntos de estradas de ferro e rodagem que ligam os países do *hinterland* a portos oceânicos. Entre estes corredores destacam-se a ferrovia Tan-Zan, que permite o escoamento da produção zambiana através da Tanzânia; os corredores de Nacala, Beira e Limpopo, que permitem a ligação do Malawi e Zimbabwe com os portos moçambicanos; e a ferrovia ligando o Zimbabwe à Cidade do Cabo, através do território do Botswana.

A interdependência na África Austral nasce das origens históricas comuns aos povos da região, da parcela da população em constante movimento entre os diversos países, à procura de trabalho (acentuada pela presença dos deslocados pelas guerras), bem como da importância de se compartilhar os corredores de exportação.

DOS PRIMEIROS POVOADORES À CHEGADA DOS EUROPEUS

Originariamente, a África Austral era ocupada pelos povos Khoi-Khoi e San (bosquímanos e hotentotes), que viviam na Idade da Pedra. Na altura do século II d.C., inicia-se a grande migração dos povos bantu, originários da África Ocidental, para a região. Eles alcançam os atuais Angola, Zâmbia, Zimbabwe, Tanzânia e Moçambique, chegando, no século XVI, à região de Natal, no leste da África do Sul. Durante a sua expansão, organizam-se em famílias, clãs e, mais tarde, em tribos. A população original foi assimilada ou expulsa para áreas menos férteis.

Na altura do século X, surgem os Estados Bantu, inicialmente na bacia do Congo e posteriormente, no sudeste da região. Destes, os mais importantes são os Estados do Congo, Zimbabwe e Monomotapa.

Estes Estados incrementam a prática do comércio, principalmente com os navegadores árabes e indonésios. Seus principais produtos de exportação eram ouro, ferro, cobre, marfim e escravos. O comércio na costa do Índico tornou-se bastante importante, a partir do século XIII, o que ajudou a consolidar o poder dos Estados Bantu.

Os árabes também povoam a região da costa do Índico, a partir do século VII, quando criam importantes entrepostos comerciais, como Quíloa, Mom-

baça e a Ilha de Moçambique.¹ Sua influência será maior na Tanzânia e no norte de Moçambique, onde predominará a religião islâmica.

Os Portugueses

Os portugueses, à procura do caminho para as Índias, chegam ao Congo em 1482, ao Cabo da Boa Esperança, em 1497 e, em 1502, Vasco da Gama impunha tributo à Quiloa, na atual Tanzânia. Ao aportarem na África, pretendiam criar pontos de apoio ao seus navegadores que demandassem ao oriente, instalando feitorias e estabelecendo relações amistosas com a população local.

No Congo, o rei Nzinga Nkuvu converte-se ao cristianismo, trocando embaixadas com Portugal.

A escravidão já existia entre os bantu, principalmente como resultado de derrota nas guerras tribais. Logo, o rei do Congo autorizaria aos portugueses o recrutamento de escravos como mão-de-obra para suas plantações em São Tomé e no Brasil. Em breve, o tráfico de escravos toma proporções inimagináveis, convertendo-se, mesmo, em fonte de riqueza para os reis locais, que passam a guerrear entre si, arrebanhando cada vez mais homens a serem vendidos.

O interesse português por Moçambique foi estimulado, inicialmente, pela procura do ouro e marfim, que eram levados para as Índias, onde eram trocados por especiarias. Essa presença opõe os interesses de Portugal e dos mercados árabes, gerando lutas e conflitos ao longo da costa oriental africana, até que, em 1752, um acordo árabe-português determina o limite nas áreas de influências de ambos como o Cabo Delgado.² A cristianização dos reis favorece a estratégia portuguesa de ocupação da área, com o declínio do Estado Monomotapa.

Os Boêres

A região do Cabo da Boa Esperança foi ocupada pelos holandeses da Campanha das Índias Orientais, que aí instalaram um núcleo de colonização, destinado ao apoio dos navios em viagem ao Oriente, criando pequenas fazendas. Em breve, os *boêres*³ estavam em guerra contra os Khoi-Khoi, embrenhando-se pelo interior a fim de conquistar novas terras. No século XVIII, os conflitos entre brancos e negros no extremo sul da África atingiram tal intensidade que foram registradas sete grandes guerras entre *boêres* e *cafres*.⁴ A partir desta

1. Ilha de Mussa-Al-Biq, árabe que ali se estabeleceu e criou a primeira mesquita da região.

2. Atual fronteira entre Moçambique e Tanzânia.

3. Fazendeiros.

4. Nome pejorativo dado aos negros.

época, os holandeses da África passaram a se autodenominarem *afrikaners*.

A expansão dos *boêres* em direção ao interior gerou sérias disputas pelo espaço vital, iniciando um período de guerra entre diversas tribos que habitavam a região a leste do Transvaal.

Dentre os povos envolvidos, encontravam-se os *zulus*, povo de origem bantu, liderados por Chaka. Chaka possuía uma grande visão estratégica, moldando seu povo para fazer dele um exército permanente de mais de 100.000 homens, que empregou na disputa contra as demais tribos.

Chaka e seu exército zulu foram como um verdadeiro furacão entre os povos negros do sul, obrigando-os a migração para o norte e oeste, num movimento de reacomodação de toda a população negra do oeste da África Austral.

Os Ingleses no Cabo da Boa Esperança

Em 1806, ante o enfraquecimento do Império colonial holandês, os ingleses começaram a se estabelecer na região do Cabo da Boa Esperança, onde tentaram lançar as bases de uma burguesia comerciante. A oposição dos descendentes dos holandeses torna-se aguda, a ponto de provocar a grande migração dos *boêres* para o interior, em 1834, conhecida como *great trek*. Nessa sua marcha, os *boêres* enfrentam as tribos locais, expulsando-as para o norte,

vindo, finalmente, a se estabelecerem nas regiões do Transvaal e Orange, proclamados independentes em 1852 e 1854.

A descoberta de ouro e diamantes no Transvaal, aliada à percepção inglesa do valor estratégico da região, faz com que estes proponham a criação de uma federação entre a província do Cabo e os Estados livres do Transvaal e Orange. A idéia foi rejeitada pelos *boêres* e em 1899, estorou uma violenta guerra entre os brancos do sul da África. Depois de três anos de guerra, e 50.000 mortos, os *boêres* se rendem, aceitando a tutela britânica em troca de alguma autonomia regional.

Em 1910, é criada a União Sul-Africana, independente, como domínio da Coroa Britânica, como o Canadá e a Austrália. Nasce da federação das províncias do Cabo e de Natal, com o Transvaal e Orange.

A PARTILHA DO TERRITÓRIO

A conquista dos territórios africanos pelas potências européias, a partir da segunda metade do século XIX, foi uma consequência direta da industrialização. Grã-Bretanha, França e Alemanha precisavam de matérias-primas para seus parques industriais, bem como de mercados consumidores para seus produtos.

A abolição da escravidão nesses países, muitas vezes apresentada como um ato humanitário, seguia uma razão de ordem econômica: não mais havia interesse em levar homens para as plantações, onde seus braços eram cada vez menos necessários, já que as máquinas começavam a substituí-los. Era melhor que eles permanecessem na África, servindo de mão-de-obra barata para a produção agrícola e mineral destinada as indústrias metropolitanas, bem como consumidores de produtos europeus.

Exploradores, como os famosos Livingstone, Stanley e Cameron, começavam a descortinar a potencialidade do interior do continente. Missões religiosas, católicas e evangélicas, estabeleciam-se em diversos pontos. Cabia, agora, disciplinar a ocupação territorial, a fim de se evitar conflitos.

Neste sentido, é organizada, em 1884-85, a Conferência de Berlim. Dela surge um princípio básico que definirá o traçado das fronteiras africanas, quando ela determina que a simples presença no litoral não assegura a posse do interior, a menos que devidamente ocupado e informado às potências.

Em consequência, desencadeia-se a corrida ao interior do continente.

Portugal, embora detentor de tradição histórica da ocupação da África Austral, já não tinha capacidade militar ou econômica de impor-se no novo quadro que se delineava. Perdeu, assim, a posse dos planaltos entre Angola e Moçam-

bique para os ingleses, que aí tinha se estabelecido, através da atividade de Cecil Rhodes, à cabeça da *British South African Company*.

Na Niassalândia, a atividade de missionários britânicos assegurou a posse do território pela Grã-Bretanha.

A Ilha de Zanzibar, onde colonos ingleses dedicavam-se à cultura do trigo, café, chá e sisal, tornou-se, em 1890, um protetorado britânico.

Na África do Sul, os territórios da Basutolândia, Suazilândia e a Bexuanalândia tinham solicitado, ao governo britânico, que passassem à condição de Protetorados, ante a ameaça de serem incorporados pelos *boêres*, no que foram atendidos, criando-se três enclaves negros no território dos brancos sul-africanos.

Em 1884, o alemão Karl Peters desembarcara secretamente na costa de Tanganica, colhendo uma série de tratados, que somente foram divulgados após a Conferência de Berlim, quando o governo alemão tomou esses territórios sob sua proteção, criando a África Oriental Alemã.

Na África do Sudeste, instalara-se uma pequena colônia alemã, o que veio assegurar a posse do território pela Alemanha.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a União Sul-Africana, apoiando o esforço aliado, invade o Sudoeste Africano Alemão, recebendo, como reconhecimento, o mandato da Sociedade das Nações sobre este território.

Após o conflito, a Grã-Bretanha recebe o mandato da Comunidade das Nações sobre a África Oriental Alemã, que passa a chamar-se Tanganica, sendo reorganizada administrativamente, nos modelos das demais colônias. Era o fim da experiência efêmera de colonização alemã na África Austral.

Em 1918 já estava consolidado o quadro da ocupação européia do território africano. Iniciava-se a organização da exploração econômica das colônias, de acordo com as diversas políticas nacionais.

AS DIFERENTES POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO

Territórios Britânicos

A colonização britânica defendia dois princípios: autonomia financeira das colônias, condição e medida da autonomia política e uma repugnância pela centralização. Como colorário, chega-se à autoridade indireta (*indirect rule*), ou seja, o governo colonial apoiado nos chefes locais.

A exploração econômica era confiada a companhias, como a *British South Africa Company*, estabelecida na Rodésia, enquanto a direção administrativa era confiada a um governo local, responsável perante a metrópole. Posteriormente, são criados os conselhos executivos, destinados a coadjuvarem o

governador, e os conselhos legislativos, competentes para elaborar as leis da colônia, sob a aprovação do governador.

A administração britânica foi a mais feliz do ponto-de-vista da capacitação dos países à independência, com a formação, embora limitada, de quadros de diligentes capazes de assumir o comando de seus países.

Como consequência, foi possível a chegada ao poder dos partidos nacionalistas africanos através do voto, como na Zâmbia, Tanzânia, Malawi, Botswana, Lesotho e Suazilândia.

Territórios Portugueses

Para o colonizador português, a ascensão dos inativos para a civilização era algo muito lento. Para Salazar, dever-se-ia, em primeiro lugar, realizar uma transição agrária, destinada a iniciação à civilização, para, então, poder lançar o nativo ao mundo industrial moderno.

A exploração da mão-de-obra negra supriu, nas colônias portuguesas mais do que em qualquer outro local, o fraco nível dos investimentos.

Em 1920, era concedida autonomia financeira a Angola e Moçambique, com a possibilidade de contraírem empréstimos. Ambos se endividaram acima de suas possibilidades, sendo salvos da bancarrota por intervenção da metrópole. Em contrapartida, tornava-se muito rígido o controle de Portugal no que se refere a finanças.

O Ato Colonial de 1930 consolida o total domínio econômico e político por parte da metrópole. Portugal queria apegar-se às suas colônias, consideradas um legado histórico.

O responsável pela administração era o Ministro das Colônias, representado por um governador-geral. Adotava-se a administração direta das colônias.

Em 1951, Angola e Moçambique passam a ser "Províncias Ultramarinas", numa tentativa de aplacar as pressões externas. Portugal tornava-se um país transcontinental, "igualitário e fraterno".

Grande era a dependência portuguesa de seus territórios africanos, fontes de matérias-primas e escoadouro para a superpopulação metropolitana, ávida por terras a cultivar. Assim, são feitos esforços no sentido de dotá-las de infraestrutura moderna, melhorando as condições de vida nas cidades e estabelecendo uma estrutura viária capaz de sustentar o esforço de desenvolvimento. O capital estrangeiro é aceito na exploração das potencialidades, como ouro, petróleo e diamante em Angola.

Este fomento ao desenvolvimento econômico não é acompanhado, contudo, de uma evolução sócio-política paralela.

A política colonial portuguesa, extremamente conservadora, não foi capaz de acompanhar a tendência natural de emancipação política das colônias africanas. Em consequência, as independências de Angola e Moçambique, retardadas em relação aos seus vizinhos, deram-se de forma traumática e violenta,

afetando a própria política interna metropolitana, através da Revolução de 25 de abril de 1974.

Para Angola e Moçambique, a transição para a independência também foi de grande dificuldade, principalmente pela falta de quadros realmente capazes de assumir a direção dos novos países, o que tem gerado instabilidade até os nossos dias.

Territórios Alemães

A participação alemã na colonização da África Austral foi efêmera, terminando logo após a Primeira Guerra Mundial.

Na verdade, a Alemanha atrasou-se na conquista de territórios coloniais, envolvida que estava na sua própria unificação política.

O Sudoeste Africano era um grande deserto, onde somente foram exploradas algumas minas de ouro, até a anexação pela União Sul-Africana.

Na África Oriental Alemã, inicialmente, tentou-se a exploração através de companhias. Contudo, ante seu insucesso, o governo alemão assume o controle total da colônia, adotando uma forma de administração direta e militarizada. A migração de colonos alemães, que passam a ocupar as melhores terras dos planaltos, gerou diversas revoltas da população local, normalmente abafadas sob grande quantidade de sangue.

RUMO À EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

A presença européia na África Austral não se deu sem resistência da população local. Ao contrário, durante todo o período colonial, diversas foram as revoltas contra o conquistador, normalmente sufocadas sob um banho de sangue.

O nacionalismo africano vai permanecer, no entanto, sufocado até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando começa a dar provas de vitalidade. Os movimentos nacionalistas foram, em geral, apoiados pelos países comunistas, especialmente pela URSS e China, bem como pelos primeiros países a se tornarem independentes no continente, como a Argélia, Egito e Gana. Este apoio não era somente ideológico, mas, principalmente, através de fornecimento de material bélico e treinamento de pessoal.

O auxílio ao processo de independência das colônias africanas foi uma das primeiras tarefas levada a cabo pela Organização da Unidade Africana, onde foi criado o Comitê Africano de Libertação (CAL), organismo responsável pela estratégia global do combate anticolonialista.

As Rodésias

Em 1890 é implantada, em Salisbury, a Companhia da África do Sul, por Cecil Rhodes, administrando os planal-

tos entre Moçambique e Angola, a norte e sul do Rio Zambeze. Em 1895, esses territórios passam a denominar-se Rodésia do Norte e do Sul, com administração distintas.

O sul, mais desenvolvido e rico, tem uma maior população branca. Ao norte acorreram menos colônos. Dessa forma, ao fim da concessão da exploração pela Companhia da África do Sul, os sulistas rejeitam a união com o norte, considerado um fardo pesado. Ambos os territórios recebem o estatuto de colônias britânicas na década de 1920, com a vinda dos habituais órgãos executivo e legislativo. Em 1927, são descobertas ricas jazidas de cobre na Rodésia do Norte.

Em 1891, a Niassalândia tornou-se protetorado britânico, recebendo um governador. Devido ao seu isolamento, muito pouco colonos instalam-se no país. A superpopulação dos yao e ngoni obriga-os a migrarem para as minas da Rodésia e África do Sul.

Esses territórios, isolados no interior do continente, necessitavam de ligações com o mar. São construídas vias férreas ligando-os ao porto moçambicano de Beira e à Cidade do Cabo.

O projeto britânico de colonização objetivava a criação de uma federação envolvendo os três territórios. Era uma forma de dotá-los de capacidade geopolítica de oporem-se à política sul-africana. Em 1953, a Federação é efetivamente criada, ainda sob o controle da metrópole.

A ascensão de partidos nacionalistas ao controle das câmaras legislativas da Rodésia do Norte e Niassalândia, contrários à Federação, fez com que o governo britânico considerasse válido o direito à secessão por parte desses territórios. Assim, em 1963, é proclamada a independência da Niassalândia, que passa a denominar-se Malawi, nome de uma etnia que estabeleceu um reino na região do lago Niassa. Em 1964, a Rodésia do Norte torna-se independente, sob o nome de Zâmbia.⁵

A evolução na Rodésia do Sul foi mais traumática. Neste território, a população branca tinha maior peso, assumindo o controle político do Conselho Legislativo, já em 1914. Leis excludentes aos negros criaram, a partir daí, um governo local racista e segregacionista.

O surgimento de movimentos nacionalistas negros acaba por empurrar para a direita toda a população branca. Esses movimentos tiveram o efeito de um grande divisonismo, o que impediu a unificação de sua luta. Dessa forma, não lograram obter expressão na Câmara Legislativa, diferentemente dos casos anteriores.

Ante a recusa britânica de conceder a independência ao país, por considerar o governo branco sem legitimidade para

assumir o poder, e estimulados pela divisão do movimento negro, os brancos voltam-se para a África do Sul, um aliado natural.

Em 1965, Ian Smith assumiu o poder, convocando um plebiscito onde a população branca referendou o desejo pela emancipação.

Logo, num gesto unilateral, declara a independência da Rodésia do Sul e inicia um governo de força, onde a minoria branca impõe-se sobre a maioria negra. Este não é reconhecido por país algum, tendo como seu único apoio externo o governo sul-africano. A ONU vota sanções econômicas contra seu regime, no que é prontamente acompanhada pela maioria dos países do mundo.

Tanganica e Zanzibar

Os britânicos tentaram realizar uma federação que unisse a Tanganica, Quênia e Uganda, prevendo organizar o *self-government* dentro desse quadro ampliado. Tal federação é, no entanto, rejeitada pelo Quênia e Uganda, que não aceitam incorporar o território do sul.

A transição começou a tomar vulto nas eleições de 1958, quando se destacou a figura de Julius Nyerere, criador da *Tanganyika African National Union* (TANU), que conquista todos os lugares destinados aos africanos no Conselho Legislativo.

5. Nome ligado ao Rio Zambeze, como aparece nos primeiros mapas da África.

Em 1961, é concedida a independência à Tanganica, com Nyerere tornando-se seu primeiro presidente.

Zanzibar constituía-se em um sultanato, sob protetorado britânico. Grande era a disputa entre a população de origem árabe e negra pelo poder. Em 1963, ascende a independência, sob uma monarquia constitucional dirigida pelo sultão e controlada pelos partidos árabes. Em 1964, um golpe de estado derruba o sultão, proclamando a República, sob o comando dos partidos negros.

Neste mesmo ano, o novo governo propõe a união à Tanganica, com quem tinha afinidades políticas, econômicas e geográficas.

Essa união passa a denominar-se Tanzânia.

Angola e Moçambique

Portugal procurou impedir, de todas as formas, o processo de independência de suas colônias africanas. Ao incorporá-las ao seu território metropolitano, como "províncias ultramarinas", desejava mostrar ao mundo que governava esses territórios de maneira igualitária e fraternal, onde não havia segregação ou racismo. Na verdade, o retardo sofrido pelo processo de libertação veio a gerar uma das mais sangrentas guerras coloniais da história, com consequências nefastas que perduram até os nossos dias.

A luta em Angola foi a mais sangrenta. Para Portugal, Angola possuía um enorme peso estratégico e econômico. Daí o grande esforço militar que desencadeou, visando a preservar sua colônia.

A guerra inicia-se em março de 1961, quando são desencadeados ataques contra fazendeiros portugueses, em uma verdadeira caça ao homem branco, com tentativas de destruição de fazendas e postos periféricos e sabotagens das vias de comunicações. Portugal responde evacuando os colonos para as cidades, desembarcando tropas pára-quedistas e armando os civis brancos. A repressão é muito forte, gerando um grande número de refugiados angolanos no exterior.

A rebelião teve apoio do Zaire, através da etnia baongo, comum aos dois países.

Surgem partidos a enquadrar a rebelião: a UPA e o MPLA.

A UPA⁶ criada em 1954, é dirigida por Holden Roberto, um baongo, com apoio dos dirigentes do Zaire-Lumumba e Mobuto. Em 1962, passa a chamar-se FNLA.⁷ Chega a criar um governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), reconhecido, à certa altura, pela OUA.

O MPLA⁸ teve, como fundador, o Dr. Agostinho Neto. É um movimento socialista que acusa a UPA de ser demasiado conservadora e ligada aos Estados Uni-

6. União das Populações de Angola.

7. Frente Nacional de Libertação de Angola.

8. Movimento Popular para a Libertação de Angola.

dos. Tem uma composição mais diversificada que a UPA e dispõe de uma organização mais disciplinada. Não aceito no Zaire, vai refugiar-se no Congo-Brazzaville e no enclave de Cabinda. Além dessas bases no norte, atuava a partir da Zâmbia. Era apoiado pelos quibundos, do centro do país.

O Comitê Africano de Libertação apoia inicialmente o GRAE, em detrimento do MPLA. Em 1965, após uma tentativa de golpe por parte do Ministro da Defesa, esse apoio diminuiu bastante, passando para o MPLA.

Em 1964, Jonas Savimbi, Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE separa-se de Holden Roberto. Depois de se juntar ao MPLA, faz um estágio na China, e acaba por criar a UNITA,⁹ contando com apoio de sua etnia, os umbundos, que, no sul e centro de Angola, constituem a maioria da população angolana.

A guerra colonial, carreando recursos e pessoal para a África, em breve vai torna-se motivo de revolta entre os oficiais do Exército português, que acabam por deflagrar a Revolução de 25 de abril de 1974, quando é derrubado o regime salazarista. Entre as primeiras medidas do novo governo português, está a negociação de um cessar-fogo nas colônias, iniciando o processo de independência.

Assim, em 15 de janeiro de 1975 é assinado o acordo de Alvor, que fixa a data de independência angolana, criando um governo de transição até lá.

Inicia-se o caos. Os três partidos lutam entre si, tentando assumir o futuro governo após a independência. As Forças Armadas do MPL¹⁰ exterminam as bases da FNLA na capital, na sangrenta batalha de Luanda.

O FNLA era apoiado pelas potências ocidentais. A UNITA, dominada pelo poder pessoal de Savimbi, foi apoiada pelos brancos e mais tarde, pela África do Sul. O MPLA era apoiado por países africanos socialistas, pelos países da Cortina de Ferro e Cuba, que mandou um corpo expedicionário em seu apoio. Além desses apoios externos, há um forte caráter tribalista na constituição dos diversos movimentos, cada um apoiado por uma das três principais etnias do país, inimigas entre si.

Em 11 de novembro de 1975, é declarada a independência, após o fim do governo transitório. Simultaneamente, os três partidos tentam ser legitimados como os novos donos do poder. O MPLA domina a capital e é reconhecido rapidamente por numerosos países, enquanto os outros dois dominam áreas do interior do país.

Em Moçambique, a luta anticolonial é conduzida pela FRELIMO,¹¹ único

9. União Nacional para a Independência Total de Angola.

10. As FAPLLA, Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

11. Frente de Libertação de Moçambique.

movimento com capacidade de liderar a oposição ao domínio português.

A Frente fora fundada em 1962, por Eduardo Mondlane, passando a contar com o apoio da Tanzânia e do CAL. Em 1964, inicia a guerrilha, atacando postos administrativos no norte do país, onde chega a criar uma Zona Liberada.

Após a Revolução de 25 de abril, torna-se o único interlocutor moçambicano a conduzir as negociações para a independência.

Em 7 de setembro de 1974, é assinado o Acordo de Lusaka, que prevê a independência em 25 de junho de 1975. Até lá, haveria um governo de transição.

Na data prevista, o partido da FRELIMO assume o governo, e Samora Machel, seu líder após o assassinato de Mondlane em 1969, torna-se o primeiro Presidente da República.

A EVOLUÇÃO POLÍTICA

Com a independência dos países da África Austral, a política regional sofreria uma polarização radical: de um lado, os países de governo branco, de extrema direita; do outro, as novas nações negras, normalmente sob influência da ideologia marxista. O choque era inevitável e gerou uma teia de interesses extremamente intrincada, onde qualquer alteração na política interna de um país vai trazer conseqüências para toda a região.

Dizer-se que a culpa da instabilidade política deveu-se ao regime sul-africano do *apartheid* é simplificar o problema. Na verdade, os interesses das grandes potências na região, as rivalidades tribais ainda existentes, a falta de maturidade política dos novos governantes e governados e a situação de permanente miséria de muitos dos países, gerando graves crises sociais, são fatores que alimentam a permanente fogueira em que esta região tem vivido.

Após a independência, assumem os governos dos países do sul da África, partidos políticos de influência marxista. Há, mesmo, uma rede internacional, ligando estes países sob o "socialismo africano, criação do tanzaniano Nyerere. São adotados, em todos os casos, governos fortes de partido único. Uma exceção é o governo de Kamuzu Banda, presidente vitalício do Malawi, que se alinha com o governo sul-africano, estabelecendo uma das mais odiadas ditaduras da região.

Há, também, forte apoio aos movimentos de libertação dos países vizinhos, como foram os casos da FRELIMO em Moçambique, dos movimentos nacionalistas negros do Zimbabwe, da SWAPO, na Namíbia e do CNA, na África do Sul. Com relação a este último, foi criada, no intuito de apoiá-lo, a "Linha de Frente", englobando Angola, Tanzânia, Moçambique, Zimbabwe e Botswana, destinada a coordenar a luta contra o regime sul-africano.

Acompanhar a evolução política da região é, antes de mais nada, verificar que não houve grande mudança. O poder do colonizador foi substituído pelo poder totalitário dos partidos governistas. A opressão continuou, sob governos ditos "socialistas africanos". Não houve, na maioria dos casos, formação de verdadeiras nações, já que as divergências tribais e étnicas continuam muito fortes. Além disso, a miséria e o analfabetismo criaram uma forte apatia no tocante a eleições. Como na maioria desses países o voto não é obrigatório, observa-se que a participação popular na escolha de seus dirigentes, quando existe, é de pequena monta; ou seja, as eleições aparecem como referendos que confirmam o *status quo*.

É importante notar-se a importância dada pelo povo às figuras dos governantes e chefes. Samora Machel (Moçambique), Agostinho Neto (Angola), Jonas Savimbi (líder da UNITA), Julius Nyerere (Tanzânia), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Kamuzu Banda (Malawi), Seretse Khama (Botswana) e outros chefes são verdadeiros ídolos para seus liderados. Quando assumem o poder, dele não mais se afastam, eternizando-se pela força ou por eleições pouco legítimas. É a volta do rei tribal, o "grande pai", saudada com entusiasmo pelas populações.

Nos diversos conflitos regionais, pode-se constatar a força das antigas rivalidade tribais. Por trás das divergências políticas, estão vivos antigos

ódios étnicos. A repartição quase aleatória das terras africanas pelas potências européias juntou povos inimigos dentro da mesma fronteira. Após a independência, tentou-se criar novos Estados, sem que tivessem unidade étnica. A crise era inevitável.

Após a queda do Muro de Berlim, a política regional perdeu seu aspecto ideologizado e começaram a aparecer movimentos liberalizantes em toda a África Austral. O multipartidarismo começa a ser aceito e eleições são marcadas. A própria crise econômica permanente exige uma maior abertura para o mundo. Tenta-se, também, uma integração regional, através da chamada Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) destinada a coordenar o desenvolvimento regional, integrada por todos os países da região, com exceção da África do Sul. A "Linha de Frente" passaria a prover apoio político à Comunidade.

Como sinais dessa abertura política, aconteceram eleições multipartidárias na Zâmbia e no Malawi, com a vitória das oposições. Estão previstas eleições, em finais de 1994, em Moçambique e, em 1995, na Tanzânia e no Zimbábue.

AS CRISES NA ÁFRICA AUSTRAL

Serão apreciados, a seguir, os mais importantes focos das principais crises

ocorridas na região da segunda metade deste século.

A África do Sul e o *Apartheid*

A Guerra dos *Boêres* gerou, na União Sul Africana, uma classe de brancos empobrecidos, descendentes dos holandeses, profundamente frustrados pela derrota na guerra, acostumados a empregarem o negro como mão-de-obra barata em suas fazendas, segregando-se de forma radical. Por outro lado, os ingleses tentam criar uma mentalidade mais liberal, ligando-se ao capital minerador e comercial. Mesmo entre estes, contudo, já havia leis segregacionistas, regulamentando a utilização de mão-de-obra nativa e, muitas vezes, importadas dos países africanos e da Ásia.¹²

Na verdade, toda a implantação do regime racista sul-africano tem origem econômica, na medida em que as leis que o criaram visavam ao controle sobre a mão-de-obra negra disponível no país, barateando o custo da produção agrícola e mineral, e assegurando a posse das terras férteis pela minoria branca. Em geral, são leis de iniciativa dos *boêres*, adotadas em virtude da apatia dos descendentes dos ingleses, não muito interessados no problema.

Em 1913, são criadas verdadeiras "reservas de mão-de-obra", os *bantustões*, equivalentes a 7% do território nacional, onde a população negra foi confinada.

A criação, em 1912, do Partido Nacional (PN) vai ser apoiada pelos brancos pobres, frustrados por terem perdido a guerra e suas terras. Sua ideologia de extrema-direita contagia os *africanders*, ao passar a utilizar-se de conceitos como raça, religião e tradição, e pregar e repulsa aos negros, imigrantes¹³ e comunistas.

A crise econômica de 1924, gerando desemprego e recessão, favoreceu o esforço do Partido Nacional, que passa a compor o governo. Após a Segunda Guerra Mundial, esse poder foi consolidado, quando o PN assumiu a maioria no Parlamento e passou a dominar o cenário político nacional.

A partir daí, são estabelecidas as bases legais para o regime racista, através da promulgação de diversos decretos e leis que consolidaram o regime do *apartheid*, em 1948.

A resistência negra nasceu em 1912, com a criação do Congresso Nacional Africano (CNA). Inicialmente, sua ação era orientada para a não-violência, tentando obter, para os negros, alguma forma de participação política, através do convencimento da minoria branca e

12. A partir de 1850, os ingleses criaram "Companhias de Importação" da mão-de-obra nos países vizinhos.

13. Asiáticos.

pretendendo denunciar, para o mundo, a injustiça do regime. Com o tempo, deixou de ser somente um movimento de intelectuais, engajando-se mais profundamente na luta anti-racista, embora usando métodos não-violentos.

As greves e a movimentação sindical fizeram surgir um grupo de jovens mais radicais que, ao poucos, passaram a dominar as ações do Partido. Entre eles, Nelson Mandela e Oliver Tambo.

OCNA pregava a abolição do racismo e a redistribuição de riquezas, dentro de um novo governo multi-racial.

Os setores do CNA que não concordavam com a idéia do governo multi-racial criaram o Congresso Pan-Africano (PAC). Este convoca uma manifestação de protesto em Sharpeville, em 1960, que acaba sendo duramente reprimida, com mais de 70 mortos. A partir daí, o CNA e o PAC são colocados na ilegalidade e Nelson Mandela foi condenado a prisão perpétua.

Os dois partidos partem para a luta armada, criando seus grupos guerrilheiros. Estes, contudo, não conseguem obter grande êxito, combatidos que foram pela forte ação governamental.

O regime do *apartheid* conseguiu trazer para a África do Sul grande quantidade de capital estrangeiro, embora politicamente condenado por muitos países. Houve uma real prosperidade econômica, não acompanhada, contudo, por uma evolução social, em virtude do sistema segregacionista e da má distribuição de rendas.

A superpopulação negra nos bantustões, aliada à miséria nessas regiões, forçaram o êxodo para os arredores das grandes cidades brancas, onde são criados subúrbios negros, como o Soweto, em Johannesburgo. As rebeliões nesses bairros mostraram ao mundo, mais uma vez, a dura face do regime. E o poder branco viu-se obrigado a adotar medidas conciliatórias. Inicialmente, tentou propor a independência dos bantustões, como o Transkei, Ciskei, Venda e Bophutatswana, com o objetivo de diminuir a migração interna dos desempregados. Seus governantes teriam direito a promulgar suas próprias leis, desde que aprovadas pelo governo sul-africano. Nenhum governo do mundo reconheceu, no entanto, os governos títeres dos bantujões.

Tenta-se, também, uma ofensiva diplomática, acenando com a paz com Angola e a não interferência em Moçambique, além da independência da Namíbia. Essas iniciativas ficam, no entanto, no campo das palavras, já que na prática não foram implementadas.

Passou a haver, então, uma grande mobilização da opinião pública mundial contra o *apartheid*, exercendo grande pressão sobre o governo de Pretória. Um reforço para essa pressão foi a concessão do Prêmio Nobel da Paz para o bispo negro Desmond Tutu, em 1984.

Mas a abertura real do regime sul-africano somente iria se dar quando da mudança do relacionamento EUA - URSS, com a Perestroika de Gorbachov.

Em 1989, Federik de Klerk assume o governo. Sua posse coincide com o auge da pressão externa contra o regime sul-africano e com a queda do Muro de Berlim, que trará profundas modificações no cenário político internacional. Com uma postura mais liberal que seus antecessores, de Klerk compreende a necessidade de mudanças internas que pudessem tirar o país do isolamento político em que se encontrava.

Adota, então, medidas de grande repercussão: liberação de Mandela; autorização para o funcionamento dos partidos proscritos CNA e PAC, entre outros; a revogação de medidas segregacionistas; negociações com Angola no sentido de retirar o apoio às forças da UNITA, em guerra contra o governo; independência da Namíbia; e reaproximação com a União Soviética.

Ao ser libertado, Mandela adota um discurso moderado e conciliador, que facilita, em muito, a abertura política do regime.

Há, no entanto, resistências, entre os brancos de extrema direita e entre os negros do PAC e do Partido Inkhata, do chefe zulu Buthelezi, que, por diversas razões se opunham a esta aproximação. Os extremos se juntam, nessa tentativa de impedir o processo liberalizante. Há uma proposta de criação, por esses elementos radicais, de zonas independentes brancas e negras, sem qualquer integração entre elas. Eles promovem distúrbios e atentados generalizados.

O futuro da África do Sul já estava traçado, no entanto. Contando com o apoio da maioria das populações branca e negra, de Klerk convocou eleições gerais realizadas em abril de 1994. Antes, uma nova Constituição entrou em vigor, abolindo o regime do *apartheid* e estabelecendo os direitos e garantias individuais, estendidas a todos os cidadãos.

A nova Constituição interina visou reforçar o governo transitório de unidade nacional dos seguintes cinco anos, criando, simultaneamente, as bases para uma lei fundamental definitiva.

Essa Constituição propõe-se a garantir a cidadania a todos os sul-africanos em um Estado soberano e constitucionalmente democrático, onde exista igualdade entre homens e mulheres e pessoas de todas as raças.

Uma Assembléia Constituinte adotará a Constituição definitiva da África do Sul. No documento interino, é consagrada a Carta dos Direitos Fundamentais,¹⁴ adotadas onze línguas oficiais e dois hinos nacionais.¹⁵

O Parlamento eleito por cinco anos é formado pela Assembléia Nacional e pelo Senado. A Assembléia é composta por 400 membros, eleitos em representação proporcional. O Senado tem 90 membros, 10 em cada província, nomeados a partir da lista dos deputados regionais.

14. *Bill of Rights*.

15. O velho e o novo.

Cada partido com mais de 80 lugares na Assembléia Nacional¹⁶ pode escolher um de seus membros para ser um dos dois vice-presidentes do governo.

No respeito à segurança, continuam a operar as Forças Armadas atuais, agora denominadas SANDF — *South African National Defense Forces*.

As eleições ocorreram em clima de grande expectativa, mas sem incidentes.

O grande vencedor, como já era apontado pela pesquisa de opinião, foi o CNA, com Nelson Mandela assumindo a Presidência da República. O Partido Nacional foi o segundo colocado. Os partidos radicais obtiveram pequena quantidade de votos. É o início de uma nova era para a África do Sul e, por extensão, para a África Austral.

O Zimbábue

Após a declaração unilateral de independência da Rodésia do Sul, por Ian Smith, em 1965, inicia-se um governo racista e totalitário. Contra ele é imposto, pelas Nações Unidas, um boicote comercial. A África do Sul e Portugal negam-se, no entanto, a adotar o boicote, tornando-o inócuo.

A população negra passa a adotar, em consequência, a luta armada, visando a derrubar o regime. São criados dois

movimentos: A União Popular Africana do Zimbábue (ZAPU) e a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU).

A independência de Moçambique vai mudar o quadro na região, na medida em que o novo governo moçambicano adota, de imediato, as sanções contra o governo rodesiano e passa a apoiar os guerrilheiros da ZANU, enquanto a Zâmbia presta apoio à ZAPU. Ao mesmo tempo, é criada a chamada "Linha de Frente", que passa a coordenar as ações contra o regime racista. Esse apoio gera agressões da Rodésia aos territórios moçambicano e zambiano, causando grande destruição.

A ZANU e a ZAPU unificam-se, sob o comando de Robert Mugabe e Joshua Nkomo, na Frente Patriótica. Com o auxílio externo, conseguem levar a guerrilha à capital rodesiana, intensificando a luta armada e política.

O governo de Smith começa a ceder, até que, em 1979, a Grã-Bretanha convoca uma reunião entre as partes envolvidas, obtendo a transição para um regime eleito livremente, quando Mugabe (ZANU) assume o poder. Suas primeiras medidas foram no sentido de abrir a legislação racista. O país passa a chamar-se Zimbábue, em referência ao antigo reino negro havido na região.

A dissidência política, contudo, volta a conturbar o país, com a separação das forças da ZANU e o ressurgimento do terrorismo e atos de sabotagem.

Em 1987, eleito mais uma vez Presidente da República, Mugabe tenta

16. 20% do Total.

nova aproximação com a ZAPU, conseguindo unir os dois partidos em um partido, de forte tendência socialista: a ZANU-PF (*Patriotic Front*). Aparece, aí, mais uma vez, a tendência africana ao monopartidarismo.

Estão previstas eleições gerais para fevereiro de 1995. O governo, contudo, teve de prorrogar o prazo de inscrições do eleitorado, em face de sua fraca participação.

Prevê-se que o partido do governo, ZANU-Frente Patriótica, consiga manter a atual supremacia no Parlamento. Se o número de eleitores for de pequena monta, o Parlamento poderá ficar reduzido, devido à falta de votantes para apoiar cada um dos 120 deputados que devem ser eleitos por sufrágio universal.

A Namíbia

Durante a Primeira Guerra Mundial, tropas da União Sul-Africana, apoiando o esforço aliado, invadem o Sudoeste Africano, então colônia alemã. Ao final do conflito, os sul-africanos recebem da Sociedade das Nações, o mandato sobre o território.

Em seguida, o governo sul-africano anexa o território recebido, instalando uma administração colonial, organizada sob os princípios do *apartheid*. Em 1947, a África do Sul tenta oficializar essa situação junto à ONU, no que é

contestada. Somente em 1968, contudo, a ONU tenta anular o mandato concedido sobre o território, proclamando a ilegalidade da ocupação. O país passa a ser denominado, para a Comunidade Internacional, Namíbia.

Ante a impassividade da comunidade internacional, é criada a Organização do Povo do Sudeste Africano (SWAPO), em 1966, que parte para a luta armada.

A independência de Angola, em 1975, vai mudar o cenário na região, na medida em que os guerrilheiros da SWAPO passam a contar com uma retaguarda segura no território angolano. A guerrilha acentua-se e a África do Sul passa a agredir o próprio território angolano, a fim de destruir as bases guerrilheiras.

As potências ocidentais passam a pressionar o governo de Pretória para que se instaurasse no país um regime "moderado", antes que um poder revolucionário se estabelecesse. Assim, são realizadas eleições na Namíbia, para estabelecimento de um governo autônomo. Na verdade, essas eleições careceram de total legitimidade, tendo sido realizadas somente para atender às demandas externas. A SWAPO, impedida de participar, decide permanecer na luta armada. Esse governo títere vai durar até 1983, quando divergências políticas com a África do Sul fazem com que esta o dissolva.

A tentativa internacional de solução para o problema da Namíbia prossegue através de um grande esforço diplomático. A solução, no entanto, tinha que englobar o problema da guerra civil em

Angola, bem como a presença das tropas cubanas naquele país. Um acordo, nesse sentido, foi assinado em final de 1988. No início do ano seguinte, inicia-se a retirada das tropas de Pretória do território da Namíbia.

Em novembro de 1989, são realizadas eleições, dando à SWAPO a maioria das cadeiras no Parlamento. Em 21 de março de 1990, a Namíbia torna-se, finalmente, independente.

Atualmente, é um país de política interna bastante estável.

Angola

Após o término do governo de transição, os portugueses retiram-se de Angola. A independência é declarada, com cada um dos partidos proclamando-se o legítimo representante do povo angolano. O MPLA, no entanto, melhor instalado no território, ocupando a capital, é reconhecido pela maioria dos países como o novo governante de Angola.

O Zaire, apoiando a FNLA, e a África do Sul, em apoio à UNITA, invadem o território angolano, na tentativa de derrubar o governo instalado em Luanda. Agostinho Neto, presidente da república, pede apoio a Cuba, que envia um corpo expedicionário de 15.000 homens. Tendo suas forças reforçadas, as FAPLA¹⁷

conseguem expulsar os invasores de seu território.

Em fins de 1977, o MPLA realiza o seu primeiro Congresso, declarando-se marxista-lenista e adotando a nova sigla MPLA-Partido do Trabalho.

Em 1980, a UNITA volta a atuar, reiniciando a guerrilha contra o governo, com suporte e direção da África do Sul.

O apoio dado pelo governo angolano aos guerrilheiros da SWAPO, na sua luta pela libertação da Namíbia, desencadeou uma ação armada dos sul-africanos, que invadem o sul do país, em 1981. O ataque de Pretória, com blindados e aviação, causa muitos mortos e destruição, provocando o deslocamento de milhares de pessoas.

O quadro da crise estava formado: a UNITA em plena atividade guerrilheira, tentando desestabilizar o governo; tropas sul-africanas no sul do território, em franco apoio aos guerrilheiros; e, finalmente, um corpo expedicionário cubano que já chegava a 50.000 homens.

As negociações que se iniciaram, sob o patrocínio de países africanos, tinham de envolver, além da retirada das tropas estrangeiras do território angolano, a questão da independência da Namíbia e a realização de eleições livres em Angola. O primeiro acordo nesse sentido foi assinado em 1984, em Lusaca. Questões políticas, no entanto, adiaram a solução do problema. Em 1988 as tropas cubanas iniciam sua retirada do país, sob a supervisão da ONU. Em 1990, a Namíbia torna-se independente. Nesse mesmo

17. Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

ano, a UNITA diz-se disposta a reconhecer o Estado angolano como previsto no Acordo de Alvor, de 1975, declarando-se favorável a aceitar um cessar-fogo, e o MPLA-PT afirma que o multipartidarismo é seu objetivo estratégico, aceitando a realização de eleições fiscalizadas por organismos internacionais. Finalmente, em 1991, é assinado o Acordo de Bicesse, que estabelece o cessar fogo entre as partes.

Por esse acordo, as Forças Armadas de ambos os contendores seriam desmobilizadas, criando-se as Forças Armadas de Angola, despartidarizadas.

Em abril de 1992, é anunciada, pelo presidente José Eduardo dos Santos, a data da eleições gerais: 29 e 30 de setembro daquele mesmo ano.

Na data prevista, são realizadas as primeiras eleições livres no país. Os resultados apontavam para uma vitória do MPLA-PT nas eleições legislativas, com a necessidade de se disputar um segundo turno das eleições presidenciais, onde concorreriam José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Esses resultados são contestados pela UNITA, que acusa as eleições de fraudulentas, embora a ONU confirmasse a legitimidade dos resultados.

A consequência desses fatos foi o abandono, pela UNITA, das negociações, voltando à luta armada. Uma grande ofensiva é lançada em todo o país, tentando a conquista dos principais centros e a expulsão dos administradores do MPLA. Os combatentes atingem toda Angola, em uma das guerras mais sangrentas da atualidade.

Moçambique

Após a independência moçambicana, assume o poder o Partido da FRELIMO,¹⁸ responsável pela condução da guerra de libertação.

Assim que assume o governo, o presidente Samora Machel, em uma plataforma marxista, anuncia medidas de grande repercussão: boicote ao governo racista da Rodésia do Sul, com apoio aos guerrilheiros da ZANU; medidas restritivas à permanência de portugueses no território moçambicano; nacionalização das empresas privadas; e criação de fazendas coletivas, forçando a movimentação da população rural para as novas cooperativas.

Tais medidas provocaram grande oposição interna e externa, principalmente por parte dos portugueses expulsos do país e do governo de Ian Smith. A partir daí, é organizado, com auxílio do Serviço Secreto rodésiano, um grupo guerrilheiro intitulado Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), destinado a desestabilizar o governo da FRELIMO, através de ações de sabotagem. Simultaneamente, são lançados violentos ataques às bases da ZANU no território moçambicano, causando grande destruição, inclusive em instalações civis.

Com o fim do governo racista da Rodésia, a RENAMO passa a ser

18. Frente de Libertação de Moçambique.

apoiada pela África do Sul. Nesta altura, contudo, o movimento já tem vida própria, pela incorporação de parcelas da população moçambicana, insatisfeita com as medidas socializantes imposta pelo governo.

A estratégia da RENAMO era inviabilizar o projeto político econômico do governo, tomando impossível a circulação de mercadorias, através de ataques constantes nas estradas. Atacava, também, pequenas vilas e povoações, no centro e norte do país, usando de extrema violência, vindo a espalhar pânico e terror.

Um êxodo indiscutível a RENAMO alcançou: tornou impossível o transporte pelos corredores de exportação moçambicanos, fundamentais para os países do interior da região e importante fonte de renda para Moçambique. Assim, o governo teve de aceitar que tropas do Malawi e Zimbabwe se desdobrassem ao longo desses corredores, a fim de assegurarem a proteção aos seus comboios.

O início da abertura política na África do Sul, aliado ao novo momento vivido nas relações EUA-URSS, fizeram com que o apoio externo a ambos os contendores fosse reduzido significativamente.

Esse fato, somado à gigantesca crise econômica e social vivida pelo país, com milhares de refugiados e deslocados, e com sua população submetida à mais absoluta miséria, fizeram com que a FRELIMO e a RENAMO iniciassem

conversações de paz, que culminaram com a assinatura do Acordo de Roma, em 1992, que previa, entre outros aspectos: o cessar-fogo imediato; a desmobilização das forças de ambos os partidos; a criação de novas forças armadas, apartidárias; liberdade política para os novos partidos; e, finalmente, realização de eleições livres.

O conflito moçambicano foi menos influenciado pelas diferenças étnicas do que o caso angolano. Nota-se que ambos os contendores têm representatividade nacional, independentemente de questões tribais.

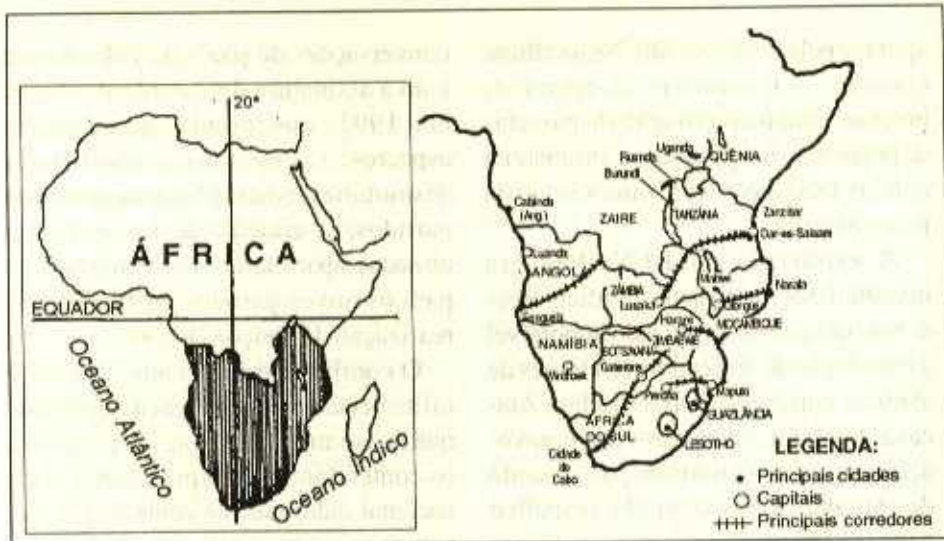
A fim de implementar as ações previstas no Acordo de Roma, bem como para coordenar a ajuda humanitária destinada aos países, foi criada, pelo ONU, a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ).

Após anos de guerra, o país encontra-se com sua infra-estrutura completamente destruída e com sua população submetida a alguns dos piores índices sociais da África.

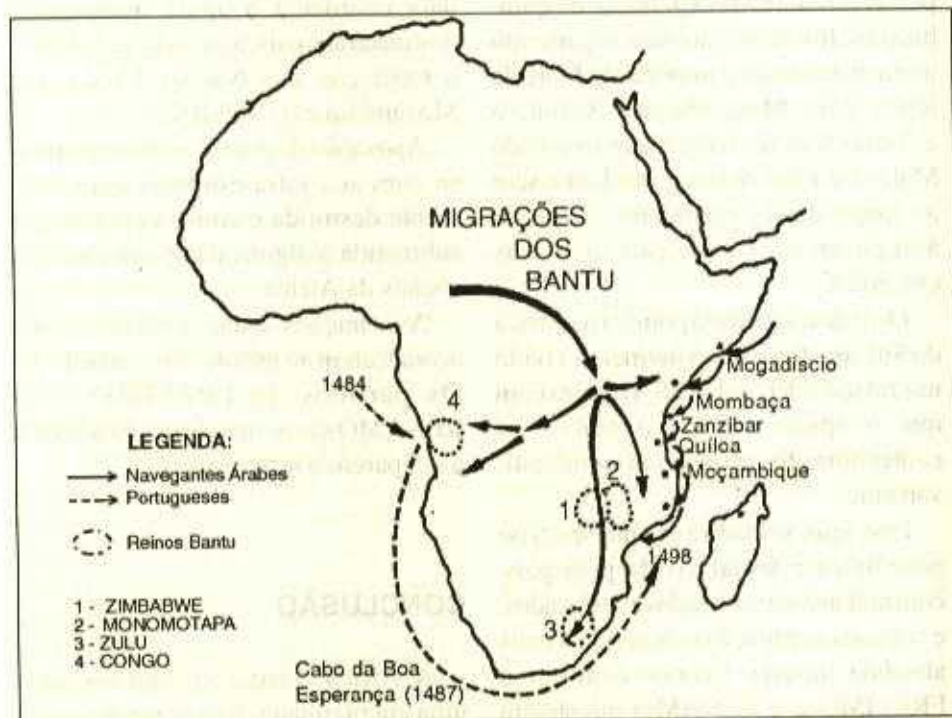
As eleições estão previstas para acontecerem no mês de outubro de 1994. Os partidos da FRELIMO e da RENAMO são os mais fortes candidatos a ocuparem o novo governo.

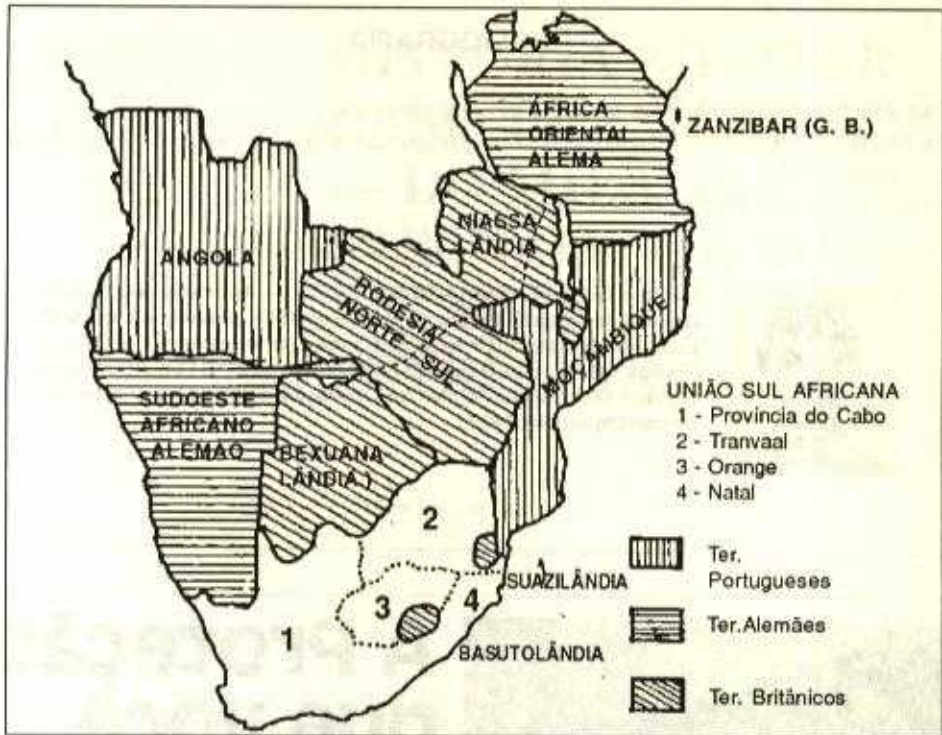
CONCLUSÃO

A África Austral encontra-se ante uma encruzilhada. Novas opções polí-



MAPA 1 — Localização e Divisão Política

**MAPA 2 — Ocupação da Região**



MAPA 3 — África Austral no início do Século XX

ticas, esperança de paz, tentativa de integração regional, retomada do desenvolvimento econômico e diminuição da miséria são desafios fundamentais. Se superados, representarão uma possibilidade de um melhor futuro; caso contrário, o recrudescimento das crises regionais.

O tribalismo ainda latente torna perplexos os próprios países da região. Conflitos seculares mostram-se vivos e fortes na entrada do século XXI. É nítido o caso de Angola, onde as rivalidades entre os povos quicongo, quibundo e umbundo alimentam a fogueira em que se encontra o país, criando sério obstáculo para a paz.

As respostas a algumas perguntas darão o novo rumo para o sul da África: Como irá portar-se a África do Sul “pós-Mandela”? o processo de paz moçambicano será bem-sucedido? Os partidos angolanos chegarão ao novo acordo de paz? O multipartidarismo é uma realidade nos países da região?

As dificuldades são muitas. Sente-se, no entanto, que sopram ventos novos. A ascensão do novo regime sul-africano foi festejada como a nova independência do país. Talvez tenha significado um novo começo para a África Austral. Esperemos.

BIBLIOGRAFIA

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa, 1976.

CASTRO, Therezinha. *África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, 1981.

Guia do Terceiro Mundo. Lisboa, 1993.



Capitão IVAN FERREIRA NEIVA FILHO — Aspirante-a-oficial do Quadro de Material Bélico da Turma de 1985, possui os cursos de Extensão de Material Bélico (EsMB) e de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAo). Serviu no 25º B Log (Es), na AMAN e no 27º B Log. Atualmente (1994) é Observador Militar na Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ).



A Proteção que você precisa...

- respiradores e máscaras com filtros
- máscaras com mangueiras de ar comprimido
- máscaras autônomas para salvamento
- detectores para gases tóxicos e combustíveis



Dräger Lubeca

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Rua Cidade de Bagdá, 554 - CEP 04377 - Vila Santa Catarina
Fone: 563-4111 (PABX) - Caixa Postal 21232 - CEP 04698
Telex: (11) 24259 LUBE BR - São Paulo - SP



HISTÓRIA MILITAR LUSO-BRASILEIRA — DO MILAGRE QUE NÃO FOI, AOS LAÇOS A ESTREITAR

Carlos Bessa

Extraído das Separatas das Atas do II Colóquio "Panoramas e Perspectivas Atuais da História Militar em Portugal", a matéria percorre, em rápidas passadas, a História Militar Luso-Brasileira e propõe um estreitamento das relações entre historiadores militares do Brasil e de Portugal, dentro da visão do incremento efetivo de uma comunidade Luso-Brasileira.

A História do Brasil, do "achamento", a 22 de abril de 1500, à Independência, a 7 de setembro de 1822, é literalmente assombrosa.

Mas milagre não foi. Se a condicionaram acasos da fortuna, muito mais do que de destino providenciais, ela resultou da conjugação de vontades de pessoas de diferentes raças e cores convergindo, deliberada ou fortuitamente, no erguer de uma realização de sobrehumana dimensão.

Com raro gênio, os portugueses fundiram essas vontades para, em conjunto, se defenderem das ameaças de incursões estrangeiras, desbravarem sertões, traçarem fronteiras com notável visão estratégica, arrancarem do solo e subsolo incontáveis riquezas, erguerem obras materiais de impressionante vulto, fazerem muita cristandade, implantarem entre tantas falas uma língua comum, liame decisivo da integridade da nova nação-continente, em particular,

no momento crítico de sua independência, e criarem um modo de estar e conviver tão paradigmático que Gilberto Freire, ao defini-lo, lhe conferiu o nome próprio de luso-tropicalismo.

Não sendo milagre, menos o cometimento pode ser considerado fruto da opressão violenta de um colonizador brutal. Basta atentar em que o povo português, ao chegar à Terra de Vera Cruz, pouco excedia o milhão de habitantes, lutava contra forte crise financeira e empenhava-se absorventemente na gigantesca e pioneira empresa da Índia.

Além disso, durante a história luso-brasileira, só relativamente escassos meios militares foram enviados do Reino, tornando inviável, portanto, impor, desse modo, o domínio do colonizador, a constituir nesse sentido. Aliás, Afonso Arinos de Melo Franco afirmou há uma hora dezenas de anos que quem quisesse colocar a questão exclusivamente nos quadros da luta de classes errava fundamentalmente por excesso de simplificação, por enfatismo esquemático e, sobretudo, por desconhecimento das verdadeiras condições da formação brasileira, em particular nos séculos XVI e XVII, em que é impossível identificar, no Brasil, classes com o sentido marxista do termo.

A persistência de tal erro e injustiça acerca da monumental obra luso-brasileira da construção do Brasil afigura-se altamente lesiva dos interesses nacionais desse país e do nosso. A história militar,

além de outras vias, permite desmentir que ela possa ter resultado, acima de tudo, do antagonismo entre o colonizador e os colonizados, o senhor e o escravo, o explorador e o explorado, ou entre brancos e pardos, negros e mestiços de múltiplos tipos de cruzamentos.

No escasso espaço disponível, tentaremos comprovar, com exemplos, a afirmação.

Durante o meio século luso-brasileiro inicial, só em 1549 chegaram algumas tropas do Reino — uns escassos 320 homens — com Tomé de Sousa, O primeiro governador geral. E no entanto, talvez até por isso, esse período tornou-se decisivo, apesar de raramente recordado com o merecido relevo.

As suas principais figuras não foram, nem heróis militares, nem santos, mas alguns naufragos, degredados e judeus que, deixados pelas armadas, conseguiram sobreviver, no dizer do historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, *por estarem em melhores condições para ajudar a desbravar a terra inculta do que gente mais mimosa tolhida por escrúpulos e finezas civilizadas*.

Encontrados sem armas de defesa em meio agreste e hostil, alguns sobreviveram e venceram, à custa de proflíxo amor compartilhados com as índias. Assim começou a aventura da miscigenação, de relevante transcendência, geradora de nova realidade sociológica, fruto desses amores, o mameluco. Ele

veio constituir o alicerce principal da colonização do Brasil por suprir em parte a escassez de forças militares, facilitar o desbravar dos sertões, conter a animosidade dos índios e refrear os choques de instintos ferozes e violentos.

Apoiados neles, três núcleos iniciais de povoamento surgiram ao longo da extensa costa, em Pernambuco, na Baía de Todos os Santos, em torno de Diogo Álvares, o Caramuru, e em S. Vicente, o mais numeroso de todos, em torno de João Ramalho, Antônio Rodrigues e o estranho Bacharel de Cananéia. Tão significativo é o seu papel que Pedro Calmon designou por "Patriarcas" esses povoadores.

Do ponto de vista econômico, a coroa portuguesa limitou-se, de começo, a conceder direitos de comércio por arrendamento do pau-brasil, por não dispor de meios para o fazer diretamente. O principal concessionário foi o cristão-novo Fernão Noronha.

Logo surgiu o curso de franceses e espanhóis atraídos pelas riquezas brasileiras e, para lhes fazer face, criaram-se as capitânias do mar, armadas saídas do Reino de 2 em 2 anos.

Em 1530, para início da colonização organizada, seguiu, de Lisboa, Martim Afonso de Sousa com uma esquadra. Ao chegar à Bahia pôde contar com o valioso apoio de Diogo Álvares, ali vivendo havia 22 anos, pai de várias filhas, *belas e alvas mulheres que não invejariam as da Rua Nova de Lisboa*, no dizer de Pedro Lopes de Sousa. Em

S. Vicente, ergueu uma vila com a ajuda de Antônio Rodrigues, instalando, quer o "engenho do governador", ponto de partida do novo ciclo econômico da cultura do açúcar, quer a primeira obra fortificada, algo precária e tosca, o Forte de S. Tiago. Com o apoio de João Ramalho estendeu a influência ao planalto de Piratininga.

D. João III, alarmado pelo agravamento do curso francês e continuando sem meios financeiros, decidiu conceder donataria, entre 1534 e 1536. Foram bem-sucedidas as de Pernambuco, a Nova Lusitânia, de Duarte Coelho, e de S. Vicente. O individualismo e falta de entreajuda dos donatários motivou a já mencionada nomeação de Tomé de Sousa como governador-geral. Acompanhavam-no seis jesuítas, cujo papel se mostrou da maior relevância, quer na catequese dos naturais, quer no ensino da língua portuguesa, quer na moderação de conflitos e violências entre os colonos e os índios. Do ponto de vista militar, manteve grande desproteção das costas, o que incitou o almirante francês Villegagnon a ocupar o Rio de Janeiro, visando a criar a França Antártica. Só em 1567, o governador Mem de Sá pôde expulsá-lo, à custa de tropas do Reino e ainda do auxílio de forças vindas de S. Vicente e da ação dos jesuítas contrários aos calvinistas franceses, empenhados por essa razão em desfazer a unidade do apoio a este dado pelos tamoios.

Nos meados do século XVI, começou a ser trazido, da África, o negro escravo

vizado, de modo controlado mas crescente. O seu aproveitamento na agricultura acarretou importantes consequências, não apenas econômicas, mas sobretudo sociais.

O infortúnio para Portugal da perda da independência, em 1580, curiosamente, trouxe consideráveis vantagens ao Brasil.

É certo que este passou a ser alvo de ataques dos inimigos da Espanha, os holandeses e os ingleses, e a ajuda militar recebida não compensou os maléfcios sofridos.

Uma das vantagens resultou do elevado afluxo de portugueses vindo do Reino, para não sofrerem tão diretamente a sujeição (Rocha Pombo calculou que nos vinte anos, de 1580 até 1600, o seu número quadruplicou no Brasil). A outra decorreu da união das duas coroas, que permitiu a reinvidicação dos lusos-brasileiros, advogando não fazer sentido, por isso, manter os limites fixados no Tratado de Tordesilhas, afim de, após o seu derrube, se laçarem na expansão e concretizarem o empurrar das fronteiras muito para ocidente.

Isso foi conseguido por meio das *bandeiras*, colunas de índole militar de recrutamento local e misto de brancos, mestiços, alguns negros e, sobretudo, índios particularmente aptos para atuarem no sertão por tempo prolongado, todos sujeitos a uma disciplina duríssima. A sua ação foi extraordinária a tantos títulos, que Jaime Cortesão a comparou aos descobrimentos.

Dessa expansão, as bases foram São Paulo, ao sul, e Pernambuco, ao norte e no final do período filipino, ela atingiu, respectivamente, os Rios Paraguai, Uruguai e Paraná e o Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Amazônia, após a célebre expedição de Pedro Teixeira.

Ao longo do período, avultou a tentativa holandesa da Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621, de se instalar no Brasil, estimulada pelas suas deficientes condições de defesa e atraída pelas suas riquezas.

Em 1624 uma armada holandesa ocupou e saqueou a Bahia, provocando uma emoção tão forte em Portugal e na Espanha que, no ano seguinte, se organizou uma armada de portugueses, espanhóis e napolitanos e, em consequência, se efetuou a reconquista da cidade.

Em 1630 os holandeses conquistaram Pernambuco; em 1637, ali desembarcou Maurício de Nassau, com avultados meios. Em 1638 tentou conquistar a Bahia, sem sucesso. O fracasso foi de extraordinária importância, pois a manutenção da capital em mãos luso-brasileiras permitiu a esta vir, depois, a desempenhar plenamente o seu papel coordenador dos esforços para a reconquista de Pernambuco, consumada já após proclamada a Restauração.

A D. João IV faltavam meios militares para apoiar a operação.

Em 1644 deu-se a reconquista do Pará e do Ceará e, simultaneamente, a

Companhia das Índias retirou o apoio ao projeto de Maurício de Nassau da criação Nova Holanda, cujo êxito, a dar-se, teria desfeito a unidade brasileira. Em 1645 os holandeses sofreram a derrota de Tabocas, à qual se seguiram, em 1648 e 1649, as de Guararapes, devidas, em síntese, à bravura, bom aproveitamento do terreno e adaptação ao meio dos combatentes luso-brasileiros, estimulados pela reconquista de Angola em 1648. Elas ficaram a dever-se, além disso, ao bom entendimento conseguido entre as tropas *reínois* de Francisco Barreto, dos *ilhéus* de Fernandes Vieira, dos *índios* de João Filipe Camarão, dos *negros* de Henrique Dias, dos *mamelucos* e dos mestiços de todos os matizes. Essas vitórias já prenunciavam a emergência da nacionalidade brasileira e as milícias de Fernandes Vieira e as companhias de emboscadas da Bahia apresentaram-se como precursoras das forças armadas do Brasil independente.

Em 1695 iniciou-se no Brasil o ciclo do ouro, com a sua descoberta em Ouro Preto, e em 1729 apareceram os primeiros diamantes em Cerro Frio.

No século XVIII, foi tentado levar a fronteira meridional ao limite natural do Rio da Prata. Em 1680 instalava-se a colônia do Sacramento frente a Buenos Aires, mas em posição mal-escolhida, por indefensável sem apoio de uma esquadra. Por outro lado, os espanhóis dificilmente aceitariam a situação, pelos

prejuízos para o seu comércio que, na realidade, os levaram a sempre contrariarem a sua existência.

Só em 1750 Alexandre de Gusmão, o hábil negociador do Tratado de Madri, conseguiu a consagração do princípio do *uti possidetis*, muito favorável para Portugal, por se revogarem definitivamente, com base neles, os limites de Tordesilhas e se reviram reconhecidos os nossos direitos até ao Rio Grande do Sul e às áreas de Cuiabá, Goiás e Amazonas. A Colônia do Sacramento foi entregue pelos portugueses, que, em troca, recebiam os Sete Povos das Missões. Assim se levaram os limites do Brasil até ao Rio Uruguai. Os índios dessa região, porém, não aceitaram a transferência para terras de domínio espanhol, uma das causas de a questão se manter em aberto longo tempo, com vantagens alternantes dos antagonistas.

Em 1769 o Tenente-General Böhmer chegou ao Rio para dirimir a questão, com três regimentos do Reino — os de Moura, de Estremoz e de Bragança, 2 companhias de cavalaria e o trem de artilharia. Em 1776 o mesmo assumiu o comando-geral das operações em Santa Catarina. A Inglaterra retirou-lhe o apoio da esquadra. O espanhol D. Pedro de Cevallos passou à ofensiva e conseguiu, em virtude disso, destruir a Colônia do Sacramento.

O Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, motivado pela queda de Pombal, veio dissipar a possibilidade de a Espanha prosseguir a ofensiva e arre-

nela se congregarão todas as instituições, públicas ou privadas, civis ou militares, que a possam servir e, além disso, exigirá cooperação e coordenação entre historiadores dos dois países, até por, como deste encontro ressaltou, a documentação fundamental para o estudo da História luso-brasileira se encontrar dividida entre os arquivos de ambos os países, o que a muitos dificulta, ou impede mesmo totalmente, o acesso a fontes de investigação essenciais. Oportuno será referir a contribuição que, em semelhante quadro, se dispõem a dar as empreendedoras, patrióticas e prestigiadas Associações da Comunidade Portuguesa do Brasil, a qual não deverá ser menosprezada de modo algum para êxito do empreendimento.

A esse respeito será lícito recordar com mágoa o lamentável retrocesso havido em relação à proveitosa e efetua colaboração mantida nessa matéria, faz cerca de cinquenta anos, entre historiadores brasileiros e portugueses, com tão notáveis e concretos resultados e proveitos mútuos.

Eis porque a este Encontro se trouxe o tema apresentado, e nele se deixa público apelo no sentido de não se perder tempo e, em passada larga, sobre consistentes planos, se encetar a caminhada, a nosso ver amplamente benéfica para o Brasil e para Portugal e, naturalmente, até para a próxima comunidade mundial.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Aníbal; *Fortificações do Brasil*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1958.
- BARROSO, Gustavo; *História Militar do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- BRESSA, Carlos; *Rasgando os Sertões Brasileiros. O começo da aventura*, Revista Militar, Lisboa, 1984; *Fronteiras do Brasil. Presente realidade geopolítica e contribuição portuguesa*, em Anais, II série, volume 32, tomo I, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1989; *A Restauração de Portugal e o desmoronar da Nova Holanda. Alvorada do Brasil*, Revista Militar, Lisboa, 1988; *El cinturón de fortalezas do Brasil, em Ibero-américa, uma comunidade*, Volume I, Ediciones de Cultura Hispánica, Madrid, 1989.
- CALMON, Pedro; *História do Brasil*, 3ª Edição, Volumes I a IV, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1961; e *História da Civilização Brasileira*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- CORTESÃO, Jaime; *História de Portugal*, Volumes IV a VI, Portucalense Editora, Barcelos, 1932 e 1933.
- CUNHA, Euclides; *Os Sertões*, Edições Livros do Brasil, Lisboa sem data.
- DIAS, Carlos Malheiros; *História da Colonização portuguesa do Brasil*, 3 volumes, Liografia Nacional, Porto, 1921, 1922 e 1923.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo; *Conceito de civilização brasileira*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- FREYRE, Gilberto; *Interpretação do Brasil*, Edições Livros do Brasil, Lisboa, 1962; *Casa Grande e Senzala*, idem, 1957; e *O Luso e o Trópico*, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de; *História Geral da Civilização Brasileira* (Tomos 1 e 2), A Época Colonial (Tomo 3), *O Brasil Monárquico*, Difel, São Paulo, 1985.
- LIMA, Nestor dos Santos; *A Terceira América*, Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1967.
- MACEDO, Jorge Borges de; *História Diplomática Portuguesa, constantes e linhas de força*, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 1987.
- MAGALHÃES, J.B.; *A compreensão da unidade do Brasil*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1956; e *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935.
- MENDONÇA, Renato; *Frenteira em marcha*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1956.
- MENEZES, José Luís Mota de; e RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa, *Fortificações Portuguesas do Nordeste do Brasil* (séculos XVI, XVII e XVIII), Prol Editora, Recife, 1986.
- MOURA, Carlos Francisco de; *A contribuição naval à formação territorial do Extremo Oeste*, Rio de Janeiro, 1986.
- NEMÉSIO, Vitorino; *O Campo de São Paulo*, 2ª Edição, Comissão do IV Centenário da Fundação de São Paulo, Lisboa, 1954.
- NORONHA, Antônio Henrique Osório de; *Fortificações construídas pelos portugueses no Brasil*, Fundação Cultural Brasil Portugal, 1982.
- RODRIGUES, José Honório; *História da História do Brasil*, Campanha Editora Nacional, São Paulo, 1979.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo; *O Rio de Janeiro no Séc. XVII*, 2 volumes, Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965; *História de Portugal*, Volumes III a II, Editorial Verbo, Lisboa, 1978, 1979, 1980, 1982 e 1984; e *Historiografia y archivos de Portugal y Brasil, em Iberoamérica, uma comunidade*, volume II, Ediciones de Cultura Hispánica, Madrid, 1989.
- SOARES, João Carlos Macedo; *Fronteras do Brasil*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1939.
- SOUSA, Gabriel Soares de; *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, comentado por Francisco Adolfo Varnhagem, Companhia Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1938.
- TAVARES, A. de Lyra; *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*, Serviço de Publicações do Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1965.
- VIANNA, Hêlio; *História do Brasil*, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1961.



CARLOS BESSA — Coronel da reserva do Exército Português. Possui os cursos de Estado-Maior de sua Força e os cursos de Ciências de Engenharia da Universidade do Porto. Autor de diversos artigos sobre História e Geopolítica do Brasil, é sócio da Revista Militar (o mais antigo periódico militar do mundo) e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, académico titular da Academia Portuguesa de História, sócio-correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Brasileira de Geografia e do Instituto do Centenário do Brasil, académico correspondente da Real Academia de La Historia de Espanha e membro da Comissão Portuguesa de História Militar.



**O TEMPO PASSA,
O TEMPO VOA
E A POUPANÇA BAMERINDUS
CONTINUA NUMA BOA.**

P O U P A N Ç A



BAMERINDUS



LIDERANÇA PELA QUALIDADE *

Paulo Afonso Lopes da Silva
João Alberto Neves dos Santos

O artigo informa sobre liderança pela qualidade e seus princípios, desenvolve-lhe um modelo de implantação e destaca sua importância para o Exército.

DEFINIÇÕES PRELIMINARES

Os conceitos a seguir expostos proporcionam uma visão compacta do campo da *qualidade*.

Existem várias definições para o termo *qualidade*, dentre as quais se pode destacar: "propriedade, atributos ou condição das coisas ou das pessoas, capaz de distingui-las das outras e lhes determinar a natureza" (Aurélio B.

Holanda); "conjunto de todas as características de um produto, desde o *marketing* até a assistência técnica, que determina o grau de satisfação do cliente" (Armand A. Feigenbaum); "adequação ao uso" (Joseph M. Juran); "conformidade aos requisitos" (Philip B. Crosby); "totalidade das propriedades e características de um produto ou serviço que lhe conferem habilidade para satisfazer necessidades explícitas ou implícitas" (ISO 8402 — *Quality Vocabulary*).

Deve-se resaltar que alguns autores, entre eles *Deming*, não apresentam uma definição formal para o termo *qualidade*,

*Selecionado pelo PADECEME

mas sim lembram que o entendimento do que vem a ser qualidade depende da percepção de cada pessoa.

Qualidade Total é definida, neste ensaio, como "uma filosofia que engloba mudanças culturais no modo de gerenciar a missão do Exército, visando a melhoria contínua dos processos, e construindo um novo relacionamento da organização militar com cada pessoa e com a sociedade."

Adicionalmente, convém definir mais dois conceitos, os quais proporcionam informações que levam a um melhor entendimento do tema:

- *gestão da qualidade total* — "conjunto de ações que viabilizam as mudanças na forma de pensar, educar e gerenciar, operacionalizando a organização militar para a busca global da melhoria contínua, através do alinhamento de todos os setores;" e

- *liderança pela qualidade* — "nova maneira de administrar o Exército, enfocando com prioridade os usuários, buscando o aperfeiçoamento contínuo de todos os processos da organização militar, confiando e delegando poder àqueles que estão mais próximos à execução, para decidirem com oportunidade, enquanto utilizam todo o seu potencial humano."

PRINCÍPIOS DA LIDERANÇA PELA QUALIDADE

Os princípios que norteiam as ações de todas as pessoas e, notadamente, dos

administradores, procuram dar um direcionamento comum às suas atividades. No que se refere aos *princípios da liderança pela qualidade*, eles são o centro das mudanças pretendidas e estabelecem novos paradigmas para a administração do Exército.

Ao serem estudadas as diferentes abordagens da *qualidade* para a aplicação no Exército, chegou-se a 12 princípios a seguir expostos.

Orientação ao Usuário

É o princípio central da *liderança pela qualidade*. Os usuários são a razão básica da existência de uma organização militar, qualquer que seja o tipo de atividade desenvolvida.

Satisfazer seus usuários é prover processos adequados, confiar na organização militar, alcançar objetivos e demonstrar total compromisso com os resultados.

Continuidade na Missão e Objetivos

Para estabelecer o nível da *qualidade* a prestar, a organização militar define claramente sua missão, identifica as necessidades atuais e futuras de seus usuários e constrói uma visão do futuro.

O cuidadoso planejamento e a continuidade de sua execução devem se

sobrepor às peculiaridades das personalidades dos indivíduos. Deve-se, também, verificar o alinhamento de todos os setores da organização militar com os objetivos globais da mesma, para não haver desperdício de esforços.

Trabalho em Equipe

É a forma de energizar a organização militar quando as pessoas possuem a oportunidade de participar na fixação de metas, na tomada de decisões, na solução de problemas e no processo de mudança.

O trabalho em equipes proporciona a rutura de barreiras entre áreas de trabalho, e também possibilita a abordagem sistêmica de problemas complexos.

A participação de todos promove a disseminação do método científico, permitindo que pessoas devidamente capacitadas, em qualquer nível hierárquico, auxiliem na solução de problemas.

Aperfeiçoamento Contínuo dos Processos

A busca da excelência deve ser uma constante em todos os processos da organização militar, todos questionando-se permanentemente se não existe maneira mais efetiva de realizar as tarefas existentes. Todo e qualquer limite

é o patamar inicial da melhoria seguinte, sendo imprescindível desenvolver constante esforço para fazer hoje melhor do que se fazia ontem.

A qualidade perfeita é economicamente desejável e tecnicamente possível, desde que planejada e buscada de forma sistemática, sendo resultado do "fazer certo desde a primeira vez".

Desenvolvimento do Potencial Humano

A liderança pela qualidade só será possível se a organização militar reconhecer e valorizar o componente mais importante do processo: seus recursos humanos.

Motivação, satisfação, incentivo, respeito e amizade devem estar presentes nas decisões da liderança de todos os níveis, porque nenhuma organização militar é maior que a grandeza das pessoas que dela participam.

A possibilidade de crescimento é o ponto fundamental para o compromisso de todos na busca da excelência. As pessoas devem ser incentivadas a todo o instante a dar o melhor de si. O trabalho deve ser motivo de orgulho para todos.

Desta forma, a educação e a instrução são meios prioritários para viabilizar o aumento da capacidade técnica.

Num ambiente voltado para a *qualidade total* cresce diuturnamente a satisfação da contribuição pessoal e do

dever cumprido. A busca da qualidade humana é fundamental.

peçoas executarem o processo "à sua maneira".

Lideranças dos Processos

Verifica-se que os problemas da organização militar devem-se mais a fatores sistêmicos, que a falhas individuais. O melhor profissional do mundo não obterá êxito se não tiver os meios adequados para trabalhar.

Uma campanha do tipo "Melhore a Qualidade" consistindo apenas em *slogans* e cartazes destina-se ao fracasso. Precisa-se mais que exortações, sendo fundamental uma estrutura e alguns processos que apoiem a qualidade. É preciso uma liderança ativa que identifique as necessidades dos processos, para atendê-las e torná-los efetivos.

Garantia da Qualidade

Deste princípio, resalta-se a importância de se conhecer cada processo, identificando como varia no tempo e em diferentes condições. Em uma atividade militar, o custo de um erro pode ser o de vidas.

O consenso sobre a padronização dos procedimentos é formalizado pelas equipes que conheçam o processo em estudo, e deve ser divulgado a todos, seguido do monitoramento de seu cumprimento, evitando determinadas

Informação

Para a qualidade acontecer na instituição, devem ser abertos canais livres de comunicação e as informações serem confiáveis e oportunas.

A boa comunicação elimina o medo de informar resultados adversos, derruba as barreiras pessoais e setoriais. Para isso, a liderança deverá estar aberta para ouvir a verdade e identificar as causas dos problemas, pois *liderança pela qualidade* não é a busca dos "culpados", mas sim a busca das soluções.

Deve-se identificar a voz dos usuários nos processos que gerem, procurando-se saber como ele percebe a *qualidade*. Não ter medo de perguntar, mas preocupar-se por não saber.

Outro elemento é a disseminação acurada da informação, sendo que a informatização constitui-se em importante ferramenta de apoio à comunicação entre setores, além dos clássicos controle estatístico e acompanhamento dos processos.

Descentralização

A *liderança pela qualidade* exige da alta administração um contato permanente com seus usuários, visando

a identificação das suas necessidades atuais e futuras. A agilidade desse processo decorre de um alto nível de delegação e de um sistema ágil de informação.

Delegar significa colocar o poder de decisão o mais próximo possível da ação. Muitas vezes quando um erro é constatado ele deve ser corrigido imediatamente independentemente do processo de autorização formal. Todas as pessoas devem ser preparadas para atuar com iniciativa e responsabilidade.

Integração Funcional

Por este princípio, procura-se quebrar as barreiras entre os setores da organização militar, entendendo-se que, se um setor não possui bom desempenho, o todo possui uma má avaliação.

Havendo um intercâmbio constante entre os níveis hierárquicos e entre os elementos de um mesmo nível, as melhorias introduzidas atendem às necessidades dos usuários em níveis ou setores diferentes.

É importante o trabalho com equipe multifuncionais, buscando um equilíbrio, evitando-se a compartimentação e soluções que visem a beneficiar determinados setores.

Processos Orientados pela Ética

Quantas pessoas podem dizer que conseguiram apenas usar sua formação

e conhecimentos técnicos e humanos para prestar um serviço de qualidade ao usuário? Ressalte-se ser ético informar aos líderes da organização militar da inadequação dos meios, da falta de capacitação das pessoas, da incapacidade do processo em fornecer resultados adequados, sendo também ético tomar providências.

Não se pode esquecer do sistema de aquisição de materiais para a organização militar que é muito influenciado por esse princípio, sendo de grande importância a compra de acordo com as necessidades dos usuários. Mais ainda, os fornecedores devem adotar uma atitude de parceria com a organização.

Combate Incessante aos Erros

A não-aceitação passiva de erros deve ser incorporada à maneira de pensar de cada pessoa, de modo que todos busquem a perfeição em suas ações. Um desempenho de 99,9% é desastroso do ponto-de-vista do usuário, como por exemplo, na manutenção de pára-quadras.

Outra vantagem do combate aos erros é a redução dos desperdícios de recursos ou dos trabalhos realizados, evitando-se erros, atrasos e ineficiências das mais diversas. A prevenção dos erros é muito mais econômica.

A busca da qualidade deve ser obsessiva, e mesmo fanática, substituindo a visão tradicional da inspeção que objetiva corrigir um erro já cometido

e punir um culpado, na maioria das vezes vítima de um processo inadequado.

DESENVOLVENDO UM MODELO DE IMPLANTAÇÃO

A figura 1 mostra um esquema global de implantação para o Exército Brasileiro.

A *sensibilização* é a fase inicial, onde as pessoas da organização militar tomam conhecimento do que vem a ser *qualidade* e sua influência na organização, nos processos que ela desenvolve e pessoas que dela participam.

O comprometimento do Alto Comando é fundamental. O processo de implantação necessita de uma liderança forte, que busque a *qualidade* em todos os momentos, em todos os setores.



FIGURA1: Modelo de Implantação

Denomina-se, então, a implantação de *top down*, ou seja, desenvolve-se de cima para baixo, porque só o comandante pode liberar pessoas para trabalhar em equipe durante o horário de expediente, para assistir palestras, congressos e seminários, promover visitas e cursos, componentes do processo de conhecimento profundo que todos deverão possuir.

Cabe também ao líder demonstrar que a *qualidade* é a nova filosofia de gerência utilizada pela alta administração, derrubar as barreiras entre os setores e pessoas e promover o reconhecimento e a recompensa pelos trabalhos bem executados.

Para se testar as abordagens e as metodologias de implantação, fazem-se necessários *projetos-pilotos*. Devido às peculiaridades de cada organização militar, um maior esforço deverá ser feito para adequar os *princípios da liderança pela qualidade* à realidade de cada uma, de maneira que as pessoas entendam como a *qualidade* irá ter impacto nos seus trabalhos e, com certeza, nas suas vidas.

Quanto a *educação e instrução*, as escolas de formação, de especialização, de aperfeiçoamento e de altos estudos devem capacitar pessoas a trabalharem dentro de um ambiente voltado sempre para a *qualidade*, porque educação e Instrução são as bases da *qualidade*. "Qualidade começa e termina na educação" (Kaoru Ishikawa).

Tanto o treinamento como os projetos levam a sucessos e insucessos. Estes devem ser aproveitados como oportunidades para que os erros não se repitam, e aqueles como elementos que impulsionam o processo de mudança. Constituem a base das *lições aprendidas*.

Após cumpridas as etapas anteriores, os órgãos de direção e execução, incluindo até o Pelotão de Fronteira, implantarão os conceitos da qualidade, de acordo com o seu ritmo de trabalho e abrangência de sua missão, para que todos adquiram um verdadeiro compromisso com as mudanças.

O processo de *implantação* deverá ser divulgado para a organização militar, assim como as melhorias alcançadas e os ganhos com as reduções dos custos e com a melhoria do ambiente do trabalho.

A divulgação também apresenta os resultados alcançados pelas equipes de melhorias de processos, motivando outras equipes a trabalhar com a metodologia de aperfeiçoamento de processos e com ferramentas da qualidade.

CONCLUSÃO

O Instituto Militar de Engenharia (IME) está prestando apoio técnico ao Estado-Maior do Exército para implantação da *qualidade total* no Exército. Adicionalmente, como parte dos trabalhos da linha de pesquisa *qualidade de sistemas*, desenvolve uma

metodologia de implantação da *liderança de qualidade* em unidades de Saúde e de Manutenção do Exército.

Além desses trabalhos, desenvolvidos no Instituto de Biologia do Exército e no Batalhão de Manutenção do Comando de Aviação do Exército, já foi iniciada a implantação da *qualidade total* no Instituto Militar de Engenharia, através da sensibilização de seus componentes durante as "Semanas da Qualidade no IME".

Verifica-se que a jornada será longa, mas o trabalho desafiante valerá a pena ser realizado, visto que colocará o Exército Brasileiro na posição de detentor da mais moderna tecnologia para a administração de uma organização de qualquer tipo.

O incentivo para abraçar o desafio são as palavras do Marechal Castello Branco: "Ao chefe não cabe ter medo das idéias, nem mesmo das idéias novas, é preciso, isso sim, não perder tempo, empreendê-las e realizá-las até o fim".

Dir-se-ia, por fim, concluindo essas breves informações, que todos que estão envolvidos com a matéria sonham com o Exército em que gostariam de ter seus filhos alistados como soldados; onde cada resultado adverso seja analisado para que não se repita; que seja 100% profissional; amado pela Nação e respeitado pelo inimigo, onde cada membro vá muito além do cumprimento do dever; um Exército pronto para cumprir a sua missão em qualquer lugar

do território nacional, a qualquer hora e sob quaisquer condições.

BIBLIOGRAFIA

- CROSBY, Philip B, *Integração*, Ed Makron Books, 1993.
- . *Qualidade é Investimento*, Ed José Olímpio, 1985.
- DEMING, William Edwards, *Out of Crisis*, MIT Press, 1992.
- DENTON, Keith, *Qualidade em Serviços*, Ed Makron Books, 1990.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Ed Nova Fronteira, 1985.
- GARVIN, David A., *Gerenciando a Qualidade*, Ed Qualitymark, 1992.
- JURAN, Joseph, *A Qualidade Desde o Projeto*, Ed Pioneira, 1992.
- NEVES, João Alberto, *O Exército e a Busca da Qualidade*, Revista Militar de Ciência e Tecnologia, out/dez 1992.
- Norma Técnica Internacional. ISO 8402, *Quality-Vocabulary* 1986.
- Notas de Aula, Gestão pela Qualidade Total, Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear, 1993.
- SCHOLTES, Peter R, *Times da Qualidade*, Ed Qualitymark, 1992.
- WALKER, Denis, *O Cliente em Primeiro Lugar*, Ed Makron Books, 1991.

Agradecimento: Os Autores agradecem ao Cel Roberto Miscow Filho pelas observações precisas feitas no original.



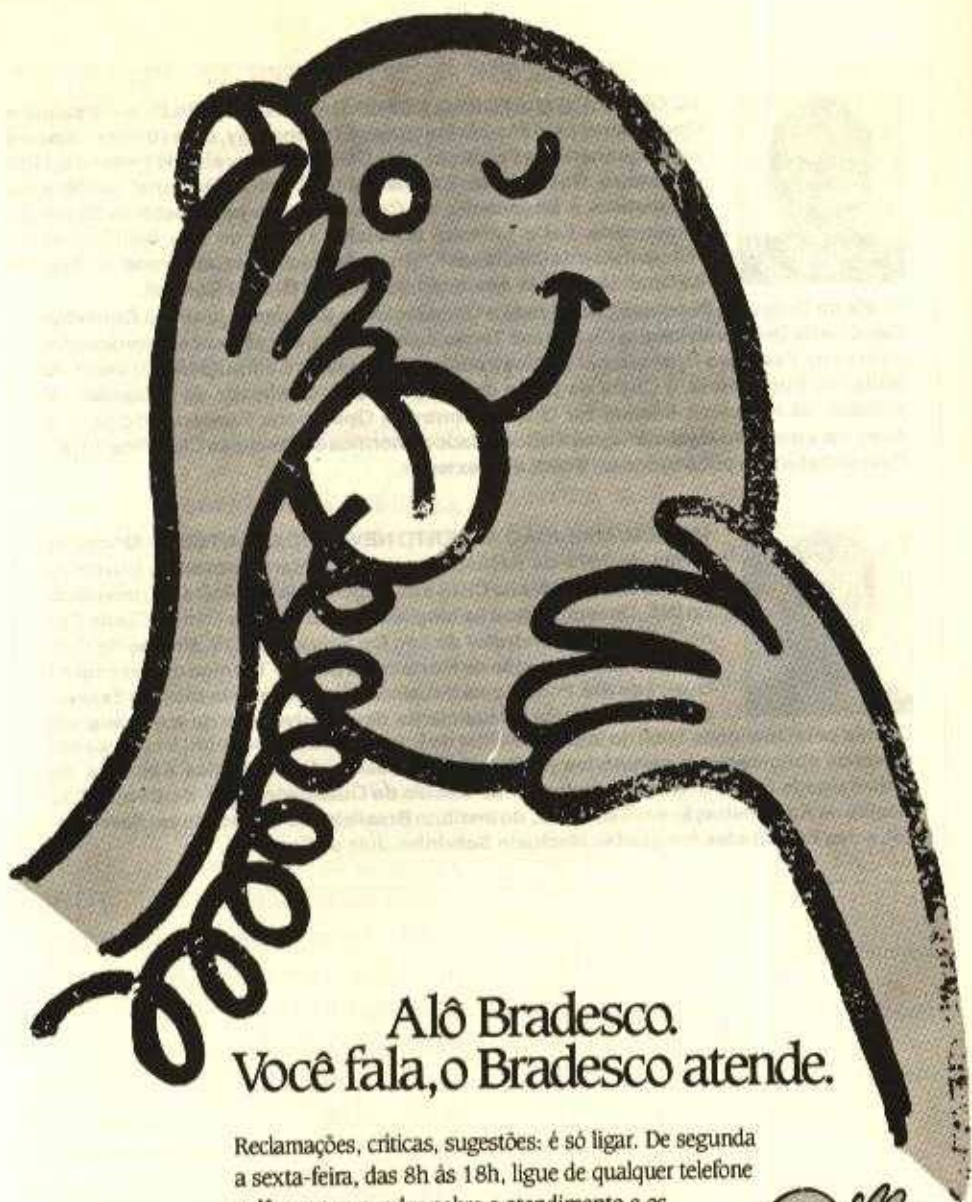
TC Oem Paulo Afonso Lopes da Silva — Ph.D. em Pesquisa Operacional pelo Florida Institute of Technology, é Mestre em Ciências em Engenharia da Produção pela COPPE/Universidade Federal de Rio de Janeiro, Bacharel em Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas e Engenheiro de Comunicações pelo Instituto Militar de Engenharia. Foi o primeiro brasileiro a obter os três certificados de "Engenheiro da Qualidade", "Engenheiro da Confiabilidade" e "Auditor da Qualidade" pela American Society for Quality Control.

Chefe do Grupo de Pesquisa "Qualidade e Otimização de Sistemas" junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, é Professor e Coordenador da área de Pesquisa Operacional do Mestrado em Sistemas e Computação do Instituto Militar de Engenharia, e Chefe da Linha de Pesquisa em "Qualidade de Sistemas". É membro da American Society for Quality Control e Operations Research Society of America, e membro eleito da Sigma Xi (Sociedade Honorífica de Pesquisa Científica, EUA). Possui trabalhos publicados no Brasil e no exterior.



Maj Oem/Armt João Alberto Neves dos Santos — Oficial da turma de 1979 da AMAN, Arma de Infantaria, possui o Curso de Operações na Selva no CIGS e de Engenharia Mecânica e Armamento no IME. Desempenhou as funções de Cmt de Pel e Cmt de Cia de Fzo no 2º BIMz (Es), Instrutor da Seq Op Selva do CIGS, Ch Seq do CIG, Gerente de Fabricação de Morteiros e Diretor Técnico do Arsenal de Guerra do Rio. Possui dois trabalhos técnicos aprovados pelo Estado-

Maior do Exército e atualmente desenvolve tese de mestrado em Gestão pela Qualidade Total no Instituto Militar de Engenharia. Apresentou trabalhos em diversos congressos e seminários no Brasil. É professor de Estatística Aplicada, da Universidade Santa Úrsula-RJ professor de Gestão da Qualidade Total, do Centro São Camilo de Administração em Saúde-RJ, do Instituto Brasileiro da Qualidade em Serviços-SP, e das Faculdades Integradas Machado Sobrinho, Juiz de Fora-MG.



Alô Bradesco.
Você fala, o Bradesco atende.

Reclamações, críticas, sugestões: é só ligar. De segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, ligue de qualquer telefone e dê os seus recados sobre o atendimento e os serviços do Bradesco. Em São Paulo (Capital) e localidades com DDD (011), ligue: 257-5844. Demais localidades, disque: (011) 800-1533 (Discagem Direta Gratuita). Alô Bradesco. Você fala, o Bradesco atende.



BRADESCO

COMENTÁRIOS



A HISTÓRIA E OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Frank D. Mc Cann

Parafraseando o cientista político Morton A. Kaplan, da Universidade de Chicago, "o único laboratório que temos", nos estudos estratégicos, é a História.

E que entendemos seja a História? Alguns analistas pensam na História como um armazém de fatos, onde eles conseguem "dados" que espalham ("borrifam"), através de sua análise; outros pensam nela como uma sequência de "big bangs irregulares" que atropelam todos os aspectos da política internacional — sistemas, atores, regras sistêmicas e interações —, seguida de longuíssimos períodos de relativa calma.¹

Grande parte dos analistas, olhando para o mundo hoje, tende a vê-lo em termos de "poliocentrismo político em uma economia global integrada", como propõe Immanuel Wallerstein. Certamente, o quadro de Paul Kennedy, da ascensão e queda das grandes potências, foi tanto um sinal de alerta para os líderes políticos, quanto um estudo oportuno

que ajudou o restante de nós a pensar sistematicamente sobre o que estava acontecendo, enquanto a União Soviética "se desmanchava" e o poder econômico dos EUA declinava notavelmente.²

Qualquer um que estude Relações Internacionais precisa estar preocupado com o *background* (pano de fundo) histórico e com as origens dos eventos atuais, porque "... sem compreender a dinâmica da História, o estudo do que pode ser chamado "História corrente" permanece raso e unidimensional. Não levando a dimensão histórica em consideração, não podemos entender o presente nem fazer previsões críveis do que possa vir a acontecer. E os estudos estratégicos têm, em parte, este objetivo. A "futurologia", ciência do futuro... pode legitimamente proclamar-se como tal, apenas quando baseada na História".³

1 - MORTON A. Kaplan, "A Poor Boy's Journey", in Joseph Kruzel & James N. Rosenau, eds. *Journeys Through World Politics: Autobiographical Reflections of Thirty-four Academic Travelers* (Lexington: Lexington Books, D.C. Heath, 1988), 47.

2 - KATZENSTEIN, Peter. "International Relations Theory and the Analysis of Change," in Ernst-Otto Czempiel & James N. Rosenau, eds. *Global Changes and Theoretical Challenges: Approaches to World Politics for the 1990s* (Lexington: D.C. Heath, 1989), 296, 299-300.

3 - WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century* (NY: Academic Press, 1974) and *The Modern World System: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750* (NY: Academic Press, 1980). KENNEDY, Paul, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. (NY: Random House, 1987).

História e da tensão existente entre elas como fonte de progresso e retrocesso.⁶

Uma das dificuldades que temos é conceituar mudança. Onde devemos procurar por elas? Como podemos reconhecê-la? A turbulência é episódica? Cíclica? Auto-sustentada? Se a mudança é evolução, quanta mudança é necessária antes que possa ser rotulada de mudança básica ou transformadora?

A larga perspectiva da História proverá respostas a essas questões. A História nos dará o quadro do tempo, os sistemas operacionais em ação e os relacionamentos dentro dos quais a presença ou ausência de mudança pode ser estudada.

Existem aqueles que aderem à visão oposta da História, a saber, de que não há mudança fundamental. Aqueles que aceitam essa tendência argumentariam que, sempre que possível, as pessoas escolherão seguir velhas formas para fazer as coisas e que os padrões sociais e políticos constantemente se repetem. Tal visão da História pode brotar da nostalgia, pois é confortável pensar na História como a soma da experiência humana em uma cadeia contínua na qual cada geração é, em parte, um produto de seu predecessor. A mudança é desorganizadora e a mudança súbita é profundamente perturbadora, porque levanta questões sobre a compreensão do presente e torna o futuro mais assustador.

É por isso que os analistas frequentemente caem nas analogias históricas para aliviar sua ansiedade. Se podem mostrar que, no passado, uma certa sociedade ou um sistema internacional enfrentou um dado tipo de desafio e sobreviveu, então fortalece-se a crença de que as mudanças correntes podem também ser

superadas e sobreviveremos uma vez mais. Argumentando sobre a relevância da História, não se está sugerindo que a continuidade deva ser enfatizada. Com esta postura, o analista provavelmente ignorará fatores que poderiam produzir resultados bem diferentes dos que que ocorreram anteriormente, na suposta contraparte da crise. Todos nós sabemos como a analogia de Munique, em 1939, foi mal-usada durante a Guerra Fria para desencorajar negociações sérias com o bloco comunista.

Temos que ser cuidadosos para não fazer da História um bode expiatório conveniente, permitindo-nos justificar nossas visões e oferecer uma explicação plausível sobre um passado que preferimos não aceitar. Temos que estar alerta, pois as teorias das ciências sociais têm um certo *bias* (viés) em relação a "explicar a manutenção dos equilíbrios". As teorias minimizam a dinâmica na qual "as sementes da mudança podem tornar-se grandes quebras históricas".⁷ A crise atual na antiga Iugoslávia certamente tem raízes históricas, mas as raízes étnicas das forças em combate podem não ser os fatores mais importantes para compreender o que está acontecendo. Talvez a resposta das potências tenha mais que ver com o começo e a continuação da triste violência.

Não deveríamos, é claro, substituir a nostalgia pela miopia. A experiência passada certamente afeta as ações de hoje e os padrões de comportamento. Velhos hábitos sempre permanecem em tensão com um novo conhecimento. As supostas lições do passado, Rosenau observou, "ainda que erroneamente compreendidas, sempre atuam como guias, seja como sinais de caminhos a serem tomados, ou como alertas de comportamentos a evitar".

6 - ROSENAU, *Turbulence in World Politics*, 69.

7 - ROSENAU, *Turbulence in World Politics*, 70.

A coisa importante é que devemos ser "sensíveis à possibilidade sempre presente de que a mudança fundamental esteja prestes a acontecer".⁸ Assim, como pensamos em aplicar a História aos estudos estratégicos, precisamos manter a continuidade e a mudança em suas devidas proporções.

Finalmente, podemos perguntar se teremos alcançado o que Francis Fukuyama chamou de "fim da História". Estamos ou não em um ponto de desenvolvimento humano onde a "evolução ideológica e a universalização da democracia ocidental liberal" tornou-se a "forma final de governo humano"? Verdadeiramente, há uma tendência mundial à padronização, mas, como historiador, hesito em pensar em termos de fim de qualquer esforço humano, além de impostos e na morte.

A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA BRASILEIRA

Faz bem falar sobre o uso da História nos estudos estratégicos; mas o que exatamente queremos dizer com História?

Se pensarmos apenas nos estudos publicados, é mais que possível que a literatura não proveja os analistas brasileiros com dados e interpretações para os planos que eles teriam de desenvolver, com base nas perspectivas brasileiras. Assim, há duas coisas a favor das quais eu quero argumentar: a liberalização do acesso a arquivos diplomáticos e militares e o encorajamento da pesquisa de temas estratégicos, nas universidades civis, e por estudiosos, em institutos.

As características da historiografia que poderia ser usada por pesquisadores de estudos estratégicos brasileiros são tais que há relativamente poucos estudos baseados em arquivos sobre as relações externas brasileiras ou sobre os militares. A literatura geral sobre esses assuntos é bastante grande, mas tende a ser baseada em opiniões pessoais, ou manter interpretações baseadas em memórias incertas e fontes não-arquivísticas.

O jeito pelo qual a História é escrita no Brasil precisa mudar, se os analistas de estudos estratégicos e os decisores de políticas públicas tiverem todas as ferramentas necessárias para trabalhar. Para a política nacional ser baseada na realidade, a História deve ser real. E a História não pode ser real, a não ser que esteja baseada em documentos. Para se ter esse tipo de História, há necessidade de acesso a arquivos melhor organizados, melhor treinamento do *staff* de arquivos, melhor preparação universitária dos historiadores e o estabelecimento de agências históricas oficiais em todo o governo. Nem mesmo as Forças Armadas têm essas agências agora.

Para que a sociedade brasileira seja democrática e aberta, seus arquivos históricos devem ser abertos e acessíveis a todos. Os políticos, os decisores e os analistas só poderão tomar decisões acertadas caso saibam da História real. O ditado de especialistas em computador se aplica aqui: *garbage in, garbage out* (algo como lixo entra, lixo sai). Noto que estou pedindo por mudanças contra uma longa tradição de acesso restrito, mas também sei que apenas um entendimento verdadeiro da História pode evitar que os líderes enfrentem crises futuras, da mesma forma como eles acham que os líderes anteriores o fizeram. Se seu conhecimento estiver errado, suas ações e decisões também serão erradas. Todo militar já escutou o ditado "Todo general tende a lutar a guerra presente

8 - ROSENAU, *Turbulence in World Politics*, 75.

do jeito que lutaram a passada". Para evitar esses erros do passado, há necessidade de um entendimento acurado do que ocorreu.

INTERPRETAÇÕES INCORRETAS PODEM ERRONEAMENTE TER INFLUENCIADO DECISÕES POLÍTICAS

• Escreve-se freqüentemente, e muitos acreditam nisto, que as mudanças de regime no Brasil, como em 1822, 1889, 1930, 1945 e 1964, foram rápidas e relativamente pacíficas. Essa interpretação do passado encorajou intervenções militares. Mas, se examinarmos as décadas seguintes a essas mudanças, o que se achará é que, em cada caso, foram seguidas por períodos de ajustes longos, dolorosos e violentos. E, em cada caso, esse período de ajuste incluiu algum tempo de governo autoritário. Se o foco interpretativo estivesse no período após a imediata mudança de governo, isso não ajudaria a parar de se pensar em golpes? Ou a parar de se pensar?

• Uma interpretação amplamente aceita, de 1930, é a de que o Exército depôs Washington Luís e, então, deu o governo para Getúlio Vargas. Mas, tal interpretação ignora a realidade de que não foi o alto comando que deteve o presidente, mas um grupo liderado pelo então general (da reserva) Tasso Fragoso. Mais importante ainda: ignora-se que a estrutura do comando do Exército entrou em colapso; que os generais no Rio haviam perdido o controle da maior parte da tropa fora da Capital; que quinze, em vinte estados, estavam nas mãos dos rebeldes e que no destacamento crucial de catorze mil homens, no Rio Grande do Sul, havia 920 oficiais dos quais 758 ou 80% estavam com as forças de Vargas. Portanto, a idéia corrente entre os oficiais, nos anos sessenta — especialmente os do grupo Costa e Silva — de que havia sido

um engano passar o governo para os civis, em 1930, estava baseada em mito e não realidade. Mas, a política que resultou da crença no mito era continuação do governo militar.

• As elites civis encorajaram a intervenção militar, em 1964, porque tinham uma falsa idéia da História. Elas retiraram suas pistas das crises de 45 e de 54, o que sugeria que os militares poderiam retirar um presidente e imediatamente outro civil, ou ao menos um oficial da reserva poderia tomar posse do cargo. Isto não aconteceu depois de 1964 por causa das lutas políticas dentro do novo regime e entre os militares, como dissemos. Mas, as elites civis deveriam esperar que isto acontecesse, porque foi o que ocorreu, após 1889, após 1930, e mesmo após 1945. Aquelas mudanças de regime liberaram forças políticas e geraram cismas entre os militares, que levaram, por sua vez, a longos e difíceis períodos de ajuste.

Essas interpretações do passado teriam sido, a meu ver, mais acuradas, se os arquivos tivessem sido abertos e analisados. A História da Nação não será mais acurada que as fontes utilizadas para produzi-la. E se a História não for precisa — como, acredito, não tem sido —, então as decisões de políticas que se seguem a ela não serão precisas, também. Lembremos que, em estudos estratégicos, o único laboratório de que dispomos é a própria História.

*Frank D. Mc Cann é professor da
Universidade de New Hampshire, EUA*

OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL — UMA QUESTÃO

Hamilton de Oliveira Ramos

A prova de Geografia do concurso de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército deste ano (94) apresentou, como primeira questão: "Analisar as migrações internas e o perfil dos adensamentos populacionais brasileiros nos últimos vinte anos. Na conclusão, considerando o pensamento malthusiano, proponha medidas governamentais que orientem a ocupação da Região Norte do Brasil."

Não se pretende mostrar uma solução para a questão formulada. Tampouco levar aos interessados pelo seu resultado, uma estrutura trabalhada, nesse sentido. Deseja-se, isso sim, tornar público o sentimento sincero de apreço por essa proposição que, sob três aspectos, muito me sensibilizou.

Debruçar-se sobre o mapa da região norte do Brasil e sondar sua alma significa ser surpreendido por uma superfície tão expressiva quanto a da conhecida Europa; por reservas de minério de ferro tão grandes quanto altas são suas serras; bem assim de manganês, ouro, alumínio, nióbio e estanho; pela variedade do solo, do relevo, da vegetação, do volume das águas dos rios e da pluviometria; enfim, por uma riqueza que repousa sob os pés dos poucos que a habitam.

Chama-nos a atenção, além das riquezas da terra, a diversidade biológica que a floresta abriga entre folhas e águas, esperança e desafios.

Como parte significativa da Amazônia Legal brasileira, a Região Norte tem despertado interesses, com variadas intenções. Há brasileiros que a desejam pela própria

sobrevivência; outros pela exploração econômica; muitos pela manutenção da soberania nacional, parcela ponderável pelo sentimento de natividade que ela lhe inspira, pela exuberância que representa. Alguns nem sequer sabem porque a desejam.

Em verdade, todos que conhecem o encanto das suas formas, a riqueza de seu dote e a graça de sua virgindade a cobiçam.

É a cobiça, pois, o primeiro aspecto, motivando a vontade de posse, seja para satisfazer necessidades básicas, seja para manter-se o *status quo* do poder. Traduz o pensamento da aquisição de valores em que os problemas não são motivo de inveja.

Podemos admitir, então, que a Região Norte representa um desafio, em face dos nossos problemas, e uma preocupação diante dos outros. Desafios para vencermos nossas carências em contraste com os tesouros guardados em nosso próprio "berço esplêndido". Preocupação com a certeza de que os outros não invejam nossos problemas, apenas nossas soluções.

O segundo aspecto, igualmente importante, será encontrado na seguinte pergunta: por que Região Norte do Brasil?

Há muito, é dado a nós conhecer os ditos populares, ricos em sabedoria, "devagar se vai ao longe" e "água mole em pedra dura tanto bate até que fura".

Para tornar aceitável uma assertiva, pode-se usá-la como bordão. Mais cedo do que se imagina, os menos atentos estarão cantarolando uma nova "verdade".

A paciência e a perseverança serão instrumentos da orquestração de idéias que se pretendem disseminar, a fim de que a melodia ecoe os harmônicos necessários à sua assimilação.

Como já mencionamos, a Região Norte do Brasil constitui parcela expressiva da

Amazônia. Essa afirmação é, embora não pareça, ambígua. Observem que, ao citar a Amazônia, chega-nos a compreensão da Amazônia Legal brasileira, o que pode não ser verdade. Poderíamos estar tratando de toda a região amazônica e, com isso, envolvermos parte significativa dos países amigos vizinhos, dando motivos, mesmo inadvertidamente, para perigosas ilações expansionistas.

Ora, se somos capazes de, sem perceber, deixar cair sementes da discórdia, solo fértil de interesses mesquinhos não falta. Admitamos, como possibilidade real, que elementos externos usem essa imprevidência, como fomento da própria cobiça, excitando, pouco a pouco, desavenças entre terceiros. Estaríamos alimentando problemas futuros? Provavelmente sim.

Por outro lado, qualquer afirmação externa sobre a Amazônia, por similitude, passa a ter o ar de ambigüidade. Tratar-se-ia da Amazônia brasileira?

Convenhamos que, para chegarmos na Região Norte do Brasil, precisaremos usar, como portas de entrada, a porção que lhe confere o título de Amazônia Legal. Necessário dizer que, ocupando aquela região (Norte) estaremos ocupando, na verdade, a própria Amazônia Legal brasileira. A questão apresentada nessa prova de Geografia demonstra estar sensível ao problema sem ser imprevidente, ao mesmo tempo que obriga o estrangeiro, quando das suas citações sobre a Amazônia, a decidir o espaço geográfico que circunscreve suas intenções.

Apresentamos dois aspectos sensíveis: as riquezas detonadoras da cobiça e a ambigüidade da expressão Amazônia. Vejamos o terceiro.

A ocupação do território brasileiro tem, como herança lusitana, o *uti possidetis* ou a "estratégia da presença".

Essa necessidade e determinação da posse pelo uso orientou nossos saudosos antepassados a navegarem rios, montante acima, configurando a presença do miscível homem português.

Fruto de gerações, por interação do português com o índio ou, pela via indireta, com o cafuzo, o mestiço é a classificação mais exata que dignifica o nosso povo. Assim sendo, é fácil observar que o brasileiro autêntico, em qualquer canto do seu imenso e rico território, demonstra possuir a doce ingenuidade do silvícola, a humildade do escravo negro e a sede de justiça do desterrado português.

Ora, se a cobiça externa se faz gotejar sob a capa da autodeterminação dos povos indígenas, por que não respeitar toda a nação brasileira, já que cada um do seu povo é, antes de tudo, um índio por descendência?

É bom não darmos ouvidos a essas proposições externas porque, se hoje já é difícil equacionar nossos problemas agrários, imaginem uma avalanche de reivindicações judiciais para a obtenção da terra *brasilis* como parte da herança de cada um dos seus legítimos brasileiros? Nem pensar.

A ocupação da Região Norte do Brasil solicitada na primeira questão da prova de Geografia do concurso de admissão (94) à ECME é muito mais que uma simples questão. É um alerta importante para todos nós brasileiros, cujo sangue mestiço nos aquece as veias.

Valorizemos mais os tesouros que possuímos em detrimento dos problemas que nos angustiam.

Definamos a Região Norte do Brasil como termo de referência para escaparmos das armadilhas que a ambigüidade do seu entendimento possa produzir.

Aceitemos, com dignidade e orgulho, nossa condição de mestiços para reivindicar, com exclusividade, nosso próprio chão.

Enfim, tenhamos coragem suficiente para despertarmos sobre os riscos que a cobiça espreita e para criarmos salvaguardas dissuasórias em face da conjuntura internacional que se insinua.

Hamilton de Oliveira Ramos é tenente-coronel do Exército, instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE E EFEITO VINCULANTE PREVISTO NA EC-3/93

R. Reis Friede

Uma das maiores novidades jurídicas no que tange, ainda que indiretamente, aos depósitos judiciais em matéria tributária é, sem dúvida, o advento recente da *Emenda Constitucional nº 3/93* que, dentre outras, modificou o disposto no art. 102 da Constituição Federal de 1988, emprestando-lhe nova redação, *verbis*:

"Art. 102 —

I —

a) a ação direta de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

§ 1º — A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

§ 2º — As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitu-

cionalidade de lei ou ato normativo federal produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo. (grifos nossos)

Não obstante esta mesma norma jurídica, — cristalizadora do denominado *Poder Constituinte Derivado Reformador* (ou simplesmente Poder Constituinte de 2º Grau) —, ter sido objeto de impugnação junto ao Supremo Tribunal Federal, sob o argumento básico de que a mesma contrariava preceitos constitucionais (*rectius*, cláusulas pétreas e disposições fixas) limitadores do chamado *Poder Legislativo de Reforma* (poder de emenda ou poder revisional), esta mesma Corte Constitucional, através de julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, entendeu, por voto de maioria do plenário, pela inconstitucionalidade apenas do dispositivo que concebia um novo tributo *stricto sensu* (IPMF) para vigor no mesmo ano fiscal de sua criação, preservando — por entender plenamente eficaz à luz do atual ordenamento constitucional em vigor — os demais dispositivos, especialmente o que alude à denominada "*Ação Direta de Constitucionalidade*" (ou ação positiva de inconstitucionalidade) (art. 102, I, alínea a, da CF/88 com a nova redação dada pela EC-3/93) e ao chamado *efeito vinculante* das decisões de mérito do STF prolatadas nas ações declaratórias positivas e negativas de constitucionalidade.

Desta forma, o atual ordenamento jurídico brasileiro em vigor passou — pelo menos nas situações específicas dos julgamentos definitivos, pelo STF, das ações de constitucionalidade positivas e negativas de lei em tese, previstas no art. 102, I, alínea a, da CF/88 — a acatar a tese da ampla *vinculação* jurisprudencial [até então, em nosso País, a jurisprudência era considerada fonte não-formal do direito (cf. a respeito o nosso "*Curso*

de Direito Administrativo", Forense Universitária, 1993, p. 6), uma vez que as decisões da Suprema Corte, até então, não empenhavam qualquer tipo de vinculação direta e compulsória aos demais juízes de instâncias inferiores] típica do direito anglo-saxônico, modificando, pelo menos em parte, a tradição luso-brasileira em que somente a *lei lato sensu* possui sinérgico efeito vinculante a todos os julgadores.

Por efeito conclusivo, o *Direito Brasileiro* passou, a partir de 17 de março de 1993, a admitir — ainda que restritivamente aos casos de ação direta, positiva ou negativa, de constitucionalidade da lei em abstrato —, o inafastável efeito vinculante a todos os integrantes do Poder Judiciário quanto às decisões meritórias definitivas, proferidas pelo STF, nessas ações, impondo, por consequência, uma autêntica (ainda que velada) restrição à anterior ampla liberdade do julgador, de instância inferior, de interpretar a norma jurídica *lato sensu* (revestida sob o arcabouço próprio de lei em sentido amplo) e, até mesmo, de *incidenter tantum* deixar de aplicar a lei *stricto sensu* por reconhecê-la inconstitucional.¹

No primeiro julgamento de uma "Ação Direta de Constitucionalidade", inclusive, o Supremo Tribunal Federal fez questão de mencionar o efeito vinculante às instâncias inferiores do Poder Judiciário da decisão que,

por fim, entendeu pela declaração de absoluta constitucionalidade do chamado CONFINS (contribuição parafiscal, de interesse social, que substituiu, por imposição da Lei Complementar nº 70, de 30/12/91, o antigo FINSOCIAL), encerrando — de forma impositiva, em nosso entender — a tramitação dos processos, versando sobre a matéria, no 1º e no 2º grau de jurisdição.

"JULGAMENTO

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 1-1

Origem: Distrito Federal

Relator: Min. Moreira Alves

Reques.: Presidente da República, Mesa do Senado Federal e Mesa da Câmara dos Deputados

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal conheceu em parte da ação e, nessa parte, julgou-a procedente, para *declarar*, com os efeitos vinculantes previstos no §2º do art. 102 da *Constituição Federal*, na redação da Emenda Constitucional nº 03/93, a *constitucionalidade dos arts 1º, 2º e 10, bem como da expressão: "A contribuição social sobre o faturamento não extingue as atuais fontes de custeio da Seguridade Social, contida no art. 9º"* e, também, da expressão: "*Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte aos noventa dias posteriores àquela publicação, ...*" constante do art. 13, todos da Lei Complementar nº 70, de 30.12.91. Votou o Presidente. Falou, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral da República. Plenário, 01.12.93." (grifos nossos)

No que tange especificamente aos efeitos objetivos da vinculação prevista no art. 102, parágrafo 2º da CF/88 (com a nova redação dada pela EC-03/93) à luz dos depósitos judiciais em matéria tributária, cumpre salientar que a norma constitucional em questão engendrou — nos casos de julgamento

1 — É conveniente ressaltar que apenas a Suprema Corte pode "declarar", por via de ação direta, a eventual inconstitucionalidade da lei ou ato normativo em tese, com efeito *erga omnes*.

Incidentalmente (ou seja, no curso de uma determinada ação de objetivo diverso), o magistrado pode apenas e tão-somente "reconhecer" a inconstitucionalidade de um dado dispositivo legal, por via de exceção, com efeito *inter partes*.

pela procedência do pedido meritório insito na ação de declaração de constitucionalidade — um dispositivo, ao que tudo indica, de aplicação automática, em favor do ente estatal, no sentido da imediata conversão do depósito premonitório, realizado pelo contribuinte, em renda da Fazenda Pública, com conseqüente extinção do processo originário (e também acessório nos casos de cautelares preparatórias ou incidentes) por efetiva perda de objeto.

O cerne da questão mais uma vez cinge-se, *in casu*, quanto a efetiva necessidade ou não de provocação da parte interessada (no caso, o Fisco) não só para a conversão do depósito em renda, mas principalmente para a própria extinção do processo principal e, por efeito, do eventual processo cautelar apenso.

Muito embora tal consideração não possa ser atendida, nesse momento, como uma autêntica controvérsia (quer doutrinária, quer jurisprudencial), até porque não houve tempo hábil para a necessária reflexão sobre a questão, arriscamos defender a tese de que o denominado *efeito vinculante* a que alude o nosso preceito constitucional, declarado eficaz pelo STF, opera-se independente da devida provocação da parte interessada — pelo menos quando este é o próprio ente estatal — em respeito aos princípios processuais específicos aplicáveis à espécie (assim como o princípio genérico da prevalência do interesse público sobre o interesse privado), combinados com a interpretação mais técnica da cristalina redação do parágrafo 2º, do art. 102 da CF/88, modificado pela EC—03/93.

A propósito, não pode haver qualquer possibilidade de dúvida de que o *mens legislator*, considerado à época da edição da norma em epígrafe, tenha sido exatamente neste sentido, sobretudo, se levarmos em consideração o *ocasio legis* que nucleou todo o processo legislativo da EC-03/93.

Não é por outra razão que, imediatamente após a declaração de plena efetividade da EC-

03/93 (sob este aspecto) e do julgamento definitivo da Ação Declaratória 1-1, pela Suprema Corte, proferimos a seguinte decisão terminativa nos processos sob nossa responsabilidade, alusivos a estas considerações, *verbis*:

"Vistos, etc.

Considerando o disposto na Emenda Constitucional nº 03/93 que alterou a redação original do art. 102, da Constituição Federal em vigor, *verbis*:

"Art. 102 —

I —

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

§ 1º — A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

§ 2º — As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo". (grifos nossos) e

Considerando o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da Ação Declaratória de Constitucionalidade no 1-1, em 1º de dezembro de 1993, *verbis*:

"JULGAMENTO

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 1-1

Origem: Distrito Federal

Relator: Min. Moreira Alves

Reqtes.: Presidente da República, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados.

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal conheceu em parte da ação e, nessa parte,

julgou-a procedente, para declarar os efeitos vinculantes previstos no §2º do art. 102 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 03/93, a constitucionalidade dos arts. 1º, 2º e 10, bem como da expressão: "A contribuição social sobre o faturamento de que trata esta lei complementar não extingue as atuais fontes de custeio da Seguridade Social", contida no art. 9º e também da expressão:

"Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte aos noventa dias posteriores àquela publicação, ... "constante do art. 13, todos da Lei Complementar nº 70, de 31.12.91. Votou o Presidente. Falou pelo Ministério Público Federal, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral da República. Plenário. 01.12.93" (grifos nossos)

Este Juízo entende, *in casu*, pela efetiva perda do objeto da presente ação, tendo em vista o efeito vinculante a todos os órgãos do

Poder Judiciário, — imposto pelo art. 102, § 2º, da CF/88, com a nova redação dada pela EC-03/93 —, da decisão definitiva da Suprema Corte, — nos julgamentos da Ação Declaratória de Constitucionalidade apresentada pelo Poder Executivo —, que entendeu pela plena constitucionalidade da *contribuição parafiscal de natureza* questionada através destes autos.

Isto posto, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, em face da efetiva perda de seu objeto, *ex-vi* art. 267, IX, do CPC *c/c* art. 102, § 2º, da CF/88 com a nova redação pela EC-03/93, determinando, outrossim, a imediata conversão em renda, em favor da Fazenda Pública, dos eventuais depósitos premonitórios realizados nestes ou nos autos da possível Ação Cautelar (preparatória ou incidente) apenas, após o trânsito em julgado."

R. Reis Friede é Magistrado Federal,
Mestre e Doutor em Direito



Desempenho Comprovado por Uma Ampla Variedade de Missões

- * Utilizado em mais de 15 países em missões de evacuação médica, assalto aerotransportado, busca e salvamento e operações marítimas.
- * Mais de 20 unidades atendem às plataformas marítimas da Petrobrás no litoral brasileiro.
- * Equipado com turbinas Pratt & Whitney PT6T-3B de 1.800 HP, revisadas pela Celma, no Rio de Janeiro.
- * Manutenção e revisão de célula e componentes dinâmicos executadas no Brasil por oficinas especializadas.
- * Utiliza qualquer armamento que se encaixe ao suporte padrão de 14 polegadas da NATO, inclusive o sistema de metralhadora MAG e de foguetes de 70mm (2.75 pol.).
- * Confiável, robusto e provado o Bell 212 é produzido pelo maior e mais experiente fabricante de helicópteros do mundo que oferece o melhor apoio de suprimento e manutenção.

motoravia
REPRESENTAÇÕES AERONÁUTICAS LTDA.

Av. Berra Mar, 200 - 3º andar - Tel.: 262-8722 - Tlx: 212 9516 MIAL BR
Representante exclusiva no Brasil da **Bell Helicopter TEXTRON**



RESUMOS DE MONOGRAFIAS

ADMINISTRAÇÃO NO EXÉRCITO

Autores: Cel Int Jorge Vasconcellos Branco e Cel Art Sérgio Ferreira de Albuquerque.

Concludentes do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército em 1993.

Devido à complexidade e à extensão do assunto, foram enfocados somente dois tópicos do mesmo.

Primeiramente, abordam-se algumas questões ligadas ao orçamento do Exército.

Foram avaliados o Plano Diretor do Exército, os Planos Setoriais e os Programas Plurianuais.

Posteriormente, estudou-se o funcionamento do Sistema, desde o levantamento das necessidades da UA, com a confecção da Ficha Mod 18 até a consolidação do PP/SET pelo EME. Em seguida, apresentou-se como o mesmo EME procede à elaboração orçamentária, terminando com uma acurada análise da Execução Orçamentária.

Em outro capítulo, expõem-se aspectos relacionados à Administração nas OM operacionais, quando o seu Comando, devido à sobrecarga das atividades administrativas envolvendo grandes responsabilidades nas áreas de pessoal, patrimônio, finanças etc, vê-se quase que impedido, por absoluta falta de tempo, já que tem de dedicar considerável parte do mesmo às lides administrativas, acompanhar o preparo da tropa para o emprego em operações e participar dele.

Neste tópico, é apresentada proposta na qual as atividades de pagamento de pessoal, controle patrimonial e as funções de Ordenador de despesas são desempenhadas, respectivamente, pelo Subcomandante.

Fica patenteado que se fazem urgentes as ações, no sentido de informatizar as OM, desburocratizá-las e desregulamentá-las, ao se propor algumas medidas simples no sentido de diminuir os seus encargos administrativos.

Como fecho, enfatiza-se que a implementação destas inovações só terá sucesso se uma nova mentalidade de valorização implantar-se no Exército.

O SISTEMA DE INTELIGÊNCIA

Autores: Cel Art José Carlos De Nardi, Cel Inf José Messias de Brito Filho e Cel Inf Domingos Sávio Luz Barros.

Concludentes do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, em 1993.

O presidente trabalho aborda a evolução da estrutura do Sistema de Inteligência do Exército e os Recursos Humanos necessários para suprir a nova estrutura idealizada.

Para tanto, apresenta, primeiramente, a síntese histórica da Atividade de Inteligência,

em função de sua importância para a Defesa Nacional, desde suas origens até a extinção do Sistema Nacional de Inteligência — SISNI, em 1992, e a conseqüente preponderância para a Força, do Sistema de Inteligência do Exército — CIE.

No capítulo seguinte é caracterizada a necessidade de adequar-se a Atividade de Inteligência às novas necessidades do Exército. Ainda neste capítulo, foram estudados os fatores que intervieram no desempenho insuficiente dessa Atividade para verificação de sua influência no processo de reestruturação do SIE.

Na seqüência, é estudada a implantação do Sistema de Informação do Exército, por (SIE), que tem como órgão central o Estado-Maior do Exército, por intermédio de sua 2ª Subchefia. Este Sistema possui uma Seção de Inteligência que controla e coordena a Atividade e o Centro de Inteligência do Exército (CIE), subordinado ao Ministro do Exército e, tecnicamente, ao EME.

O Centro de Inteligência do Exército — CIE, com sua nova estruturação interna, para atender às novas demandas relativas à integração das Inteligências Internas e do Campo Externo, à Contra-Inteligência e às novas categorias dos conhecimentos de Inteligência (Não-Combate e Combate), bem como aos níveis dessas categorias (Político - Estratégico - Operacional e Tático), constitui o capítulo seguinte. É mostrado, também, como funciona o Sistema de Gerenciamento do Conhecimento — SGC, cujo órgão central também é o CIE.

A seguir, é proposto um elenco de medidas visando à preparação e ao aperfeiçoamento dos Recursos Humanos para atender as demandas quantitativas e qualitativas do SIE. São abordados os aspectos atinentes à Seleção. É demonstrada a necessidade de criação do Centro de Estudos de Inteligência do Exército

bem como a sua viabilidade de funcionamento, em Brasília -DF.

POLÍTICAS BÁSICAS DO EXÉRCITO

Autores: Cel Art Nelson do Carmo Rocha, Cel Inf Ubiratan Athayde Marcondes e Cel Inf Jorge Alves de Carvalho.

Concluentes do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, em 1993.

O SIPLEX tornou-se merecedor de destaque especial dentro da Força Terrestre, a partir de sua real implantação.

As críticas esboçadas, longe de constituírem atos isolados e que não merecem um estudo aprofundado, representam, em última análise, a verdadeira e incontestável "realimentação" do sistema.

O método que norteou todo o processo tem sofrido desvios de interpretação por parte de alguns encarregados de atualizações.

As conclusões do estudo em tela foram calcadas em pesquisas realizadas junto a oficiais que trabalham ligados ao SIPLEX, em Brasília, representando mais do que o simples cumprimento de uma missão, uma tentativa de fazer parte do processo, entendendo-o e propondo UMA NOVA FILOSOFIA para o SIPLEX 3, maior precisão e concisão, tornando-o mais acessível.

Finalmente, descompromissados com o fator tempo, propõe-se uma alteração formal e conceitual no SIPLEX 3, escopo maior deste trabalho.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA CIVIL NOS PROJETOS DE C&T DE INTERESSE MILITAR

Autores: Cel QEM Hecio Rodrigues, Cel QEM Humberto Soares Silva e Cel QEM José Antônio Simões Bordeira.

Concludentes do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, em 1993.

No desenvolvimento do presente trabalho, busca-se mostrar a necessidade de um relacionamento estreito entre as comunidades científicas civil e militar, tendo em vista o desenvolvimento de materiais e equipamentos que interessem ao emprego nas Forças Armadas.

No primeiro capítulo, procura-se mostrar a importância das atividades de C&T no mundo contemporâneo, em particular sua influência sobre a arte da Guerra, desde os primórdios da civilização até os dias atuais.

Nos capítulos finais, foram feitas considerações importantes sobre C&T, incluindo a conjuntura atual e as principais ações que devem ser desenvolvidas visando ao estabelecimento da cooperação técnico-científica entre as áreas civil e militar.

O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise crítica do planejamento estratégico militar à luz do C 124-1 ESTRATÉGIA (anteprojeto), ECEME, 1993, e do Manual Básico da ESG, Escola Superior de Guerra, 1993.

Inicialmente, é feita uma inserção do Planejamento Estratégico Militar no Método de Ação Governamental da ESG, constante do novo C 124-1, para dar base à análise. Nesta inserção, vêem-se as Bases da Sistemática, o Planejamento da Ação Governamental e o Planejamento de Guerra.

Em seguida, são mostradas as deficiências e os aspectos controversos do novo anteprojeto C 124-1 ESTRATÉGIA (1993), no entender dos autores.

Finalizando, é ressaltado que esta monografia não tem caráter de um estudo definitivo, enfatizando que o planejamento militar carece de uniformização, que não existe coordenação na sua formulação, que é necessário perdurar a fidelidade ao método da ESG e é sugerida, para anular as deficiências apontadas, a elaboração de um Manual sobre a Doutrina Militar Terrestre, sendo apresentadas as vantagens que o mesmo encerraria.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR, UMA ANÁLISE CRÍTICA

Autores: Cel Art Rui Alves Catão, Cel Inf Armando Avólio Filho e Cel Cav Ivan Cavalcanti Gonçalves.

Concludentes do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, em 1993.

A RACIONALIZAÇÃO AO EXÉRCITO

Autores: Cel Inf Luiz Alberto Curreau, Cel Int Remy Graeter e Cel Eng Claudimar Magalhães Nunes.

Concludentes do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, em 1993.

As recentes modificações ocorridas no cenário mundial, com o esfacelamento do

império soviético e a conseqüente emancipação política de inúmeros países, tiveram reflexos diretos no contexto político-militar, envolvidos por uma "nova ordem" ou "desordem mundial".

Aqueles que imaginavam a chegada de uma nova era de paz e tranquilidade, antepõem-se a eclosão de mais de 7 (sete) dezenas de conflitos étnico-político-religiosos.

Os países mais ricos do mundo (G-7), liderados pelos EUA e sob o manto protetor da ONU, redirecionaram seus objetivos estratégicos em nome da preservação do meio ambiente, de minorias raciais, da biodiversidade e de reservas minerais importantes.

Dentro deste quadro, portanto, o Exército Brasileiro sentiu necessidade de reavaliar suas áreas estratégicas prioritárias, reformulando as Hipóteses de Conflito.

A par deste *environment*, o Brasil amarga mais de uma década de recessão econômica, inflação acelerada com reflexos altamente negativos nas dotações orçamentárias e, conseqüentemente, no preparo e adestramento das Forças Armadas.

Há de buscar, portanto, a qualidade total com o mínimo de dispersão de recursos mas que, dentro do possível, responda aos anseios da Nação no que diz respeito à Segurança, ou seja, a "racionalizar".

Este é o escopo deste trabalho em que são levantadas idéias que, neste estágio a nível macro, permitam os passos iniciais para minimizar os efeitos perversos da conjuntura nacional e internacional, sobre o "Sistema Exército".

SISTEMA DE MONITORAMENTO TERRITORIAL

Autores: Cel QEM Jorge Mauro Barja Arteiro e Cel Inf Ariovaldo Baggio.

Concludentes do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, em 1993.

O escopo do presente trabalho é o de propor ações, em âmbito governamental e da Força Terrestre, para aumentar a produção e a difusão das informações relacionadas com o monitoramento do nosso território.

A concepção do Sistema de Monitoramento Territorial visualizada é relativamente simples e busca aproveitar os meios já disponíveis, sem megalomania ou perspectiva de dispêndio de elevado montante de recursos. Trata-se, no entender dos autores, mais de ordenar e organizar o que já existe do que de gerar novas estruturas. A ativação do sistema por fases corrobora essa idéia.

É inquestionável que o ingresso definitivo do Brasil na "Era do Conhecimento" impõe um estudo multidisciplinar dos problemas. Nesse sentido, é imperiosa a montagem de um sistema que alimente o planejamento da ação governamental e os planejamentos militares com informações estratégicas de extrema confiabilidade, acordes com a estatura político-estratégica de nossa pátria. A conscientização das autoridades sobre tal necessidade é fundamental.

Finalmente, é oportuno realçar que o desconhecimento das informações já disponíveis e das potencialidades existentes tem sido um fator que conduz à falta de otimização no emprego dos recursos orçamentários alocados aos diversos Ministérios e órgãos públicos.

A INFORMÁTICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO: SUA ESTRUTURAÇÃO, TRANSMISSÃO E SEGURANÇA DE DADOS

Autores: Cel QEM Edwin Pinheiro da Costa e
Cel QEM Cemilton Beker.

*Concludentes do Curso de Política, Estratégia e
Alta Administração do Exército, em 1993.*

A estrutura atual da Informática no Exército Brasileiro, suas políticas e estratégias são analisadas e são formuladas sugestões que podem contribuir, com o grande esforço que a Força Terrestre está realizando, neste momento, para rever seus meios computacionais e disseminar a todos os seus integrantes a necessidade de promoção de utilização intensiva dos recursos de informática. Face à abrangência do tema proposto, ênfase maior foi dada à transmissão e segurança de dados, visando a ressaltar a importância que o Exército precisa devotar à integridade, à confiabilidade e ao sigilo das informações que transitam em seus meios de comunicações. Para tanto, sugere-se a adoção da criptografia como solução para evitar a divulgação, a modificação não autorizada, o acesso ou a interceptação de informações sigilosas. Neste estudo, procura-se também dar uma grande ênfase à necessidade da integração de todos os meios de comunicações, realçando-se a importância do SISFIX e do SISCAM como elementos responsáveis pela utilização de seus próprios meios, em HF, VHF ou UHF e os meios disponíveis no SISCOMIS e SNT. Estes sistemas serviriam para interligar terminais telefônicos, fax ou computador, do SINFEX, promovendo a total integração entre os meios de comunicações e a informática em uso pelo Exército Brasileiro.

DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA

Autores: Cel Av Venâncio Grossi, Cel Inf José Carlos Codevilla Pinheiro e CMG CA Marcos Martins Torres.

*Concludentes do Curso de Política, Estratégia e
Alta Administração do Exército, em 1993.*

A proposta do presente trabalho é a de apresentar subsídios aos estudos concernentes à Doutrina Militar Brasileira. A partir da análise do anteprojeto do Estado-Maior das Forças Armadas, coerente com o preconizado pelas doutrinas naval, terrestre e aérea, as idéias aqui levantadas receberam tratamento crítico no âmbito de representantes de cada uma das Forças, assim como da literatura apresentada na bibliografia.

Embora o dinamismo da atual conjuntura, particularmente a militar, proporcione uma rápida evolução em termos doutrinários, convém destacar que todo e qualquer conceito, princípio, regra, preceito e norma, exige um tempo mínimo de maturação, af envolvido experiências em diferentes tipos de maturação, af envolvendo experiências em diferentes tipos de exercitações, inclusive aquelas de caráter real. Por outro lado, é importante caracterizar o erro adquirido no hábito inadequado de buscar solução para a Doutrina Militar Brasileira por meio de parâmetros estrangeiros, incompatíveis com a realidade nacional. Não se pode perder de vista a noção de que as Forças Armadas refletem, necessariamente, o estágio de desenvolvimento cultural, econômico e político da Nação Brasileira.

Este trabalho valeu-se também da necessidade de acompanhamento da evolução conjuntural, do reajustamento de políticas e estratégias, tudo com a finalidade de consubstanciar idéias em princípios factíveis para as Forças Armadas Brasileiras.

A integração doutrinária é o objetivo maior apresentado para, em tratamento através de cenários prospectivos, atingir, finalmente, através de uma verdadeira Doutrina Militar Brasileira, o ponto de encontro de nossas Forças Armadas com o destino da nação brasileira, nas esferas internas e externas.

O POTENCIAL HUMANO NA ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA

Autores: Cel Inf Lauro Luck de Castro e Souza, Cel Inf Salvador Bueno da Silva e Cel Eng Marcos Heleno Guerson de Oliveira.

Concludentes do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, em 1993.

Este trabalho procura encontrar uma solução sistêmica para a formação e o adequado emprego dos recursos humanos da nossa instituição militar.

Inicialmente, baseado na premissa de que os problemas que afetam as atividades ligadas ao tema proposto estão diretamente relacionados à estrutura atual do MEx, foram analisadas as organizações de dois órgãos dessa estrutura, que estão intimamente ligados ao nosso estudo: o DEP, como principal

formador e centro do Sistema de Ensino, e o DGP, como o gerente maior dos RH formados e dos centros do Sistema de Pessoal.

Mais adiante, procurou-se analisar o inter-relacionamento entre estes dois órgãos do MEx, que também interferem na formação e no emprego dos nossos RH, como o EME (ODG), o DMB, o DEC e o DGS, a SCT, a SEF e os Comandos Militares de Área.

Da análise realizada, apurou-se, em conclusão parcial, que:

- a estrutura deve ser mudada para ser mais ágil e equilibrada;

- há uma falta de continuidade no acompanhamento dos RH, após a formação, gerando desperdícios;

- há uma multiplicidade de órgãos de primeiro nível tratando de RH, criando obstáculos pela diversidade de interesse e fragmentação administrativa;

- há deficiências de integração e coordenação entre estes órgãos, motivados particularmente pela macrocefalia do sistema e o excesso de atividades burocráticas.

Finalmente, foi proposta uma solução para os problemas levantados, com a criação do Comando de Recursos Humanos — COREH —, que absorveria todas as atividades ligadas à seleção, formação e ao aperfeiçoamento dos RH da nossa Força, enquanto militares e na ativa.

INFORMAÇÕES



O FORTE DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES DO IGUATEMI

Aurélio da Silva Bolze

Em 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, ascendeu ao posto de Secretário de Estado de D. Pedro I, Rei de Portugal. Com sua personalidade marcante, influenciou profundamente a condução dos assuntos da Coroa portuguesa.

Sua administração propiciou grandes modificações e produziu enormes reflexos no Brasil, então colônia de Portugal.

Começando a governar logo após a conclusão do Tratado de Madri, verificou o Marquês que dificuldades provavelmente iriam ocorrer para a demarcação dos limites fronteiriços entre o Brasil e as colônias espanholas na América.

Baseado nesse fato, e com a finalidade de preservar o território contra possíveis ataques e ocupações estrangeiras, preocupou-se com as fortificações da fronteira e do litoral, recuperando antigos fortes e construindo novos.

Ocorreram, nessa época, as reconstruções dos antigos Fortes de Gurupá e Macapá, na foz do Amazonas; a construção do Forte de São Joaquim, no Rio Branco; dos de São Gabriel e Marabitanas, no Rio Negro; do

Redutode São Francisco Xavier, em Tabatinga, no Solimões; do Forte Príncipe da Beira, no Rio Guaporé; do Forte de Nova Coimbra, no Rio Paraguai; do Forte Nossa Senhora dos Prazeres, no Rio Iguatemi, no Mato Grosso do Sul; dos Fortes de São Gonçalo, São Caetano, Santa Teresa e Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, e do Forte Nossa Senhora dos Prazeres, no Rio Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, objeto deste sucinto ensaio.

SÍNTESE HISTÓRICA

Pouco há escrito sobre o Forte N.S. dos Prazeres do Iguatemi, também citado como fortaleza ou conhecido como presídio, na época de sua fundação. O nome correto pelo qual consta ter sido denominado, inicialmente, foi: "Povoação e Praça D'Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi".

Grande parte dos registros históricos sobre este forte está descrita na obra *Na Era das Bandeiras*, de autoria de Affonso d'Escagnole Taunay, editado em 1922.

Em 1766, o Marquês de Pombal determinou ao Governador da Capitania de São Paulo, à época, Brigadeiro-D. Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus, erguer um forte nas vizinhanças da fronteira próxima ao Paraguai para separar as terras de domínio de Portugal das pertencentes à Espanha. O forte deveria ser localizado na região do Rio Iguatemi.

Através da Carta-Régia, assinada no dia 22 de março de 1767, Portugal autorizou a criação do forte e, a 28 de julho do mesmo ano, partiu de Araraitaguava, atual Porto Feliz/SP, uma expedição descendo o Rio Paraná. A expedição, composta por cerca de 20 canoas, era comandada pelo Capitão João Martins de Barros, natural de Itu, que levava, sob suas ordens, em torno de 326 paulistas, recrutados mais ou menos à força na região de Itu e Sorocaba, incluídos aí soldados e numerosas famílias.

O forte foi edificado na margem norte do Rio Iguatemi, cerca de 20 léguas de sua foz, ou seja, em torno de 132 km e não 12 km ou léguas, conforme divulgam algumas publicações. Suas obras terminaram, em 1770, e ele ficou composto por cinco baluartes e dois meio-baluartes, voltados para a esplanada sobre a qual tinha comandamentos, de costas para o rio, conforme pode ser observado na sua planta, aqui reproduzida, e armado com 14 "bocas de fogo". As ligações com São Paulo eram realizadas pelo Rio Tietê, através das monções, que iam ao Paraná e, após, subiam o Iguatemi.

Chamado ironicamente de Praça dos Prazeres, o forte era um local onde a fome, as pestes e as enfermidades, em particular a malária, produziam grandes baixas. Aqueles que não morriam na travessia acabavam perecendo no ponto terminal da viagem. A escolha dos migrantes sempre recaía sobre a camada social mais baixa, havendo também a ocorrência de vinganças pessoais. Criou-se um horror pelo forte.

Uma dessas expedições teve suas aventuras narradas em um "diário" que foi confeccionado pelo Sargento Theotônio José Juzarte, seu chefe, conforme determinação do Morgado de Mateus, e com a finalidade de realizar o levantamento topográfico da região. O Sargento Juzarte foi, posteriormente e sem galgar as graduações intermediárias, pro-

movido a Sargento-Mor, em reconhecimento aos serviços prestados. Esse relato é descrito na obra citada anteriormente.

Em 1769, seguiu um comboio com 800 pessoas, aproximadamente, acompanhadas de animais e criações, que iria percorrer mais de 200 léguas, por via fluvial, em embarcações precárias. As corredeiras causavam momentos de grande apreensão e, muitas vezes, havia necessidade de desembarque da bagagem, que era carregada através do mato, com grande dificuldade. Às vezes, faltava alimentação.

No Rio Paraná, a malária começava sua faina destruidora e os mosquitos não deixavam os viajantes dormir, quando precisavam fazê-lo nas margens. A passagem do Jupia era extremamente perigosa. Já próximo ao forte, apesar de o lugar ter um aspecto alegre, o número de doentes era tão grande que não havia quem puxasse as embarcações.

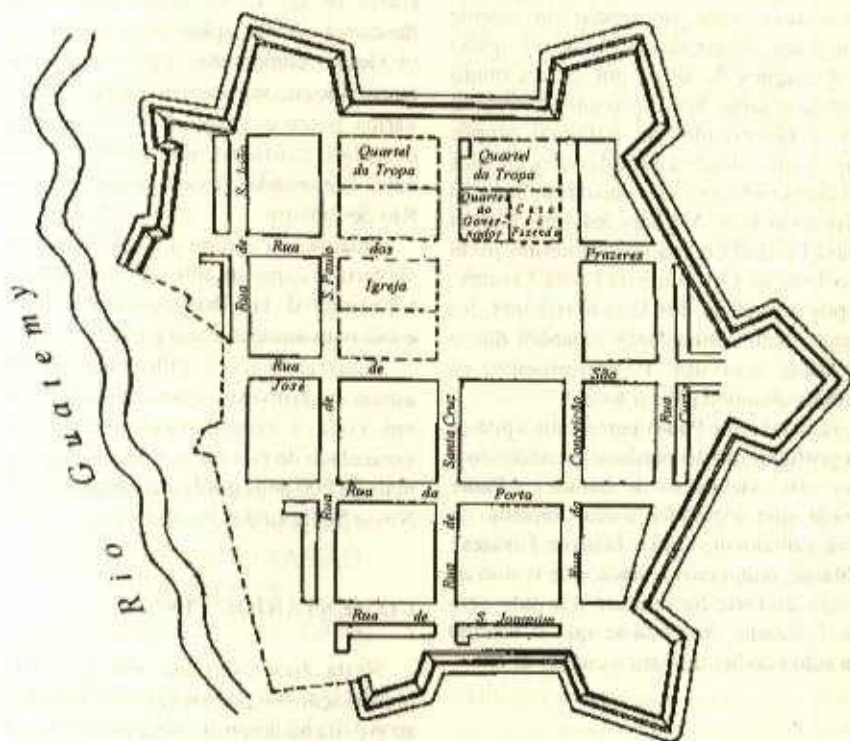
O relato do Sargento Juzarte está guardado em um museu de São Paulo e denomina-se *Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande, Rio Paraná e Rio Iguatemi*.

A construção do forte, que tinha a forma heptagonal, foi realizada somente com terra e faxinas que não proporcionavam defesa adequada. Não havia ferramentas nem artífices e os homens não podiam trabalhar por falta de sustento e vestuário.

Outro fato corriqueiro eram os ataques constantes dos índios guaicurus, que matavam os colonos nas lavouras.

Em 1774 e 1775, visitou o local, a mando de Portugal, o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, com o objetivo de mapear a área e levantar dados para um relatório, o qual concluiu pela inutilidade da manutenção do forte. Antes de seguir viagem, o Brigadeiro assinou um documento com o Governador espanhol da Capitania-Geral do Paraguai, D. Agustín Fernando de Piñedo, reconhecendo o Rio Iguatemi como fronteira natural e intransponível entre os domínios de Portugal e Espanha.

PLANTA DA PRAÇA DE GUATEMY



Próximo ao forte, algumas léguas ao sul, havia a vila de Curuguaity e, após a assinatura do documento citado, os espanhóis construíram o Forte de São Carlos, na margem direita do Iguatemi. Apesar do relatório, o Morgado de Mateus persistiu na manutenção da Praça. Em 1777, assumiu o novo Governador de São Paulo, D. Martim Lopes Lobo de Saldanha, que propôs o abandono do forte ao Vice-Rei, o Marquês do Lavradio.

Antes de uma resposta sobre o assunto, com a guerra entre Portugal e Espanha, a 25 de outubro daquele ano, D. Agustin Piñedo reuniu quase 3000 homens, entre espanhóis e índios, para atacar o forte. A guarnição luso-brasileira, apesar do estado precário em que se encontrava, conseguiu repelir bravamente os atacantes. Comandava o forte o Capitão José Rodrigues da Silva, que estava muito doente na ocasião. Mas, após um prolongado cerco, o Governador do Paraguai propôs rendição, concedendo a retirada dos ocupantes com honras militares. O termo da capitulação foi assinado pelo Vigário Antônio Ramos Barbas e Louzada, comandante interino, junto com o Tenente Gerônimo da Costa Tavares.

Após a retirada dos luso-brasileiros, foi ordenado pelo comandante espanhol que o forte fosse arrasado. Posteriormente, os espanhóis abandonaram o local.

Ao chegar a São Paulo, entretanto, a justiça régia portuguesa não perdoou e condenou à prisão, nos calabouços de Santos, o Padre Louzada, que respondeu a um Conselho de Guerra, juntamente com o Tenente Tavares.

Cita-se, como curiosidade, que o sino da igreja do forte foi retirado e levado pelo Padre Louzada. Acredita-se que o mesmo tenha sido conduzido para a cidade de Itu.

SITUAÇÃO ATUAL

No local do antigo forte, atualmente situa-se a Área Indígena Takuaraty/Yvykuarusu,

no município de Paranhos/MS, distando cerca de 85 km de Amambai/MS.

Os índios Guarani-Kaiowá, que ocupam o local, costumam mostrar aos visitantes a existência de valas profundas e prolongadas, com o formato de uma enorme ferradura. Indicam, também, uma provável entrada subterrânea, cujo acesso se encontra obstruído. Dizem, ainda, que uma canoa de 15 a 20 metros, submersa junto à margem, pôde ser vista quando as águas do Rio Iguatemi baixam.

Comenta-se na região que um antigo proprietário daquela área, antiga Fazenda Laranjeira, sabendo que poderia perdê-la por tratar-se de local histórico, resolveu descaracterizá-la, aplainando o terreno.

Outros comentários ligam-se ao fato de terem sido encontrados, numa das trincheiras, vários potes e vasos de barro, cheios de desenhos artísticos, que, doados a pessoas neles interessadas, levaram os achados para o Rio de Janeiro.

Finalmente, dizem, a respeito da entrada subterrânea, que um antigo morador da região teria tirado de lá telhas, para cobrir sua casa, e sal, para alimentar seu gado.

Essas afirmações, entretanto, aguardam uma acurada investigação arqueológica, tendo em vista a comprovação científica da veracidade de tais fatos, pois já se passaram mais de 200 anos desde a destruição do Forte Nossa Senhora dos Prazeres.

COMENTÁRIOS FINAIS

Nesta época em que tanto se fala da preservação dos nossos valores culturais, seja através da manutenção, seja através do estudo dos sítios históricos, cabe esta pequena parcela de contribuição pelo resgate de parte da História do Brasil, desconhecida da maioria dos brasileiros.

A pesquisa histórica realizada sobre o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi buscou relembrar parte da evolução de nossas fronteiras, onde brasileiros e portugueses deixaram seu sangue e suas vidas, com o objetivo de ampliar e preservar o território conquistado, a tão duras penas.

Há, entretanto, diversos pontos controversos que somente seriam elucidados através de um estudo local mais profundo, inclusive com escavações e testes especiais que permitissem comprovar os fatos narrados anteriormente.

Espera-se, pois, que outras pessoas, especialistas ou não, interessem-se pelo assunto, e que se possam recuperar novos dados sobre o mais desconhecido dos fortes que balizaram as nossas fronteiras, o Forte do Iguatemi, nome pelo qual hoje é mais conhecido.

Maj Cav Aurélio da Silva Bolze
Aluno do 1º Ano da ECEME (1994)

AS REPERCUSSÕES DO COMBATE DO CERRO DO OURO NA INVASÃO DO PARANÁ

(de 11 Jan a 20 Mar 1894)

Em 27 de agosto de 1893, forças ao comando de Gumersindo Saraiva, reforçadas por um corpo do mais tarde Marechal Isidoro Dias Lopes, destacado da coluna do General Salgado, comandante-geral, por carta passada por Joca Tavares, obtiveram

massacrante vitória, em Cerro do Ouro, São Gabriel-RS, sobre forças governistas do General Portugal. A vitória seria um estímulo para que a força vencedora, composta de muitos aguerridos lanceiros gaúchos e uruguaios blancos, veteranos de guerras intestinas no Uruguai e de quase 7 meses de revolução no Rio Grande do Sul, invadissem o Paraná, cerca de 3 meses e meio mais tarde, e cercassem e ultrapassassem Tijucas e Lapa que, juntas, retardaram, em cerca de 30 dias, o avanço federalista e da Revolta da Esquadra rumo a São Paulo e, depois, ao Rio. Foi um retardo precioso, que deu tempo ao governo para organizar e adestrar a Esquadra Legal, ou "Esquadra de Papelão", como, ironicamente, numa ação hoje caracterizada como psicológica, o líder federalista no Uruguai, Gaspar Silveira Martins, a batizou. Foi o tempo para que ela viesse a participar do combate à Revolta no Rio e em Santa Catarina e Paraná, fatos determinantes do retorno de Gumersindo Saraiva para o sul, após sua épica marcha, que teve seu ponto alto na vitória de Cerro do Ouro, acima citada.

As forças do governo eram compostas de cerca 900 homens, civis alistados como Patriotas, em São Gabriel e Santa Maria, na Cavalaria da Guarda Nacional. Ao estudar-se o combate, parece que se tratava de uma Infantaria Montada, sem experiência no uso da lança e, muito menos no uso do fuzil *Comblain*. O futuro Marechal Isidoro Dias Lopes, que ali combateu, observou sobre a baixa operacionalidade dos governistas, que talvez ali estivessem tendo o seu batismo de fogo:

"que a instrução de tiro era nula, que o fuzil usado era o *Comblain*, com alcance máximo não eficiente de 1200m e todos com a alça para esta distância. Observei que quanto mais perto se chegava dos governistas menor era o perigo. Daí a facilidade de nossas cargas de Cavalaria, muitas vezes inoportunas, mas que

davam bons resultados. O cavalo e a lança eram a força máxima dos revolucionários."

Isso explicaria, em parte, os mortos governistas, em número de 300 a 400, contra 12 federalistas, pois os tiros disparados contra lanceiros, a pequena distância, com alça de 1200 m e com a baixa velocidade inicial de tiro dos *Comblain*, passavam bem por cima dos alvos. Assim, era o mesmo que os governistas estarem desarmados. Possuíam melhores armas e munição, mas não sabiam usá-las com eficácia.

Os federalistas eram em número de cerca de 2000, armados de 800 fuzis, e os demais de lanças, segundo o citado Isidoro. Interviu no combate só o pessoal de Gumersindo e Isidoro, das tropas do General Salgado. Este, oriundo do Exército, tinha a patente de comandante da invasão, passada pelo chefe Joca Tavares. Era, portanto, chefe de Gumersindo.

A Isidoro se deve o relato mais seguro, preciso e abalizado que ele prestou ao Coronel João Baptista Magalhães, em *A Consolidação da República*. Rio, Bibliex, 1946.

Gumersindo obteve surpresa tática completa contra os governistas, ao usar o seguinte ardil, ou a seguinte dissimulação tática. Chegou até o passo de Salso e, encontrando-o ocupado e oferecendo resistência, simulou uma retirada ou fuga da luta. Foi acampar num cerro distante, onde acendeu fogueiras, à noite. Mas, sorrateiramente, deslocou-se, nessa mesma noite, com toda a sua tropa para o arroio do Salso, que atravessou por uma picada que mandara abrir. Pela manhã, sob proteção de um nevoeiro, surpreendeu totalmente o General Portugal. Gumersindo iniciou o ataque com uma carga de Cavalaria em forrageadores à vontade, ou seja, liberdade total de ação e de iniciativa para cada lanceiro.

Assim descreveu a ação, de que participou o mais tarde Marechal Isidoro Dias Lopes: "A força inimiga em linha singela de atiradores (seguramente a pé) muito rarefeita, por muito

extensa, após tiroteio pouco duradouro foi atacada por uma carga de Cavalaria em forrageadores e completamente destruída. A retaguarda da (1A) linha de atiradores, a uns 500 metros, outra linha mais singela e mais rarefeita que a primeira e que, após alguma resistência, fez parar e mesmo retroceder à carga de Cavalaria (em forrageadores) um tanto desorganizada pela dispersão. Foi também atacada, em seguida, debandando destruída. No sentido da profundidade, não havia reserva... A carga de Cavalaria foi surpresa!"

Em suma, o dispositivo tênue e esparso da defesa permitiu uma penetração nas duas linhas, seguida de envolvimento, debandada governista e de aproveitamento do êxito e da perseguição, até São Gabriel, por cerca de 5 léguas.

E prossegue Isidoro: "A coluna Portugal foi completamente aniquilada, salvando-se grupos dispersos, nunca superiores a 50 homens. Muitos mortos e poucos prisioneiros, sendo tomadas também carretas com gêneros, munições e mulheres".

Assim, não houve resistências em quadrados de Infantaria, como afirmou um escritor contemporâneo. A hecatombe não foi maior porque muitos conseguiram escapar, pelo passo do Salso, para São Gabriel. Isso por não ter o General Salgado guardado como devia o passo do Salso e se interposto entre o General Portugal e São Gabriel.

Escaparam, entre outros, o General Portugal e o Dr. Fernando Abbot, ex-presidente do Rio Grande do Sul e médico humanitário em São Gabriel, onde conquistou a fama de possuir olhos de Raios-X, tal a precisão de seus diagnósticos, segundo Osório Santana Figueiredo, estudioso dessa hecatombe, em *São Gabriel na História* (São Gabriel, 1993). Ali, perderam a vida tantos conterrâneos gabrielenses, sob as lanças federalistas. É fácil concluir a ingenuidade da defesa

governista após ser surpreendida, quando julgava o inimigo longe e em retirada. Não existiu reserva e nem teria instrução para defender-se, formando quadrados, de execução mais complexa que atirar de *Comblain*. Seguramente, a surpresa gerou pânico, o que atesta 300 a 400 mortos governistas contra apenas 12 lanceiros federalistas. Só no Apertado, passagem estreita entre dois cerros, foram mortos 117 governistas.

Osório Santana Figueiredo, estudioso do Cerro do Ouro de 1894, para tirar lições para a posteridade, em 1994, classificou Cerro do Ouro como hecatombe. Ele informa, em seu estudo muito equilibrado e sem paixão, que "as tropas legalistas, tomadas de pânico, abandonaram as suas posições, fugindo desordenadas e deixando, em sua esteira, um caminho juncado de cadáveres, a que Ângelo Dourado denominou a Estrada da Morte (cerca de 5 léguas)". Esse, testemunha do evento que acompanhou Gumersindo, no Paraná, assim a descreveu em *Voluntários do Martírio*:

"As bandeiras brancas das lanças pareciam aves de rapina que se precipitavam sobre a presa. Era um abaixar-se e erguer-se as lanças, sem cessar. Em poucos, as bandeiras brancas tomaram a cor do sangue em que se molhavam. Gritos, lamentos, súplicas, promessas, gemidos, extorções, imprecações, insultos formavam a harmonia desse cataclismo que se chama guerra civil, onde um mata para libertar-se e, morrendo, quase sorri, e outros matam ou morrem, por obediência, para que os que mandaram matar ou morrer, possam gozar. Depois, os grupos em luta se afastavam, ou corriam para poder viver, e outros voltavam após, para matar. O meu caminho era indicado pelos cadáveres e feridos. Por onde passávamos, via-se o triste rastro de um exército em derrota. Um fato

doloroso desta guerra, onde os pequenos se matam para gosto dos grandes."

Gumersindo Saraiva apresou nesta luta mais de 329 fuzis, em maioria *Comblain*, e cerca de 125.000 tiros, que seriam em grande número despejados sobre Tijucas e sobre a Lapa, bem como outros preciosos itens bélicos, menos Artilharia, que obteria em Paranaguá, em Tijucas e Curitiba, para o bombardeio da Lapa.

Após Cerro do Ouro, Gumersindo e Salgado rumaram para Itaqui, no vale do Rio Uruguai. A Revolta da Esquadra no Rio, depois de 9 dias do combate do Cerro do Ouro, seguida da capitulação de Santa Catarina à revolta, a 27 dias de Cerro do Ouro, e do estabelecimento do Governo Provisório do Brasil em Florianópolis, 48 dias após o combate em foco, fez com que as tropas vencedoras de Cerro do Ouro se dirigissem para Santa Catarina, pressionadas pelas divisões gaúchas do Centro, ao comando do General Arthur Oscar Andrade Guimarães, mais tarde comandante da última expedição a Canudos e da do Norte, do General Lima e de Pinheiro Machado.

Essa tragédia, que vitimou tantos filhos humildes de São Gabriel e de Santa Maria, teve repercussões negativas profundas, em Santa Catarina e no Paraná, estados invadidos literalmente por Gumersindo Saraiva, o vencedor da hecatombe de Cerro do Ouro, respectivamente, em 2 de novembro de 1893 e 11 de janeiro de 1894. Foram invasões precedidas de lenda muito aumentada, que aterrorizava as populações e autoridades das localidades de que se aproximavam. Este fenômeno assim o viu Izidoro:

"A lenda é a sombra da História. Todos sabemos que a sombra aumenta à proporção que o sol se encaminha para o ocaso. E a lenda dos revolucionários Gumersindo, Juca Tigre e tantos outros (Torquato Severo, Aparício Saraiva, etc) vinha das coxilhas do Rio Grande e já se aproximava de São Paulo, centuplicando

a grandeza e bravura do grande Exército Libertador."

Esse exército, centuplicado pela lenda, fez com que muitos, sem combater, a ele se rendessem ou nele procurassem abrigo seguro, inclusive lideranças que deveriam dar bom exemplo. E foi esse exército, centuplicado pela lenda e reforçado pelos revoltosos na Armada, que a determinação de Gomes Carneiro e os heróis da Lapa retardaram 26 dias.

Foi um tempo precioso ganho pelo Governo para organizar e adestrar, no Recife e em Salvador, a Esquadra legal do Almirante Jerônimo Gonçalves, que foi importante para o término da Revolta na Armada no Rio, em Santa Catarina e no Paraná, determinando a retirada de Gumerindo para o Sul, apavorados seus lanceiros com os boatos, segundo o federalista tão citado, o então Tenente-Coronel Isidoro Dias Lopes, de "que os canhões pneumáticos adquiridos pela Esquadra Legal nos EUA conseguiram dar tiros na Lua". Af, a fantasia multiplicou por milhões a realidade.

A vitória de Cerro do Ouro foi um estímulo à chegada de seus vencedores, em marcha épica e heróica, até Ponta Grossa.

As vítimas de Cerro do Ouro foram, em maioria, junto com poucos mortos federalistas, sepultadas em cova comum, hoje balizada por um monumento. Foram ali sepultados 240 mortos, em maioria filhos de São Gabriel e Santa Maria. Numa cruz, existe a seguinte inscrição, segundo Osório Santana Figueiredo, em sua obra citada: "Em memória das vítimas que o destino da pátria fez inimigos e a morte os irmanou nesta cova de bravos". Os demais foram sepultados nos locais onde tombaram.

Relativamente à realidade do que se passou em Cerro do Ouro, com apoio no relato de

federalistas que ali estiveram presentes, o Dr. Angelo Dourado, como médico, e o Tenente-Coronel Isidoro Dias Lopes, oriundo do Exército e que aí combateu, deu parecer de que:

- a tropa civil atacada era inexperienced, nula em instrução de tiro e de tática e, principalmente, em noções de segurança em ação;

- não foi tomada a mais simples medida de segurança para a proteção de um possível ataque da tropa que simulou uma retirada. Assim, o resultado foi a surpresa completa de um deslocamento, à noite, ruídos de abertura de uma picada. Essa foi a razão da surpresa total, seguida de pânico, responsável por cerca de 300 a 400 mortes governistas contra 12 federalistas, ou de homens armados de fuzis *Comblain* contra lanceiros, em carga de forrageadores à vontade;

- os fuzis *Comblain*, com alça a 1200m, para tiro aproximado, foram inúteis, passando seus tiros sobre a cabeças dos alvos;

- estabelecido o pânico na tropa bisonha atacada, houve um ataque de aniquilamento, mesmo durante a perseguição, por cerca de 5 léguas balizadas por cadáveres de governistas, e poucos prisioneiros foram feitos (faltam elementos para dimensionar todo o drama);

- a vitória foi fruto de surpresa tática completa sobre uma tropa civil bisonha, dirigida por chefes ingênuos, que não tomaram nenhuma medida de segurança e proteção contra um possível ardil;

- as considerações até aqui se situaram no campo da realidade, a qual, como lenda, dentro de um quadro de ação psicológica, chegou ao Paraná infundindo medo na sua população e em muitos dirigentes, contribuindo para que, por uma avaliação superestimada dos atacantes, as forças do Paraná não reagissem à altura, sendo o comandante militar o primeiro

a procurar abrigo em São Paulo, passando recibo da superestimação do valor revolucionário e levando, em sua esteira, uma região de crédulos em suas avaliações pessimistas;

- a Lapa e seus heróis, liderados pelo Coronel Gomes Carneiro, do Exército, junto com seus companheiros, também do Exército, Coronéis Serra Martins e Dulcídio Cardoso e mais o líder civil, o Coronel Joaquim Resende Correa de Lacerda, não se deixaram levar pela lenda e resistiram, 26 dias, tendo contra eles recursos humanos e bélicos governistas, capitulados em Paranaguá, Tijuca, e mesmo deixados ao abandono, em Curitiba, na pressa de deixarem o Paraná, conforme assim o descreve Isidoro Dias Lopes, que a tudo assistiu: "as colunas revolucionárias, com a adesão das praças de pré-legalistas (só o Batalhão Franco-Atiradores tinha 150 homens armados de *Manulicher*) e com boa Artilharia, seguiram para a Lapa..."

Assim, a rendição da Lapa ia ser feita em grande parte com material bélico e humano governista, apreendido em Florianópolis (atual), em Paranaguá, em Curitiba e em Tijuca.

E, no Paraná, segundo Isidoro: "a lenda dos revolucionários vinha das coxilhas do Rio Grande (em especial da hecatombe governista de Cerro do Ouro), centuplicando a grandeza e a bravura do grande Exército Libertador".

E, assim, as forças que defendiam o Paraná, à exceção dos bravos da Lapa, capitularam à lenda, e não à realidade, de que poderiam ter feito frente com vantagem. Foi assim que repetiu centuplicada a lenda da vitória arrasadora de Cerro do Ouro no Paraná, a única expressiva da grande e épica marcha de Gumersindo Saraiva.

Fontes: DOURADO, Angelo. *Voluntários do Martírio*. Pelotas, 1896 (existe edição fac-símile de Martins Livreiro, Porto Alegre, 1977). FIGUEIREDO, Osório Santana. *História de São Gabriel*. São Gabriel, 1993; LOPES, Isidoro Dias, Mal. *Depoimento* in: MAGALHÃES, J.B. Cel. *A Consolidação da República*. Rio, Bibliex, 1946.

Claudio Moreira Bento
Sócio efetivo do IHGB e sócio benemérito do IGHMB.

A SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, A MARINHA DO BRASIL E O METEORITO DE BENDEGÓ

OS METEORITOS

Não está no escopo desta informação entrar no campo da Astronomia. Mas, já que vamos tratar de um meteorito, pelo menos tentaremos recordar de que se trata.

É chamado meteoróide um corpo espacial situado fora da atmosfera. Quando, por atração gravitacional, ele penetra na atmosfera, o atrito produz uma luminiscência, que, como qualquer outro fenômeno na atmosfera, chama-se meteoro. Meteoro é palavra de origem grega, significando muito acima no ar, qualquer fenômeno atmosférico, ou ainda, qualquer objeto rápido e brilhante. No mundo inteiro, podem existir cerca de duzentos mil meteoros visíveis por dia. Recebe o nome de meteorito um corpo que é suficientemente

resistente para não se desintegrar com o atrito da atmosfera; e que, portanto, atinge a superfície da Terra. O fluxo de meteoritos pode ser responsável por cerca de cem a mil toneladas de material extraterreno que cai na Terra, a cada dia. Geralmente, eles se tornam visíveis ao alcançar 113 quilômetros acima da superfície terrestre. O maior meteorito conhecido é o *Grootfontein*, ainda hoje enterrado nas proximidades da cidade do mesmo nome, na África do Sul. Seu peso é calculado em setenta toneladas. O maior meteorito caído no Brasil é o Bendegó, razão do nosso estudo, com peso de 5,4 toneladas, que será alvo de nossa atenção mais adiante.

O astrônomo brasileiro Doutor Ronaldo Mourão, no seu livro *Astronomia e Poesia*, no capítulo "Meteoros, Lágrimas de Estrelas?" nos dá interessantes informações a respeito de credices e superstições sobre a formação das estrelas-do-mar, prenúncios de calamidades, pedidos, e outras.

METEORITOS BRASILEIROS

A maioria dos meteoritos que caiu no Brasil, já registrada e classificada, é de composição ferrosa; esses meteoritos são chamados holossideritos. Podemos destacar: o de Barbacena, Minas Gerais (21° 13'S, 43° 56'W), encontrado em 1918, cuja massa principal está em Ouro Preto, na Escola de Minas, sendo que 33 gramas estão no Museu Britânico, e possivelmente, a mostra 297, com setecentas gramas, veio para o Rio de Janeiro mas está extraviada; o de Crateús, 1931, Ceará (aproximadamente 05° 10'S, 40° 39'W), do qual 27,5 quilos encontram-se no Rio de Janeiro, 74 gramas em Camberra, 47 gramas em Londres e 42 gramas em Washington; há um segundo meteorito

encontrado em Crateús, em 1950, sobre o qual se tem poucos e confusos dados; o de Itutinga, Minas Gerais (21°, 20'S, 40'W), de peso desconhecido, encontrado em cerca de 1960, havendo uma mostra dele na Smithsonian Institution, de 338 gramas; e ainda foram encontrados meteoritos em Angra dos Reis; Casimiro de Abreu; Pará de Minas; Piedade do Bagre; Patos de Minas; Pirapora; Santa Luzia de Goiás e Uberaba. Sobre o de Bendegó daremos atenção especial, em seguida.

O METEORITO DE BENDEGÓ

Trata-se de uma pedra de 5,36 toneladas, encontrada, em 1784, por Joaquim da Motta Botelho, próximo ao Rio Bendegó (10° 7' 29"S, 39° 4'W), em uma altitude de 450 metros. Como acreditavam tratar-se de prata, trinta homens e vinte pares de bois tentaram removê-lo, em 1785. Todavia, perderam o controle da carroça, que despencou pela ladeira, o eixo da roda pegou fogo e o meteorito e o carro incendiado foram parar na margem do rio, a apenas 180 metros do início da viagem. Em 1810, A.F. Mornay visitou o local e reconheceu a massa como um meteorito. Ele enviou alguns fragmentos para Londres, outros para Alexander Von Humboldt e mais alguns colecionadores e cientistas. Spix e Martius estiveram no lugar, em 1828, e recolheram diversos quilos, que foram remetidos para colecionadores europeus. Encontramos 3,5 quilos do meteorito Bendegó em Londres; três quilos em Munique; 2,7 quilos em Chicago; 2,6 quilos em Tübingen; 2,4 quilos em Viena; dois quilos em Washington; 1,5 quilo em Paris; 901 gramas em Tempe; 886 gramas em Copenhagem; em São Petersburgo; Berlim; Erlanger e em Nova York. A característica mais importante do meteorito de

Bendegó que o torna singular, é o indício de que se solidificou vagarosamente em campo de gravidade fraco de um planeta menor. Não há nenhum outro meteorito que faça par perfeitamente com o de Bendegó. Ainda o astrônomo Doutor Mourão nos revela, no seu livro, uma poesia do escritor de cordel baiano José Aras, sobre a pedra de Bendegó, com bastante detalhes históricos, em que até uma espécie de topete levou o nome do meteorito...

O LOCAL DO ACHADO

O Rio Bendegó nasce na Serra do Acaru, de manancial intermitente. É tributário do Rio Vaza-Barris. Nas palavras de Euclides da Cunha, está entre os "rios que sobem", pois em desarmonia com as disposições orográficas gerais, ascendendo para o norte. O Vaza-Barris, por sua vez, é um "rio sem nascente".

Bendegó é nome de origem indígena, dos índios quiriris da Bahia, e significa "Vindo do Céu. Usa-se também a grafia Bendengó. Ambas estão corretas. Nós preferimos a primeira, que foi utilizada no relatório oficial sobre o transporte do meteorito e, também, por Euclides da Cunha. Emprega-se ainda o termo com o significado de "coisa descomunal", "objeto volumoso" e "trambolho". No nordeste do Brasil, há quem se lembre do nome como "espécie de toucado", já referido anteriormente.

O local está situado a 35 quilômetros a nordeste de Monte Santo e a cerca de 250 quilômetros da costa. Fica no sertão semi-árido.

O Rio Bendegó praticamente liga Monte Santo a Canudos, de triste memória, passando pelas fraldas do Morro da Favela, que marcou de maneira tão sofrida esta bela cidade do Rio de Janeiro.

A vinte quilômetros do Bendegó foram encontrados ossos fósseis de animais de dimensões colossais, na maior parte do gênero

"Megatherium" e Mastodonte, dos quais o Museu Nacional possui exemplares. É no mínimo curioso acharem-se, em locais próximos a um corpo celeste, fósseis gigantes e uma região onde tantas mortes humanas aconteceram. Para os que acreditam em coincidência, nada mais há a especular...

O AUTOR DA FAÇANHA

Não podemos, ao tratar de um evento colossais, deixar de citar alguns dados sobre o Chefe de Comissão que organizou e realizou o traslado do meteorito.

Nasceu a dois de setembro de 1847. Recebeu o nome de José Carlos de Carvalho. O Rio de Janeiro foi sua cidade natal. Estudou no Colégio de Pedro II. A escola de Marinha o recebeu, em 1864, como aspirante. Seu curso transcorreu na Esquadra do Rio da Prata, em operações de guerra, durante o conflito contra Solano Lopes. Nessa ocasião, esteve mais de uma vez sob o comando do então Primeiro-Tenente Jeronymo Francisco Gonçalves, a quem o destino viria reuni-lo, mais uma vez, no episódio contra a Revolta da Armada, em 1893/1894, portanto, a cem anos. O seu aprendizado foi em convés de navio e a voz do mestre foi o troar dos canhões. Participou da Passagem do Humaitá e das baterias de Angostura. Como primeiro-tenente, pediu transferência para a reserva. Foi então trabalhar na redação da *Gazeta de Notícias*. Tomou parte ativa na "Revolução do Vintém", em 1880. Acompanhou a conclusão da ponte D. Pedro II, sobre o Rio Paraguassú. Foi sócio-benemérito do Clube de Engenharia, de cuja instalação deu a primeira notícia, na *Gazeta*. Em 1881, ingressou, como sócio efetivo, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Fez diversas conferência públicas na Escola da Glória, em 1886, na presença do Imperador. Cooperou, com muito esforço, na Revolução de 23 de

novembro de 1891, contra a ditadura, então como capitão-tenente honorário. Por ocasião do "Manifesto dos Treze Generais", foi preso e desterrado para Tabatinga, em 1892, no Forte de São Francisco Xavier. Na Revolta de 1893/1894, formou ao lado de seu antigo comandante, o Almirante Jeronymo Francisco Gonçalves, nas operações da esquadra legal. Foi deputado pelo Distrito Federal, no período 1894/1896. De 1906 a 1911, foi deputado pelo Rio Grande do Sul. Em 1894, foram-lhe concedidas as honras de capitão-de-mar-e-guerra. Atuou na "Revolta dos Marinheiros", de 23 de novembro de 1910. Consideramos, em relatos históricos, a citação de nomes, locais e datas sumamente necessários para situar o fato, no tempo e no espaço, e também, em alguns casos, por se tratarem de dados não muito difundidos. No caso de nosso almirante, creio não se tratar de figura do nosso cotidiano. Af, pois, o porquê desse cansativo registro cronológico, carecendo de uma análise sociológica ou de outro caráter. Todavia, antes de encerramos essa parte, gostaríamos de mostrar uma faceta mais carinhosa do nosso herói.

Quem nos revela é a pesquisadora Frieda Woff e seu pranteado marido, Egon. "Em 1891, começaram os jornais cariocas uma campanha de esclarecimento sobre o tratamento cruel dos judeus na Rússia". O *Jornal do Commercio* foi muito atuante. O então Capitão-Tenente José Carlos de Carvalho também subscreveu uma lista de donativos. Belo gesto humanitário. Segundo o casal Wolff, "talvez a primeira expressão inconsciente da ação ecumênica, no Rio de Janeiro". Mas, seria essa a única motivação do Tenente Carvalho? Não. Ele se casara, em 1884, com a viúva Simy Henschel, filha de Isaac e Anna Gracia Amzalak, de Salvador, uma das três irmãs que inspirara "A Hebréia" de Castro Alves (7:325). Simy, uma das "três

graças", como chamadas, era irmã de Leão Amzalak, oficial da Marinha de Guerra, onde serviu na Biblioteca e no Museu Naval, participante da Revolta da Armada, ao lado do Almirante Custódio José de Mello, e muito presente na vida do Clube Naval. Talvez Leão tivesse sido a ponte para José Carlos aproximar-se da bela Simy. Assim, com essa nota romântica chegamos à epopéia da remoção do meteorito de Bendegó.

A SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

O meteorito que agora é causa de nossa atenção tomou o nome de Bendegó, em 1820, ano no qual os naturalistas Spix e Martius foram ao local para conhecê-lo. Em 1883, o professor Orville A. Derby, diretor da Seção de Geologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, receando que pudesse vir a ser encoberto por enxurradas, pediu ao Doutor Theodoro Sampaio, então atuando no Rio São Francisco, que informasse a tal respeito. Em 1886, o Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, conselheiro Ladislao Netto, por sugestão do professor Orville Derby, solicitou apoio ao diretor do prolongamento da estrada de ferro que ia da Bahia ao São Francisco, para se ver o meio possível de efetuar-se a remoção. Nesse ano, o Museu recebeu, pela primeira vez, uma amostra do meteorito. Ainda em 1886, o Imperador D. Pedro II foi procurado por membros da Academia de Ciências da França, que lhe solicitaram fizesse remover, para o Museu Nacional, o meteorito de Bendegó, pois tratava-se da mais volumosa massa extraterrestre das que se guardariam em museus. Chegando ao Rio de Janeiro, em 1887, o Imperador mandou chamar, a São Cristóvão, o senhor José Carlos de Carvalho,

oficial da Marinha, então na Reserva, dizendo-lhe, inclusive: "A sociedade de Geografia se encarregará de tomar as providências que forem necessárias para o desempenho da sua comissão e, para esse fim, o Sr. Marquês de Paranaguá, seu Presidente se entenderá com o Senhor, que apresentará uma proposta para que a mesma Sociedade trate da remoção do meteorito".

Sobre a remoção do meteorito, faremos breves considerações mais adiante.

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, atual Sociedade Brasileira de Geografia, esteve presente todo o tempo do feito, em todos os documentos sobre o assunto, e o seu boletim foi colocado nos marcos erigidos em memória, como prova da presença da Sociedade, para a posteridade.

Ao regressar, terminados os trabalhos da remoção do meteorito, o Chefe da Comissão, José Carlos de Carvalho, mais tarde vice-almirante, apresentou um relatório à Sociedade de Geografia, em cuja sessão de leitura estavam presentes a Princesa Imperial Regente Isabel e o Conde d'Eu. Ainda como prova incontestada da importância da sociedade no grande feito ora rememorado, transcrevemos parte do termo lavrado por ocasião do recebimento do meteorito no Museu Nacional: "esta preciosa dádiva foi feita pela Sociedade Geográfica, da qual é presidente o Marquês de Paranaguá."

TRANSPORTE DO METEORITO DE BENDEGÓ

A epopéia do transporte do meteorito de Bendegó foi um trabalho hercúleo, digno de uma descrição pormenorizada. O relatório original do Almirante José Carlos de Carvalho, de 1888, é um documento com 64 páginas. Proponho que nos detenhamos em apenas

alguns dados mais interessantes. Para que o transporte chegasse a bom termo, um intenso e extenso planejamento foi executado. Inicialmente, foi levantado o histórico das tentativas feitas para sua remoção, dentro do lema segundo o qual a "História é a mestra da vida", para que não fossem repetidos erros. Foi organizado um quadro das coordenadas geográficas de diversos pontos do trajeto do meteorito.

Durante o trajeto, foi levantado um quadro das altitudes e distâncias de diversos pontos percorridos com o meteorito, referidas à estrada de ferro e ao porto da Bahia. Foi feito um reconhecimento geológico. Foram tiradas fotos da flora predominante do sertão e das diversas passagens ocorridas no transporte. E, é claro, foi organizado um diário da marcha efetuada. Os trabalhos de remoção começaram no dia sete de setembro de 1887. Não foi registrado nenhum acidente durante o transporte. Do relatório do então Tenente Carvalho, lê-se:

"Conhecidas com exatidão as dimensões, a forma e o peso aproximado do meteorito, tratou-se de projetar um carrinho que, além da necessária solidez para suportar tão grande carga, durante um trajecto longo e difficil, também fosse constituído de peças accessórias tão simples, que qualquer avaria pudesse ser reparada no campo.

O systema de tracção a empregar-se foi objecto de demorado estudo, pois tornava-se dependente da natureza variada do terreno a percorrer, sujeito ainda a cuidadosas explosões.

Uma travessia de 113^{km}, 422.80, que apresentava subidas extensas, com rampas de 18 a 20%; descidas de 30% na serra do Acarú; passagens de rios, que, si alguns permitiam o trânsito por sobre seu próprio leito, evitando-se obras custosas e demoradas e transposição menos difficil em lugar mais

accessível da margem oposta, outros oppunham barrancas altas e escarpadas, que só por meio de pontes improvisadas com os escassos recursos da localidade se conseguiria atravessal-o; uma travessia forçada por entre grandes lagoas, extensos areaes, escabrosos lageados e terrenos encharcados, desafiava os recursos de que podia dispor a comissão para vencer obstáculos de tamanha monta e em tão crescido número, espalhados por toda a parte.

Felizmente, o problema, que parecia um tanto affrontoso, foi resolvido satisfactoriamente.

O carretão feito de ferro batido e montado sobre dous pares de rodas de flange e dous de rodas de madeira de 0,20^m de espessura, trabalhando cada dous pares differentes em um mesmo eixo, deu resultado completo; pois conseguiu-se que o carretão pudesse rodar sobre trilhos, e directamente sobre o terreno, quando este se apresentava em condições favoráveis.

As rodas de madeira, com um diametro igual ao das rodas de flange, mais a altura do trilho, mais meia altura da longarina, offereceram condições tão boas que, quando o carretão trabalhava sobre os trilhos, as rodas de madeira ficavam muito pouco levantadas do terreno, facilitando a tracção; quando, porém, tinha-se de descer rampas, ainda que muito fracas, estas rodas, apertando o terreno, que muito de proposito se deixava de mais ao lado das longarinas, serviam de poderosos breques; e quando o carretão, por qualquer circumstancia, descarrilhava, ainda as rodas de madeira impediam que as rodas de flange se enterrassem no terreno, tornando difficilissima e demorada a suspensão do carretão e o reestabelecimento do tráfego.

A combinação de rodas de diametros differentes trouxe a grande vantagem de tornar simples e ligeira a manobra da retirada do carretão de cima dos trilhos para rodar directamente sobre o terreno, quando este era bastante duro; e a passagem para cima dos trilhos, quando o terreno se apresentava frouxo, alagado ou pedregoso demais.

A manobra consistia apenas em mergulhar a ponta dos trilhos de modo que, antes de chegar o carretão ao extremo da linha, já as rodas de madeira comessem a funcionar, no caso de ser preciso retirar o carretão de cima dos trilhos; no caso contrario, era somente necessario cavar o terreno por baixo das rodas de flange, tanto quanto permitisse o assentamento da ponta dos trilhos, de sorte que o carretão, logo que fosse empurrado para a frente, deixaria ficar suspensas as rodas de madeira.

Com effeito, graças a tão original combinação, muitas das difficuldades encontradas nessa penosa travessia, desde o Bendegó até o Jacuricy foram vencidas com alguma segurança e mais ou menos promptidão. Em alguns casos, porém, foi ainda preciso por em prática a arte do marinheiro, para tirar auxilio seguro e proveitoso do emprego das estralheiras, talhas dobradas e singelas, patescas, estrópos e de todas essas engenhosas disposições de cabos e roldanas, de que o homem do mar, mais do que nenhum outro, sabe se servir quando tem necessidade de mover pesos consideraveis, garantindo a segurança da manobra, ao mesmo tempo que consegue tirar grandes resultados com a utilização de esforços relativamente pequenos. (grafia da época).

O meteorito percorreu 113 quilômetros, de Bendegó à estação de Jacurici, sobre serras, lagoas, grotas e pântanos.

Ainda 367 quilômetros sobre a estrada de ferro, até o porto de Salvador. Aí embarcou para o Rio de Janeiro, no navio mercante *Arlindo*, já com o apoio da Marinha.

É interessante registrar que o Armador do navio nada cobrou pelo transporte do meteorito, de Salvador ao porto do Rio de Janeiro; que o Tenente José Carlos de Carvalho trabalhou gratuitamente, durante quase um ano, de vinte de agosto de 1887 a quinze de julho de 1888, para o cumprimento da missão que lhe fora cabida, e que as despesas até a estrada de ferro foram cobertas pelo Barão do Guaf, ex-ministro da Marinha, benemérito da Sociedade de Geografia. Bons tempos em que o lema "tudo pela pátria" era honrado convictamente e os cidadãos tinham orgulho de servir ao Brasil e não buscavam dele servir-se.

A MARINHA DO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO

Quando da chegada de Salvador, o meteorito de Bendegó, ficou depositado no Arsenal da Marinha da Bahia, até o seu embarque no vapor nacional *Arlindo*.

No Rio de Janeiro, após sua retirada de bordo, foi entregue aos cuidados do Arsenal de Marinha da Corte, onde ficou até sua remoção para o Museu Nacional, à época, no Campo de Santana, hoje Praça da República. A própria Regente do Império, Princesa Isabel, foi ao Arsenal de Marinha assistir ao desembarque. O meteorito ficou alguns dias

depositado no Arsenal de Marinha para um corte indispensável ao estudo da sua estrutura e natureza interior. Durante esse tempo, a Regente, seu esposo e filhos estiveram diversas vezes no Arsenal de Marinha, assistindo aos trabalhos.

Assim, como sempre tem acontecido, quando necessário, a Marinha contribuiu para o progresso do Brasil, das ciências, da cultura e do povo.

CONCLUSÕES

Depois de 104 anos da sua descoberta pelo homem branco, o "meteorito de Bendegó, maior massa de matéria sideral jamais colocada em qualquer museu", segundo a *American Association For The Advancement of Science*, em 1890, foi colocado à disposição dos cientistas e pesquisadores, para estudo e preservação, em uma demonstração de que, quando uma sociedade de cultura como a de Geografia; os militares, como foi o caso da Marinha; as entidades de pesquisa, como o Museu e o Observatório Nacional e a vontade integrada dos homens de bem estão unidos no mesmo sentido, não há obstáculos intransponíveis ou façanhas impossíveis. É um exemplo e motivação para os dias atuais.

CMG (FN) Dino Willy Cozza, do
IHGB, IGHMB, da Sociedade
Brasileira de Geografia.

MB-3 TAMOYO



BERNARDINI

Bernardini S.A. Indústria e Comércio

Rua Hipólito Soares, 79

São Paulo - SP - Zip code 04201 - Brazil

Telefone (011) 273-8996 - Telex: (011) 21605 BSAIBR



DESTAQUES DA IMPRENSA

UMA GRANDE NOTÍCIA CULTURAL

"O Estado é o mais frio dos monstros."

Friedrich Nietzsche

Numa louvável iniciativa, a Biblioteca do Exército resolveu comemorar os 50 anos de aparecimento de *O Caminho da Servidão*, a obra máxima de Friedrich von Hayek. Foi o homem de idéias que mais bravamente lutou, ao longo de duas gerações atormentadas, pela liberdade do indivíduo contra todas as modas totalitárias, do socialismo soviético ao nazismo. E contra outras formas de opressão resultantes da sobreposição do Estado burocrático à pessoa humana, a pretexto de interesses sociais que ele próprio, Estado, reserva para si o poder de determinar.

A valorização pela Biblioteca do Exército dessa obra, que é, a um só tempo, o maior monumento do espírito liberal contemporâneo e uma formidável contribuição filosófica, demonstra uma preocupação com a significação da liberdade individual, depois de três quartos de século de coletivismo. Hayek tornou-se inicialmente famoso pela coragem com que defendeu as teses de Von Mises contra Barone e Lange, sobre a impossibilidade do cálculo econômico nos regimes socialistas. Atualmente, depois da pirotécnica implosão dos regimes do Leste Europeu, e da

brusca desintegração da ex-União Soviética, as idéias pelas quais se bateu Hayek tornaram-se senso comum (exceto entre ideólogos de países periféricos).

Com a desagregação do socialismo europeu e a liberação econômica da China, os principais escritos de Hayek, que mereceriam ser amplamente difundidos no Brasil, correm o risco de ser relegados pelos nossos jovens economistas e cientistas políticos à prateleira das obras clássicas, de interesse meramente histórico. Engano! Hayek tem essa qualidade inerente ao verdadeiro filósofo: a persistente atualidade e a penetração profunda, que obriga a "pensar", única tarefa de que um homem livre nunca pode fugir.

Mas, além de filósofo e de combatente da liberdade contra os totalitarismos, recordemos que Hayek foi também um notável teórico da economia. De formação "neoclássica" severa — nos moldes da Escola Austríaca — distinguiu-se na análise dos ciclos econômicos, então difícil e frustrante. Mas, também se dedicou às questões monetárias. É pouco sabido que Hayek foi, ao mesmo tempo, amigo e duro crítico de Keynes. Nos anos 30, atacou o *Tratado Sobre a Moeda*, deste último (ainda não a obra de imenso sucesso, a *Teoria Geral*, que somente apareceria em 1936). Keynes revidou um tanto irritado, mas logo os dois se compuseram, colaborando num plano monetário que, em 1934, Keynes apresentaria ao recém-eleito presidente Roosevelt. A influência de Hayek

no pensamento keynesiano e, em particular, na *Teoria Geral*, foi considerável, embora as concepções hayekianas continuassem, em muitos pontos, irredutivelmente discrepantes das de Keynes.

O entusiasmo e a seriedade de Hayek fizeram dele o animador da *Mont Pelerin Society*, centro de atração de grandes nomes liberais como R. Aron e Von Mises. É interessante lembrar que foi o primeiro a prever (em fevereiro de 1929) o desastre da quebra das Bolsas em outubro desse ano, atribuindo-o primariamente às desordenadas políticas monetárias dos Estados Unidos. Em 1950, o exilado Hayek deixaria a Inglaterra pelos Estados Unidos, onde o clima intelectual lhe parecia mais desafiante. Compreende-se. Na Inglaterra, vitoriosa da guerra contra o totalitarismo nazista, a ameaça às liberdades individuais não parecia iminente, ao passo que, na América, os problemas sociais e econômicos acumulados, a depressão dos anos 30 e o prestígio do *New Deal* de Roosevelt (com os paralelos movimentos social-democráticos no continente europeu) induziam a opinião pública a aceitar uma ampla intervenção compensatória desse "pai terrível", o Estado.

Seria oportuno, porém, notar que a concepção keynesiana não dominou indefinidamente. Ao compreender mal o papel dos fatores reais e a importância da flexibilidade de preço e salários, acabou aceitando o engessamento dos preços relativos, em especial de salários e vantagens, provocando ineficiência, desemprego e pouca adaptabilidade em face de pressões internas e choques externos. Hayek anteviu os problemas que resultariam na "estagflação" dos anos 73-82. Reavaliando a análise keynesiana, criticou as políticas de "sintonia fina", dos anos 50 a 70, e os excessos de intervencionismo. Às vezes, Hayek levava a lógica às últimas consequências, como na sua proposta de deixar ao setor privado a função de criar moeda, desnacionalizando-a. Sua contribuição teórica

foi, finalmente, recompensada com o Prêmio Nobel, em 1974, que bizarramente honrou ao mesmo tempo Hayek, o grande liberal, e Myrdal, social-democrata e dirigista.

Hayek não foi somente um economista. Interessou-se, também, pela crítica do direito e das instituições, publicando, em 1960, *Constituição da Liberdade*, notável documento liberal. De volta à Europa, reúne uma série de textos — "Direito, legislação e liberdade" — que partem do paradigma da economia de mercado para uma concepção geral do direito, das instituições e do Estado. Hoje, a concessão de Prêmios Nobel a economistas voltados para questões institucionais, como Buchanan, Tullock e Coase (se bem que não exatamente na linha de Hayek), atesta o quanto estava aberto a todos os ventos o espírito de Hayek.

Sua grande obra, pela força das idéias e pela intensidade da convicção, seria no entanto *O Caminho da Servidão*, publicado em 1944.

Pode ser considerado o grande manifesto anticomunista, quase um século depois do libelo de Marx. Talvez, para alguns, demasiado radical, mostra como as intromissões no campo do indivíduo, mesmo as menores, vão erodindo o edifício da liberdade.

Que significado tem, para nós, o pensamento de Hayek? O Brasil nunca chegou a ser, propriamente, uma economia liberal, nem mesmo na sua fase "essencialmente agrícola" do Segundo Império e da República Velha. A ideologia positivista entronizava o princípio da autoridade, a "ordem e progresso". Nela beberam as gerações republicanas, em especial os militares. O Exército brasileiro sempre teve boa tradição intelectual e, percebendo o país atrasado em relação ao mundo civilizado e técnico, a juventude militar começou a reagir contra o Brasil fragmentado pelos particularismos locais da República Velha. Nos anos de entreguerra, a profunda crise cultural, política e econômica que abalou o mundo iria repercutir no país sob a forma de fortes embates entre conservadores e tenentistas.

Já depois de 46, o eixo da problemática brasileira voltou-se para as tentativas de compreensão da realidade do país. O "desenvolvimentismo" começa a formar-se no segundo Governo Vargas, amadurece no de Kubitschek, e constituiria, até o fim da década de 70, nosso azimute ideológico. Os tempos mudaram, no entanto, e com a despolarização das superpotências, a desintegração soviética e o fracasso político, econômico e militar dos autoritarismos agressivos do Terceiro Mundo (tipificado pela destruição do poder do Iraque, o quarto exército do mundo, em cem horas) — os extremos antes tão simples ganharam muitas tonalidades com intermediárias, entre o preto e o branco.

A reconfiguração econômica do mundo num sentido muito mais liberal do que jamais, desde os anos 30, não é mais feita no sentido da confrontação militar potencial, mas sim da otimização da eficiência produtiva, da aceleração do desenvolvimento tecnológico e do seu mais importante fator, a formação de capital humano. O Estado, que começa como a ante-sala da providência, torna-se pesado — exatamente porque as suas burocracias não visam à otimização das preferências individuais e à maximização da produtividade e sim a satisfazer os objetivos corporativos próprios de todas as Nomenklaturas.

O Brasil, que há anos parecia caminhar a passos largos para o Primeiro Mundo, sente-se confuso pela obsolescência dos paradigmas ideológicos superados. As lições de Hayek devem fazer-nos pensar. Com sua enorme reserva de capacidade e dedicação, nossos militares devem repensar o Estado, dele exigindo modéstia e eficiência, num clima de respeito à livre iniciativa criadora do indivíduo.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 04.09.94, e assinada pelo Deputado Roberto Campos)

NOVOS PARCEIROS

Na coletânea *A nova inserção internacional do Brasil*, do Fórum Nacional coordenado pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, o estudo dos economistas Winston Fritsch e Fátima Pombal sobre as oportunidades para o Brasil na Ásia merece a atenção de nossos diplomatas e empresários.

O foco recai sobre a região da Bacia do Pacífico, hoje a de maior crescimento do comércio mundial: o conjunto formado pelo Japão e mais nove economias vizinhas absorveu, em 1992, 20% das importações mundiais — o equivalente às importações conjuntas das economias das três Américas.

Os autores dividem a região em quatro grupos: o Japão, caso isolado de um imenso mercado e elevadíssima renda *per capita*. Os chamados NICs (novos países industriais) ou tigres — Coreia, Formosa, Hong-Kong e Cingapura — mercados mais modestos mas com rendas *per capita* que variam de US\$ 5.000 e US\$ 12.000. Os conhecidos como NECs (novos países exportadores), Indonésia, Malásia, Tailândia e Filipinas, de rendas entre US\$ 500 e US\$ 2.500, mas que registram forte crescimento em suas exportações de manufaturas. Finalmente, mantidas as reformas liberalizantes, a China, cujas exportações, entre 1980 e 1990, pularam de US\$ 8,6 para US\$ 44,3 bilhões.

Estes países são responsáveis, em conjunto, por 85% das exportações dos países asiáticos e exibem um dinamismo comercial muito superior à média mundial. Mais ainda: estes mercados atravessam um vigoroso processo de integração que dispensa arranjos discriminatórios. O comércio intra-área é de cerca de US\$ 334 bilhões, algo equivalente ao fluxo combinado das exportações da região para a CEE e os Estados Unidos.

Os tigres têm em comum o fato de terem abandonado há muito políticas cambiais de comércio exterior com pesado viés anti-exportador e registrarem altas taxas de formação de capital físico e humano, enobrecendo gradualmente sua pauta de exportações no sentido de produtos menos intensivos em trabalho.

O Japão perde progressivamente importância relativa como mercado para as exportações dos países da área. Os menos desenvolvidos tornam-se auspiciosamente mercados mais importantes, tanto para o Japão como para eles mesmos. O dinamismo das importações da área e a ausência de políticas discriminatórias contra países fora da área fazem com que o processo de integração não resulte em desvio generalizado de terceiros países, como no caso dos países da OCDE.

O aumento das importações desses países é fator importante para dar sustentabilidade ao dinamismo da região. Ora, a Bacia do Pacífico já absorve substanciais importações do Brasil. Basicamente, produtos intensivos em recursos naturais não processados (mineração) ou elaborados em processos de larga escala, intensivos em capital (metalurgia, celulose e química).

Sem esquecer uma grande diversidade de manufaturas em grande gama de indústrias relativamente dinâmicas (tabaco manufaturado, eletrodomésticos, estruturas metálicas, fertilizantes, conservas vegetais, navios etc...). Tudo indica que o Brasil deve perseguir a estratégia de aumentar a penetração em setores dinâmicos, onde já tem presença consolidada (química e siderurgia), e ocupar nichos de mercado dinâmicos (fumo, conservas vegetais, eletrônica de consumo, eletrodomésticos ou ótica).

Estes mercados são atraentes porque neles o Brasil não deve enfrentar ameaças de

tratamento discriminatório, que deverá esperar nos mercados do Atlântico Norte. Países que dependem fortemente de desempenho exportador evitam ameaças de retaliação. Por outro lado, a diversidade das estruturas de oferta, dadas as diferenças socio-econômicas consideráveis, não facilita um processo de integração institucional rápido e abrangente.

A China, neste contexto, tem importância especial. Por suas dimensões continentais, deve optar por um padrão de inserção multilateral, sendo muito improvável que aceite uma proposta de integração discriminatória idealizada pelo Japão.

Os autores consideram que desafio para o Brasil será enfrentar a competição de um conjunto de economias tão diferenciadas em termos de dotação de recursos, tamanho econômico e capacitação tecnológica, e com distintivas vantagens em termos de custos de transporte.

Em setores intensivos de mão-de-obra, o Brasil só possui vantagens em relação ao Japão e, em menor medida, aos tigres. Em setores intensivos em recursos naturais, a China e a Indonésia podem erodir a competitividade do Brasil. Em manufaturas de maior conteúdo tecnológico, o Japão e os tigres estão melhor posicionados do que o Brasil.

Mas, tudo sugere que existem excelentes oportunidades na disputa pelos nichos do comércio intra-industrial. Mas, o Brasil só conquistará estes nichos se suas empresas estabelecerem presença mais permanente e ativa na região. E só os manterão e ampliarão se o país superar seus *handicaps* tecnológicos e organizacionais de hoje.

Mas, as oportunidades não se localizam somente no campo das exportações, mas também nos possíveis fluxos de investimento direto estrangeiro do Japão e, em menor escala,

dos tigres. O investimento direto asiático é parte do processo de ajuste estrutural dessas economias à perda de competitividade em certas indústrias. Precisamos brigar inteligentemente pela sua ampliação. Mas, para isso, a estabilidade doméstica é pré-condição obrigatória.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 21.06.94).

REFORMA AGRÁRIA— PARA QUE E PARA QUEM?

Reforma agrária, ex-assunto da esquerda de país subdesenvolvido, passou a ser assunto de esquerda subdesenvolvida neste país meio desenvolvido. Serve como catalisador de militâncias agressivas, para treinamento de grupos armados, e de táticas de violência. Teve atualidade no passado, em sociedades de recente herança feudal ou colonial, onde o excedente gerado no campo por uma agricultura tecnologicamente rudimentar e estacionária era apropriado por uma estrutura senhorial praticamente já sem qualquer papel produtivo e essencialmente parasitária.

O Brasil, pelo contrário, é um país altamente urbanizado (76%), onde a maior parte da produção comercializável provém de uma agricultura relativamente avançada, de tipo capitalista. A pequena propriedade (salvo na produção hortigranjeira), é, como no resto do mundo, ineficiente. Em que consiste, pois, o problema? Simplesmente nos chamados "sem-terra", que nada têm a ver com o campesinato explorado das sociedades de origem feudal ou colonial e sim com o

descontrole demográfico combinado ao fracionamento da propriedade após duas ou três gerações. É um problema real, que envolve uns poucos milhões de pessoas. Mas, na escala dos problemas do país, não se pode considerar dos mais sérios e, de resto, é perfeitamente solúvel sem demagogia ou violência, desde que os fazedores de "reformas agrárias" não perturbem a estrutura produtiva da agricultura, causando fome, falta de matérias-primas e desemprego adicional. Trata-se, em última análise, de assentar gente que ainda mantém um vínculo com a terra e optou por migrar para as cidades. Note-se, porém, que isso nada tem a ver com "fixar o homem à terra", ou "aumentar a produção agrícola", argumentos sem base teórica ou prática que têm sido alegados em defesa de idéias de "reforma agrária" sem qualquer conteúdo definido.

O problema dos sem-terra deveu-se, em parte, à demagogia do governo Goulart, cuja legislação trabalhista rural criou tamanhos óbices ao funcionamento normal das propriedades agrícolas que os proprietários se viram compelidos a liquidar as tradicionais formas intermediárias de ocupação (p.ex., o colonato), que formavam uma vasta rede capilar, graças à qual se operou a mobilidade social no campo, no Sul do país, quando as velhas elites foram sendo deslocadas pelos imigrantes mais eficientes. O resultado da demagogia foi o engessamento da ocupação da terra em duas categorias estanques, principais, de empregadores e empregados, reduzindo as possibilidades de ocupação e de ascensão e agravando a situação do trabalhador migratório (o "bóia-fria").

Sinto um grande interesse por esse assunto porque, quando ministro do Planejamento do governo Castello Branco, coube-me a iniciativa do "Estatuto da Terra"— que, se houvesse sido levado a cabo como previsto, teria resolvido os problemas de reforma agrária

e todos os outros mais importantes relacionados com a terra e a produção rural. O raciocínio teórico que serviu de base ao Estatuto da Terra, embora sofisticado, não é difícil de entender nas suas linhas mestras. Expliquemo-lo.

Nas sociedades pré-industriais, a terra constitui, frequentemente, o mais importante meio de reserva de valor e um importante elemento de *status* e manutenção da estratificação social. Via-se isso claramente nas regiões menos desenvolvidas do Brasil, onde o valor venal da terra não guardava nenhuma relação com a sua produtividade potencial. Tratava-se de fazer da terra um "fator de produção" como os demais, com o seu preço relativo determinado pelo seu "produto marginal". Para isso, algumas medidas prévias, até esse momento juridicamente inviáveis, eram necessárias — em primeiro lugar, taxar diferencialmente a terra ociosa ou mal-aproveitada. Isso obrigaria o proprietário ou bem a produzir ou bem a vender uma terra sobre a qual incidiriam os impostos seletivos crescentes. Dispensava-se (salvo casos especialíssimos, pagando a compensação devida) a desapropriação forçada das propriedades rurais. Para poder operar esse tributo, seria preciso ter-se zoneamento e cadastramento adequados. Quem não produzisse adequadamente pagaria caro por esse luxo. Com essas medidas, o custo relativo da terra tenderia a corresponder ao dos demais fatores de produção. E o montante do tributo seletivo arrecadado permitiria assentar novos agricultores — os sem-terra — dentro das melhores condições técnicas possíveis, com toda a assistência e infra-estrutura exigidas.

Dois eram, portanto, os objetivos: primeiro, o aumento geral da eficiência do setor agrícola; e segundo, alargar o horizonte da ocupação rural, nas melhores condições de produtividade possíveis. Não se pretendia basear a agricultura brasileira na pequena propriedade familiar —

o que seria tecnicamente uma tolice —, mas criar uma estrutura que não fosse demasiado ineficiente e que funcionasse como amortecedor, absorvendo (e qualificando, aos poucos) o máximo possível de mão-de-obra excedente. Tarefa difícil de implementar nas condições de inépcia e corrupção das burocracias governamentais. É justo reconhecer que a prática apresentava imensas dificuldades, e os riscos de uma burocracia incompetente e corrupta poderiam ter consequências sérias para a estrutura produtiva rural. Assim, compreende-se que, nos anos do "milagre brasileiro", o assunto não parecesse prioritário, e que com a crise mundial iniciada com o choque dos preços do petróleo, no final de 73, outros problemas se impusessem pela urgência.

Hoje, os grandes objetivos do Estatuto da Terra e os seus mecanismos básicos continuam válidos, mas é preciso dar ênfase ao aspecto da maximização da produção e da eficiência, porque as cidades passaram, desde então, de metade para mais de três quartos da população do país. Mas, não se precisa abandonar o assentamento das famílias sem terra — sem necessidade de expropriações, preferentemente por meio de créditos concedidos aos próprios agricultores, individualmente ou em associações ou cooperativas, eventualmente com a colaboração de instituições religiosas.

Marx, em meados do século passado, pregara a formação de brigadas rurais, para compensar o que considerava a idiotice da vida do campo. Em 1848, não podia imaginar o trator, o arado de disco, as colhedoras, os fertilizantes sintéticos, os geradores elétricos, o rádio, a televisão e o conforto do agricultor "desenvolvido". Os seus atuais discípulos reformistas agrários — e pelo jeito, o governo — também não. E não se pode excluir que os mais exaltados dos nossos xiitas agrários pretendam intencionalmente promover a

desorganização da agricultura brasileira, achando que a fome nas cidades seria o melhor dos adubos revolucionários. Em todo caso, intencionalmente ou não, é esse o resultado a que nos podem levar.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 21.06.94, e assinada pelo Deputado Roberto Campos).

FERROVIA, A ETERNA ESQUECIDA

Até agora, não vi nenhum candidato falar sobre o que pretende fazer com as nossas ferrovias. Quando se considera o tamanho do Brasil e suas enormes necessidades de transporte, a atual malha ferroviária, de 30 mil quilômetros, é simplesmente ridícula.

O Brasil começou tarde e parou cedo na construção de ferrovias. O arrojo do industrial Irineu Evangelista de Souza — o Visconde de Mauá — levou-o a bancar 40% do custo da primeira ferrovia de 18 quilômetros, construída em Petrópolis em 1854. Em associação com os ingleses, ele iniciou mais três projetos ousados: a estrada Recife-São Francisco, a Dom Pedro 2º (depois Central do Brasil); e a São Paulo Railway, de Santos a Jundiaí.

Quando Mauá começou a implantar a primeira ferrovia no Brasil, os Estados Unidos já tinham mais de 40 mil quilômetros, em pleno funcionamento. Hoje, têm 200 mil quilômetros. Os países da ex-União Soviética possuem 150 mil — que respondem por 80% do transporte de carga. A Índia tem 62 mil e o Japão — um micropaís perto do Brasil — possui 43 mil quilômetros.

A China, que tem uma renda *per capita* bem menor do que a nossa, possui quase 60 mil quilômetros de vias férreas. Naquele país, a ferrovia é a segunda prioridade nacional, logo depois da agricultura. Só no triênio 1993-95, a China está construindo 16 mil quilômetros de novas ferrovias — além de eletrificar 6.000 quilômetros de linhas existentes.

Para tanto, os chineses vêm complementando os recursos internos com vários empréstimos externos do Banco Mundial e do Fundo de Cooperação Econômica do Japão. Mais importante do que tudo isso é o fato de o país ter aberto completamente a construção de estradas de ferro aos estrangeiros que ali passaram a construir sozinhos ou em parceria com governos e empresas locais.

No Brasil, tudo está como estava no início do século. Na verdade, está pior. Nossa malha chegou a 35 mil quilômetros em 1944. Hoje, está com os 30 mil e muitas deficiências. Só a Rede Ferroviária Federal tem 8.000 quilômetros de linhas e 400 locomotivas e vagões desativados e com pouca perspectiva de recuperação. O governo diz não agüentar manter a rede atual. Muitos menos ampliá-la.

De fato, os recursos necessários são gigantescos. Mas, se não há recursos públicos, tem-se que partir para outras alternativas. A Inglaterra, por exemplo, em abril último, decidiu desmembrar os 18 mil quilômetros da British Rail, em 25 trechos, arrendando cada um deles à iniciativa privada. A Argentina fez o mesmo. O Japão, idem.

O que é inadmissível é ficarmos inertes diante de problemas tão graves. Afinal, tanto a recuperação das linhas atuais como a construção das novas podem ser feitas inteiramente com material e mão-de-obra nacionais. Os dormentes são nossos. As locomotivas e vagões são fabricados pela nossa indústria. E

a eletricidade é brasileira. O que está faltando? Está na cara: está faltando a vontade de resolver o problema.

É, ferrovia nunca deu voto. Está explicado.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 05.07.94, e assinada pelo empresário Antonio Ermínio de Moraes)

SUPERPOPULAÇÃO E POBREZA

Muitos males ameaçam o futuro do homem na Terra. Mas, nenhum deles será tão inelutável quanto o da superpopulação, se não forem tomadas, em tempo, providências adequadas.

Em 1850, a população do mundo era de 500 milhões. A ONU prevê que será de 10 bilhões em 2050: um aumento de 310% em apenas 200 anos, aumento que irá se acelerando em progressão geométrica. Quantos habitantes haverá daqui a outros 200 anos?

Assim, nosso mundo, que parecia imenso até um século atrás, revela-se cada vez mais estreito para seus habitantes. Se há ainda lugar geográfico para todos, o lugar humano já está saturado em muitos países. Chamo lugar humano as disponibilidades em alimentos, vestuário, empregos, escolas e demais recursos indispensáveis a uma vida normal.

Ao comparar os países ricos com os países pobres, chega-se a uma conclusão definitiva: o problema da pobreza está indissolúvelmente ligado ao problema do crescimento demográfico; um não pode ser resolvido sem

o outro. Citemos alguns dados concretos. O mundo é dividido hoje em três grupos de países: ricos, pobres e intermediários. Em cada um deles, há um paralelo quase matemático entre o crescimento demográfico e as condições de vida.

Nos países ricos, a média de crescimento demográfico anual gira em volta de 0,36% (e o número de filhos por mulher em volta de 1,5). Paralelamente, sua renda *per capita* vai até US\$ 25 ou 30 mil, ou mais: Alemanha, Áustria, Canadá, Itália, Estados Unidos, Japão e outros. No grupo médio, o crescimento demográfico fica em volta de 2,3% ao ano (e o número de filhos por mulher passa para 3,52). Em consequência, a renda *per capita* cai para US\$ 2.500: Brasil, África do Sul, Argélia e outros. Nos países pobres, a média de crescimento demográfico anual sobe para 3,10% e o número de filhos por mulher para 6,6 ou 7. Em consequência, a renda *per capita* é bem miserável: entre US\$ 78 e 400: Afeganistão, Camboja, Etiópia e outros.

Naturalmente, a renda *per capita* se manifesta em todos os setores da vida: analfabetismo, mortalidade infantil, número de médicos, telefones, hospitais ou outros. Citemos dois exemplos extremos tomados do Primeiro e do Terceiro Mundo. A Suíça tem um crescimento demográfico anual de 0,3%, uma renda *per capita* de US\$ 33,150 — e um médico para cada 3 17 habitantes, um telefone para cada 11 habitantes, não tem analfabetos e nela a média de vida é de 74 anos (para homens) e 80 (para mulheres). Por contraste, o Camboja tem um crescimento demográfico anual de 2,5%, uma renda *per capita* de US\$ 78 — e um médico para cada 27 mil habitantes, um telefone para cada 3.300 habitantes, 52 % de analfabetos e nela a média de vida é de 46 e 49 anos. Encontraríamos contrastes igualmente chocantes entre o Japão e a Etiópia, os Estados Unidos e o Afeganistão, a Itália e a Índia.

Que acontecerá se estas tendências não forem modificadas? A minoria de países ricos continuará a cuidar de seu crescimento demográfico e gozará cada vez mais das dádivas do progresso. Por contraste, os países pobres irão aumentando cada vez mais sua população e sua pobreza, e, um dia, a miséria, as doenças e os conflitos sociais poderão fazer deles o que já estão fazendo de tantos países africanos.

Cabe acrescentar que o crescimento demográfico dos países pobres seria ainda maior se não houvesse neles uma terrível mortalidade infantil, que ultrapassa em média 100 por mil por ano, enquanto nos países do Primeiro Mundo não atinge 7%.

Que providências toma a humanidade diante de fatos tão ominosos? Há dois anos, realizou-se no Rio de Janeiro uma grandiosa conferência internacional para cuidar do futuro da Terra. Falou-se de tudo nessa conferência: das florestas, do ozônio, da biodiversidade. Mas, ninguém falou da superpopulação para não desagradar à maioria dos países, responsáveis por ela. Hoje, reconhece-se que aquela conferência nada deu e já foi marcada outra para setembro no Cairo.

Na Etiópia que, na Rio-92, mais se queixou dos ricos e mais pediu sua ajuda, há anualmente 48,4 nascimentos e 18,3 falecimentos por mil habitantes. Numa população de 54 milhões (eram 52 em 1992), isto significa um aumento de mais de um milhão de habitantes por ano. De quantas habitações, alimentos, roupas, remédios, empregos e tudo o mais necessita esse milhão de seres excedentes por ano? E de onde virão os recursos, já que a Etiópia passa fome com seus habitantes atuais? Quantos outros países estão na mesma situação? E sem nada fazer para resolver o problema, querem que os países ricos se encarreguem dele. Um peca e é o outro que deve expiar.

Mesmo se os países ricos aceitaram pagar as consequências da negligência alheia, como poderão arcar com esse peso enorme que irá aumentando, ano após ano, sem se tornarem eles mesmos pobres? A verdade é que nem os países ricos seriam tão ricos se não tivessem limitado seu crescimento demográfico nem os países pobres seriam tão pobres se tivessem limitado o seu.

Enquanto isso, vemos nosso governo idealizar um projeto após outro para combater a miséria, mas sem nunca cuidar do aumento da população. E seus projetos revelam-se mágicas ilusórias. A Igreja também tem sua responsabilidade ao condenar todas as medidas anticoncepcionais, menos a abstinência. O que significa lutar pelo alvo inverossímil (embora, naturalmente, muito desejável) de fazer de cada casal um santo e uma santa. Existe, na realidade, uma única saída para o Brasil e os países que estão nas suas condições: querem eliminar a pobreza e suas seqüelas de miséria e de sobressaltos sociais? Comecem por limitar o seu crescimento demográfico.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 07.07.94, e assinada pelo escritor Mansour Challita).

LABORATÓRIO ITALIANO

Entre líderes europeus do primeiro escalão, não só o presidente Mitterrand, da França, se diz preocupado, ou "pessoalmente incomodado" com neofascistas no governo italiano, avisando que alguma coisa terá de ser feita "se o fascismo avançar". Há críticas também de Jacques Delors,

presidente da Comissão Européia, e de dirigentes políticos da Alemanha, Bélgica e Dinamarca. O alemão Helmut Kohl, chefe do governo mais ambíguo e mais tímido, diante da onda racista na Europa, mostrou-se, em sua última visita a Roma, "obcecado com o que acontece na Itália", segundo o jornal *Il Messaggero*.

A Itália é encarada mais uma vez como laboratório da Europa. Há o fenômeno Berlusconi, de um *tycoon* que conquistou o poder montado em grandes negócios e em três redes privadas de TV, reanimando anti-comunismos que pareciam sepultados com o fim da Guerra Fria. Na Alemanha, o dono da Televisão RTL, Mark Jaeger, entusiasmado com o exemplo italiano, lançou-se na política-espetáculo, à frente do *Deutschland Voran*. Ou *Avante, Alemanha*, grito de guerra, fácil de decifrar. O *establishment* político alemão não afunda em um mar de lama, como aconteceu na Itália, e seria alucinação imaginar derrota dos partidos tradicionais nas eleições de outubro.

Mas Peter Glotz, veterano socialdemocrata da Alemanha, fala de sementes em terreno fértil, como mostrou mais uma vez a caça a estrangeiros em Magdeburgo, no Leste, a cem quilômetros de Berlim. As autoridades da Alemanha já registram a média mensal de 300 agressões "xenófobas".

Além de negar qualquer possibilidade de aliança futura com os *republikaners*, ultras de direita, a coligação conservadora de Kohl conclui que é hora de marcar distâncias. O Código Penal da Alemanha tratará como crime a negação do Holocausto, a matança de seis milhões de judeus. Falar da "mentira de Auschwitz" será considerado incentivo ao ódio racial, punido com três anos de prisão, se aceita a proposta do Ministério da Justiça.

Pesquisa recente constatou que mais de 50% dos alemães não querem saber de conversar sobre o Holocausto, forma silenciosa e indireta de apagá-lo de suas memórias. Ou negá-lo. Organizações judaicas denunciam que os *nazistkins*, mescla de jovens nazistas e punks, já usam rede mundial de computadores, a Internet, para espalhar literatura racista. Nazismo *high-tech*. No Brasil, a Shalom Noticiais, de judeus brasileiros, escreve que é real a preocupação dos judeus italianos com o "avanço neofascista". Durante a estada de Clinton na Itália, o chefe da Aliança Nacional, Gianfranco Fini, voltou a defender o fascismo em entrevista ao *La Stampa*.

A Aliança Nacional, criada a partir do Movimento Social Italiano, obra dos seguidores de Mussolini, é parte da coligação no governo. Para Fini, a liberdade "não é um bem primário" e a Europa "perdeu a sua identidade cultural" com a chegada das tropas americanas. Como aditivo igualmente amargo, a presidência da Câmara dos Deputados, terceira na hierarquia do poder, foi entregue a uma anti-semita declarada, da Liga Norte, outro componente do governo do primeiro-ministro Berlusconi.

Já não faltam projeções ao laboratório. Na campanha eleitoral da Hungria, apareceram inscrições "Itália fascismo". O dramaturgo húngaro Istvan Csurka, chefe de partido racista, cita o exemplo italiano e decreta "o fim da época em que o antifascismo era obrigatório para governar". Segundo Csurka, a Itália marca a volta de "forças jovens voltadas para a vida prática". Na Croácia ressurgiu a *kuna*, moeda do regime associado a Hitler e Mussolini, na Segunda Guerra. "O que acontece na Itália indica que o pós-guerra acabou", afirma exultante Jean-Marie Le

Pen, estrela da ultradireita francesa. Tanto que a Aliança Nacional, com seus cinco ministros, pediu o fim das normas legais, proibindo a recriação de partidos fascistas.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 07.07.94, e assinada pelo jornalista Newton Carlos)

MISSÃO NÃO CONCLUÍDA

Há 50 anos, em Bretton Woods, pequena localidade de New Hampshire, nos Estados Unidos, delegações de vários países negociaram as bases de uma estrutura capaz de possibilitar a recuperação do comércio internacional logo que cessasse a beligerância na Europa e no Pacífico.

O acordo de Bretton Woods fez nascer o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Bird) — o primeiro, para atuar sobre desequilíbrios conjunturais do balanço de pagamento; o outro, voltado para questões de caráter estrutural do desenvolvimento econômico.

Por muitas décadas, a ação do FMI foi a que despertou maiores polêmicas, por interferir diretamente sobre as políticas de curto prazo adotadas pelos países que recorriam a seus préstimos. A verdade é que, não fosse o FMI, a crise da dívida externa, iniciada em setembro de 1982 com a insolvência do México, teria levado o mundo a uma situação ainda mais dramática do que a vivida na depressão de 1929. O Fundo atuou como bombeiro, dando aval para uma série de negociações com os credores. E realmente impediu que o incêndio se alastrasse.

O próprio FMI aprendeu muito com essa experiência e, terminada a guerra fria, já não é mais visto como algoz ou bicho-papão. Os antigos países socialistas da Europa Oriental estão entre seus principais clientes e não abrem mão desse apoio.

O FMI deixou de ser o centro das atenções e o Banco Mundial está sendo chamado a viver o papel de grande vilão. As críticas mais pesadas partem de entidades ambientalistas, que o acusam de financiar grandes projetos industriais e de infra-estrutura de inevitável impacto ecológicos.

A crítica é injusta. Há décadas, o Banco Mundial tem preocupações ecológicas, a começar pela questão demográfica. O impacto ambiental da pobreza hoje seria certamente muito pior se países do Terceiro Mundo não contassem com uma razoável infra-estrutura social montada com apoio do Bird e outros organismos de crédito internacionais.

Mesmo nos 55 países mais pobres, com renda *per capita* inferior a US\$ 675 anuais e população total de 3,2 bilhões de habitantes, houve melhoria dos indicadores sociais. A expectativa média de vida aumentou de 53 para 62 anos desde 1970; a mortalidade infantil caiu de 110 para 73 óbitos por mil nascimentos; o acesso à água ampliou-se de 33% em 1975 para 68% do total dos habitantes dessas nações. A imunização contra endemias aumentou de 50% para 70% nos últimos dez anos; em 20 anos, o ensino primário expandiu-se em 36%.

São números que levam em conta a triste deterioração sócio-econômica de algumas regiões do planeta, especialmente o Sub-Saara, na África, onde a renda *per capita* declinou de US\$ 570 em 1980 para US\$ 350 em 1992.

De qualquer forma, os mecanismos de atuação do Banco Mundial vêm sendo repensados, pois passou a era em que o Estado se envolvia diretamente com grandes projetos

industriais. Como os créditos do Bird são, prioritariamente, para empreendimentos públicos, hoje os principais alvos dos empréstimos são saneamento básico, irrigação, educação e despoluição. Considerando prazos, carência e taxas de juros em vigor no mercado internacional, o dinheiro do Bird é ainda o que se mostra mais adequado ao financiamento de empreendimentos de longo período de maturação.

A dissolução do Banco Mundial, defendida por entidades internacionais de bandeira ambientalista, não tem, por tanto, o menor cabimento. O Terceiro Mundo não pode abrir mão de uma importante fonte de recursos para o combate da pobreza.

(Redução de editorial de O Globo, edição de 27.07.94)

OS SETE BRASIS

Os polígonos geoeconômicos ou geoculturais são a resposta da política internacional de nossos dias à política bipolar do pós-guerra, em que as nações eram obrigadas ao compromisso de um dos dois vaticanos reinantes: o vaticano de Washington ou o vaticano de Moscou. Hoje, de lado a lado os muros desmoronaram. A nova teoria do equilíbrio internacional, num mundo muito maior do que o pequeno universo napoleônico de Metternich, inventou o desenho dos blocos polinacionais, em que as nações se unem e reúnem, para a defesa de seus ativos e passivos históricos.

O Brasil despertou para essa nova realidade e prepara-se para um acontecimento que será sem dúvida o mais importante de nossa história internacional, desde que o gênio e a caneta do Barão do Rio Branco riscaram no mapa da América a estabilidade das fronteiras nacionais. Pois, agora também o governo brasileiro vai alargar e consolidar, como fez o Barão, as fronteiras reais deste país, ao promover a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Meter uma lança em África foi o velho sonho do Portugal dos descobrimentos. Com a Comunidade, que reúne Portugal e os estados lusófonos das África, acenando ainda para outras comunidades no Oriente, especialmente em Timor, estará o Brasil, por sua vez, metendo a lança de nossa aventura desenvolvimentista na Europa, na África e na Ásia, ao mesmo tempo em que abrimos o chão de nossa América à lança dos melhores realidades de Portugal e das melhores esperanças de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Alguns pragmatistas mais estreitos se perguntarão que tem o Brasil a ganhar numa *joint-venture* geopolítica com povos mais pobres de que nós. Ou que têm a ganhar esses países com um parceiro como o Brasil, cuja economia não está propriamente num mar de rosas. A resposta é que não se trata de uma *joint-venture*, mas de uma comunidade fraterna, de nações que mergulham suas raízes na identidade do sangue, da língua, da cultura, da civilização — essa civilização luso-tropical que Gilberto Freyre identifica como uma presença nova no mundo contemporâneo.

A língua que falamos é o cimento maior em que se fundam os alicerces dessa

Comunidade. Por isso mesmo, seu primeiro instrumento foi criado já em 1989, em São Luís do Maranhão, quando todos os presidentes lusófonos, por proposta do então Ministro da Cultura, Sr. José Aparecido, assinaram o ato constitutivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Com 200 milhões de usuários, somos a segunda língua do mundo no poderoso grupo das línguas latinas, que terão um bilhão de falantes, já na primeira década do próximo milênio.

A importância da língua como símbolo — e não apenas como símbolo, mas como instrumento de dominação — está na consciência das grandes potências. Não é por acaso que os países francófilos e anglófilos estão promovendo uma audaciosa tentativa de *anchlusz* da língua portuguesa em alguns de nossos países africanos, notadamente Moçambique e Guiné-Bissau, com invasões maciças de pirataria eletrônica, com verdadeiros bombardeios de audiovisuais, de mísseis de rádio, de TV e de cassetes.

Felizmente a opinião nacional e internacional começa a conscientizar-se para o perigo da invasão lingüística. No Brasil, como se não bastasse a praga dos inglezismos a até dos espanholismos que poluem nosso falar, a agressão vai se tornando cada dia mais ostensiva; quem andar por algumas quadras de Copacabana, pode ter a impressão de encontrar-se em Miami ou no Soho. Até os açougues ali têm letreiros exóticos: chamam-se "Butcher Shop". Nos restaurantes e nas sorveterias já não se encontra um sorvete de baunilha — bela palavra que os portugueses trouxeram da Índia para o oriente. O sorvete agora é de *vanilha*, assim mesmo em inglês. Sem falar no pedantismo do genitivo inglês,

empregado a torto e a direito, mais a torto que a direito, com apóstrofes erradas. Mas isto é outra história.

É e não é. Pois reflete a destruição sistemática de medula de uma cultura. Ainda bem que, recentemente, o Sr. Frederico Mayor, Diretor Geral da Unesco, atento à sua missão de guardião das culturas nacionais, pretende que o português seja admitido com língua oficial de trabalho nas atividades daquele organismo internacional.

De agora em diante, como língua nacional de sete Estados, vamos ter força para exigir que a ONU, da qual fazemos parte, adote também o português como língua oficial, num colegiado em que línguas que têm menos de 20 por cento de falantes do que a nossa, gozam do direito de idiomas institucionais.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é uma bandeira tão legítima e tão oportuna, que já outros países de civilização tropical esperam por ela ser abrangidos. É o caso do Senegal, onde o presidente Abdou Diouf, apesar de pertencer a um país francófono, estende oportuna a criação de uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira. Afinal, é nesta sigla que se acolhe, sob a égide da língua portuguesa, a civilização luso-tropical, de que o Brasil é o representante maior.

Com a instalação da Comunidade serão, desde logo, implantados em nossos sete países o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, o Parlamento dos povos lusófonos, e a Universidade dos Sete — um *campus* avançado de ensino superior homogeneamente coordenado em todas as áreas de nosso idioma comum.

Aos que pensam que o Brasil de nossos dias é apenas um poço de crises, de temores e dificuldades, está aí a resposta de nossa vocação histórica para uma permanente dimensão de grandeza. É o governo do Sr. Itamar Franco, o Itamarati e o embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido, que não pôde ser chanceler, para dirigir pessoalmente, vinte e quatro horas por dia, a batalha dessa integração, terão fincado não apenas uma lança em África, como os navegadores antigos, mas um marco irremovível no futuro de sete nações. Já não seremos apenas um Brasil. Seremos sete Brasis e sete Portugais e sete Áfricas.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 07.06.94, e assinada pelo escritor Geraldo Mello Mourão)

ENERGIA NUCLEAR EM DEBATE Os arautos da derrota

Ao longo dos últimos 50 anos, o Brasil vem travando uma batalha subterrânea e silenciosa: a luta pelo direito ao desenvolvimento pacífico da tecnologia nuclear. Esta luta se confunde com o próprio esforço pelo desenvolvimento econômico e social do nosso povo e pela preservação da nossa capacidade de autodeterminação no cenário internacional.

Já no ano de 1956, a CPI do Congresso Nacional encarregada de investigar as expor-

tações de minerais radioativos revelou a existência de quatro "documentos secretos" enviados pela Embaixada norte-americana ao chefe do Conselho de Segurança Nacional, General Juarez Távola. Um destes documentos afirmava que "o estabelecimento no Brasil de um processo de extração de urânio físsil pode ser considerado como uma ameaça à segurança dos Estados Unidos e do Hemisfério Ocidental". Outro documento secreto exigia a demissão do presidente do CNPq, Almirante Álvaro Alberto. Seu único crime foi o de ter lutado para comprar três ultracentrífugas da Alemanha, procurando obter, desta forma, a tecnologia imprescindível ao beneficiamento do urânio — minério do qual o Brasil possui enormes jazidas.

Álvaro Alberto foi, de fato, demitido. As ultracentrífugas foram arrestadas por tropas americanas de ocupação. Este episódio custou ao Brasil cerca de 30 anos de atraso tecnológico. Somente nos anos 80, através de um admirável esforço de desenvolvimento tecnológico autônomo, logramos ingressar no seleto clube de países que dispõem do processo de ultracentrifugação para o enriquecimento de urânio.

A assinatura, pelo Brasil, do acordo nuclear com a Alemanha, em 1975, deflagrou uma verdadeira catarse nas relações internacionais. Uma torrente de protestos indignados veio à tona. Em debate no senado norte-americano, o senador John Glenn afirmou: "Não temos mais o monopólio do conhecimento nuclear. Temos que encontrar novas formas de controle." No mesmo debate, o senador John Pastore declarou: "Se esse acordo for concluído agora desta forma, ele fará troca da Doutrina Monroe" (conforme *Veja*, 11.06.75 p.21).

As "novas formas de controle" da disseminação do conhecimento tecnológico nuclear passaram a ser cada vez mais sofisticadas. No bojo do *boom* ambientalista internacional que praticamente se inaugurava

com a publicação do livro *Os limites do Crescimento* pelo Clube de Roma, em 1972, a tecnologia nuclear passava a ser o alvo predileto de "ecologistas" como Aurélio Peccei — presidente da Olivetti Internacional e um dos fundadores do mencionado clube — ou Denis Hayes, colaborador do presidente Jimmy Carter e principal organizador do "Sun Day", em 1978, o qual visava propagandear o uso de energias alternativas como a energia solar, a energia eólica e a biomassa.

Obviamente que estas "novas" (moinhos de vento existiam nos Países Baixos desde o século 18) formas de energia destinavam-se fundamentalmente ao Terceiro Mundo. Eram apresentadas segundo um novo jargão: tecnologias apropriadas.

Enquanto isto, o que acontecia no mundo industrializado? A energia nuclear começava a se desenvolver de uma maneira fantástica. As aplicações nucleares na medicina como a radioterapia, a cintilografia e a tomografia ajudavam cada vez mais a diagnosticar doenças e salvar vidas. Técnicas de irradiação passavam a revolucionar a conservação dos alimentos. O isótopo Carbono 14 mudava radicalmente as técnicas de datação de obras de arte e peças arqueológicas.

A nucleoeletricidade experimentava um avanço sem precedentes na história do desenvolvimento energético mundial. Em 1970, as usinas nucleares abasteciam apenas 1,6% da eletricidade mundial. Em 1990, este percentual já tinha subido para 17% e continuava a crescer — embora em ritmo mais lento em face da recessão internacional. Atualmente, mais de 90% das 430 usinas nucleares em operação no mundo encontram-se nos países industrializados.

Surpreendentemente, o movimento antinuclear internacional continua a ganhar mais força e passa a ser "exportado" para os países em desenvolvimento como o Brasil. Aqui já temos, inclusive, uma rede antinuclear

que congrega algumas ONGs locais, mas que na verdade é capitaneada pela poderosa multinacional ecológica Greenpeace.

É impressionante o aparato financeiro e de propaganda que estas ONGs multinacionais parecem ostentar. A Greenpeace contratou (cf. *Jornal do Commercio*, 12/06/94) uma das maiores agências de publicidade brasileiras para "mostrar sua cara" e conseguiu mais sócios — enquanto "mantém a pressão contra a usina nuclear de Angra II". A revista *Veja* de 09.02.94 nos dá um retrato assustador da penetração do movimento ambientalista internacional no Brasil. Somos informados de que as simpáticas ONGs — cerca de cinco mil no Brasil — empregam aproximadamente 60 mil profissionais (a maioria com curso universitário) em tempo integral, movimentando cerca de US\$ 700 milhões por ano. Segundo a mesma fonte, cerca de 80% destes recursos provêm de doações do exterior. Também, na mesma matéria, a assessora do presidente Itamar Franco, Denise Paiva, declara que no Brasil é mais fácil abrir uma ONG do que um botequim "e ninguém vai fiscalizá-la" (*sic*).

A Greenpeace continua a investir contra Angra II, obra que foi projetada para ser construída em seis anos e que — por indecisão de sucessivos governos — encontra-se em ritmo lento e arrastado há pelo menos 10 anos, punindo o consumidor pela falta de energia e o contribuinte que deve arcar com os pesados encargos financeiros adicionais.

Nossos políticos e dirigentes parecem ser muito sensíveis a "movimentos da sociedade civil", como as campanhas antinucleares. Quais os reais objetivos destas campanhas? Quem fiscaliza multinacionais ecológicas como a Greenpeace, que tem sido acusada de fraudes e falsa propaganda em vários países do mundo?

E o Brasil? Já disseram que não tínhamos petróleo e não deveríamos tê-lo. A História se

encarregou de desmentir estes arautos da derrota. Pois bem, temos uma das maiores reservas de urânio do mundo. E isto o sabemos com apenas 30% do território brasileiro já prospectado. Vamos ceder ao neocolonialismo dos que querem "preservar" nosso território intocável, como uma espécie de Golfo Pérsico de minérios estratégicos para o desfrute futuro das nações centrais?

Precisamos debater seriamente esta questão e não aceitar este "apartheid nuclear" que nos querem impor. Precisamos honrar a tradição daqueles que em 1789 não aceitaram os desígnios de nossa "capital dominante".

(Reprodução de matérias publicadas no Jornal do Brasil, edição de 28.06.94, e assinada pelo engenheiro Guilherme Camargo, ex-presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear e membro do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos — CEBRES)

A MARINHA E A CPLP

A Marinha do Brasil nasceu com a própria emancipação política da nação, em 7 de setembro de 1822.

Contudo, seus primeiros elementos foram os próprios de Portugal que chegaram em 1808 por ocasião da transmigração da família real, incluindo-se navios e até mesmo parte do pessoal que aderiu à nova pátria jurando fidelidade ao Estado soberano que surgia.

Digno de ser mencionado como uma demonstração inequívoca do mar em nossa História é o fato de ser a Escola Naval Brasileira uma continuação da Academia Real dos Guardas-Marinha que, tendo origem na

campanha dos Guardas-Marinha de Portugal, foi transferida para o Brasil com todo o seu acervo, por D. João VI, mantendo suas atividades, desde 1808, sem solução de continuidade, até nossos dias. Foi, portanto, a Escola de Ciências Navais a primeira escola de nível superior a funcionar no Brasil, antes mesmo da nossa independência política.

O Brasil, em toda a sua existência, sempre contou com a Marinha para a solução de seus problemas políticos e militares. Quando colônia, foi ela que facultou a Portugal a sua posse e manutenção, rechaçando as investidas francesas, inglesas e holandesas. Na campanha da Independência, foi ela ainda que, além de dominar núcleos revoltosos nos extremos Norte e Sul, exerceu sua ação decisiva, obrigando as forças recalcitrantes a se retirarem para a metrópole, mantendo assim a integridade territorial e política do Brasil. Na Guerra do Paraguai, teve papel preponderante em operações decisivas, tais como as Batalhas do Riachuelo, Passo das Pátrias e Humaitá.

Nas 1ª e 2ª Guerras Mundiais, cumpriu valorosamente a sua missão com o mais elevado espírito de obnegação, sacrifício e exemplar devotamento. Hoje, mais uma vez é a Marinha o importante elo de ligação entre o povo brasileiro e os povos irmãos que, conosco, constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A importância desse papel é um convite à reflexão sobre o desempenho que o mar e a Marinha poderão proporcionar na cooperação entre os países da CPLP. Tanto no âmbito do seu desenvolvimento e melhoria das condições de segurança, bem-estar e justiça social como na consolidação de uma importante comunidade internacional, que tem na língua o seu vínculo mais arraigado.

Não devemos nos esquecer de que o mar e os marinheiros sempre foram — e continuam a ser — elementos naturais de integração dos povos.

Atualmente, mantemos com Portugal intercâmbio técnico e operativo de excelentes resultados; com Cabo Verde assinamos um Acordo de Cooperação que já se encontra em fase de execução; Angola tem enviado, regularmente, pessoal para frequentar nossos cursos dirigidos à Marinha Mercante e nossos navios visitaram Luanda em missão de adestramento e estreitamento dos laços de amizade, comissão essa que nos levou também a São Tomé e Príncipe, e que nos levará, ainda este ano, a Guiné-Bissau; recentemente, chegamos a Moçambique e lá desembarcamos um contingente do Exército Brasileiro, hoje integrado nas Forças de Paz da ONU. Além disso, no Navio-Escola *Brasil* sempre temos embarcados oficiais e guardas-marinha de Portugal e dos Palop.

Observando as características geopolíticas e geoestratégicas dos países da CPLP, verificamos que o mar constitui requisito fundamental para o seu desenvolvimento e para a sua sobrevivência como países soberanos. O estudo da história, cultura, geografia e economia desses países mostra o pendor marcadamente marítimo dos povos de língua portuguesa.

Não resta dúvida de que Portugal terá muito mais valor na União Européia se mantiver a sua presença e interesses permanentes na África e no Brasil; que a África e o Brasil poderão usufruir a situação de Portugal como membro da União Européia; e que a África e Portugal poderão dispor de excelentes oportunidades comerciais através do Brasil no Mercosul.

Tudo isso passa pelo mar e pela Marinha. A segurança da navegação, a formação de mão-de-obra especializada para as atividades da Marinha Mercante, os acordos para o comércio e o transporte de matérias-primas e produtos acabados, a presença da Bandeira Nacional nos portos amigos, com o conseqüente estreitamento das relações de

amizade, são apenas alguns dos aspectos que podem ser enquadrados na moldura que envolve as duas vertentes pelas quais a CPLP pretende afirmar-se: a concertação política e a cooperação.

Ainda, atuando como uma embaixada itinerante dos países que representa, a Marinha poderá desempenhar, dentro dos objetivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, um papel de alta relevância nos esforços para pôr fim à guerra civil que ainda sobrevive, para impulsionar processos de paz em andamento e para atuar, antecipadamente, a nível e no seio da CPLP, a fim de evitar o surgimento de novos focos de instabilidade social e política entre os povos que se expressam em língua portuguesa.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 23.08.94, e assinada por Sérgio Brasileiro, capitão-de-mar-e-guerra adido naval do Brasil em Lisboa)

O SETOR ELÉTRICO REQUER CAUTELA

Nas sociedades bem-organizadas e modernas, as atividades diretamente rentáveis são exercidas pela iniciativa privada, limitando-se o Estado aos setores que são indispensáveis para a sociedade, mas não oferecem perspectivas de retorno lucrativo dos investimentos.

Esta é a regra geral. Para aplicá-la corretamente deve-se, entretanto, distinguir atividades rentáveis de atividades infra-estruturais básicas, nas quais a maior parte dos eventuais lucros deve, obrigatoriamente,

ser reinvestida na manutenção e expansão dos respectivos sistemas físicos.

Assim, em países como os Estados Unidos e, mais recentemente, na Grã-Bretanha (com resultados discutíveis), os serviços de eletricidade são considerados diretamente rentáveis e, portanto, explorados pela iniciativa privada. Já na França e, mesmo, na Suíça, tais serviços são inteiramente de propriedade do Estado, que os opera em níveis de qualidade sem igual no mundo.

Quem está certo? Provavelmente os quatro. Tudo depende da tradição que deu forma ao modelo que mais se ajustou ao desenvolvimento de cada um daqueles países, com suas peculiaridades econômicas, sociais, culturais etc.

No Brasil, tivemos ocasião de experimentar os dois modelos.

De 1900 até 1960, os grupos estrangeiros e as empresas privadas nacionais que dominavam o setor lograram instalar a magra capacidade total de 4.800 megawatts. Na verdade, 3.300 Mw, pois a primeira usina de Paulo Afonso, de 1.500 Mw inaugurada em 1955, foi construída pelo Estado. Em outras palavras, a iniciativa privada investiu o suficiente para instalação de apenas 55 Mw por ano, em média.

Por volta de 1960, as crises de suprimento e *blackouts* que flagelavam as principais zonas industriais, e a insuficiência dos investimentos privados, evidenciaram a necessidade de uma efetiva intervenção do Estado no setor. Nos 33 anos que se seguiram, foram instalados em média 1.453 megawatts por ano (26 vezes mais do que o setor privado); de modo que, em 1993, a capacidade total do sistema elétrico brasileiro já tinha chegado a 52.741 megawatts. Uma das oito maiores do mundo, portanto.

Duas características diferenciam o sistema elétrico brasileiro dos de outros países: uma é sua imensa extensão física, e a outra é que

suas usinas geradoras são praticamente todas hidroelétricas. Ora, o custo de geração nessas usinas depende essencialmente do capital investido em sua construção, ao contrário do que ocorre com as termoeletricas a combustíveis fósseis e nucleares, nas quais, além do investimento inicial, destacam-se os custos dos combustíveis e dos sistemas de proteção ambiental.

Assim, as hidroelétricas apresentam custos de geração que podem variar até por um fator de dez, em função de sua idade, isto é, do investimento já depreciado. É, pois, previsível que, se o governo alienar unidades já depreciadas, em favor de grupos que visam apenas ao lucro, originar-se-ão fortes pressões tendentes a elevar a tarifa média do sistema, já que nenhum grupo privado entrará no *mix* tarifário com o objetivo de reduzir seu custo médio. Veja-se o que aconteceu na Argentina e no Chile.

Por outro lado, quando promotores de negócios, intermediários e banqueiros falam em privatização, os profissionais do setor elétrico têm dúvidas de que grupos privados possam submeter-se às rigorosas imposições da operação do sistema interligado. De resto, alguns desses promotores não escondem que, para eles, os grandes atrativos das privatizações são os ganhos astronômicos que imaginam poder auferir, com os volumosos fluxos de caixa de empresas, como a CPFL ou a Light, cujo faturamento mensal é da ordem de 100 milhões de dólares, ou a Eletropaulo, que fatura cerca de 260 milhões por mês!

O que mais preocupa é que promotores de negócios não estão preocupados com aspectos concretos, como a manutenção e reposição de equipamentos e componentes. E, muito menos,

com a enorme responsabilidade que tem o setor elétrico, em relação ao meio ambiente. Por conseguinte, o modismo neoliberal das privatizações *à outrance* — além de trazer consigo o vírus dos *blackouts*, tão comuns na época em que o setor elétrico estava nas mãos de grupos privados — pode acarretar funestas conseqüências ambientais.

Por fim, se há tantos empresários com dinheiro e competência para entrar no setor elétrico, por que não investem em obras novas que, efetivamente, contribuam para ampliar a capacidade de geração, transmissão e distribuição de eletricidade? Afinal, a engenharia-de-obras-feitas que consiste em comprar o que já existe, só beneficia intermediários e banqueiros, sem aumentar em nada o potencial de produção da economia, nem criar um único emprego novo!

Aliás, a título de sugestão, para restringir-me ao Estado do Rio, mencionaria (se me

fosse permitido), que a Light talvez tivesse uma bela oportunidade de testar a competência e o espírito público dos entusiastas das privatizações no setor elétrico, colocando em licitação aproveitamentos hidroelétricos como os de Paracambi, no Rio Guandu (50 Mw de energia firme); e do Rio Santana, abaixo de Miguel Pereira (6 Mw, com fator de capacidade 0,5). Existem dezenas de oportunidades como essas, pelo Brasil afora. Mas receio que isto os intermediários não queiram. O que eles querem mesmo é a Light inteira, já pronta, com seu enorme faturamento. E, se possível, a preço subavaliado, pago em "moedas pobres".

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 08.09.94, e assinada por Joaquim Francisco de Carvalho, consultor da área de energia e membros do CEBRES — Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos).

Mercado Comum Gerdau.

A estratégia do Grupo Gerdau para atender ao consumo de aço de todo o Brasil.

O mercado consumidor atendido pelo Grupo Gerdau é tão grande quanto o número de cidades brasileiras. São centenas de produtos para todo tipo de necessidades.

Vergalhões, telas soldadas, barras, perfis, arames galvanizados, ovalados, farpados, cobreados, cordoalhas, pregos, grampos, correntes e muitos outros.

Para abastecer todo esse consumo, o Grupo Gerdau instalou suas siderúrgicas em pontos estratégicos, o que agiliza a produção e principalmente a distribuição de seus produtos.

Do sul ao norte do Brasil, sete siderúrgicas e uma empresa comercial com 35 filiais conseguem suprir todas as regiões brasileiras atra-

vés de uma bem montada rede de comercialização. Uma verdadeira rede de aço para atendimento de todo e qualquer cliente.

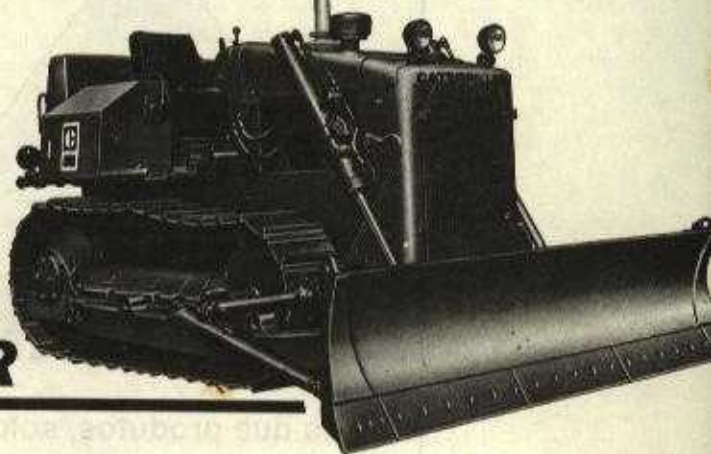
Mas a produção do Grupo Gerdau alcança mercados ainda mais distantes. Depois de abastecido o mercado interno, o excedente da produção é exportado para a África, Ásia, Estados Unidos e Mercado Comum Europeu. Ao todo, dois milhões de toneladas de aço são produzidos por ano.

Isso tudo é o Mercado Comum Gerdau. Mais que uma estratégia, é uma filosofia de trabalho que tem como princípio racionalizar a produção e a comercialização, beneficiando principalmente os clientes mas também nossa economia, além de promover o progresso.



-  Unidades Industriais
-  Unidades Comerciais
-  Serviços de informática

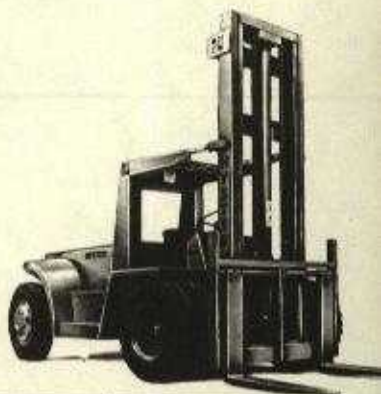
Três grandes líderes em qualidade estão reunidos na Lion.



CATERPILLAR



DYNAPAC



HYSTER

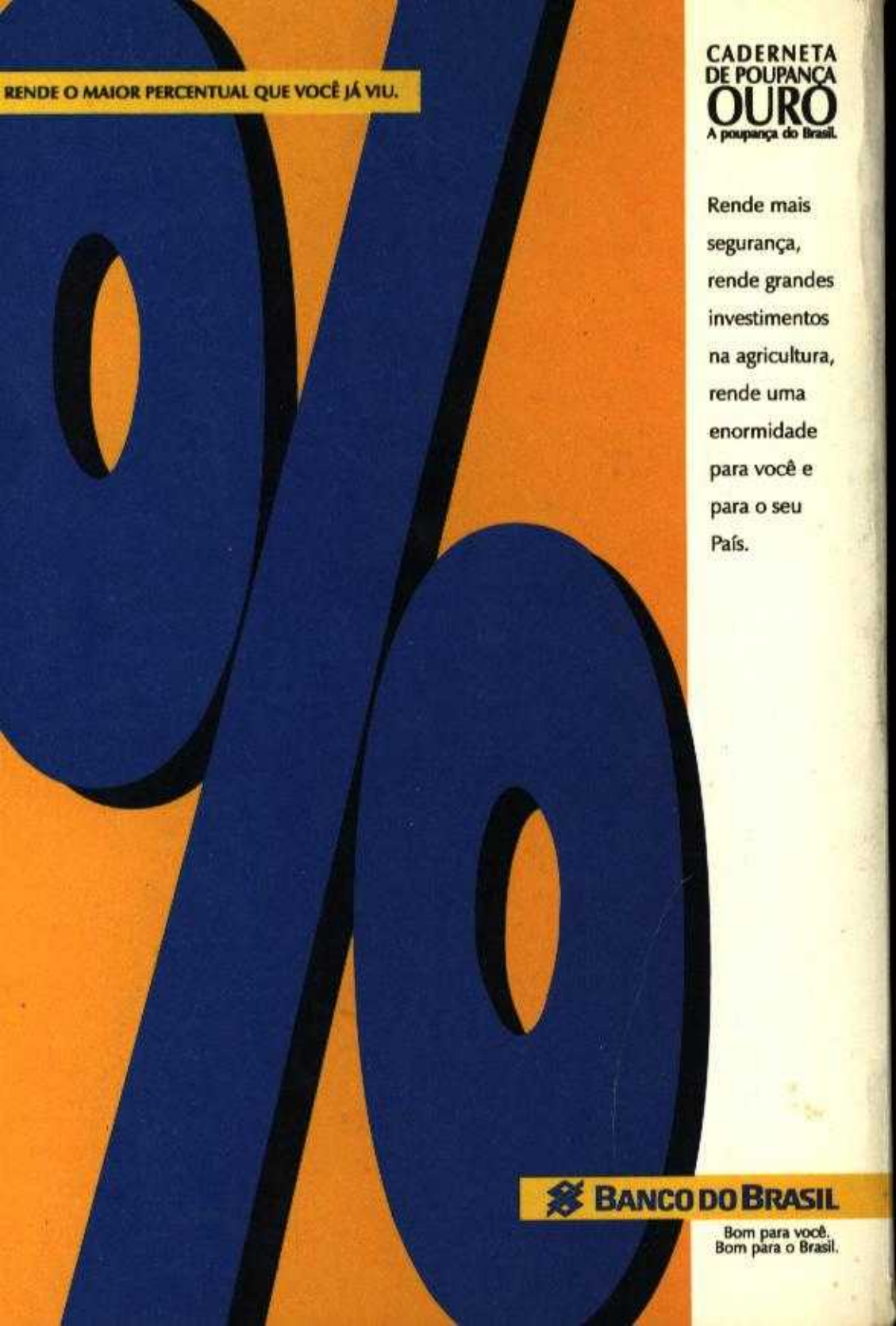
Comprando as máquinas Caterpillar, Hyster e Dynapac, na Lion, você ganha não apenas na alta qualidade destas marcas. Ganha também na melhor assistência técnica. Porque a equipe da Lion está altamente capacitada para recomendar o equipamento que melhor se adapta ao seu tipo de trabalho. Na hora de repor as peças você também sai ganhando, porque, além do maior estoque, a Lion oferece uma série de programas exclusivos e serviços especializados que acompanham

toda a vida útil da máquina.

Compre Caterpillar, Hyster e Dynapac na Lion. Você vai sair ganhando desde o começo.

LION

São Paulo - Bauru - Campinas
Presidente Prudente - Ribeirão
Preto - Santos - São José do Rio Preto - São José dos Campos - Sorocaba
Campo Grande (MS) - Dourados - Cuiabá - Barra do Garças - Manaus - Porto
Velho - Rio Branco - Boa Vista.



RENDE O MAIOR PERCENTUAL QUE VOCÊ JÁ VIU.

CADERNETA
DE POUPANÇA
OURO
A poupança do Brasil.

Rende mais
segurança,
rende grandes
investimentos
na agricultura,
rende uma
enormidade
para você e
para o seu
País.



BANCO DO BRASIL

Bom para você.
Bom para o Brasil.